

ISSN: 2447-6374

Navegar
Revista de Estudos de E/Imigração

Vol. 3 - nº 4, Jan.- Jun. 2017



LABIMI
Laboratório de Estudos
de Imigração

ISSN: 2447-6374

Navegar

Revista de Estudos de E/Imigração

Dossiê:

Imigração e anarquismo: experiência migrante e militância libertária

2017

Navegar, v.3, n^o 4, Jan.–Jun. 2017

Editora

Lená Medeiros de Menezes

Responsável pelo número

Angela Roberti Martins

Conselho Editorial Interno

André Nunes de Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luiz Reznik; Maria Teresa Toribio Lemos; Mônica Leite Lessa; Syrléa Marques Pereira

Conselho Editorial Externo (External Editorial Board)

Angelo Trento (Università degli Studi di Napoli)
Chiara Vangelista (Università di Genova, AREIA)
Daniel Campi (Universidad Nacional de Tucumán)
Fernando de Sousa (Universidade do Porto, CEPESE)
Ismênia de Lima Martins (Universidade Federal Fluminense)
Laurent Vidal (Université de La Rochelle)
Luiz Fernando Beneduzi (Università Ca'Foscari di Venezia)
Maria Beatriz Rocha-Trindade (Universidade Aberta de Lisboa)
Maria de Nazaré Sarges (Universidade Federal do Pará)
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Luísa Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo)
Nadia De Christóforis (Universidad de Buenos Aires)
Óscar Álvarez Gila (Euskal Herriko Unibertsitatea)
Oswaldo Trunzi (Universidade Federal de São Carlos)
Paulo Cesar Gonçalves (Universidade Estadual Paulista)
Pilar Cagiao (Universidad de Santiago de Compostela)
Renata Sinda-Ambrozjak (Uniwersytet Warszawski)
Ruy Farias (Universidad Nacional de General Sarmiento)
Susana Serpa Silva (Universidade dos Açores)
Roseli Terezinha Boschilia (Universidade Federal do Paraná)
Vittorio Cappelli (Università della Calabria)
Xosé Manuel Núñez-Seixas (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Conselho Consultivo

Adriano de Freixo (Universidade Federal Fluminense); *Alexandre Belmonte* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Baldomero Estrada Turra* (Universidad Católica de Valparaíso); *Chiara Pagnotta* (Università di Genova, AREIA); *Isilda Braga da Costa Monteiro* (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti/CEPESE); *Leticia Calderón* (Instituto Mora); *Maria Cristina Dadalto* (Universidade Federal do Espírito Santo); *Maria Luísa Ugarte Pinheiro* (Universidade Federal do Amazonas); *Oswaldo Munteal Filho* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Rosana Barbosa* (Saint Mary's University); *Yvonne Dias Avelino* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); *Zeila Demartini* (Universidade Metodista de São Paulo)

Projeto gráfico e Apoio Técnico Operacional

Carlos Marcelo M. Paes (Bolsista Qualitec)

Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9002 – A, Maracanã , Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20550-013. Tel: (21) 2334-0988 E-mail: labimi.uerj@gmail.com

Sumário

Apresentação	6
Dossiê: Imigração e anarquismo: experiência migrante e militância libertária	
Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes <i>Alexandre Samis</i> (Colégio Pedro II)	10
Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social <i>Giovanni Stiffoni</i> (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)	39
La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX <i>Carlo Romani</i> (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)	55
La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894). Le opportunità di un ideale irrealizzabile <i>Elena Bignami</i> (Istituto per la Storia e le Memorie del '900 Parri Emilia-Romagna)	72
São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX <i>Amir El Hakim de Paula</i> (Universidade Estadual Paulista/Ourinhos)	98
Ventos anarquistas do além-mar. A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos <i>Lená Medeiros de Menezes</i> (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)	118
Artigos	
“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo <i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i> (Universidade de São Paulo/Unigranrio)	140
Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921 <i>Maria Luíza Ugarte Pinbeir</i> (Universidade Federal do Amazonas)	162
Entrevista	
Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras Por <i>Angela Roberti</i> e <i>Érica Sarmiento</i>	186

Resenha

- CORNER, Dolores Martín Rodríguez. *Sabores, memória e imigração. Galegos e andaluzes*. Curitiba: Prismas, 2017, 247 p. 214
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Colégio Pedro II/IHGB)

- Sobre os autores** 216

Normas Editoriais

Apresentação

Nos anos iniciais do século XXI, o tema das migrações conquista cada vez mais espaço, tornando-se agenda regular na esfera política internacional, matéria midiática permanente e objeto de investigação no âmbito acadêmico, no qual crescem pesquisas inovadoras sobre as múltiplas experiências migrantes. Na avaliação desses processos de deslocamento, mobilidade, migração, os estudos são crescentes entre historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros, que procuram levar em consideração, nas mais diferentes perspectivas de análise, uma gama de possibilidades: deslocamentos forçados; fluxos de massa, percursos de grupos, de famílias ou de indivíduos; motivações econômicas, sociais ou políticas; tensões demográficas, culturais, étnico-raciais e religiosas; questões geracionais e de gênero; variáveis como memória, identidade e cidadania; ou ainda os conflitos e as perdas que o processo suscita e comporta.

No Brasil, verifica-se uma ampliação crescente dos estudos sobre os fluxos migratórios, antigos e atuais, e, mesmo, sobre as identidades étnicas e formas de associativismos. Muitos desses trabalhos vêm apresentando abordagens inovadoras, optando pela diversificação das fontes de consulta e da metodologia utilizada, com destaque para os estudos comparativos, na esteira de uma rede que envolve pesquisadores de diversos países.

No passado como no presente, o fenômeno da migração transnacional é complexo, heterogêneo, multifacetado, multicausal e interdisciplinar, constituindo-se em um desafio para os pesquisadores, sobretudo quando se aborda a realidade atual de milhões de pessoas em todo o mundo vítimas dos deslocamentos forçados, em razão de guerras civis ou catástrofes naturais, sofrendo atentado às liberdades individuais ou tendo os direitos fundamentais da pessoa humana completamente violados.

Como se sabe, *Navegar* abre-se justamente a essas questões, consistindo-se em um espaço fundamental para a reflexão e o diálogo entre pesquisadores que, direta e indiretamente, se dedicam aos estudos migratórios, abordando tanto as migrações históricas quanto as do tempo presente.

Este quarto número da revista definiu o tema “*Imigração e Anarquismo: experiência migrante e militância libertária*” como núcleo central do dossiê que o compõe, tornando-se um desafio para a Editoria da *Navegar*. Isto porque os estudos específicos de processos que envolvem o tema das migrações e a militância anarquista no período da chamada imigração em massa (1890-1920) ainda são escassos e controversos no âmbito do trabalho científico contemporâneo. Uma visão mais tradicional afirma ter sido o anarquismo produto genuíno da imigração,

admitindo, nessa perspectiva, que os imigrantes chegavam à América com sua opção político-ideológica definida, como se o contexto em que se inseriam não tivesse força no processo de reinvenção da identidade do imigrante. Outra concepção, no entanto, a qual vem se consolidando, por meio de pesquisas mais recentes, admite que muitos dos que se tornaram anarquistas na maturidade chegaram a terra de acolhida ainda crianças, possuindo formação militante por meio das ideias que circulavam - em jornais, folhetos, panfletos, livros -, da relação que estabeleciam com os companheiros/as e da penosa experiência que viviam como trabalhadores dentro e fora do espaço da produção.

Os trabalhos reunidos no dossiê contemplam a experiência migrante oriunda de Portugal, Espanha e Itália para América, notadamente o Brasil e a Argentina, no seu entrecruzamento com uma militância libertária diversa, criativa e atuante, marcando não somente a história desses países latino-americanos, mas a história do próprio anarquismo nas margens de cá do Atlântico.

Abre o dossiê “*Imigração e Anarquismo: experiência migrante e militância libertária*” o artigo do professor e pesquisador Alexandre Samis, referência obrigatória na produção acadêmica sobre anarquismo, por meio da análise da trajetória pessoal e política do anarquista português Neno Vasco, permite a compreensão não somente da sua atuação no movimento operário no Brasil e em Portugal, mas o seu legado teórico na constituição do sindicalismo revolucionário. E destaca, ainda, as relações entretidas entre os militantes estrangeiros e os que no Brasil formavam círculos de sociabilidade, fundamentais no processo de formação dos anarquistas num tempo em que o internacionalismo mobilizava a união de esforços além-fronteiras.

Giovanni Stiffoni, pesquisador italiano, oferece-nos um trabalho cujo objetivo é compreender o movimento de atuação dos anarquistas italianos que migraram para São Paulo no começo do século XX, ao longo de sua estada no país. Para tanto, toma como referência de análise o grupo de militantes que participaram na fundação e na divulgação do periódico *La Battaglia*, de modo a avaliar o valor ideológico e a função social dessa experiência política.

Carlo Romani, pesquisador de referência nos estudos sobre anarquismo, ofereceu-nos, em seu artigo, uma genealogia da formação das primeiras escolas libertárias na Argentina e no Brasil, principalmente nas cidades de Buenos Aires e São Paulo, na passagem dos séculos XIX para o XX. Destaca, nesse sentido, as influências teóricas e programáticas trazidas por alguns imigrantes, as quais, por sua vez, alimentaram a prática pedagógica de círculos sociais e escolas modernas vinculados a associações libertárias e grêmios operários nos dois países.

A pesquisadora italiana Elena Bignami, além de apresentar um estudo sobre a história da experiência comunitária Colônia Cecília, seus integrantes e as aspirações de seu fundador, Giovanni Rossi, reflete sobre a historiografia que consagrou a

imagem de Cecília como um experimento excêntrico de um intelectual visionário, destacando que esse projeto de colônia socialista anarquista teve no seu centro uma questão complexa que envolvia a “família patriarcal” e o caráter moral da mulher italiana do final do século XIX.

Neste ano do centenário da Greve de 1917, o pesquisador e geógrafo Amir El Hakim de Paula, em seu trabalho, reflete sobre as tensões nas principais lutas sociais ocorridas em São Paulo, na década de 1910, aí incluída a greve de 1917, e um projeto de segregação espacial que foi levado a termo pela elite industrial e cafeeira da época. A análise dessa dinâmica sócio-espacial permite perceber de que maneira as manifestações e greves dos trabalhadores, entre eles diversos imigrantes, transformaram-se em estratégias territoriais de combate ao Estado e ao Capital, como preconizavam os anarquistas.

Lená Medeiros de Menezes, referência obrigatória nos estudos sobre imigração no Brasil, notadamente a presença portuguesa no Rio de Janeiro na conjuntura da Primeira República, centra seu trabalho na análise da situação em que se encontravam os trabalhadores estrangeiros, em especial os portugueses que, embalados pelo anarquismo, lutavam não só pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, mas pela própria revolução social, sendo constantemente reprimidos pelas autoridades policiais e vivendo sob o contínuo espectro da expulsão.

Fazer dos fluxos migratórios e da experiência libertária o tema do presente dossiê da *Navegar*, foi um trabalho desafiador, porém, gratificante. Buscamos, pois, reunir pesquisas no campo da História e áreas afins com o propósito de dar visibilidade ao tema, estimulando novos e oportunos saberes sobre o fenômeno das migrações e a experiência anarquista. o artigo da historiadora e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI).

Complementa o dossiê, a rigor, a sessão Entrevistas. Nessa sessão encontra-se a entrevista que a historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna concedeu às pesquisadoras Angela Roberti e Érica Sarmiento, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), acerca da sua trajetória política enquanto militante do PCB nos anos 1960-1979. Da narrativa emerge a memória política de uma militante cuja vida foi marcada por lutas e resistências, vivendo situações reais de risco e ameaça pela ilegalidade na qual se viu lançada. Seu depoimento converte-se em grande contribuição sobre os desafios vividos na clandestinidade à época da ditadura civil-militar no Brasil, servindo, também, de exemplo de combate aos modelos autoritários.

Integram a sessão de artigos os trabalhos dos pesquisadores brasileiros José Carlos Sebe Bom Meihy, da Universidade de São Paulo e da Unigranrio, e Maria Luzia Ugarte Pinheiro, da Universidade Federal do Amazonas.

O primeiro discute a experiência de homens e mulheres que deixam o Brasil em busca de espaço de trabalho na prostituição, com especial destaque para as prostitutas brasileiras que atuam em Maputo, Moçambique. Inspirado em Michel Pollak, autor procurou perceber esse deslocamento sob o conceito “emigração subterrânea”, pois em se tratando de explicação emigratória, estão presentes os elementos da camuflagem, ilegalidade, falta de perspectivas e, sobretudo, a opressão advinda do atendimento exclusivo a clientes brasileiros, trabalhadores das empresas que executam grandes obras de engenharia no continente africano.

O segundo nos apresenta a história de Manaus contada a partir da presença de imigrantes vindos de outras regiões e países do globo que, por motivos distintos, acabaram encontrando na cidade um espaço de acolhimento e sobrevivência, mas também de reconstrução identitária advinda do imperativo da assimilação à nova ambiência cultural. Nesse processo, dá destaque aos espanhóis, que se deslocaram para o Amazonas durante a expansão da economia gumífera e que acabaram por se concentrar de forma mais sistemática na cidade de Manaus, capital do Estado e um dos mais importantes entrepostos comerciais da borracha no período, utilizando como fontes principais periódicos que voltaram suas atenções para problemas e questões que afligiam especialmente esse segmento étnico.

Ao final da edição encontra-se resenha elaborada pela professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade, sobre o livro *Sabores, memória e imigração. Galegos e andaluzes* (Curitiba: Prismas, 2017), de Dolores Martín Rodríguez, cuja temática destaca a gastronomia e suas implicações no norte e sul da Espanha, bem como em São Paulo.

Com este quarto número, *Navegar* completa três anos de existência e vem se consolidando como um periódico diferenciado, cuja proposta apresenta uma relevância incontestável, abrindo-se à discussão de um fenômeno que nos últimos séculos vem marcando a história de humanidade. Resultado da capacidade profissional e dedicação constante da sua editora responsável, professora Lená Medeiros de Menezes, a revista reivindica tornar-se uma referência no campo dos estudos migratórios, passados e presentes, articulando e fortalecendo uma rede de pesquisadores mundo afora. Aos leitores, portanto, entregamos este quarto número, na expectativa de que a leitura dos artigos aqui presentes seja agradável e estimule o interesse pela experiência das migrações internacionais.

Angela Roberti

Professora Adjunta da UERJ e UNIGRANRIO
Membro do Conselho Editorial da *Navegar*
Responsável pelo nº 4 da revista

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis
Colégio Pedro II

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a trajetória pessoal e política do anarquista português Neno Vasco. Este libertário, ao atuar no movimento operário no Brasil e em Portugal, contribuiu sobremaneira para a formação do patrimônio teórico que caracterizou a corrente geralmente identificada como sindicalista revolucionária, e mesmo os setores anarquistas vinculados a mesma. Além disso, o conteúdo permite entender as relações entre os anarquistas estrangeiros e os que no Brasil formaram círculos de sociabilidade política, sem hierarquias ou ascendência intelectual de determinado grupo étnico sobre o contingente de militantes brasileiros. No geral, o texto acaba ainda por explicar a formação dos anarquistas em um contexto de forte coloração ideológica, no qual o internacionalismo representou um importante eixo de orientação com o objetivo de unir esforços em favor de uma única “pátria de trabalhadores”.
PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo – Sindicalismo - Imigração.

Abstract: This text analyses the personal and political trajectory of the portuguese anarchist Neno Vasco. This libertarian, acting within the brazilian and portuguese working class movement, has contributed to the formation of the theoretical patrimony which has distinguished a current, generally identified as syndicalist revolutionary, along with the anarchists sections linked to them. Besides, the content allows us to understand the relations between foreign and brazilian anarchists who formed a political sociability circle, without hierarchies or intellectual ascendancy of certain ethnic groups over the contingent of brazilian militants. The whole text generally comes to explaining the formation of anarchists in an intense ideological context, in which internationalism represented an important issue of orientation destined to gather efforts in benefit of a common worker's homeland.

KEYWORDS: Anarchism – Syndicalism - Immigration.

... o patriotismo que os poetas, os políticos de todas as escolas, os governos e todas as classes privilegiadas nos gabam como uma virtude ideal e sublime, tem as suas raízes não na humanidade do homem, mas na sua bestialidade”.

Mikhail BAKUNIN

Pródromo biográfico

Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos¹ nasce no dia 9 de maio de 1878, no Concelho de Penafiel,² Norte de Portugal. Filho do comerciante Vitorino da Costa Queirós e Vasconcelos e D. Margarida Rodrigues Moreira, aquele natural de São Pedro de Athaide, em Amarante, e esta de São Martinho de Lagares, Penafiel. A escolha do padrinho de Gregório, o senhor Manuel Pereira da Silva, Barão do Calvário, justificava-se pelas relações comerciais e políticas estabelecidas entre Vitorino da Costa Q. e Vasconcelos e o Barão. O compadrio era, com efeito, uma segurança também para o afilhado, uma vez que havia sempre a hipótese de ser lembrado na herança ou, especificamente no caso dos padrinhos “brasileiros de torna-viagem”, agraciado com cartas de recomendação, as “chamadas”, em circunstância futura de uma emigração para este país.

O Barão do Calvário era também natural de uma “outra terra”, a de Felgueiras, bem perto do Porto, e casara-se com uma penafidense.³ Aos 14 anos, havia partido para o Brasil onde amealhara fortuna trabalhando primeiro na Caixa Comercial da Bahia, depois em outros negócios. Ao retornar a Portugal, Manuel Pereira da Silva fixa-se em Penafiel, onde manda edificar o “Palacete do Calvário”, no ano de 1853.⁴

A vida do Barão adiciona elementos a uma lenda criada por agentes ilegais de emigração preocupados em manter os lucros do empreendimento. Na mesma medida, alguns portugueses em situação “remediada”, envolvidos nos fluxos de mão de obra para o Brasil, buscavam fazer crer, através das correspondências para as suas famílias, que possuíam uma condição da qual efetivamente não desfrutavam. Os “brasileiros”,⁵ como eram chamados os que retornavam com sucesso financeiro, serviam para delimitar as fronteiras entre o Brasil paraíso e

purgatório. Eram responsáveis também por um fluxo importante de capitais que chegava ao país, em meio às suas crises cíclicas, como um linimento fundamental para o *déficit* orçamentário.⁶

Após a morte da mãe, Gregório termina por emigrar com o pai para o Brasil⁷, onde fica por uns poucos anos até retornar a Portugal para, finalmente, finalizar os estudos no Liceu de Amarantes, ingressando posteriormente na Universidade. A partir de 1896, ele passa a frequentar a prestigiosa Faculdade de Direito de Coimbra na qual respira os ares “liberais” soprados longinquamente pelas gerações de Antero, Eça e de gente ainda antes deles. A instituição acumulara teses inspiradas no pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. Desde os anos 50, quando alguns trabalhos monográficos intentavam colocar a Universidade portuguesa em compasso com as grandes ideias que influenciavam o restante da Europa, Amorim Viana,⁸ Oliveira Pinto,⁹ J.J.de Oliveira Vale,¹⁰ J. Rodrigues de Brito,¹¹ A. dos Santos Pereira Jardim,¹² Silva Mendes¹³ etc. estavam entre os nomes que associaram ao pensamento acadêmico o tempero político que, no Velho Continente, dava sabor às refregas de caráter social.

Com base na relação entre catedráticos e discentes, em suas peculiaridades, Eça esboçou um retrato de sua geração: “E era por nos sentirmos envolvidos em uma opressão teocrática, que, além de pendermos para o jacobinismo, tendíamos, por puro acinte de rebeldia, para o ateísmo.”¹⁴ Certo é que essa reflexão não se circunscrevia apenas a Coimbra dos anos 60. Bastante influenciado por tudo o que via, lia e presenciava, Gregório vai deixando para trás a sua formação religiosa. O ateísmo, de resto bastante recorrente entre os seus pares mais “progressistas”, toca-o profundamente. Coimbra não era uma ilha afastada do resto de Portugal, ainda majoritariamente rural e dependente da remessa dos emigrantes e de algumas das últimas colônias, mas, certamente, era lá que mais claramente ouviam-se os ecos de uma sociedade em vias de urbanização e os estertores de uma velha ordem que pretendia postergar a sua existência. Escolhendo um dos lados deste dilema, alguns dos estudantes reclamavam o direito de demolir a Monarquia. Nos últimos anos, o país havia se equilibrado entre uma tendência liberalizante e a manutenção dos laços coloniais. Em linha de continuidade com a política adotada a partir dos eventos do Porto, em 1820, seguiam os governos, levados pelos avanços e recuos da Monarquia Constitucional, num caminho que efetivamente parecia levar a um beco sem saída.

Naquele contexto de avanço das ideias republicanas, Coimbra abrigava grupos, jornais e adeptos desta agremiação partidária, após pouco mais de meia década de “travessia do deserto”.¹⁵ Em 1896 um grupo de republicanos havia reeditado na

cidade a *Cartilha do Povo*, de José Falcão, texto proibido pelo governo¹⁶ e logo recolhido pela polícia. Iniciativas como essa ajudavam os republicanos a avançarem sobre os espaços antes ambicionados pelos socialistas.

Gregório acaba por ser envolvido por essa ambiência de uma cultura política radical, na qual o anarquismo passa a lhe servir de orientação política e o republicanismo como fórmula mais imediata de combate à Monarquia. Ainda antes de se formar bacharel, ele colabora com jornais republicanos como *O Mundo*, escrevendo artigos de análise política e crítica social. É nesse contexto que passa a assinar seus artigos como Neno Vasco, torna-se profundamente anticlerical e adepto da ruptura imediata com a ordem vigente. É possível afirmar ainda que engrossa as fileiras dos anarquistas intervencionistas, termo que identifica os anarquistas que colaboram com os republicanos e que, com estes, compartilham algumas táticas. É possível constatar ainda que, nesse período, tem particular predileção pelos escritos de Piotr Kropotkin, pela sua pregação comunista-anarquista, seu didatismo e as suas contribuições para a organização da classe operária. Nessa época escreve poemas, prosa literária e credita às artes valor inquestionável para auxiliar a revolução. Na imprensa defende algumas posições inspirado pelo neomalthusianismo, tema, aliás, bastante caro aos anarquistas do período. Na mesma medida defende o amor livre e as relações de igualdade entre os sexos.

O ambiente monárquico lhe parece tanto mais opressivo, quanto mais promissora uma República. No jornal *O Mundo*, na edição de 15 de novembro de 1901,¹⁷ Augusto José Vieira, em artigo de primeira página, saudava o 12º aniversário da “Republica Brasileira”. Como bom republicano, dizia maravilhas da obra de renovação do novo regime, aludindo à partida de Pedro II para Lisboa, no navio *Alagoas*, como se fora o fim de uma “anacrônica instituição”. Neno Vasco decide retornar ao Brasil nessa mesma época, muito provavelmente para testar as instituições republicanas do país.

No ano em que Neno sai do país partem dos portos de Lisboa e Porto mais de 20.600 emigrantes.¹⁸ No ano anterior à sua partida, o governo brasileiro contabilizara 8.250 portugueses desembarcando em território da República.¹⁹ Emigrava, como vinha acontecendo, um número superior de homens em relação ao de mulheres, com um índice de analfabetismo superior a 46% para os primeiros e pouco inferior a 80% no caso destas últimas. No censo de 1900, apareciam os números da tragédia nacional: 74% da população portuguesa virava o século no mais absoluto analfabetismo.

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

Quando o navio que trouxe Neno Vasco chega em Santos, no ano de 1901, a cidade portuária contava com 45.000 mil habitantes. A febre amarela, que, no ano anterior, tinha elevado o número de mortos para mais 260, em parceria com a varíola e a tuberculose, era ainda um sério problema sanitário. Nos navios, alguns obrigados a permanecerem, por longas temporadas, fundeados no porto, os tripulantes e passageiros, muitas vezes, compartilhavam com a população de terra os perigos das epidemias.

A cidade de São Paulo, já no fim do século anterior, conhecera um surto de publicações de jornais anarquistas. Quase todos muito efêmeros e redigidos em italiano, entre os quais: *Gli Schiavi Bianchi*, dirigido por Galileo Botti; *L'Asino Umato*, que tinha à frente Felice Venzani e Augusto Donati; o *L'Avvenire*, de Giuseppe Consorti, Augusto Donati e Lodovico Tavani; e *Il Risveglio*, de responsabilidade dos ativistas Alfredo Magri e Gigi Damiani²⁰. Graças à presença de alguns militantes remanescentes foi possível a Neno Vasco estreitar relações com os italianos Giulio Sorelli, Gigi Damiani, Angelo Bandoni, Luigi Magrassi, Alessandro Cerchiai, Tobia Boni, Augusto Donati, o espanhol Juan Bautista Perez e os brasileiros Ricardo Gonçalves e Benjamim Mota. Os membros desse primeiro núcleo eram partidários da ideia de que afinal a tática empregada não se aplicava exclusivamente aos trabalhadores de língua italiana. Muito ao contrário, era do interesse e já, por força de motins no Rio de Janeiro e em outras partes do país, dos trabalhadores de todos os estados. Era importante ampliar o raio de ação, sendo fundamental uma crítica mais abrangente explicitando-se o caráter social da pregação anarquista.

O jornal *O Amigo do Povo* surge dessa necessidade. A iniciativa em si representava o projeto de integração, uma vez que, no grupo editorial, colaboravam estrangeiros e nacionais. Muito depressa, o entrosamento entre italianos, espanhóis, brasileiros e o próprio Neno materializa-se em bons resultados. No caso dos imigrantes, a experiência única e compartilhada já se dava a partir de histórias semelhantes na travessia do Atlântico. Eles haviam cruzado o oceano, deixado família, amigos e lembranças no continente europeu, implicando uma ruptura de variados desdobramentos nos planos social, físico e psicológico. Era mesmo uma condição peculiar destes anarquistas, mesmo em relação aos outros que permaneceram no “Velho Continente”. A aglutinação, em torno de jornais nos idiomas italiano, alemão, espanhol e agora em português, não se deveu apenas à familiaridade da língua, mas também à necessidade de interação para definir sua dupla condição de imigrantes e ativistas.

O grupo editorial de *O Amigo do Povo* logra elaborar uma pauta de consenso mínimo entre os imigrantes e os nacionais anarquistas, condição básica para o desenvolvimento de um projeto comum que, se como fenômeno, parecia brotar de um mesmo feixe localizado na Europa era, mais propriamente, a forma original do anarquismo brasileiro. Um anarquismo que nasce marcado pela “experiência transatlântica” de uma parte de seus protagonistas. Com efeito, a regra estabelecia-se pela multiplicidade das histórias de formação dos grupos e não o inverso²¹. O “internacionalismo” anarquista era aqui, antes de mais, a unidade na diversidade. Tal fenômeno tinha também que ser avesso, refratário mesmo, à ideia de uniformidade impeditiva da instituição de células sociais autônomas. A originalidade dos grupos e entidades que se pretendia federar, em um projeto revolucionário de dimensões planetárias, deveria ser, em potência, a representação da convivência de diversas culturas e sociedades na grande pátria dos trabalhadores.

Para fazer frente a esta tarefa tão ambiciosa quanto necessária, segundo o juízo dos responsáveis pelo *O Amigo do Povo*, tornava-se necessário também encontrar uma orientação clara e objetiva. Uma que fosse suficientemente consistente para servir de azimute diante de tantas outras tormentas que o capital certamente faria precipitar sobre a classe operária. Para este propósito, o anarquismo comunista de Errico Malatesta, de resto bastante familiar à parte significativa dos membros do jornal, foi adotado para arrimo das iniciativas e textos, ainda que nem sempre dispostos àquela ortodoxia doutrinária.

Se a opção de Neno pelo anarquismo comunista era já um fato consumado no seu país natal,²² por outra parte, a convivência com os companheiros italianos Sorelli, Damiani e Cerchiai operou em seu espírito uma mudança. Sem abandonar os textos de Kropotkin e Réclus, passou a interessar-se mais e mais pelo que escrevia Malatesta.

O primeiro número de *O Amigo do Povo* circulou no dia 19 de abril de 1902. No editorial, sob o título de “Quem somos”, os redatores davam ciência de que:

Nós somos socialistas. No momento em que do socialismo se faz matéria de ensino universitário, em que qualquer escravagista ou dominador não desdenha chamar-se socialista, nós os socialistas, tendo a Anarquia como fim e como meio, devemos reivindicar esse apelido, que é o pavão com cujas penas tantas gralhas pretendem adornar-se.²³

Muito provavelmente as “gralhas” às quais se referiam os editores eram os socialistas “legatários” do jornal *Avanti!* que, naquele ano, havia adotado uma linha parlamentarista bastante agressiva.

Para Neno era um fato evidente a existência de duas frentes de combate nas quais *O Amigo do Povo* convertia-se em preciosa trincheira. Uma que apontava para a construção de um sindicalismo livre do assistencialismo benemerente do passado, imprimindo a este uma feição revolucionária; e outra que, no seio do socialismo, pela cultura eleitoral, parecia querer preparar os espíritos dos trabalhadores para a integração ao Estado. Ainda pela mão de Malatesta, Neno tornar-se-ia leitor atento de Bakunin.

Será o mesmo coletivo editorial a bradar pela greve geral e iniciativas de expropriação. O jornal entendia-se assim como um eficiente veículo de propaganda. Na coluna “O que queremos”, resumiam os editores, constatando que a opressão econômica era a “causa principal de todas as sujeições morais” e mais:

Para radicalmente a suprimir, necessário se torna que o povo todo seja convencido do direito que tem do uso dos meios de produção, e que ponha em execução esse direito primordial expropriando os detentores do solo e de todas as riquezas sociais pondo um e outras à disposição de todos.

Mas como o povo é ainda incapaz de proceder a essa expropriação o que devemos fazer é prepará-lo, moral e materialmente, para ela, e tentá-la e tornar a tentá-la, sempre que nos seja fornecido o ensejo, por um abalo revolucionário, até ao triunfo definitivo.²⁴

Uma posição que em muito coincidia com as concepções de E. Pouget sobre ser a ação nos sindicatos, e as rebeliões advindas disso, uma “ginástica revolucionária”.²⁵ As diversas insurreições que deveriam acontecer, mesmo antes da “grande transformação”, ainda que malogradas, ajudavam na conscientização das massas. Elas eram, em muitos aspectos, e segundo seus proponentes, a demonstração da necessidade de organização para a luta. *O Amigo do Povo* acrescentava ainda que:

Mas como preparar o povo? Como preparar as condições que tornem possíveis, não só o fato material da expropriação, mas a utilização, em proveito de todos, da riqueza comum?

A simples propaganda falada ou escrita, já o dissemos, é importante para conquistar para as nossas idéias toda a grande massa popular. É indispensável uma educação prática que seja alternadamente causa e efeito de uma gradual transformação do ambiente. Convém que à medida que se desenvolvam nos trabalhadores o sentimento da revolta contra os injustos e inúteis sofrimentos de que são vítimas, e o desejo de melhorar a própria

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

condição, eles lutem, unidos e solidários, pelo conseguimento do que desejam.

A vantagem principal da luta pelos melhoramentos reside na luta em si. Os operários aprendem a ocupar-se dos seus interesses de classe, aprendem que o patrão tem interesses opostos aos seus, e que só unindo-se e tornando-se mais fortes que os senhores é que podem melhorar as suas condições e por fim, emancipar-se.²⁶

O propósito subjacente ao estímulo das “atitudes pedagógicas” era o de tornar mais evidente a necessidade de uma ação anarquista sistemática nos órgãos de classe.

No que diz respeito ao seu passado em Portugal, sobre a primeira experiência no grupo anarquista que frequentara no Porto, Neno havia aprendido muito com seus camaradas de *O Amigo do Povo*. Não era mais o mesmo, quase tudo de suas convicções intervencionistas da época de acadêmico coimbrão encontrava-se superado. Sua aversão ao parlamentarismo e a colaboração com os socialistas ficava muito clara a cada texto por ele escrito no periódico. Mesmo o nome do quinzenário não era de seu inteiro agrado; segundo ele, outros companheiros italianos, que haviam se ausentado de São Paulo, é que teriam escolhido o título.²⁷ Parecia-lhe nome de periódico “democrático”, uma “tabuleta manhosa”.

Para melhor combater, era preciso melhor organizar. Assim Neno termina por reforçar a corrente “organizacionista”, a partir da qual se buscava estabelecer uma relação, clara e orgânica entre os libertários, com vistas à criação do partido malatestiano. Os filiados a esta concepção viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com manifesto lastro operário. Percebendo no sindicalismo um meio, Neno intenta estabelecer as linhas mestras a serem seguidas pelos organizacionistas, na composição dos sindicatos ou em outras iniciativas cujos objetivos encontrassem na luta operária seu termo.

Em oposição, a orientação antiorganizacionista²⁸ suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Acreditavam que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência do anarquismo. No ano de 1905, o periódico *La Battaglia*, reduto dos antiorganizacionistas, sintetizava suas teses sob a chancela do grupo *La Propaganda*:

... não é um grupo permanente, nem fixo; isto é, sua atividade depende das circunstâncias de índole diversa, por exemplo a publicação de um opúsculo; a ajuda material e moral aos revolucionários... agilizar com cada meio a

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

educação racional da infância, etc. Alcançando o escopo o grupo se dissolve: eis porque não é permanente. O grupo não é fixo, porque não tem, nem crê necessário ter um local próprio.²⁹

E conclui: “Esta tática nos foi ditada, ou melhor, imposta pelo perigo da fossilização que gravita sobre todos os grupos permanentes e fixos /.../ e sobretudo pelo amor que cada anarquista deve sempre ter pela sua integral independência individual”³⁰. Aparentemente, o princípio lógico que regia o pensamento antiorganizacionista podia encontrar algum eco na organização do operariado em São Paulo. Uma vez que a identidade étnica e a formação de ligas de bairros,³¹ o que, em alguma medida, restringia o universo de diálogo entre todos os grupos organizados caracterizou os primeiros núcleos operários; pensar organizações com “integral independência” muito podia agradar às parcelas significativas de militantes.

No início de 1904, um dos principais expoentes do antiorganizacionismo, o toscano Oreste Ristori, desembarca no porto de Santos, trazendo na bagagem uma intensa experiência de militância em seu país, na Argentina, e no Uruguai³². Ristori aproximara-se do pensamento de Malatesta, ainda na Itália, por ocasião de um encarceramento cumprido em Ponza, na companhia de Luigi Fabbri, um importante seguidor daquele teórico. Sua passagem pela Argentina havia adicionado outros ingredientes aos primeiros contatos com a doutrina. Entretanto: “Já o seu lado impulsivo, irreverente, e afeito a práticas individualistas se conservou, mesmo tendo Oreste se tornado uma liderança do movimento”.³³ No mesmo ano de seu desembarque, Ristori, após colaborar com *O Amigo do Povo*, em companhia de Tobia Boni e Ângelo Bandoni, este último responsável pelo periódico *Germinal*, que durou até abril, deu início a um semanário em língua italiana, que foi crismado de *La Battaglia*.

Mas havia também a corrente pacifista. Gigi Damiani, no jornal curitubano *14 de Julho*³⁴, publicado pelo grupo “Homens Livres”, em 1904, sob a identidade de “Os anônimos admiradores de Bakunin”, combate de forma determinada os partidários das ideias de Liev Tolstói, ao afirmar que, apesar de anarquista, o escritor russo revestia seu discurso de um cristianismo com “muitas limitações”. Damiani, que dirigia *O Despertar* na capital paranaense, naquele mesmo ano, como vimos, era também um dos colaboradores do grupo de Neno. A medida da luta de classes tão irredutivelmente postulada pelo grupo de *O Amigo do Povo* chocava-se com o pacifismo tolstoiano.

Os anarquistas, em contraste com os socialistas, iniciam uma campanha sistemática contra a entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil. Ristori, no *La Battaglia*,

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

jornal, aliás, quase totalmente devotado a denunciar a situação dos imigrantes no Brasil,³⁵ tomou para si a tarefa de escrever artigos denunciando as condições de vida destes contingentes, tanto no meio rural quanto urbano,³⁶ fazendo chegar o seu periódico à Itália, onde os companheiros de ideias tratavam de ampliar o eco das denúncias.

Neno não era insensível aos problemas da imigração, sendo ele mesmo parte integrante da “inconveniente” situação, ainda que materialmente mais aquinhoado. Sobre este tema, ele escreve, em *O Amigo do Povo*, um artigo burlesco com o título “O Perigo Macarrônico”. Segundo o texto, a questão não se restringia aos problemas econômicos e constrangimentos experimentados pelos trabalhadores estrangeiros na relação com seus patrões no Brasil, mas também a certo chauvinismo que partia de variados setores da sociedade. Utilizando a influência que passara a ter a língua italiana no cotidiano paulista, ele buscava evidenciar:

Houve quem lançasse o grito de alarme sobre o perigo que nos ameaça: a invasão do italiano. A ‘língua de Dante’ ganha terreno sobre a ‘língua de Camões’. Estamos na hora negra dos perigos....

Este, como as cores estão todas empregadas – perigo amarelo, negro, branco, cor de burro quando foge- intitulámo-lo, um pouco jocosamente, perigo macarrônico. Além da Divina Comédia (oh! comédia humana!) é o macarrão que nos ameaça. O perigo complica-se com um aspecto culinário: estamos expostos a ter que abandonar a carne seca com feijão ou o cozido e arroz para mangiar i maccheroni. É a ruína dos “nossos costumes”!³⁷

O ódio entre brasileiros e italianos, ainda latente desde a “Questão dos Protocolos”, em agosto de 1896³⁸, era constante motivo de preocupação para os libertários.³⁹

O internacionalismo nos trópicos

Nas páginas de *O Amigo do Povo* podiam ser encontradas, nas seções “Crônicas” e “Movimento Social”, notícias sobre o Brasil e outras partes do mundo. Greves, congressos, repressão policial e atentados à bomba colaboravam para a formação de um grande quadro das ações anarquistas. De Buenos Aires, vinham muitas notícias, os congressos, as greves e as manifestações de rua, na capital argentina, apareciam com maior destaque. As relações com os anarquistas portenhos e imigrantes eram bastante intensas. Em tudo os anarquistas queriam ser diferentes dos governos.

Neno havia compreendido muito bem a complexa relação que determinava a ação entre indivíduos e o quanto a propaganda nacionalista poderia comprometer a tão

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

sofrida e lenta urdidura para se estabelecer, entre operários, a consciência de uma pátria de classe e não de território, governo ou língua. Para tanto, *O Amigo do Povo* tinha a maioria de seus textos em português, objetivando incluir o trabalhador nacional nesse esforço de construção coletiva de um sentido real do internacionalismo. A coexistência, no jornal, de alguns textos em espanhol e italiano era também um demonstrativo da necessidade de convivência das culturas e de que a língua nacional serviria apenas de uma convenção provisória, ou antes, imperativo de comunicação. Os responsáveis pelo periódico admitiam mesmo ter sido este criado para aproximar os imigrantes dos nacionais.⁴⁰ Outra iniciativa derivada deste objetivo, aliás, comum em outras partes da América onde os anarquistas imigrantes encontravam-se em grande número, era a tradução de opúsculos anarquistas para o vernáculo correspondente ao país. Convicto desta necessidade, Neno traduz para o português, em 1902, no âmbito do grupo “Filhos da Era Anarquista”, o texto de Malatesta, *No Café*. A empreitada contava com o concurso de “companheiros” do Rio de Janeiro e, para a viabilização econômica da edição, duas festas foram organizadas envolvendo ambas as cidades. Em São Paulo, a polícia interrompeu a festa marcada para o Cassino Penteado, no dia 7 de junho, prendendo 3 anarquistas. Situação que custaria quase a totalidade do arrecadado em pagamento de fianças. Mesmo assim, o opúsculo foi publicado.⁴¹

Como evidência de ser esta uma política deliberada e não uma iniciativa de um ou outro militante, outros títulos foram traduzidos e, no primeiro número de *O Amigo do Povo*, na seção “Livros e Folhetos”, já é possível encontrar versões para o português de *Entre Camponeses*, de Malatesta, executada por Neno, e *A Sociedade Futura*, de Jean Grave, além das disponíveis no Rio de Janeiro que eram: *Determinismo e Responsabilidade*, de Augustin Hamon e *Germinal*, de E. Zola. Motta Assunção e Everardo Dias se responsabilizavam por estes títulos além dos escritos em português: *A Igreja e o Proletariado* e *Autópsia à Bíblia Sagrada*, de Heliodoro Salgado, que vinham de Portugal.⁴²

No ano de 1904, os anarquistas do Brasil iniciam uma intensa campanha contra a guerra entre a Rússia czarista e o Japão. O conflito dizia respeito a todos os libertários, pois, como forma de eliminar os presos políticos, o czar Nicolau II enviava-os para a linha de frente. Entre os sentenciados que lotavam as prisões geladas do continental território eslavo, encontravam-se diversos anarquistas⁴³. A campanha de auxílio aos “camaradas russos” acabou por proporcionar a Neno uma emoção inesperada, uma vez que ele consegue um primeiro contato epistolar com Kropotkin. Em 1906, de Kropotkin, viriam as seguintes palavras nas quais o russo afirmava que o dinheiro não chegava tarde:

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

A Revolução Russa não se fará em um dia. Ela exigirá dois, três para se realizar, como a Revolução Francesa e a Inglesa (de 1648). Neste momento, um instante de reação terrível. Mata-se, fere-se, viola-se... os horrores praticados nas províncias Bálticas, no caminho de ferro Moscou-Kazan, pela Guarda Imperial, sobre os camponeses que se revoltam, e enfim sobre as raparigas que, cansadas de ver esses horrores, atiraram sobre o chefe de polícia de Minsk e sobre o vice-governador em Tampof, (...) É necessário remontar a Idade Média para imaginar o que essas duas jovens heroínas, A Ismailovich em Minsk, e Maria Spiridinoff em Tampof, sofreram.

E, no entanto, são as contrações do animal que morre. Por toda a parte penetra o espírito da revolução. Por toda a parte há um espírito novo.

A imprensa toma as liberdades e, apesar da perseguição, diz tudo. A nossa literatura anarquista aumenta e circula. E, como sempre em revolução, acham-se lado a lado os contrastes mais frisantes, de terror branco e de liberdade tomada.

Sabeis sem dúvida da greve imensa das minas que começou nos Estados Unidos, e das grandes greves dos mineiros do Norte, em França.

A Europa Ocidental agita-se também, e uma grande greve se prepara em França para o primeiro de maio. Que fazeis vós, camaradas, nesta direção? Se estalar uma greve geral num só país da Europa, haverá imensas greves por toda a parte.

Vosso, caros camaradas, e da Revolução Social.

Muito fraternalmente,

Pedro Kropotkin.

Que bonito nome A Terra Livre, que tomastes para o vosso jornal! Vai bem?⁴⁴

A fé de Kropotkin nas possibilidades revolucionárias mostra-se inabalável.

Como se referiu Kropotkin, em 1906, Neno estava colaborando com outro jornal. A última das 63 edições de *O Amigo do Povo* esgotara-se no ano de 1904. Como iniciativa prática, no dia 30 de dezembro de 1905, passava a circular em São Paulo o primeiro número de *A Terra Livre*. Mais uma vez era Neno Vasco o responsável pela correspondência. O administrador era Edgar Leuenroth, um sindicalista determinado, levado aos meios anarquistas por influência de Benjamim Mota, ainda na época da fundação do periódico anticlerical *A Lanterna*, em 1901. A aproximação entre Neno e o administrador de *A Terra Livre* foi fruto do amadurecimento da concepção classista defendida por ambos. A eles, iria somar-se Manuel Moscoso, gráfico malaguenho, antigo colaborador de *O Amigo do Povo*.

Antes de iniciar a publicação de *A Terra Livre*, Neno havia posto em curso, no mês de fevereiro de 1905, um outro projeto de propaganda teórica, a revista mensal

Aurora. Tal publicação trazia, na sua proposta editorial, a possibilidade da tradução de textos teóricos mais densos, e mesmo artigos de fundo da lavra de intelectuais brasileiros ou radicados no país, versando sobre o socialismo, ou abordando temáticas a partir desta concepção.

No seu primeiro número, a revista *Aurora* abrigou artigos de Piccarolo, uma tradução de Paul Robin, além de um outro do próprio Neno cujo conteúdo já vinha expresso no título: “A Liberdade”.⁴⁵ Nos números seguintes, os textos de Malatesta, Emile Armand, Kropotkin, Reclus, entre outros, pontuavam assuntos pertinentes aos diversos matizes teóricos do anarquismo. A revista cumpria a função de informar didaticamente, e com alguma profundidade, sobre o que se pensava e escrevia do anarquismo.

Neno Vasco terminaria por casar com Mercedes Moscoso, no ano de 1905.⁴⁶ Mercedes era irmã de Manuel Moscoso, grande amigo e companheiro de Neno. Com ela, Neno terá quatro filhos. A sua vida militante parece ter sido potencializada depois do casamento, uma vez que a sua produção teórica só faria aumentar. Ao que tudo indica a vida conjugal teria servido mais de inspiração que de entraves ao seu ativismo de grande publicista libertário. Mercedes, ainda que não se apresentasse publicamente, na mesma medida de uma Matilde Magrassi, não se fazia menos presente em espaços informais de organização.

O Rio de Janeiro, por sua peculiaridade no contexto geral das capitais brasileiras, abrigava uma classe operária bastante diversificada, na sua composição, origem étnica, distribuição ocupacional e organização⁴⁷. A postura do Estado frente aos trabalhadores era diferenciada: em muitos aspectos, certos políticos da Capital Federal percebiam no operariado um elemento a ser incorporado à estrutura que crescia com a República e, por isso mesmo, buscavam constantemente mediar os conflitos entre operários e seus patrões. Tal situação ensejou um crescimento importante de sindicatos reformistas, dirigidos por figuras que simbioticamente reuniam na sua retórica a proteção ao trabalhador e a conciliação com as empresas, em particular as vinculadas ao Estado. O germe do “trabalhismo carioca”⁴⁸ já podia ser notado nos primeiros anos do século XX.

Em 1903, como forma suplementar de combate às greves, o governo deu início a um grande esforço com vistas a livrar o Distrito Federal dos estrangeiros “indesejáveis”.⁴⁹ Para tanto, as autoridades policiais lançaram mão do delito de “vadiagem”, uma vez que era bastante fácil associar a predisposição ao delito com o ócio, embora este fosse involuntário. Uma estratégia que, no que se referia à perseguição aos operários grevistas, mostrava-se bastante operacional na medida em que a vadiagem e o grevismo encontravam, na ação repressiva coordenada pela

polícia, o mesmo termo. A mesma lógica que conferia todas as qualidades ao ato abstrato do trabalho retirava do trabalhador a sua importância.

A política do governo, no caso do Rio de Janeiro, resulta na deportação de portugueses, italianos, franceses e espanhóis, todos acusados de vadiagem e inclusos no artigo 399 do Código Penal da República⁵⁰. Diante do exposto, não é exagerado afirmar que as deportações, para além dos motivos alegados oficialmente, justificam-se muito mais por temer o governo uma iminente combustão social, e muito menos por se encontrarem os imigrantes voluntariamente na condição de desempregados. Sendo a formação de um exército reserva de mão de obra premissa básica para a sistematização da prática de baixos salários, muito certamente o esforço no sentido da repatriação por parte do Estado brasileiro residia tão somente na razão da segurança interna e não a bem da moralização social como queria fazer crer o governo.

Dentro do mesmo contexto, mas com algumas especificidades, estava o caso dos deportados anarquistas que, segundo os processos, sofriam tal penalidade pelo delito de professarem a referida doutrina social. A legenda concernente aos crimes políticos perpetrados pelos anarquistas na Europa ganhava contornos ainda mais terríveis uma vez que conseguia adeptos entre as figuras proeminentes da política e das letras. O próprio Rui Barbosa, em artigos de 1900, encontrou motivos para criticar duramente os libertários, tomando como exemplo o assassinato, em Monza, do rei da Itália Humberto I.⁵¹ Um juízo que encontrava legiões de signatários entre os mais influentes formadores de opinião da época.

A greve generalizada de 1903 fez surgir, no mês de outubro, como fruto da necessidade de um órgão que melhor coordenasse as reivindicações, a Federação das Associações de Classe, inspirada no modelo defendido por Émile Pouget, à época secretário-geral da *Confédération Générale du Travail*.⁵² A CGT, fundada em Limoges, França, no ano de 1895⁵³, nascera sob a influência da *Fédération des Bourses du Travail*, que possuía como principal figura dinamizadora Fernand Pelloutier. Tanto este último quanto Pouget encontravam-se no campo das ideias anarquistas, e a presença deles, à frente destas importantes organizações operárias, devia-se ao simples fato de estarem os libertários empenhados em organizar, sob os moldes revolucionários, os trabalhadores franceses. Tal iniciativa havia sensibilizado o grupo editor de *O Amigo de Povo*; desde os primeiros números, não foram poucas as traduções, sob a responsabilidade de Neno, de excertos e opúsculos abordando a temática sindical a partir da ótica francesa. O contato com os italianos de São Paulo, e mesmo a importância que tiveram alguns deles na formulação de táticas

para o sindicalismo revolucionário, não afastou da perspectiva dos anarquistas no Brasil os paradigmas estabelecidos na França.

A complexidade da formação do sindicalismo revolucionário brasileiro tornar-se-ia ainda maior quando das relações com os anarquistas vindos da região platina. Como foi o caso do padeiro espanhol Manuel Muniz Palheiros que, em 1902, chegou no paquete *La Plata*, ao porto de Santos, após ter sido deportado de Buenos Aires, acusado de anarquismo.⁵⁴ As autoridades santistas, como de praxe, enviaram Palheiros para o Rio de Janeiro, local de triagem de deportados que por ventura desembarcassem no país. O assunto na capital ficou a cargo do Corpo de Segurança Pública do Distrito Federal, com acompanhamento dos Ministérios das Relações Exteriores e Justiça. Tratamento análogo deveria ter sido dado a Oreste Ristori procedente da mesma parte do Continente. Nos primeiros anos daquele século, o trânsito, voluntário ou não, de anarquistas, atravessando as fronteiras entre a Argentina, Uruguai e Brasil, era intenso. No fim do ano de 1904, portuários filiados à Federação Operária Regional Argentina, desembarcaram no Rio de Janeiro com o propósito de firmar com a Federação das Associações de Classe um pacto de solidariedade entre trabalhadores de ambas as nações. No ano seguinte, com a consolidação dos postos sindicais ocupados pelos anarquistas, foram expedidos boletins que concitavam os operários à greve geral, por entre outras coisas, em solidariedade aos proletários de Buenos Aires, Montevideu e Santos⁵⁵. A afinidade de táticas entre os portenhos e cariocas chegou mesmo a motivar a alteração do nome da Federação, em seu segundo aniversário, para Federação Operária Regional Brasileira.

No *A Terra Livre*, Neno Vasco avaliava a aproximação muito positivamente e, com base em telegrama enviado do Rio de Janeiro, denunciava, na coluna ironicamente intitulada “Caixão de Lixo”, a vigilância da polícia sobre os “anarquistas malfétores” vindos da região do Prata: “Estes suspeitos teriam estabelecido seu quartel general no bairro da Gávea. Consta que anteontem a polícia proibiu o desembarque de outros dois anarquistas provenientes de Montevideu”⁵⁶. E ainda, segundo os jornais cariocas, os anarquistas projetavam dar assalto a alguns bancos entre os quais “o Banco Alemão”.⁵⁷ Para comprovar a existência de uma ação coordenada entre os governos capitalistas, o artigo salienta a participação do chefe de polícia de Montevideu nas denúncias feitas contra os anarquistas que desembarcaram no Rio de Janeiro. Agindo preventivamente, a polícia temia - ou utilizava tal temor - a disseminação da prática da expropriação já bastante comum entre os anarquistas na Europa e, posteriormente, na região Platina⁵⁸. Era mesmo uma permanência tomada à “propaganda pelo fato”.

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

A importância que Neno confere à aliança com os “camaradas platinos” fica bastante clara também nas páginas do *A Terra Livre*. Os registros de entrada de correspondência marcam a chegada à redação de dois periódicos, um do Rio de Janeiro e outro de Buenos Aires - o *Novo Rumo* e *El Volcán Social* -, ambos saudados com o mesmo entusiasmo.⁵⁹

Durante os primeiros meses de 1906, e mesmo em seu primeiro número de dezembro de 1905, *A Terra Livre* publica ininterruptamente colunas extensas sobre o sindicalismo na França. Com pesadas críticas aos socialistas Jean Jaurès e Jules Guesde, buscando esclarecer as diferenças entre o sindicalismo revolucionário e as Trade-Unions inglesas, principalmente no campo político, Neno traduz textos e explicita suas opiniões. Reafirma a intenção dos sindicalistas revolucionários em buscar no terreno econômico a união dos trabalhadores das mais diversas concepções políticas, a ser alcançada pela via da reivindicação de classe, afastando do sindicato a discussão sobre a política eleitoral.

No Rio de Janeiro, o jornal *Novo Rumo* havia surgido como resultado prático do encontro de alguns anarquistas na Federação das Associações de Classe, em novembro de 1905. O motivo original da reunião devia-se à troca de impressões sobre os “Mártires de Chicago”, e dela participaram Joel Oliveira, Luigi Magrassi, José Romero, Alfredo Vasquez, Salvador Alacid, Carlos Labacle, José Rodrigues, Antônio Moutinho, João Benevenuto e outros. O colóquio acabaria por evoluir no sentido da formação de um grupo de afinidades políticas, que deu nome ao jornal. O *Novo Rumo* teve uma primeira fase sob a administração de Maria e Joel de Oliveira, depois ficando ao encargo de Magrassi e, em fins de 1906, passando às mãos de Mota Assunção.⁶⁰ O grupo Novo Rumo contribuiria significativamente para a organização de um congresso operário marcado para acontecer ainda no ano de 1906. Em harmonia com este propósito, Neno, no *A Terra Livre*, escreveria:

Abre-se no próximo domingo, no Rio de Janeiro, o primeiro congresso operário celebrado no Brasil. Como inicial a sua tarefa será árdua, tendo de procurar num meio onde o proletariado começa apenas a despertar para a consciência de classe, um método de organização e de luta, capaz de aproveitar da melhor forma possível as forças ativas do operariado.⁶¹

O evento primeiramente denominado: Congresso Operário Regional Brasileiro se realiza animado pelo clima de disputa com o líder reformista Pinto Machado e como consequência de uma iniciativa frustrada da União Operária do Engenho de Dentro, no sentido de organizar um encontro semelhante.

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

As sessões são celebradas em pleno outono carioca, no Centro Galego, entre os dias 15 e 22 de abril de 1906. Presentes ao Congresso estiveram 43 delegados representando 28 associações de várias partes do país. Do total das representações sindicais 16 eram do Distrito Federal, quase todas vinculadas a ramos industriais, e algumas como: estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços⁶². Pinto Machado, apesar das grandes divergências com os anarquistas, fez parte da comissão preparatória do Congresso e presidiu algumas de suas sessões.⁶³ Outra liderança reformista participante foi Mariano Garcia, representando a União dos Manipuladores de Tabaco.⁶⁴ Entre os mais destacados anarquistas estavam presentes como delegados: Luigi Magrassi, Caralâmpio Trillas, Giulio Sorelli, João Arzua, Motta Assunção, João Benevenuto, Edgard Leuenroth, Ulisses Martins, Carlos Dias, Manuel Moscoso, José Santos Marques, Eduardo Vassimon e Augusto Altro.

Durante as 12 sessões foram discutidas teses básicas do sindicalismo revolucionário tais como: neutralidade sindical, federalismo, antimilitarismo, antinacionalismo, greve geral, boicote, sabotagem, etc. Quanto à neutralidade política resolveu-se que:

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.⁶⁵

Via-se aí, não apenas o fracasso das pretensões reformistas, como também a permanência das teses defendidas por Bakunin na Internacional. O assistencialismo, marca do reformismo, caía derrotado; as presidências eram substituídas por comissões administrativas, também na discussão sobre a “organização”; no quesito “ação operária” a luta pelas oito horas se sobrepuja à do aumento salarial: “que o aumento do salário é mais uma consequência, um efeito da diminuição de horas de trabalho, da menor desocupação e do bem-estar relativo do que uma causa dos mesmos”. O Congresso prevê ainda a organização por ofícios, por indústria ou, em último caso, por ofícios vários. No plano da organização nacional, no interior da futura Confederação Operária Brasileira, a COB, que teve seus estatutos aprovados nesse mesmo encontro:

O Congresso considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

e educação operária, o método – federação – a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de funções sem autoridade, e delibera, outrossim, fazer as necessárias práticas para a sua fundação, devendo a atual Federação Operária Regional Brasileira modelar-se pelas bases de acordo, que deverão ser discutidas no presente Congresso e se faça completa separação desta federação local do Rio, que terá com a confederação as mesmas relações que as demais.⁶⁶

O Congresso resolve criar o jornal *A Voz do Trabalhador*, que deveria auxiliar a COB na propaganda de seus objetivos.

As semelhanças da nova Confederação com a CGT francesa eram muitas - não apenas no nome do semanário da congênera francesa, *La Voix du Peuple*, criado em dezembro de 1900 e dirigido inicialmente por Émile Pouget⁶⁷ -, mas principalmente na estrutura federativa. O próprio texto do Congresso consignava deferência especial à CGT ao enviar “ao operariado francês a mais ardente expressão das suas simpatias e solidariedade, mostrando-o como modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil”⁶⁸. Também na tese das 8 horas de trabalho, que deveria ser defendida a cada 1º de Maio, a influência francesa se fazia presente de forma bastante clara.

Por sua amplitude e representatividade o evento fica denominado Congresso Operário Brasileiro. Por coerência também, a Federação Operária Regional Brasileira mudava seu nome para Federação Operária do Rio de Janeiro.

Os organizacionistas no Brasil já haviam entendido a necessidade de se explorar as condições favoráveis proporcionadas pelo ascenso das forças proletárias reunidas em torno do sindicalismo revolucionário. Observando-se as devidas especificidades históricas e econômicas tratava-se então de colocar em marcha o projeto de revolução contido nas premissas adotadas no Congresso Operário. Perseguindo tal objetivo os jornais, grupos de afinidade e outros meios de que dispunham os organizacionistas tinham agora que colaborar para fazer frente aos enormes desafios lançados com a definição bem nítida de uma organização classista. Para tanto, os grupos “A Terra Livre”, de São Paulo, e “Novo Rumo”, do Rio de Janeiro, decidiram que o periódico que se publicava em São Paulo deveria ser transferido para a Capital Federal, até que a Confederação Operária Brasileira fosse efetivamente fundada e seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, passasse a circular com alguma periodicidade. Assim, o *A Terra Livre*, passou a ser editado no Rio de Janeiro, sob a administração do espanhol José Romero, a partir de abril de 1907.⁶⁹

Nesse mesmo ano, Neno, em um prefácio à peça escrita por Motta Assunção, *O Infanticídio*, insurgia-se contra os modelos clássicos da “velha concepção cênica de Deus e do Diabo”, a simples oposição de tipos⁷⁰. Tal juízo fundamentava-se na crítica feita por Assunção aos textos sem imaginação, baseados em uma estética operária já em extinção, mesmo artesanal, que remetia a assistência ao romantismo medieval. O próprio crítico, após sua revelação um tanto intempestiva, comprometia-se a escrever uma peça “cheia de realidades”. Neno finaliza o prefácio inferindo sobre o que realmente pretendia o autor: “fazer pensar, apontar chagas em um remédio ao lado, e nunca fazer rir, fazer passar o tempo à custa das misérias que enfeiam e ensangüentam o nosso tempo”.⁷¹ Ele na realidade resumia, aproveitando o ensejo e interesse pela *O Infanticídio*, de que forma se devia dar o engajamento anarquista na produção do texto teatral.

No mesmo ano Neno escreveu a peça anticlerical *O Pecado de Simonia*, em um ato,⁷² que foi encenada no Centro Galego, pelo Grupo Dramático Teatro Social, em conjunto com outras atividades destinadas a arrecadar fundos para *A Terra Livre*, do Brasil, e *Tierra y Libertad*, de Madrid. No ano seguinte, em função do problema de moradia nas duas grandes capitais do país, ele tinha já em mãos uma segunda peça, *Grave de Inquilinos*, “farsa em um ato”⁷³, que foi encenada em fins de fevereiro novamente pelo Grupo Dramático Teatro Social, no mesmo Centro Galego. Foi ainda na mesma oportunidade, muito provavelmente por interferência de Neno, apresentada a peça do anarquista português, Campos Lima, *A Ceia dos Pobres*. Embora as peças de Neno tenham sido divulgadas em São Paulo, ao que tudo indica, faziam mais sucesso no Rio de Janeiro. Na capital bandeirante, naquele primeiro lustro do século, os grandes sucessos eram mesmo as montagens de *Primo Maggio* e de *Senza Pátria* do anarquista italiano Pietro Gori.⁷⁴

Neno Vasco acreditava que, para melhor assimilação do conteúdo social, os argumentos das peças de teatro precisavam ter relação com os problemas contemporâneos. No caso da sua *Greve de Inquilinos* ele fazia coro com as queixas expressas nas agendas populares. Em Buenos Aires a questão habitacional envolvendo os precários *conventillos* já fizera “correr sangue”, no dizer de Olavo Bilac. Até mesmo o “Príncipe dos Poetas” mostra-se disposto a reconhecer a grande aflição na qual se encontravam os trabalhadores pobres do Rio de Janeiro. Uma Liga de Inquilinos, que contava com a sua simpatia, congregava os “operários, os pequenos empregados, os funcionários de baixa categoria, muitos dos quais ganham apenas cem mil-réis por mês, e são obrigados a pagar cinquenta ou sessenta mil-réis por um quarto sem luz numa ‘avenida’ infecta”. Bilac denuncia o número decrescente de habitações destinadas ao cidadão de baixa renda

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

... porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgam-se ruas largas e suntuosas, em que se edificam palacetes elegantes e caros. (...) Tudo isso justifica a fundação da Liga dos Inquilinos. Unem-se os inquilinos infelizes contra os proprietários cruéis. Nada mais justo. Todos os fracos recorrem a esse meio de defesa, que é o único eficaz: a união das suas fraquezas, constituindo uma força respeitável.⁷⁵

Para os anarquistas era ocasião para mobilização. No ano de 1908, a Confederação Operária Brasileira, inicia suas atividades no Rio de Janeiro. O jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da COB, publica em seu primeiro número o projeto da Confederação.⁷⁶ Uma nova crise entre os governos do Brasil e Argentina obriga o jornal a combater o belicismo através da consigna: “Guerra à Guerra”, e propor uma greve geral, a ser deflagrada pelas centrais sindicais de ambos os países, além de anunciar um periódico específico para disseminar o antimilitarismo, cujo nome seria: *Não Matarás!*

No ano de 1909, o fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo catalão filo-anarquista, ganhou por todo o mundo espaço nos jornais burgueses e operários. No Brasil, até o antigo adversário dos anarquistas, o jurista Rui Barbosa reconhece a iniquidade do fato. Os anarquistas estavam empenhados em transformar as manifestações em propaganda da filosofia pedagógica de Ferrer, não fazendo qualquer distinção ou restrição à presença de políticos e entidades reformistas.

Ainda que Neno não tenha assentido publicamente, o ano tinha sido marcado por ousados atos por parte dos anarquistas, muitos dos quais, no campo da ilegalidade. Em um destes episódios, encontrava-se fundeado na baía da Guanabara um navio vindo da Argentina. Alguns membros da FORJ, que haviam recebido as costumeiras notícias de Buenos Aires, a serem publicadas no *A Voz do Trabalhador*, tomaram conhecimento de que nos seus porões, atingido pela “lei de residência”, encontrava-se o militante libertário e membro do coletivo do *La Protesta*, Máximo Suarez. De posse desta informação, em colaboração com os trabalhadores da estiva, os anarquistas conseguiram, em ação espetacular, evadir Suarez do confinamento e colocá-lo à salvo em terra firme.⁷⁷ Uma ação que, quer por gratidão, quer por afinidade política, resultou na integração do deportado ao setor libertário organizacionista no Brasil.

Sabe-se que a deportação de Suarez não era fenômeno isolado. Na vizinha Argentina as greves apresentavam curvatura ascendente, as coisas haviam piorado muito após o massacre de operários durante o 1º de Maio na *Plaza Lorea*, na capital

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

portenha. Como resultado, um jovem trabalhador russo, Simón Radowitzky, morador em um dos *conventillos* daquela cidade, justiça com uma bomba o chefe de polícia Ramón Falcón, diretamente responsável pela carnificina.⁷⁸ No caso brasileiro, a lei Adolfo Gordo de 1907, não permitia dúvidas sobre a intenção do governo.

Como parte da campanha em torno das insurreições populares, no ano de 1908, o *A Terra Livre* abre suas colunas para a propaganda contra os efeitos da ditadura de Porfirio Díaz, debaixo da qual se encontrava o povo mexicano por cerca de 30 anos.⁷⁹ Um comunicado dos anarquistas cubanos convidava o jornal a cerrar fileiras no sentido de denunciar os desmandos e torturas pelos quais passavam os trabalhadores mexicanos. A iniciativa tinha partido de um grupo de “sociedades operárias” de Havana que, organizado em uma Liga com este propósito específico, levava adiante a tarefa de sensibilizar outros núcleos anarquistas para os fatos. Neno se enche de entusiasmos pela causa mexicana, vislumbra nos levantes a possibilidade de um primeiro passo para outros de igual conformação no continente. Como vinha acontecendo, a campanha acabaria por ganhar espaço no periódico da COB, aproximando dessa forma o operariado brasileiro dos camponeses e índios em luta no México.

Como já fizera em 1905, na ocasião da repressão aos anarquistas na Rússia, Neno encabeça um comitê de auxílio aos revolucionários mexicanos. Trata de entrar em contato com os membros do Partido Liberal Mexicano, uma antiga agremiação política que havia evoluído para um órgão revolucionário, que se encontrava agora animada pelos anarquistas Ricardo e Henrique Flores Magón. As relações, muito depressa, se tornam intensas.

A despeito da crise geral, no ano de 1910 aparece em São Paulo a revista *Anima Viva*, dirigida por Ernestina Lésina, conclamando as mulheres à luta em favor da causa dos trabalhadores.⁸⁰ O apelo não era novo, o *A Terra Livre* e o *Novo Rumo* já noticiavam a mobilização das mulheres operárias em favor de melhores condições de trabalho, redução da carga horária e contra os abusos sexuais, habitualmente praticados por contramestres. Uma situação que encontrava similaridade em outras tantas notícias que enchiam as páginas dos jornais operários e anarquistas dentro e fora do Brasil. De fato, a questão da mulher, assim como a do menor operário, foi sempre uma tragédia com nuances próprias na dilatada crônica histórica da classe trabalhadora.

Matilde Magrassi, operária de origem italiana que, em 1906, havia participado da campanha de solidariedade aos trabalhadores russos⁸¹ vinha colaborando com os

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

jornais libertários desde o ano de 1904. Foi fundadora do *Novo Rumo*, nas páginas do qual passou logo a pregar uma nova ética para as mulheres de sua classe. Em um de seus textos, este no *O Amigo do Povo*, afirmava: “Se ainda ontem nós, as proletárias, ensinávamos nossos filhos a recitar desde manhã até a noite orações, súplicas, rogando a deus o pão cotidiano, hoje temos elementos para compreender que nenhum deus nos dá o pão, a nós e a eles, se não nos afadigarmos a ganhá-lo”.⁸²

O casal Magrassi, Matilde e Luigi, era muito próximo a Mercedes e Neno. Luigi havia sido deportado da Argentina entre novembro de 1902 e fevereiro de 1903. Sua participação nos primeiros congressos, representando a Sociedade de Artes Gráficas, tinha sido fundamental para a consolidação da representatividade dos anarquistas, junto aos sindicatos, em Buenos Aires.⁸³ A orientação de Luigi no campo doutrinário era, em grande medida, semelhante à de Neno. Mas o caráter extrovertido dos Magrassi contrastava vivamente com o acanhamento dos Moscoso Vasconcelos. Mercedes, por exemplo, era ainda mais tímida que Neno, muito diferente de sua amiga italiana, apresentava pouca inclinação para a exposição discursiva ou mesmo escrita.

Poucos anos após o parto de Ciro, nasceria a primeira filha do casal. Por força das leituras de clássicos da literatura, o casal Moscoso Vasconcelos escolheu para nome da menina o da personagem de *Os Miseráveis*, de Vitor Hugo, Fantina. Se a nova presença na casa multiplicava as alegrias, na mesma razão aumentava as dificuldades financeiras. Os tormentos do casal, ainda assim, eram minimizados pelo contato com Fantina, que muito depressa fazia-os esquecer das limitações materiais. No início de 1910, nasce um terceiro filho, o Dino. Mas um surto de meningite, que não era incomum na cidade de São Paulo, acabou por comprometer a saúde do pequeno que não resiste.⁸⁴ A tristeza parecia não ter mais fim. Abatido pelo drama pessoal, Neno afasta-se algum tempo da militância, sem, no entanto, abandonar por completo o *A Terra Livre* que continuaria a ser publicado até novembro de 1910, quando deixaria de circular lá pelo seu 75º número. Nas semanas que se seguiram à morte de Dino, Neno passou a achar tudo estranhamente hostil. Mesmo a lusofobia contra a qual lutara como parte dos entraves ao internacionalismo, parecia-lhe agora intolerável.

O retorno

Em concomitância a todo um quadro que se alterava, um fato tornava-se particularmente relevante para Neno. Dois anos depois do regicídio, que interrompia a linha sucessória da Monarquia, uma revolução acabava de estourar

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

em Portugal, no dia 4 de outubro de 1910. Quartéis haviam se amotinado contra a velha ordem. Há dias os republicanos estavam preparando o golpe de misericórdia a ser desferido no regime moribundo, o que viria a acontecer no dia 5 de outubro.⁸⁵

Neno conhecia alguns dos revolucionários mais destacados. Seus artigos, na época de *O Mundo*, facultaram-lhe algumas relações com setores mais radicalizados do republicanismo. Afinal, era possível que, com a República, o movimento operário em Portugal desse sinais de organização com vistas a ações revolucionárias. Com o clima de mudanças, vinha necessariamente a expectativa do operariado português que, uma vez explicitada pela agitação e propaganda, poderia render frutos à formação mais clara de uma consciência de classe.

O ano de 1911 irrompe encontrando Neno já decidido a retornar à Europa para rever amigos e colaborar com o movimento operário. Perseguia-o a ideia da Internacional Anarquista e, com seu concurso, assim pensava, além da proximidade dos anarquistas mais estreitamente ligados a esta dimensão e propósito, aumentavam as chances do Brasil e Portugal figurarem em uma rede internacional organizada.

O anúncio da partida de Neno foi acompanhado de lamentos dos “camaradas” no Brasil. Edgard Leuenroth, que por esse tempo aproximara-se muito dele, tratou de formalizar uma relação envolvendo a continuidade das traduções, publicações e artigos que, a partir do estabelecimento de Neno em Lisboa, deveriam cruzar o Atlântico periodicamente sob forma de correspondência. Tal tarefa deveria servir também para gerar algum recurso para Neno, uma vez que, ao desembarcar no país natal, ver-se-ia sem ocupação fixa, ao menos por alguns meses. Para tanto, Neno conseguiu garantir o envio de notícias da Europa para o jornal anticlerical *A Lanterna*,⁸⁶ dirigido nesse período por Leuenroth, assim como depois o faria com o *Diário*, de Porto Alegre. Com a proximidade da partida de Neno, os anarquistas de São Paulo reuniram-se na Cantareira, em 4 de abril, e prestaram-lhe uma grande homenagem.

Em Lisboa, Hilário Marques, editor da revista libertária *A Sementeira*, esperava por Neno⁸⁷. Seu trabalho no Brasil não o afastara por completo do país natal; muito ao contrário, suas atividades na fração lusófona da América, tinham rendido a ele já algum prestígio junto aos camaradas portugueses.

A família embarca e se dirige às “esplêndidas”⁸⁸ acomodações da “terceira classe”⁸⁹. Seria essa uma viagem diferente para ele. Com os poucos recursos de que dispunha, só lhe restou a alternativa de adquirir os bilhetes de 103\$ cada, mais

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

imposto de 5%, para os membros adultos da família. Dessa vez, ele viveria a experiência da travessia atlântica na base da pirâmide social. Não deixava de ser uma consequência previsível em função das opções que tinha feito desde a chegada ao Brasil.

Neno Vasco em Lisboa mantém-se intimamente ligado à militância. Ainda que domiciliado em seu país natal, permaneceu entregue a privações materiais e dissabores domésticos. Antes de falecer vitimado pela tuberculose, em 1920, perderia meses antes a esposa Mercedes, arrastada à sepultura pelo mesmo mal. Contudo, antes de ter sua vida consumada pela pobreza, foi um dos mais ativos anarquistas do período. Graças a ele jornais foram criados, traduções de textos clássicos foram realizadas, revistas editadas e congressos operários celebrados. Muitas dessas iniciativas contaram com a colaboração de seus contatos no Brasil, algumas delas, como foi a tentativa simultânea de levante nos dois países, em 18 de novembro de 1918, de clara inclinação revolucionária e operária. Em 1919, foi um dos grandes entusiastas da criação do jornal sindicalista revolucionário *A Batalha*, bem como da Confederação Geral do Trabalho portuguesa.

A “década brasileira” marcou profundamente o seu pensamento. Para a estatura alcançada dentro das fileiras anarquistas portuguesas, muito teria colaborado a sua formação entre brasileiros e imigrantes que, como ele, haviam experimentado a travessia do Atlântico. Mais que tudo, o pensamento de Neno Vasco se robusteceu graças à sistemática troca, à convivência cotidiana e a partilha de ideias com aqueles internacionalistas que desprezavam as pátrias e os patrões.

Notas e referências

- ¹ Utilizaremos nas primeiras páginas o prenome de batismo de Neno Vasco, visto ter ele adotado publicamente o pseudônimo apenas no primeiro ano de século XX. Cf. SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- ² Em 1878, ano do nascimento de Gregório, a população do Concelho de Penafiel contava 28.983 “almas” e 7.234 “fogos”. Estima-se a população portuguesa, no continente do reino, em 4.348.551 habitantes. José F. Coelho FERREIRA. *Penafiel há Cem Anos – 1890-1894 (aspectos do século XIX e XX)*. Porto: Editora Livrofiel, 2000, p. 97.
- ³ FERREIRA, p.37
- ⁴ Almeida Garrett, em seu livro *Viagens na Minha Terra*, de 1843, a partir de das relações sociais e econômicas do liberalismo-monárquico, refere-se ao surgimento de uma nova classe e da morte de uma outra, semelhante no parasitismo, mas diferente na periculosidade: “O barão (novo-rico) mordeu o frade, devorou-o(...) e escouceou-nos a nós

-
- depois. Como que havemos nós agora de matar o barão? (...) São a moléstia deste século/.../ O frade foi quem errou primeiro em nos não compreender, a nós, ao nosso século, às nossas inspirações e aspirações: como o que falsificou a sua posição, isolou-se da vida social, fez da morte uma necessidade, uma coisa infalível e sem remédio. Assustou-se com a liberdade que era sua amiga, mas que o havia de reformar, e uniu-se ao despotismo que o não amava senão relaxado e vicioso, porque de outro modo lhe não servia nem o servia.” Essa crítica à Igreja encontramos-la também no romântico Alexandre Herculano e em outros depois dele. Almeida GARRETT. “O Barão mordeu o Frade, Devorou-o... E escouceu-nos a nós”. In: Joel SERRÃO (org.) *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo* – antologia de pensamento político português. Lisboa: Horizonte Universitário, 1979, p.97.
- ⁵ Miriam Halpern PEREIRA. *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, p.8.
- ⁶ Oliveira MARTINS. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editora, 1994, p.159.
- ⁷ Segundo Oliveira Martins, excetuando-se a emigração clandestina, somente no ano de 1887, saem de Portugal 13.600 indivíduos do sexo masculino. O governo estimulava a saída de homens adultos por entender que estes retornariam ou manteriam, ao menos nos primeiros anos, um fluxo de remessa de capitais para a formação de uma poupança nas suas respectivas regiões de origem. MARTINS, 1994, p.185.
- ⁸ Pedro de Amorim Viana publicou, em 1852, pelo jornal *A Península*, em 13 folhetins, *Análise das Contradições Económicas de Proudhon*. Cf. PETRUS. *Proudhon e a Cultura Portuguesa* vol I. Lisboa: Editorial Cultura Portugal, 1968.
- ⁹ José Júlio Oliveira Pinto publicou, em 1853, em *O Instituto*, de Coimbra, o texto *Proudhon e a Economia Política*. PETRUS. 1968, p.8.
- ¹⁰ Joaquim José Maria de Oliveira Valle publicou, em 1866, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, a tese *Proudhon e o Imposto*. PETRUS. 1968, p.25.
- ¹¹ Joaquim Maria de Brito publicou, em 1869, em uma segunda edição, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, a tese *Philosophia do Direito*. PETRUS. 1968, p.54.
- ¹² Antônio dos Santos Pereira Jardim publicou, em 1880, em sua terceira edição, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, a tese *Princípio de Finanças – Proudhon e a Teoria do Imposto*. PETRUS, 1968, p.98.
- ¹³ Silva MENDES. *Socialismo Libertário ou Anarchismo*. Ed. *Fac-símile*. Lisboa: Letra Livre, 1896, p. 279.
- ¹⁴ Maria Filomena MÓNICA. *Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.32.
- ¹⁵ Em 31 de janeiro de 1891, dá-se, a partir do Porto, uma tentativa de derrubar a monarquia. O intento, frustrado pelas tropas do governo, precipitou pesada repressão sobre os implicados na insurreição. Após o evento, o Partido Republicano mergulharia numa profunda crise que se estenderia por cerca de cinco anos. O Brasil, nesta época, chegou a servir de exílio aos implicados, no 31 de janeiro. Lideranças, como Basílio Teles e Augusto Malheiro, estiveram na recém-criada República dos trópicos por algum tempo. Antônio VENTURA. *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p.16.

-
- ¹⁶ VENTURA. 2000, p.22.
- ¹⁷ *O Mundo*, 15/11/1901.
- ¹⁸ Joel SERRÃO. *Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d., p.152.
- ¹⁹ PEREIRA, 1981, p.20.
- ²⁰ Edilene TOLEDO. *O Amigo do Povo*: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos Primeiros anos deste século. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1993, p.25.
- ²¹ O antropólogo norueguês Fredrik Barth usa o conceito de “formas institucionais explícitas” quando se refere a agrupamentos étnicos. Ao analisar alguns casos de grupos Pathan e de pescadores do litoral de seu país, ele adverte que: “É, portanto, inadequado considerar que as formas institucionais manifestas constituem as características culturais que a todo o momento permitem distinguir um grupo étnico, pois estas formas são determinadas tanto pela ecologia quanto pelo legado cultural. Também não é correto alegar que toda a diversificação interna a um grupo seja um primeiro passo rumo à subdivisão e à multiplicação de unidades”. A preocupação de Barth reside, em grande medida, na complexa tensão existente entre a “cultura” e a formação dos “grupos étnicos”. Afastando-se da corrente conhecida como culturalista da antropologia, ele sugere a percepção de um diálogo constante entre a identidade “construída relacionalmente” entre os indivíduos de um grupo, e a cultura que, de forma mais ampla, os identifica. O excepcional é, dessa forma, o ingrediente comum a todos os grupos. Fredrik BARTH. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 30.
- ²² Em Portugal, por ocasião do embarque de Neno eram ainda raras as traduções dos escritos de Malatesta. O primeiro teria sido *A Anarquia*, editado pelo “Grupo Boa Nova” de Lisboa, em 1895. Carlos da FONSECA. “Introdução”. In: J.M. Gonçalves VIANA. *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p.42.
- ²³ *O Amigo do Povo*, 19/04/1902
- ²⁴ *O Amigo do Povo*, 24/05/1902.
- ²⁵ Carole REYNAUD-PALIGOT. “*Les Temps Nouveaux*” 1895-1914. Pantin: Acratie, 1993, p.63.
- ²⁶ *O Amigo do Povo*, 24/05/1902.
- ²⁷ TOLEDO, 1993, p.90.
- ²⁸ Sobre essa tendência Malatesta afirmaria: “Os antiorganizadores mais imoderados suportam não apenas a organização geral da sociedade em que vivem, mas também os seus atos, em sua revolta contra a organização, eles se unem, dividem a tarefa, organizam-se com aqueles que compartilham suas ideias, utilizando os meios que a sociedade coloca à sua disposição; com a condição de que sejam fatos reais e não vagas aspirações platônicas”. Errico MALATESTA. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989, p.72.
- ²⁹ Carlo ROMANI. *Oreste Ristori* - Uma aventura anarquista. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2002, p.121.
- ³⁰ ROMANI, 2002, p.121.

-
- ³¹ Cristina Hebling CAMPOS. *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 e 1921*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1988, p.15.
- ³² ROMANI, 2002, p.122.
- ³³ ROMANI, 2002, p.122.
- ³⁴ *14 de Julho*, 14/07/1904.
- ³⁵ Luigi BIONDI. “Anarquistas italianos em São Paulo: o grupo do jornal anarquista La Battaglia e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos”. *Cadernos do AEL: anarquismo e anarquistas*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9: 109-121, 1998, p.118.
- ³⁶ ROMANI, 2002, p.15.
- ³⁷ *O Amigo do Povo*, 20/08/1904.
- ³⁸ Em 19 de novembro de 1896, Brasil e Itália firmam um Protocolo garantindo indenização, por reclamações apresentadas, a italianos residentes no país. Eugênio Vargas GARCIA. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo/Brasília: Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p.81.
- ³⁹ Benjamim Mota escreveria, em *A Plebe* de 31/05/1919, sobre a morte do anarquista italiano Polinice Mattei, segundo ele, “a primeira vítima da questão social no Brasil”. Mattei teria sido alvejado em um confronto entre a polícia, anarquistas, socialistas e patriotas italianos, estes últimos organizados em torno da *Unione Meridionale* do Bom Retiro. À frente desta sigla, encontrava-se Nicolau Matarazzo, que havia proposto a comemoração de uma data patriótica italiana em São Paulo, proposição combatida pelos anarquistas e socialistas nas ruas e que teria ensejado a troca de tiros entre os grupos em oposição. No dia seguinte, a polícia impediu o cortejo que levaria o corpo do anarquista até o cemitério do Araçá, à época recém-inaugurado. Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael M. HALL. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p.25.
- ⁴⁰ TOLEDO, 1993, p.127.
- ⁴¹ *O Amigo do Povo*, 16/08/1902.
- ⁴² *O Amigo do Povo*, 19/04/1902.
- ⁴³ Os presos de Kalisy foram instados pelo governo do czar à incorporação no exército com o objetivo de combaterem na guerra em troca da liberdade. Diante da recusa destes, as autoridades militares de Moscou levaram-nos à noite para uma floresta nas imediações da capital e, após obrigá-los a abrir as próprias covas, enterram-nos vivos. Edgar RODRIGUES. *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR, 1993, p.95.
- ⁴⁴ RODRIGUES. 1993, p.143.
- ⁴⁵ *Aurora*, 01/02/1905.
- ⁴⁶ Portugal. Biblioteca Nacional de Portugal-AHS. (reservados) Neno Vasco. Carta de Aurora Moscose Botelho datada de 23/09/1986.
- ⁴⁷ CAMPOS. 1988, p.26.
- ⁴⁸ Cf. Boris FAUSTO. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- ⁴⁹ Cf. Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

-
- ⁵⁰ Brasil. Arquivo Nacional. GIFFI-C.6C-121
- ⁵¹ Alexandre SAMIS. *Clevalândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002, p.44.
- ⁵² SAMIS. 2002, p.44.
- ⁵³ Jean MAITRON. *Le Mouvement Anarchiste en France I – des origins à 1914*. Paris, Gallimard, 1992, p.308.
- ⁵⁴ Brasil. Arquivo Nacional. GIFFI-C.6C-93
- ⁵⁵ Oscar FARINHA. *Atuação Libertária no Brasil: a Federação anarco-sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001, p.18.
- ⁵⁶ *A Terra Livre*, 31/12/1905.
- ⁵⁷ *A Terra Livre*, 31/12/1905.
- ⁵⁸ Cf. Oswaldo BAYER. *Los Anarquistas Expropiadores, Simon Radowitzy y otros ensayos*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1975.
- ⁵⁹ *A Terra Livre*, 17/02/1906.
- ⁶⁰ *Ação Direta*, maio de 1956.
- ⁶¹ *A Terra Livre*, 12/04/1906.
- ⁶² FARINHA. 2001, p.20.
- ⁶³ Edgar RODRIGUES. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.132.
- ⁶⁴ RODRIGUES, 1969, p.133.
- ⁶⁵ PINHEIRO e HALL, 1979, p.47.
- ⁶⁶ PINHEIRO e HALL, 1979, p.49.
- ⁶⁷ MAITRON, 1992, p.309.
- ⁶⁸ PINHEIRO e HALL, 1979, p.47.
- ⁶⁹ RODRIGUES, 1969, p.106.
- ⁷⁰ Francisco Foot HARDMAN. *Nem Pátria Nem Patrão*. São Paulo: Unesp, 2002, p.106.
- ⁷¹ HARDMAN, 2002, p.106.
- ⁷² Edgar RODRIGUES. *O Anarquismo: na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p.146.
- ⁷³ RODRIGUES, 1992, p.151.
- ⁷⁴ Pietro Gori esteve na Argentina entre 1899 e 1901. HARDMAN, 2002, p.47.
- ⁷⁵ Olavo Bilac. “Liga dos Inquilinos (1907)”. *Vossa Insolência: crônicas*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.292.
- ⁷⁶ *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908
- ⁷⁷ RODRIGUES, 1969, p.219.
- ⁷⁸ Oswaldo BAYER. *Los espropiadores, Simón Radowitzy y otros ensayos*. Buenos Aires: Editorial Galena, 1975, p.81-87.
- ⁷⁹ *A Terra Livre*, 13/06/1908.
- ⁸⁰ Maria Amélia de Almeida TELES. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.43.
- ⁸¹ TELES, 2003, p.43.

Dossiê

Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes

Alexandre Samis

-
- ⁸² Edgar RODRIGUES. *Os Companheiros* – vol. 4. Florianópolis: Insular, 1997, p.103.
- ⁸³ Iaácov OVIED. *El Anarquismo y el Movimiento Obrero en Argentina*. México: Siglo Veintiuno, 1978, pp. 164-283.
- ⁸⁴ Portugal. Biblioteca Nacional de Portugal-AHS. (reservados) Neno Vasco. Carta de Aurora Moscoso Botelho, datada de 23/09/1986.
- ⁸⁵ Rui RAMOS. *História de Portugal*. vol.VI. Lisboa: Estampa, 1994, pp.390-399.
- ⁸⁶ O jornal *A Lanterna* apareceu em São Paulo, no ano de 1901, dirigido por Benjamim Motta. Após o seu 60º número, cessaria de circular. Em 1909, Edgard Leuenroth retomava a publicação que se estenderia até 1916. Ainda em 1933, o jornal, sempre ostentando a legenda anticlerical, e com Leuenroth à frente, voltaria a ser editado, encerrando definitivamente suas atividades em 1935. Edgar RODRIGUES. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997, p.22.
- ⁸⁷ “Carta a Fábio Luz de 15/04/1911”. Dossiê Fábio Luz - *Remate de Males*. Revista do Departamento de Teoria Literária-Instituto de Estudos de Linguagem. Campinas, 18: 23-26, 1998, p.172.
- ⁸⁸ Assim afirmava a propaganda da companhia de navegação. *Jornal do Commercio*, 19/04/1911.
- ⁸⁹ Nas relações divulgadas, pelo *Jornal do Commercio*, das 1ª e classe intermediária não aparece o nome de Neno. Dessa informação, pode-se inferir que ele e sua família encontravam-se entre os 32 passageiros da 3ª classe, não discriminados nominalmente pelo periódico. *Jornal do Commercio*, 19/04/1911.

Recebido em 28 de abril de 2017/
Aprovado em 07 de agosto de 2017

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social

Giovanni Stiffoni

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO (Pós-doutorado)

Resumo: O objetivo desse artigo é compreender como os anarquistas italianos, que migraram para São Paulo no começo do século XX, evoluíram durante sua estadia no Brasil. O centro da nossa pesquisa foi o grupo de militantes que participaram na fundação e na divulgação do periódico *La Battaglia*. Assim, foi possível compreender e apreciar, também, o valor ideológico e a função social dessa experiência política.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquistas italianos - São Paulo - *La Battaglia*.

Abstract: The purpose of this article is to understand how the Italian anarchists, who migrated to São Paulo at the beginning of the 20th century, evolved over their stay in Brazil. The center of our research was the group of militants who participated in the foundation and the publication of the newspaper *La Battaglia*. Thus, it was also possible to understand and appreciate the ideological value and social function of this political experience.

KEYWORDS: Italian anarchists - São Paulo - *La Battaglia*.

O objetivo de nosso estudo é pesquisar as particularidades da imprensa anarquista dos italianos residentes em São Paulo no começo do século XX. Segundo a estratégia do historiador Carlo Ginzburg, preferimos concentrar nossa atenção em um caso específico para tentar chegar a algumas conclusões mais gerais. O objetivo da nossa pesquisa é analisar o *La Battaglia*, um jornal anarquista publicado no começo do século XX.

Escolhi o jornal *La Battaglia* para meu estudo por várias razões. Em primeiro lugar, segundo o historiador Biondi, este jornal teve um papel bastante importante na propaganda das ideias libertárias no Estado de São Paulo, dado que foram distribuídos entre 3000 e 5000 exemplares de cada número, uma quantidade considerável, tendo em conta a constante repressão policial que os militantes anarquistas tinham que enfrentar nesse território.

Também foi considerável a duração da sua publicação, tendo em vista o período de vida de outros periódicos libertários em língua italiana publicados nesse período no Brasil: *Gli Schiavi Bianchi* (1892- 1893); *L'Asino Umano* (1893-1894); *L'Arvenire* (1894-1895); *L'Operaio* (1896); *La Birichina* (1896-1898); *Il Risveglio* (1898-1899), *Palestra Sociale* (1900-1901), *Germinal* (1902). *La Barricata* (1912-1913), *Guerra Sociale* (1915--1917). Inclusive se consideramos os periódicos anarquistas publicados na

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

Itália, poucos logravam superar os três anos: *L'Alleanza Libertaria* (1908-1911), *Il Libertario* (1903-1922), *L'Agitazione* (1901-1906), *L'Università Popolare de Molinari* (1901-1918) e *Il Pensiero de Fabbri* (1903-1911). Mais êxito tiveram outras publicações em língua italiana publicadas no estrangeiro como *La Questione Sociale*, *Cronaca Soversiva* (Estados Unidos) *Il Risveglio* (Suíça) e *L'Agitatore* (Argentina).

Para compreender a função social que o *La Battaglia* manteve no panorama da imigração italiana, é importante analisar sinteticamente a situação do Estado de São Paulo nessa época. Em primeiro lugar, é importante sublinhar que a produção cafeeira era a atividade econômica predominante nesse Estado. Depois do aparente fim da escravidão em 1888 - a exploração do trabalho compulsório dos escravos durou ainda vários anos -, chegou o momento em que a demanda de mão de obra aumentou consideravelmente e, por isso, os fazendeiros brasileiros começaram a exigir um aumento da imigração de origem europeia. Essa exigência era muito forte também no setor têxtil, atividade financiada frequentemente pela comercialização do café. A integração dos italianos na indústria têxtil foi muito forte, tanto que no início do século XX, 65% dos operários que trabalhavam nesse setor em São Paulo eram italianos.

Nesse período histórico, segundo o historiador Trento, o fluxo migratório dos imigrantes italianos começou a adquirir dimensões consideráveis: somente entre 1903 e 1920, se teriam mudado para Brasil 306.562 imigrantes italianos, especialmente na parte meridional do país. A decisão desses cidadãos italianos de abandonar seu país era frequentemente determinada também por razões políticas, tendo em conta a repressão que, nos anos anteriores, o Governo Crispi atuou contra os movimentos sociais. Em particular, durante os governos desse antigo militante republicano, foram reprimidos o movimento dos *Fasci* siciliani e várias iniciativas do movimento operário no norte da Itália, até sendo posto na clandestinidade o partido socialista fundado por Filippo Turati, em 1892.

Como comentamos anteriormente, os imigrantes italianos fundaram várias publicações libertárias em língua italiana e participaram no debate político de outras em língua portuguesa. Em particular, no nosso estudo, vamos ter conta da contribuição dos anarquistas italianos que participaram no debate político do jornal *O Amigo do povo*.

Os maiores méritos da gênese do *La Battaglia* e da sua divulgação têm que ser atribuídos, segundo Alessandro Cerchiai, a Oreste Ristori que, ao contrário de outros redatores do periódico, tinha as capacidades necessárias para a realização desse projeto político-cultural:

Per il compagno Ristori la cosa cambia. Egli appena arrivato in Brasile si mise arditamente all'opera e, malgrado lo scetticismo della maggioranza dei

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

compagni fondò questo giornale... Non parlerò della lotte sostenute il primo anno per il giornale, non sarei creduto, ma lealmente devo dichiarare che persi ogni fiducia e Ristori continuò nella lotta e vinse.¹

Apesar dessa diferença de índole sublinhada por Cerchiai, se analisamos as biografias dos principais colaboradores do *La Battaglia*, encontramos, com certeza, alguns aspetos comuns entre eles. Para analisar de maneira exaustiva a figura de Ristori, recomendamos a biografia publicada por Carlo Romani, mas, para nossos fins, o que nos importa é lembrar somente que o Oreste nasceu em 1874 na província de Empoli, em uma família de assalariados rurais, a condição laboral mais precária no campo toscano. No começo da sua trajetória política, tomou um posicionamento individualista e foi protagonista de algumas ações isoladas contra o poder vigente na sua terra.

Por essa razão, ficou preso e foi condenado, também, a alguns períodos de rejeição longe da sua terra. Esses períodos foram particularmente importantes para sua formação política, dado que foi assim que conheceu o pensador libertário Luigi Fabbri e, graça a essa parceria, mudou a sua posição individualista para uma visão voluntarista próxima daquela de Errico Malatesta. Ristori morou também na França e na Argentina onde assistiu à greve de 1902. Nessa ocasião, o anarquista italiano tomou uma posição bastante crítica face a essa escolha que havia provocado muitos sofrimentos e sacrifícios no movimento operário sem conseguir resultados adequados. Perseguido pela polícia argentina, decide se mudar para o Uruguai e depois para o Brasil, onde seguia em contato com Tobia Boni que tinha uma trajetória muito parecida com a do amigo: protagonista de algumas ações de natureza individualista na Toscana e também relegado nas ilhas Tremiti, se muda para o Brasil.

Outra figura que apoia Oreste Ristori no seu projeto editorial é Alessandro Cerchiai: originário da cidade de Lucca, se muda em 1901 para São Paulo, onde escreve constantemente para vários periódicos anarquistas. Anteriormente, não se conhecem outras publicações significativas desse militante libertário. Embora tivesse tido uma formação mais significativa do que seus companheiros, foi bastante influenciado pelo socialismo libertário de Saverio Merlino y pelo “anarco-republicanismo” de Amilcare Cipriani. Essa figura é particularmente interessante, porque representa bem a linha de transição entre o pensamento de Mazzini e o militantismo anarquista. Por isso, não surpreende que, segundo a polícia italiana, o Alessandro Cerchiai foi também voluntário na luta pela independência da ilha de Creta, em 1897. Essa escolha de vários militantes anarquistas criou bastante polêmicas entre os companheiros, visto que não parecia coerente com o internacionalismo do movimento libertário. Entre as referências que marcaram a personalidade política do Cerchiai podemos citar também Pietro Gori, visto que o

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

advogado fazia parte do ambiente individualista milanês que o militante toscano frequentou.

A figura provavelmente mais conhecida entre os companheiros de Ristori foi Gigi Damiani, o único de origem romana, que foi conhecido pela sua atividade de propagandista libertário na Itália central e foi condenado a um período de relegação em Porto Ercole e nas ilhas Tremiti. No Brasil publicou alguns artigos no jornal satírico *La Birichina* e fundou em 1898 o jornal *Il Risveglio*. Foi também o correspondente de *O Amigo do Povo* desde Curitiba, desde essa cidade começou também a colaborar com Ristori no *La Battaglia*.

Menos informações se tem sobre Angelo Bandoni, nascido na Córsega, mas de família toscana. Nos documentos da polícia, ele aparece como uma figura marginal sem uma formação escolar definida. Apesar disso, quando se muda com a família para São Paulo, se torna uma das figuras mais importantes na propaganda cultural libertária, realizando uma intensa atividade jornalística e fundando o *Circolo Educativo Libertario* "Germinal" de São Paulo, onde se aplicavam os princípios da escola racionalista.

Aqui acabamos de citar somente as figuras mais relevantes e constantes entre os jornalistas do *La Battaglia*, mas a voz que emerge desse periódico é composta por uma comunidade muito mais ampla de imigrantes italianos de ideologia libertaria (Fosforo, Bortolo Tagliapietra, Un proletario della penna...) que nem sempre conseguimos identificar esses militantes, porque frequentemente os autores dos artigos preferiam ser anônimos em uma época de repressão policial. O que nos parece importante sublinhar é que a grande maioria dos redatores do *La Battaglia* e de seus colaboradores não eram os típicos membros da classe operária: Ristori ganhava a vida graças as suas atividades intelectuais (conferências, artigos para revistas...); Bandoni, no Brasil, se dedicava principalmente ao ensino; Alessandro Cerchiai trabalhava como sapateiro; Tobia Boni era ourives e Gigi Damiani trabalhava como pintor e como cenógrafo. Então eles pertenciam a essa figura entre artesanato e trabalhador autônomo que não estava ainda integrada na produção industrial. Esta figura profissional era ainda muito frequente na Itália central e também no Brasil, onde existiam somente as primeiras formas de industrialização.

Esse contexto socioeconômico dos colaboradores do *La Battaglia* pode ser bastante significativo para compreender a adesão desses imigrantes italianos ao movimento anarquista: esses trabalhadores que estavam acostumados a ser responsáveis pela sua atividade econômica não aceitavam facilmente a massificação da grande indústria e não podiam apreciar a visão marxista que confiava todo o controle da produção industrial ao Estado. O anarquismo, ao contrário, atribuía aos mesmos

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

trabalhadores a gestão dos meios de produção e por isso podia ser um pensamento político que suscitava um maior interesse entre militantes que normalmente participavam ativamente na organização da sua atividade econômica.

Como já comentamos, a chegada dos imigrantes italianos a Brasil, provoca o nascimento de numerosos jornais de inspiração libertaria (*Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire*, *L'Operaio*, *La Birichina*, *Il Risveglio e Germinale*) e, às vezes, a colaboração de conhecidos militantes italianos em jornais organizados por companheiros de outra nacionalidade. Em particular, nos parece significativa a experiência de *O Amigo do Povo*, jornal fundado por Neno Vasco, onde podemos encontrar, ao mesmo tempo, artigos de militantes de cultura italiana, portuguesa e espanhola que se exprimiam nas suas respectivas línguas. Naturalmente, seus enfoques políticos não sempre coincidiam e assim explica-se, também, o nascimento do *La Battaglia*, visto que parece dificilmente conciliável a posição de um anarco-sindicalista como Neno Vasco com a desconfiança pela atividade sindical que Oreste Ristori tinha manifestado na Argentina.

A realização do projeto do *La Battaglia*, é o resultado também dos contatos que Ristori mantinha com Ezio Bartolini, redator do semanal anarquista de Genova *La Tribuna del Popolo*, e com Enrico Travaglini, redator de *Il Grido della Folla* para que o seu jornal mantivesse uma constante relação com o movimento anarquista italiano. Por isso, no periódico de Ristori, apareciam frequentemente artigos já publicados na imprensa italiana e também francesa. Em geral, o *La Battaglia* publicava na sua primeira página um artigo sobre a atualidade brasileira que inspirava as considerações teóricas de Ristori. Como vamos ver mais a frente, as correspondências dos imigrantes italianos dos diferentes lugares do Brasil tinham um papel bastante importante.

Analisando as posições apresentadas nesse jornal, podemos encontrar temáticas bastante comuns na propaganda anarquista europeia. Por exemplo, em um artigo intitulado “Mentre laggiù si muore” se expõem as posições antimilitaristas do movimento anarquista, fazendo referência às cartas dos soldados russos que lutavam contra os japoneses na guerra na Manchúria.

A temática antimilitarista é apresentada no *La Battaglia* em uma perspectiva internacional e por isso também são exaltadas as figuras daqueles desertores que na França, na Itália, na Áustria e na Holanda chegam a sacrificar as suas vidas para não se tornar “una macchina per uccidere”². É muito interessante a análise que se faz nesse periódico da estratégia utilizada pelos Estados para inculcar nos cidadãos sentimentos nacionalistas para defender seus interesses militares. A chave, segundo o anônimo articulista do *La Battaglia*, consiste na série de atividades inúteis que os cidadãos fazem em tempo de paz sem que com isso tenha alguma utilidade para a

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

pátria. Dessa maneira, inconscientemente, criava-se no país uma expectativa para uma futura guerra que desse sentido a esses esforços.³ Tudo isso era resumido nas considerações de Alessandro Cerchiai que afirma que o exército representa “la difesa dei privilegi dei ricchi contro le rivendicazioni dei popoli”⁴. Sem dúvida, tais considerações não eram completamente novas no movimento libertário, mas nos parece interessante a perspectiva fortemente internacional que Ristori e seus companheiros davam a esse tema. Eles eram imigrantes italianos que viviam em um país da América do Sul, mas se sentiam parte de uma comunidade muito maior que era aquela composta pelos militantes que lutavam em todo o mundo pelos seus mesmos ideais.

Outra temática que aparece com frequência no *La Battaglia*, é o antiparlamentarismo: os militantes libertários manifestavam com frequência a sua desconfiança para com as instituições parlamentares do Estado, incapazes de realizar medidas realmente favoráveis para os interesses da classe trabalhadora. Oreste Ristori, nos seus artigos, era ainda mais radical quando afirmava que qualquer proposição de lei teria sido ineficaz até que as elites dominassem a economia: “Le riforme, le leggi e tutto ciò che può uscir fuori da un parlamento se non sono dei nuovi anelli aggiunti alla catena delle coercizioni e delle turlupinature politiche sono ben lungi dall’essere fattori di progresso e di miglioramento economico.”⁵

Em particular, o imigrante toscano citava a possível redução do horário do trabalho por lei: essa medida, que podia ser aparentemente positiva para a classe trabalhadora, seria completamente eficaz, porque os capitalistas teriam podido reduzir o salário dos trabalhadores aumentando a porcentagem de trabalho pago por peça realizada. Por isso criticava os sindicalistas como Rinaldo Rigola que se contentavam com projetos de caráter reformista, como a introdução da aposentadoria ou formas de controle no ambiente de trabalho, que serviam somente para iludir os trabalhadores.

Ristori, em um artigo que publica em 1905, exprime de maneira muito clara a sua desconfiança pelas instituições democráticas: “Quante promesse, quanti bei parolonile quante menzogne! Il benessere per tutti, la libertà per tutt’il governo di tutti, l’uomo libero in terra libera ...”⁶ Também Cerchiai, é convencido do que “il socialismo non verrà mai dal parlamento”⁷. O que é interessante é que ele, nos seus artigos, entra nos detalhes do funcionamento democrático, citando casos concretos do mal comportamento dos representantes do povo. Nesse sentido, Cerchiai faz referência ao absentismo dos parlamentares que se definem como “populares” (socialistas, republicanos, radicais...) nas votações para anular o financiamento das congregações religiosas.⁸ Eles, ao contrário, participam nas votações das leis formuladas para reduzir os conflitos entre capital e trabalho. É assim, segundo o

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

militante toscano, que eles ocupam um espaço político que poderia ser utilizado pelos movimentos com “nuove idealità”.

A polêmica com os socialistas reformistas é constante nas páginas do *La Battaglia* e também nas partes dedicadas ao movimento anarquista italiano n’ *O Amigo do Povo*. Nesse último jornal se ridiculariza o discurso de Prampolini, político socialista, no Parlamento, aplaudido também pela direita e suscita ainda a ironia dos anarquistas italianos pela nomeação de um ministro socialista “Cavaliere del lavoro”, porque será obrigado a respeitar uma série de normas indignas de um representante do proletariado.⁹ Inclusive Cerchiai, no *La Battaglia*, critica o socialismo reformista presente em vários países (Bélgica, França, Áustria) por não apoiar as reivindicações dos trabalhadores. Esses últimos são vítimas, das manipulações e dos sofismas presentes nos discursos dos representantes reformistas, porque, segundo Cerchiai, “in mezzo al popolo voi non troverete traccia di ordossia marxista, di revisionismo alla Bernstein cosi malamente plagiato da Filippo Turati”.¹⁰

É importante sublinhar que o que parece dividir os anarquistas italianos dos seus compatriotas socialistas também no Brasil é a sua visão diferente em relação ao papel do Parlamento. O Malatesta tinha sido claro a esse proposito: “Abituare il popolo a delegare ad altri la conquista e la difesa dei suoi diritti è il modo più sicuro per di lasciar libero corso all’arbitrio dei governanti”.¹¹

O que me parece, sem dúvida, muito interessante observar é que, se comparamos o tipo de mensagem apresentado na propaganda anarquista na Itália e os artigos aparecidos nos jornais em língua italiana no Brasil, o discurso político é muito mais simples e direto. Os redatores do *La Battaglia* parecem explicar a sua visão, sem se preocupar tanto com as consequências e as polêmicas que podiam suscitar as suas afirmações no seu próprio campo ideológico. Por exemplo, Cerchiai afirma sem medo de ser desmentido por seus companheiros, que os princípios do seu movimento eram:

- 1) Trasformazione della proprietà privata in proprietà collettiva o comune
- 2) Abolizione di tutti i privilegi di casta o di classe
- 3) Abolizione di ogni potere : esercito, magistratura, ecc.
- 4) Internazionalismo di tutte le rivendicazioni, cioè abolizione politica e giuridica degli stati.¹²

Nesse discurso claro e imediato, desaparecem todas as nuances que caracterizavam os discursos de pensadores anarquistas italianos, como Malatesta ou Saverio Merlino, que se esforçavam por encontrar possíveis compromissos entre as várias tendências do anarquismo. Provavelmente, os anarquistas italianos emigrados no Brasil se sentiam mais livres de se expressar em um contexto diferente onde o peso

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

das autoridades do campo libertário era menos relevante. Além disso, temos que ter em conta que a maioria desses militantes tiveram um papel de segunda fila no movimento anarquista italiano e tinham uma preparação intelectual mais modesta dos pensadores anarquistas que acabamos de citar. É por isso que muitas vezes o seu ponto de vista nos parece especialmente interessante, porque parece ser mais representativo da visão que tinha a maioria dos militantes anarquistas quando escolhiam essa opção política. Por isso, a miúdo, o pensamento libertário parece assumir traços mais concretos e realistas nesses jornais do que nas complexas dissertações dos seus companheiros mais preparados.

Por exemplo, é muito interessante analisar como o militante Bandoni explica a posição individualista:

Mi dirai che il comunismo dei mezzi e dei prodotti può facilmente assicurare all'intera collettività un benessere che oggi é esclusivo dei pochi usurpatori [...]Dovrai vestire come gli altri, raderti la barba, pettinarti come gli altri, cibarti all'uso comune, abitare una casa fatta sullo stile in voga. Infine dovrai comportarti in conformità del comportamento generale. Io questo conformarsi alle esigenze di sviluppo collettivo, al costume ai capricci degli altri, non posso adattarmi a chiamarlo libertà.¹³

Essas considerações são muito interessantes porque aclaram como alguns militantes anarquistas conseguiam conciliar o seu profundo individualismo com a sua visão económica anarquista: consideravam justo partilhar as riquezas com os outros trabalhadores, mas não aceitavam que a maneira de pensar dominante invadisse o seu espaço dominante.

É significativo, também, como o *La Battaglia* desenvolve a sua posição anticlerical, argumento muito popular na imprensa anarquista italiana, visto que, apesar da modesta formação dos seus jornalistas, amiúdo o discurso apresentado nesse jornal tem um notável interesse político. Pensamos especialmente nos artigos de Ristori que já tinha dedicado a esse argumento mais do que um panfleto na Itália. No *La Battaglia*, o militante toscano toma uma posição muito próxima ao empirismo: “Noi non crediamo a niente che dubitiamo su tutto ciò che non sia scientificamente provato, che non rigettiamo né accettiamo nessuna idea, nessuna dottrina, nessuna opinione senza prima averla discussa”.¹⁴ Podemos encontrar um discurso muito parecido nas obras de Camillo Berneri, anarquista italiano conhecido pela sua formação cultural.

O discurso de Ristori às vezes adquire um tom filosófico: “Ora per dimostrare che Dio ha creato il mondo bisogna provare non solo l'esistenza di questo Dio, anteriore a tutte le cose ma ancora l'esistenza del nulla e la possibilità di convertire il nulla in materia”.¹⁵ Em outros artigos do *La Battaglia*, prevalece a crítica ao poder que a religião tem no Brasil. Gianni Gimida, narrando uma polémica entre um

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

padre católico e um pastor presbiteriano que ele define como uma “*rivalità commerciali tra negozianti*”, sublinha que na “República dos positivistas” os jesuítas fazem o que querem.

Para a maioria dos imigrantes italianos, o Brasil representava a terra das possibilidades, mas o ponto de vista do Ristori e de seus companheiros era diferente, porque, em primeiro lugar, um militante internacionalista reivindicava o direito de se mover no mundo sem as limitações das fronteiras. Significativa a esse propósito é a carta que o Ristori dirige ao Presidente da República, visto que ele se apresenta como “*cittadino del mondo che non riconosce frontiere e che dovunque si considera in casa propria*”.¹⁶ Apesar dessa consideração política, nos artigos dos militantes amiúde encontramos algumas reflexões sobre sua condição de imigrantes no Brasil e sobre as suas perspectivas. Nesse sentido, são interessantes as palavras de Piero Cofani, um anarquista que escreve desde Piracicaba:

Ed è proprio qui in Brasile ove l'ingordigia sfrenata del capitalismo e l'oppressione politica del capitalismo rendono più che altrove insopportabile la situazione del proletariato ove l'indifferenza pubblica [...] rende difficoltosa e spesso volte insufficiente l'opera dei pochi attivi propagatori delle idee libertarie. Il Brasile é un ambiente ancora vergine per noi. Molto havvi da fare e molto da disfare!¹⁷

Como vemos, na primeira parte desse discurso, o Brasil aparece aos olhos desse militante como uma terra cheia de injustiças e isso é fundamental para compreender a situação psicológica dos italianos que se mudaram para esse país. As condições de trabalho eram, de fato, especialmente duras no Brasil, porque o fim da escravidão tinha sido recente e o fazendeiro pensava poder continuar a ter um comportamento parecido também com os novos imigrantes. Segundo Trento, nessa época, o trabalhador apenas tinha direito a um dia de descanso semanal e, inclusive em uma empresa de origem italiana, como aquela da família Matarazzo, trabalhava-se 13 ou 14 horas por dia. A exploração infantil era muito comum, porque era a mão de obra mais econômica.

A imigração italiana tinha sido massiva: somente entre 1903 e 1920, mudaram-se 306.562 imigrantes italianos, especialmente para o sul do Brasil. Esse fenômeno era o resultado da política que os empresários brasileiros tinham exigido ao seu governo para poder ter uma grande quantidade de mão de obra, impondo um preço mais baixo aos seus trabalhadores. Além disso, os imigrantes italianos, depois de ter abandonado tudo na sua terra encontravam-se na obrigação de aceitar as miseráveis propostas dos empresários que se consideravam seus donos absolutos. Por isso, era habitual que fossem impostas ao trabalhador muitas injustificadas, não era raro o exercício da violência física contra eles e não era prevista nenhuma indenização por acidente laboral.

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

A situação era tão difícil e as constantes queixas da comunidade italiana no Brasil levaram o Governo italiano a criar em 1902 um *Comissariato generale dell'Immigrazione* para analisar as condições de vida dos imigrantes italianos ali. Um representante desse órgão encontrou uma situação tão dura (atrasos nos pagos, mulheres estupradas, trabalhadores fustigados...) que em 26 de março de 1902 foi aprovado o Decreto Prinetti, lei que proibia a imigração subsidiada pelas agências brasileiras.

Nesse contexto, Ristori criticava de maneira muito dura a classe política brasileira: “quanto di peggio si potrebbe trovare negli ergastoli”.¹⁸ Essa atitude era bastante comum nas revistas anarquistas europeias. Menos comum eram as críticas que os emigrantes italianos faziam em relação à povoação brasileira. Em alguns artigos, os redatores do *La Battaglia* parecem atribuir as responsabilidades dessa dramática situação social também aos habitantes do país: “Il pubblico babbeo e pecorone non potrebbe avere più degni amministratori e più preziosi rappresentanti”.¹⁹ O mesmo Ristori afirma que o povo brasileiro poderia encontrar a maneira de sair dessas terríveis condições de vida mas parece “affetto dal bacillo dell'imbecillità”.²⁰

Essa leitura da realidade brasileira nos surpreende muito, tendo em conta a ideologia tradicionalmente solidária desses militantes e as posições ideológicas expressas nas revistas anarquistas italianas, mas aparentemente não eram os únicos emigrantes que tinham uma visão desse tipo: o historiador Claudio Batalha encontra essa mesma atitude no jornal anarquista *A Voz do trabalhador*. Em um artigo do 15 de julho de 1908, afirma-se que a classe trabalhadora no Brasil vive ainda em um “estado de indolência” e de “prostração horripilante”, como se existisse ainda a escravidão.

Provavelmente, os imigrantes europeus sentiam falta de uma instituição que defendesse os direitos dos trabalhadores em um contexto tão difícil. A posição crítica que eles tomam a respeito da população brasileira é a consequência de uma distância cultural existente entre esses imigrantes, que fugiam frequentemente da sua terra por razões políticas e um país ainda profundamente marcado pela dramática experiência da escravidão. Os anarquistas europeus manifestavam maior compreensão com seu povo de origem, caso em que se consideravam “vítimas dos abusos dos poderosos”, porque tinham uma maior identificação com os seus compatriotas e um melhor conhecimento dos mecanismos de dominação dos quais também tinham sido vítimas.

Antes da chegada dos anarquistas italianos em São Paulo, a ação dos sindicatos locais era bastante débil com o poder político e empresarial. Segundo Trento, graça à presença dos imigrantes italianos, nascem os sindicatos revolucionários que acreditam na necessidade de uma revolução social para mudar a situação dos trabalhadores. Na realidade, a presença de muitos anarquistas entre os imigrantes

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

italianos não era casual, mas fruto de uma escolha precisa das autoridades italianas que pretendam livrar-se dos mais combativos militantes entre os partidos revolucionários.

Já em 1894, o cônsul italiano no Brasil escreve ao Ministério de Assuntos Exteriores, perguntando se considerava oportuno enviar à Itália os “subversivos” de origem italiana que foram presos durante os protestos do Primeiro de maio, mas o Ministério se apressa em recomendar que fossem enviados a qualquer lugar menos a Itália. Também em 1904, Giolitti rejeita qualquer acordo internacional que permitisse o retorno dos presos políticos.

Segundo a pesquisadora Edilene Toledo, existe entre os estudiosos a tendência de exagerar o papel dos anarquistas italianos no desenvolvimento das lutas sindicais no Brasil, porque ela, ao fazer clara distinção entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, afirma que “o movimento operário foi muito mais sindicalista revolucionário que anarquista”²¹. Do meu ponto de vista, a questão é mais complicada e se pode compreender analisando a situação que se vivia no jornal *La Battaglia*.

Potencialmente, os anarquistas desse jornal poderiam ser um bom exemplo para demonstrar a distância existente entre o anarquismo e a atividade sindical, visto que dois especialistas desse jornal como Felici e Biondi são concordes em sublinhar que Ristori e seus companheiros manifestam constantemente uma forte desconfiança pelos resultados que se podiam obter através das greves e pela eficácia de qualquer organização operária. Por isso, esses militantes criticam qualquer tentativa de intermediação²² e ironizam sobre o Primeiro Congresso Operário Brasileiro.²³

Apesar dessas posições, o discurso dos colaboradores do *La Battaglia* não é unânime e encontramos alguns artigos interessantes sobre a questão sindical. Em particular, nos parece muito significativo o debate entre Giulio Sorelli e Angelo Bandoni, duas personalidades políticas muito diferentes que se confrontam nas páginas desse jornal. O Sorelli é definido como o Pierre Monatte do Brasil, o sindicalista que, no congresso de Amsterdam (1907), tinha respondido a Malatesta que duvidava das possibilidades revolucionárias do sindicalismo, “O sindicalismo basta em si mesmo”.

Em um artigo de 1905, Bandoni afirma que, dentro do sindicato é muito difícil harmonizar os diferentes interesses da classe operária e por isso têm bastante fura greve que amiúde encontram-se em uma situação de necessidade. Por isso, segundo o Bandoni, a ação da classe operária é bem fraca e o peso dos militantes realmente revolucionários é modesto. Giulio Sorelli lhe responde que é inútil discutir se é possível que exista uma organização operária eficaz em um contexto

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

de repressão, porque já existem fenômenos como os Trades Unions, os mineiros belgas, e as ligas Norte-americanas.

O que é fundamental, segundo o Sorelli, é desenvolver uma consciência proletária entre os trabalhadores, senão a organização operária não é suficiente. Os sindicalistas revolucionários têm que aproveitar do natural egoísmo do ser humano para persuadir o operário a lutar por seus interesses. Inclusive o comportamento de Bandoni confirma essa realidade, porque ele, apesar das suas posições, se junta com outros professores, como o socialista Picarolo para defender seus interesses de professor. Bandoni responde ao companheiro que ele não é contrário à formação de organizações que defendam os direitos dos trabalhadores, mas não acredita que estas possam substituir a propaganda claramente revolucionária:²⁴ “Non potrei tollerare che quell’anarchista entrato in una lega operaia[...] osasse far bere che i benefici conseguibili con la lotta corporativista sono tali da far trascurare la propaganda apertamente rivoluzionaria”.²⁵

Essas considerações nos fazem compreender melhor a posição dos anarquistas italianos que eram contrários à organização. Além disso, é evidente que, na hora da verdade, o jornal *La Battaglia*, acaba apoiando as ações do sindicato. Em 1906, o grupo de Ristori termina por apoiar a greve dos ferroviários, justificando assim sua escolha:

Siamo teoricamente contrari alla tattica degli scioperi. Ma poiché il governo e le autorità – che avrebbero dovuto conservare un’attitudine neutrale in questa lotta tra oppressori ed oppressi – hanno messo le loro forze al servizio dei capitalisti, noi ci mettiamo completamente a disposizione della massa scioperante, minacciata di morte.²⁶

É significativo, também, que, entre os seis membros que integravam o Comitê de Defesa Proletária em 1917, encontramos Gigi Damiani que era considerado um adversário da organização sindical. Nos fatos, ele participa nas ações sindicais porque são necessárias, mas “lá dove finisce il compito dei sindacalisti dovrebbe cominciare quello degli anarchici”.²⁷ Como o Bandoni, Damiani não é contrário à existência de uma organização que defenda os interesses dos trabalhadores, mas eles precisam também de uma autêntica propaganda revolucionária para mudar radicalmente o sistema econômico e político.

Na verdade, parece que os anarquistas, inclusive aqueles que não acreditam na eficácia revolucionária das organizações sindicais, acabam encontrando um espaço de luta nos sindicatos. É evidente que, como dizia Camillo Berneri, a atividade sindical é um de dos principais espaços de ação do movimento anarquista.²⁸ A radical divisão que Edilene Toledo faz entre anarquistas e sindicalistas revolucionários não parece convincente, porque, como dizia o historiador Gaetano

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

Manfredonia, o sindicalismo fazia parte das práticas dos militantes anarquistas junto com o insurrecionalismo e o educacionismo. Ao contrário, como afirma Tiago Bernardo de Oliveira, parece importante sublinhar que “o movimento e as ideias anarquistas contribuíram para o desenvolvimento da identidade e consciência de classe no Brasil.”²⁹

Para compreender o valor político e a função social da atividade militante dos anarquistas italianos em São Paulo, é importante sublinhar que Ristori não se limitava apenas publicar o jornal, mas fazia longas e perigosas viagens para dar conferência de temática social e para divulgar o periódico. O ativista toscano insistia na necessidade de envolver a comunidade italiana no projeto do seu periódico:

I compagni e gli amici delle località dell'interno sono vivamente pregati di inviarmi corrispondenze sul movimento operaio, sulle prepotenze delle autorità, sulle infamie padronali e soprattutto intorno a quei drammi che si svolgono nelle “fazendas”. Per far ciò non bisogna essere dei letterati; basta mandare dei cenni, dei dati precisi giacché al resto pensa la Redazione.³⁰

Na realidade, analisando as páginas do periódico *La Battaglia*, nota-se que os imigrantes italianos não têm interesse somente em escrever sobre temáticas políticas e sociais, mas os argumentos tratados eram variados. Por exemplo, podemos encontrar uma polêmica literária entre um professor e um farmacêutico originário do povoado de D'Annunzio.³¹ Na parte reservada ao correio, fala-se de um assunto familiar: um italiano habitante em “Santa Rita do passo quattro” cuidava dos sobrinhos de um familiar, mas este o denuncia por agressão.³² O diretor do jornal dá a sua opinião sobre esta disputa, recomendando aos protagonistas dessa história uma maior tolerância.

São numerosas as cartas de italianos residentes no Brasil, que pretendem tentar retomar o contato com amigos e familiares desaparecidos. Podemos citar o caso de Giovanni Pettali, originário de Juiz de Fora em busca de notícias de Antonio Magri, residente em São Paulo. Através da leitura desse jornal conseguimos também conhecer aspectos da vida diária desses imigrantes. Eles se queixam da desonestidade dos cambistas de São Paulo³³ e descrevem as videntes, figura dominante na sociedade paulista, como as bruxas do novo século.³⁴ Outro leitor recomendava aos compatriotas, que trabalhavam como pedreiros, a desconfiar de um intermediário de nome Giuseppe Marino, porque não mantinha as suas promessas.³⁵ Eram frequentes os anúncios sobre a organização de festas, espetáculos teatrais e outras iniciativas culturais dos trabalhadores italianos no Brasil, em particular entre os anarquistas.

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

É evidente que o *La Battaglia* não teve somente um papel político no mundo da imigração italiana no Brasil, mas transcendeu a sua função inicial para tornar-se uma referência para aqueles imigrantes italianos que precisavam de um apoio num contexto social hostil.

Notas e referências

- ¹ Em português: “Para o companheiro Ristori a coisa muda. Assim que chegou no Brasil, se lançou a trabalhar valorosamente e, apesar do ceticismo da maioria dos seus companheiros fundou esse jornal... Não vou falar das lutas suportadas no primeiro ano pelo jornal, ninguém acreditaria, honestamente tenho que declarar que eu perdi toda confiança e Ristori continuou a luta e ganhou”.
- ² Em português: “uma máquina para matar”.
- ³ ANÔNIMO. “Guerra alla guerra”. *La Battaglia*, São Paulo, 23 de junho de 1905, p.2.
- ⁴ Em português: “a defesa dos privilégios dos ricos contra as reivindicações dos povos”. Anna DE GIGLI. “La mistificazione scientifica del socialismo”. *La Battaglia*. São Paulo, 28 de maio de 1909, p.1
- ⁵ Em português: “As reformas, as leis, e tudo que pode sair de um parlamento, quando não são novos aspectos das coerções e das fraudes políticas, ficam bem longe de ser os fatores do progresso e das melhorias econômicas”. Oreste RISTORI. “L’eterna menzogna o meglio l’eterna commedia parlamentare”. *La Battaglia*, São Paulo, 4 de setembro de 1904, p.2.
- ⁶ Em português: “Quantas promessas, quantas lindas palavras! Quantas mentiras! O bem-estar para todos! O governo de todos, o homem livre em terra livre”. Oreste RISTORI. “Venti secoli di aspettativa”. *La Battaglia*. 14 de maio de 1905, p.4.
- ⁷ Em português: “O socialismo nunca chegará do Parlamento”. Anna DE GIGLI “La mistificazione scientifica del socialismo”. *La Battaglia*, 28 de maio de 1909, p.1
- ⁸ MASTR’ANTONIO. “La democrazia all’opera”. *La Battaglia*, 23 de maio de 190, p.4
- ⁹ ANÔNIMO. “Do Resto do Carlino”. *O Amigo do Povo*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1902, n.1, p.2.
- ¹⁰ Em português: “Em médio do povo vocês não vão encontrar indícios da ortodoxia marxista, do revisionismo de Bernstein, plagiado tão mal pelo Filippo Turati”. DE GIGLI. BRASIL. *La Battaglia*, São Paulo, 28 maio de 1909, p.1.
- ¹¹ Em português: “Acostumar o povo a delegar a outros a conquista e a defesa dos seus direitos é a maneira mais segura para que os governantes abusem da sua condição”. Errico MALATESTA. “Un lavoro lungo e paziente”. *Messaggero*. Roma, 7 de fevereiro de 1897.
- ¹² Em português: “1) Transformação das propriedades privadas em propriedades coletivas ou comuns; 2) Abolição de todos os privilégios de casta ou de classe; 3) Abolição de cada poder: exército, magistratura, etc. 4) Internacionalismo de todas as reivindicações, isso é, abolição política e jurídica dos estados”. DE GIGLI, *La Battaglia*, São Paulo, 28 maio de 1909, p.1.
- ¹³ Em português: “Você me dirá que o comunismo dos meios e dos produtos pode facilmente assegurar para a inteira coletividade um bem-estar que hoje é exclusivo dos poucos usurpadores [...] Terá que vestir como os outros, se barbear, se pentear como os

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

outros, comer segundo o uso comum, habitar uma casa feita segundo a moda. Finalmente, você terá que se comportar como o comportamento geral. Eu não posso adaptar-me às exigências de desenvolvimento coletivo, aos costumes e às esquisitices dos outros e chamar tudo isso “liberdade”. “Polemizzando”. *La Battaglia*, 25 de setembro 1904, p.3

¹⁴ Em português: “Nós não acreditamos em nada, duvidamos de tudo o que não seja cientificamente provado, que não rejeitamos nem aceitamos nenhuma ideia, nenhuma doutrina, nenhuma opinião sem antes tê-la discutido”. Oreste RISTORI (io). *Dio non esiste. La Battaglia*. 11 de setembro de 1904, p.3.

¹⁵ Em português: Agora para demonstrar que Deus criou o mundo, precisaria provar não somente a existência desse Deus, anterior a todas as coisas, mas ainda a existência do nada e a possibilidade de converter o nada em matéria”. RISTORI, (io). *Dio non esiste. La Battaglia*, 11 de setembro de 1904, p.3.

¹⁶ RISTORI. “Al presidente della repubblica”. *La Battaglia*. 4 de setembro de 1904, p.1

¹⁷ Em português: “E é aqui no Brasil, onde a avidez desenfreada do capitalismo e a opressão política do capitalismo torna mais insuportável a situação do proletariado, onde a indiferença pública torna difícil e muitas vezes insuficiente a obra dos poucos ativistas das ideias libertárias. O Brasil é ainda virgem para nós. Muito tem que ser feito e muito tem que ser desfeito”.

¹⁸ Em português: “O pior que você pode encontrar nas prisões”. RISTORI. “L’inquisizione al Brasile”. *La Battaglia*. 20 de junho de 1904, p.1.

¹⁹ Em português: “O público idiota e covarde não poderia ter mais dignos administradores e adequados representantes”. ANÔNIMO. “Come si deruba il pubblico”. *La Battaglia*. 4 de setembro de 1904, p.1.

²⁰ Em português: “infectado pelo bacilo da imbecilidade”. RISTORI. La baraonda política”. *La Battaglia*, 30 de maio de 1909, p.1.

²¹ Edilene TOLEDO. Anarquismo e sindicalismo revolucionário. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 11-12.

²² Alessandro CERCHIAI. Sindacalisti anarcoidi. *La Battaglia*. 11 de março de 1906.

²³ ANÔNIMO. *Un congresso internazionale di batraci a Rio. La Battaglia*. 22 de abril de 1906.

²⁴ Angelo BANDONI. “Prima che si prenda una cantonata”. *La Battaglia*. 26 de março de 1905, p.1.

²⁵ Em português: “Não poderia tolerar que um anarquista filiado em um Liga operária [...] ousasse convencer os outros que os benefícios que se podem conseguir com a luta corporativista são tais que se pode negligenciar a propaganda abertamente revolucionária”.

²⁶ Em português: “Somos teoricamente contrários à tática das greves. Mas como o governo e as autoridades – que teriam que conservar uma atitude neutra nessa luta entre opressores e oprimidos – colocaram as suas forças ao serviço do capitalismo, nós oferecemos nossa ajuda pela massa grevista, ameaçada de morte”. RISTORI, Appello alla solidarietà operaia. *La Battaglia*. 20 de maio de 1906, p.4.

²⁷ “Onde acaba a tarefa dos sindicalistas, ali teria que começar aquele dos anarquistas” G. DAMIANI. “Attorno al sindacalismo”. *La Battaglia*. 30 de maio de 1909, p.3.

²⁸ Camillo BERNERI. “Risposta a Luigi Fabbri”. *Anarchia e società aperta*. p.191.

Dossiê

Evolução dos imigrantes anarquistas de origem italiana em São Paulo e sua contribuição para a luta social.

Giovanni Stiffoni

²⁹ Tiago Bernardon de OLIVEIRA. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937)*. Niterói: Tese de Doutorado em História/Universidade Federal Fluminense, 2009, p.24.

³⁰ Em português: “Pedimos vivamente aos companheiros e aos amigos das localidades do Interior a gentileza de nos enviar correspondências sobre o movimento operário, sobre as prepotências das autoridades e sobre as infâmias dos donos e sobretudo notícias sobre aqueles dramas que acontecem nas “fazendas”. Por isso não precisam ser literatos, é suficiente enviar detalhes, uns dados precisos, porque a Redação pensa no resto”. Oreste RISTORI. “Importante”. 25 de setembro de 1904, p.1.

³¹ PASQUINO. “Quisquiglie”. *La Battaglia*. 28 de maio de 1909, p.4.

³² RISTORI. “Cose di questo mondo”. *La Battaglia*. 28 de maio de 1909, p.4.

³³ ANÔNIMO. “Altro che strozzini”. *La Battaglia*. 25 de setembro de 1904, p.3.

³⁴ LUCIFERO. “Le streghe”. *La Battaglia*. 30 de maio de 1909, p. 3.

³⁵ Giuseppe RESTIVO. “Dichiarazione”. *La Battaglia*. 2 de fevereiro de 1907.

Fontes

ITÁLIA. Archivio Centrale dello Stato Roma (acs), Casellario Politico Centrale (cpc). Fichas de Angelo Bandoni (b. 305), Tobia Boni (b.733), Oreste Ristori (4342) e Alessandro Cerchiai (b 1248).

ITÁLIA. Archivio Storico del Comune di Empoli. *La Battaglia*.

BRASIL/SÃO PAULO. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)/UNICAMP. *O Amigo do Povo*.

Recebido em 28 de dezembro de 2016/

Aprovado em 04 de agosto de 2017

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO

Resumen: Este artículo pretende presentar una genealogía de la formación de las primeras escuelas libertarias en Argentina y en Brasil, principalmente en Buenos Aires y en São Paulo, en la transición del siglo XIX al XX, a partir de las influencias teóricas y programáticas que algunos inmigrantes anarquistas llevaban en su equipaje. Con ello buscamos observar cómo la teoría de nombres como Robin, Guillaume, Reclus y, después, Ferrer, se transformó en la práctica pedagógica adoptada por los círculos sociales y las escuelas modernas de las nacientes asociaciones libertarias y de las sociedades obreras en ambos países, hasta ser duramente combatida por los respectivos Estados nacionales en la década de 1920, al mismo tiempo que la educación oficial incorporaba algunos de esos mismos métodos pedagógicos libertarios.

PALABRAS CLAVE: Escuelas libertarias – Argentina - Brasil.

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma genealogia da formação das primeiras escolas libertárias na Argentina e no Brasil, principalmente em Buenos Aires e em São Paulo, na passagem dos séculos XIX para o XX, a partir das influências teóricas e programáticas que alguns imigrantes trouxeram em sua bagagem. Com isso procuramos observar como a teoria de nomes como Robin, Guillaume, Réclus e, depois, Ferrer, transformou-se na prática

adotada pelos círculos sociais e pelas escolas modernas das nascentes associações libertárias, bem como dos grêmios operários nos dois países, até serem duramente combatidas pelos respectivos Estados nacionais na década de 1920, ao mesmo tempo em que a educação oficial incorporava alguns desses mesmos métodos pedagógicos libertários.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas libertárias – Argentina - Brasil.

Abstract:

This article intends to show a short genealogy of the first libertarian schools in Argentina and Brazil, specially in Buenos Aires and São Paulo, in the beginning of the Twentieth Century. It focuses the theoretical and programmatic influences brought with Italian and Iberian immigrants anarchists. The article identifies how names as Robin, Guillaume, Reclus and Ferrer gave the theoretical support for the pedagogical practices adopted by the social circles and modern schools inside of libertarian associations and workers' organizations, in both countries. Despite the fact that schools were strongly fought by both national States during the 1920's, the official education would incorporate some of this libertarian methods within the New School movement.

KEYWORDS: Libertarian schools – Argentina - Brazil.

Quisiera introducir el tema de las escuelas libertarias con una entrevista de Jaime Cubero, secretario del más antiguo círculo libertario *paulista*, el Centro de Cultura Social de São Paulo, en la que afirma:

Se proponían, casi todas las organizaciones, fundar escuelas, fundar centros

Dossiè

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

de estudios. Cada entidad por ramo de actividad tenía su centro de cultura, su ateneo de estudios, su biblioteca... Aquí en Brasil se desarrollaron centenares de escuelas porque casi todas las asociaciones de trabajadores se esforzaron en crear escuelas para los obreros, para los hijos de los obreros que no estaban en condiciones de ir a las escuelas estatales.²

Cubero habla particularmente de las escuelas desarrolladas en la segunda década del siglo pasado, un periodo muy provechoso en Brasil – de la muerte de Ferrer en 1909 a las leyes represivas de 1919 – cuando se difundieron muchas de estas escuelas libertarias. Pero no debemos pensar en estos centenares de escuelas de las que habla como si se tratase de escuelas estatales, ni siquiera escuelas modernas como la del libertario español (que sí existieron y lo veremos después) sino, en la mayoría de los casos, como iniciativas desarrolladas dentro de los círculos sociales que juntaban a los trabajadores en torno a las pequeñas bibliotecas populares existentes o, sobre todo, en las mismas casas de los activistas anarquistas, tanto en los barrios obreros de grandes ciudades como São Paulo, Rio de Janeiro y Porto Alegre, como en las ciudades manufactureras menores del interior.

En 1919, tras una explosión acacida en una Escuela Moderna de São Paulo, el gobierno federal brasileño, impresionado por el fuerte avance del sindicalismo y del movimiento socialista y anarquista iniciado en julio de 1917, cuando estalló la más grande huelga general en São Paulo³, aterrorizado por la difusión de ideas propagadas por la revolución que se estaba produciendo en Rusia, cuyos ecos llegaban a Sudamérica bajo el signo del maximalismo,⁴ y después, acercándose, preocupados por los motines de enero de 1919 en Argentina – los sucesos de la Semana Trágica⁵ – decide aplicar de forma sistemática contra todos los extranjeros fichados como anarquistas en los archivos de la policía, la denominada Ley de Expulsión de los Anarquistas. Gigi Damiani, entonces a la cabeza del movimiento anarquista de São Paulo, uno de los líderes de la huelga general, fue de los primeros en ser expulsado y reenviado a Roma, donde escribe el folleto *Nei paesi dove non si deve emigrare*, antes de entrar a formar parte del comité de redacción de *Umanità nova*.⁶ En los años veinte se desencadena una fuerte reacción gubernativa, tanto en Brasil como en Argentina, contra cualquier forma de sindicalismo de carácter revolucionario.⁷ En los años treinta, la forma de Estado corporativa, inspirada por el Estado fascista de Mussolini, llega a Sudamérica y rompe prácticamente con todas las formas sindicales libres precedentes, sometiéndolas al Estado Nuevo *varguista* en Brasil y, más tarde, al modelo peronista en Argentina.

Esta breve introducción a la historia obrera y anarquista sudamericana de principios del XX se hace necesaria porque observamos que, ante la presencia de una gran diversidad de experiencias pedagógicas, especialmente en Argentina, algunas de ellas de carácter individualista, existe una relación entre una forma de comunismo anárquico que debe mucho al paso de Errico Malatesta por Buenos

Dossiè

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

Aires en el lejano 1885, y al desarrollo de un modelo anárquico entrelazado con el sindicalismo en las dos primeras décadas del siglo XX, desde el momento en que ambos ayudaron a los trabajadores a encontrar una solución para su educación y la de sus hijos.

Los emigrantes y la influencia libertaria en Argentina

Si bien en Argentina hemos constatado, durante los años setenta del siglo XIX, la llegada de excomuneros e internacionalistas fugitivos de las persecuciones de Francia, España e Italia, fueron sobre todo los emigrantes italianos, desde 1880 en adelante, quienes desarrollaron las primeras iniciativas libertarias más consistentes, protagonizadas por los hombres más conocidos internamente en el anarquismo. La llegada de Malatesta en 1885 junto a Galileo Palla y otros compañeros, no sería el fruto de un proyecto pensado para constituir una comunidad anarquista o algo para confirmar el anarquismo en tierra argentina como fue, por ejemplo, la llegada del pisano Giovanni Rossi a Brasil, para montar la Colonia Cecilia en 1890. Según Gonzalo Zaragoza Rivera⁸, la llegada de anarquistas italianos a Argentina era el resultado de las persecuciones sufridas, a la espera de un momento favorable para el retorno. El mismo autor entiende su paso en busca de oro en Patagonia entre 1887 y 1888 como una estrategia para comprar una imprenta en Europa y financiar el movimiento revolucionario. A pesar de no tener en mente establecerse en Buenos Aires definitivamente, animados por paisanos ya establecidos en la Pampa en gran número, Malatesta y sus compañeros decidieron promover un cambio programático en las ideas y en la estrategia del anarquismo argentino, en una perspectiva dirigida fundamentalmente al comunismo. En ese año se inaugura el Círculo Comunista Anárquico y Malatesta publica *La Questione Sociale*, repitiendo en el Río de la Plata las experiencias precedentes de la Toscana. Al mismo tiempo se inaugura el Centro de Estudios Sociales, del liornés Ettore Mattei, llegado a Argentina en 1880 y uno de los anarquistas más notorios de esa década, editor del semanario *Il Socialista* en 1887.

Sucesivamente – a finales de los años noventa – se revelaron decisivos para un desarrollo más intelectual de las ideas libertarias el paso de Pietro Gori por Buenos Aires y la acción del internacionalista florentino Fortunato Serantoni, procedente de un periodo de estancia en Barcelona y que desde 1893 se radicó en la capital argentina con su Librería Sociológica,⁹ decisivas, como veremos, también para estimular las iniciativas educativas posteriores de los anarquistas.¹⁰ Durante los años noventa, inmigrantes autodenominados colectivistas y organizadores, haciendo circular discursos y escritos de Bakunin, Malatesta, Anselmo Lorenzo y Kropotkin se convierten en protagonistas de las nuevas organizaciones obreras argentinas, con una potencia mayor que la del todavía débil movimiento socialista local. A diferencia del mundo europeo, donde el discurso socialista adherido a la Segunda

Dossiè

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

Internacional creó diversos partidos socialistas, estos fueron bastante débiles en la América meridional, probablemente a causa de su reducida capacidad política de imponer una modificación de las relaciones del proletariado con el Estado. No obstante, los anarquistas se mantuvieron divididos en pequeñas agrupaciones, la mayor de ellas la comunista, pero con una presencia considerable también en los núcleos más individualistas.¹¹

El debate interno en las organizaciones obreras, por lo tanto, giraba en torno a la oposición entre socialismo (entendido como marxismo de la Segunda Internacional) y anarquismo (en general, en la perspectiva bakuninista-malatestiana), y en el interior del campo anarquista mismo, entre organizadores y antiorganizadores, cambiando así el mismo campo de tensión de los países de origen en los años 1890. En Argentina, país de predominio de la inmigración italiana y española, el aumento de los grupos anarquistas paralelamente al de la población giró en torno a estas dos corrientes filosófico-ideológicas (organizadores y antiorganizadores) y a sus dos principales periódicos: *La Protesta Humana* (comunista anárquico) y *El Perseguido* (individualista). Como resulta evidente, la diferente orientación política de estos dos medios de divulgación de las ideas dio vida también a estrategias de acción diferentes, tanto en la relación de los anarquistas con el grueso del proletariado urbano como en la confrontación con la clase dominante a través de la utilización de tácticas para el aumento de la organización sindical, pero también a través de prácticas exclusivas de acción directa, que en suelo argentino crearon la larga tradición de los *dinamiteros*.¹²

La continua penetración de *La Protesta Humana* en los barrios más proletarios de Buenos Aires, como Barracas, Boca o San Telmo, permite a esta corriente, siempre muy ligada a las actividades sindicales, lanzar en poco tiempo la idea de una primera federación de trabajadores que, de hecho, nace en 1901 como Federación Obrera Argentina, la FOA. Y que, en 1904, pasó a llamarse FORA, con la R de Regional para indicar la continuidad del internacionalismo obrero de Saint-Imier en adelante. El hecho de que en 1905, en el V Congreso, la FORA propusiese a los asociados asumir el comunismo anárquico, le ha conferido la imagen externa de una organización anarcosindicalista. Según Eduardo Colombo¹³, gracias a la enorme importancia de la emigración en Argentina (que a principios del siglo XX casi había alcanzado la mitad de toda la población de origen extranjero) y al relevante porcentaje de italianos y españoles presentes, el anarquismo, como movimiento histórico social, se desarrolló bajo la influencia sucesiva de las ideas comunistas anárquicas, particularmente las de Malatesta. Y, todavía, se trataba de un tipo de comunismo anárquico reinterpretado a la luz de una realidad fuertemente influida por el modelo sindical de base española, como el expresado más tarde por *Solidaridad Obrera*, que preveía una enorme colaboración entre anarquistas en el seno de los sindicatos.

No solo Colombo, sino también Osvaldo Bayer¹⁴ concuerda con la interpretación de la supremacía del comunismo anárquico influido por Malatesta, aunque el biógrafo de Severino Di Giovanni reconoce la presencia de una fuerte corriente anarquista individualista en Argentina, que no cesa de existir y que retoma vigor en los años veinte, cuando la represión a los sindicatos empuja al movimiento anarquista a la clandestinidad. Realmente en Buenos Aires, los considerados como “individualistas” han llegado a los kioscos antes que los “organizadores”. En 1890, el grupo Los Desheredados había lanzado el periódico ya citado, *El Perseguido*, que salió hasta 1896, cuando la práctica antiorganizativa no se difunde entre los trabajadores, sobrepasada en importancia por el grupo editor de *La Protesta*. Pierre Quiroule, autor de *La ciudad anarquista americana*¹⁵, un francés establecido en la ciudad porteña, escribía a menudo en *El Perseguido*, también sobre temas pedagógicos referentes a la necesidad de una nueva educación para el nuevo hombre de la sociedad futura. Otro grupo de italianos refugiados en Argentina tras los sucesos de la Lunigiana de 1894¹⁶ publicaba en lengua italiana *L'Avvenire*, periódico donde se cruzaron diferentes corrientes anarquistas y en el que escribía frecuentemente el conocido individualista Luigi Galleani.¹⁷ Hemos señalado estos hechos para demostrar que, aun siendo la práctica escolar del anarquismo, tanto en Argentina como en Brasil, heredera de toda una tradición comunista y después sindicalista, ha tenido a menudo también una fuerte influencia de los anarquistas más individualistas.

De 1897 a 1900, la revista *Ciencia Social*, publicada en Buenos Aires y dirigida por Serantoni, fue el principal vehículo para la circulación de las ideas filosóficas, artísticas y educativas que introducen a una joven intelectualidad porteña en el mundo del anarquismo. Serantoni, que en los dos años anteriores había retomado la edición de *La Questione Sociale* en lengua italiana, se dedica ahora a traducir al español y a publicar títulos desconocidos de William Morris, Élisée Reclus, Jean Grave, Charles Malato y Émile Zola, así como las conferencias de Pietro Gori en la Facultad de Derecho, junto a textos originales del español Ricardo Mella y de sus colaboradores locales Altair (seudónimo de Mariano Cortés) y del médico irlandés radicado en Argentina, John Creaghe, entre otros exponentes del mundo libertario. Con Creaghe, redactor del periódico *El Oprimido*, se establece una unión muy productiva y nada dogmática (o nada “purista” como la denominaron los locales) sobre el anarquismo.¹⁸ Como puede verse, al discurso ya conocido del comunismo anárquico de Malatesta y Kropotkin se añaden diversos conceptos libertarios, en particular textos de Grave y de Malato dedicados al tema de la escuela, y esto amplía el campo de acción libertaria en los albores de las primeras escuelas obreras desvinculadas de la escuela estatal que serán abiertas en Buenos Aires.

En febrero de 1898, en las páginas de *La Protesta Humana*, el doctor Creaghe propone el proyecto de una escuela libertaria que rompería con la escuela

tradicional. En el texto se puede leer que la escuela debe estar menos dirigida por la teoría y más por la experiencia, y por tanto confiada a los maestros de oficio y tendente a practicar la “autosustentación progresiva del niño”, con trabajos materiales producidos por los mismos alumnos (vestimenta, muebles, etc.) y destinados a su uso cotidiano y personal. Se entendía como una escuela de productores de una cultura totalmente diferente de la burguesa. Ideas similares se encuentran en los textos de Charles Malato contra el trabajo alienante, y también en los de James Guillaume, conocido de Serantoni desde los tiempos de la Internacional, y seguramente traducido por él. Para el internacionalista suizo la escuela no es en absoluto el reino del indiscutible enseñante profesional, sino de quien sea capaz de transmitir una ciencia, un oficio.¹⁹

Creaghe siempre se ha caracterizado como defensor de la superioridad moral del anarquismo y lo podemos considerar un seguidor de las ideas morales de Kropotkin. En agosto de 1899 surge en Buenos Aires la primera Casa del Pueblo. Su fundación es apoyada por *La Protesta Humana* como un espacio similar a las Casas del Pueblo existentes en España y un reflejo de las Bolsas de Trabajo francesas. Se trataba de dos grandes salas, una para las asambleas y otra para la escuela y biblioteca popular, un modelo que estaba en consonancia con la idea de enseñanza social de Fernand Pelloutier, que entendía los sindicatos como espacios fundamentales para la formación de los trabajadores.²⁰ Este modelo educativo integral creía en la capacidad formativa de la clase trabajadora y sostenía que el autodidactismo se desarrollaría, sobre todo, a través de la posibilidad de acceder a una biblioteca heterogénea en materia de libros. Sindicato, círculo social, escuela y biblioteca componen un único bloque de transformación social. El grupo anarquista hegemónico en Argentina toma forma a través de un discurso comunista defensor de la superioridad moral del proletariado en la misma onda que el emergente sindicalismo francés, y pretende transmitir esta moral en el seno de la cultura obrera a través de escuelas prácticas y bibliotecas abiertas a todos los trabajadores, jóvenes y adultos.

Con la ampliación de la Federación Obrera, en 1903, el grupo de *La Protesta* vuelve al proyecto de una escuela libertaria solo para obreros, sobre el modelo moderno de Ferrer, cuyo discurso, favorable a una educación integral y racionalista, llega a Argentina a principios del siglo XX. Fue el mismo Creaghe quien propuso donar una significativa suma de dinero (cerca de los 5.000 pesos) para la ejecución del proyecto de una colonia en el campo destinada solo a los niños. A pesar de que se trató de una idea susceptible de ser adoptada por una gran parte de los anarquistas, el argumento de la escuela destinada exclusivamente a los hijos de los obreros acabó por profundizar una brecha cada vez más evidente en el anarquismo local, y también en el del resto del mundo. Creaghe y otros compañeros de la FORA sostenían que la emancipación del proletariado tendría que ser obra solo de los

trabajadores, entendidos como obreros manuales. En sus tesis se prescindía del apoyo ofrecido por la intelectualidad presente dentro de la propia Federación, como Alberto Ghirardo y Altair, que no formaba parte del mundo de los trabajadores manuales. El debate entre intelectuales y Federación Obrera llega al equipo de redacción de *La Protesta Humana*, en el que Altair escribe que “los hombres se diferencian más por sus ideales que por sus profesiones”.²¹ En parte se inventaba un discurso de acción que separaba medios y fines, en sintonía con el desarrollo del sindicalismo francés de la CGT (Confederación General del Trabajo) y de las ideas de Pierre Monatte y Georges Sorel. Si bien estaba compuesta esencialmente de anarquistas, la FORA caminaba hacia un distanciamiento del anarquismo denominado purista, fuese o no comunista, como de hecho se mostró evidente en el célebre debate entre Malatesta y Monatte en Amsterdam en 1907.²² Creaghe entendía posible desarrollar, a través de los círculos obreros adheridos a la FORA, el ejercicio tanto de una actividad sindical relacionada con la cuestión económica, como de una actividad pedagógica dirigida a la emancipación cultural de los obreros, jóvenes y adultos. Y, de hecho, en el tercer congreso de la federación sindical, en 1903, es aprobada una resolución que consideraba “de urgente necesidad la fundación de escuelas libres donde, excluyéndose toda educación sectaria, se exponga al niño la mayor suma de conocimientos”.²³ La creciente centralidad de los sindicatos en el seno del movimiento anarquista y la opción por una educación que en cierto modo reproducía los valores burgueses adaptados al mundo obrero, fueron criticadas por personalidades locales como Alberto Ghirardo como una ilusión destinada a determinar el fracaso revolucionario de las escuelas libres.²⁴ El debate encontró oposición también en uno de los futuros exponentes del anarquismo en Brasil, Oreste Ristori.²⁵ Este toscano, compañero de arresto domiciliario de Galileo Palla y Luigi Fabbri, retornado a la Argentina a mediados de 1902, practicaba un anarquismo purista a la manera en que era entendido en Argentina, es decir, desconfiado con la organización, pero adherido a las teorías socialistas malatestianas y que, por ello, tomaba distancias tanto de la acción política exclusiva dentro de los sindicatos como de la idea de que la educación de los trabajadores sea *per se* un factor revolucionario. Como Malatesta, que poco escribió sobre el tema de la escuela libertaria, tampoco Ristori era un entusiasta del binomio escuela-biblioteca, y sostenía que gastar energías en estas acciones disminuía la capacidad revolucionaria del militante anarquista. Para él, la propaganda anarquista a través de la prensa sería más beneficiosa para la revolución que las inversiones masivas en educación. Con estas ideas, se opuso duramente a la propuesta escolar del doctor Creaghe y vio disminuir el espacio del movimiento anarquista rioplatense.

La circulación de ideas hacia el Brasil

En febrero de 1904, tras un intercambio de correspondencia con sus paisanos

Dossiè

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

Alessandro Cerchiai, Gigi Damiani y Tobia Boni, Ristori se establece en São Paulo, inicialmente en el interior de la nutrida comunidad de origen italiano. El geógrafo Bernardino Frescura, de viaje en São Paulo, refiere cómo esa ciudad cuenta con “260.000 habitantes, de los cuales 112.000 son italianos”,²⁶ proporcionalmente más que en Buenos Aires, que en esos tiempos era una ciudad mucho más poblada. Ristori se encuentra en São Paulo un ambiente lleno de emilianos, toscanos, vénetos, pero también de napolitanos, sicilianos y calabreses. Tal heterogeneidad cultural hacía difícil la posibilidad de una reunión programática en torno a un objetivo común. Aunque a su llegada algunos periódicos anarquistas en lengua italiana aparecían y desaparecían – *Gli Schiavi Bianchi*, *La Birichina*, *Germinal*, *Il Risveglio* (de Damiani) – a estos activistas les faltaba un periódico anarquista potente dirigido a la comunidad italiana y también a todos los trabajadores de la ciudad. Tras su polémica con Creaghe en Argentina, Ristori llega con la firme intención de crear un periódico de amplia circulación, capaz de ser la voz de los anarquistas italianos, además de concentrar las fuerzas de todo el movimiento anarquista de São Paulo. Una intención, efectivamente, coronada por el éxito cuando en junio de 1904 mete en imprenta por primera vez *La Battaglia*, que se mantiene como principal periódico anarquista de São Paulo entre 1906 y 1913, con textos en italiano y portugués.

La idea de publicar un semanario como *La Battaglia* partía de la necesidad de propagar el ideal anarquista, todavía sin el trámite de una organización más rígida. De hecho, el periódico crece al comienzo entre los anarquistas del grupo La Propaganda, que no creían en la organización permanente, y menos en la necesidad de tener un local propio porque, según ellos, esto comportaría el “peligro de la fosilización que planea sobre todos los grupos permanentes y fijos”.²⁷ De esta forma, vemos que el concepto de propaganda anarquista y de apoyo a la causa de la revolución social, en el seno del movimiento anarquista de origen italiano en São Paulo, es diferente de aquel de la centralidad organizativa que hemos encontrado en Argentina, y que allí permitió el desarrollo de las primeras escuelas libertarias en torno a los círculos sociales y obreros.

En esos años, el único caso conocido de escuela libertaria fue el de Angelo Bandoni.²⁸ Este italiano de origen corso dirige el periódico *Germinal* entre 1901 y 1904, hasta la llegada de *La Battaglia*. Y dedicó sus energías a la Escuela Libertaria Germinal, la primera autodefinida como libertaria en Brasil, entre 1903 y 1905, y que después retomó la actividad por poco tiempo en 1907, cuando más que nunca las escuelas libertarias, como dijo Jaime Cubero, se propagaban por todo el país. En cualquier caso, esta primera iniciativa surgida en el barrio paulista de Bom Retiro huía de la práctica, que más tarde se convierte en habitual, de crear escuelas junto a los círculos sociales u obreros. Bandoni era un antiorganizador clásico con ideas del siglo XIX y, por ello, por principio contrario a mezclar los espacios de cultura

libertaria con los sindicales. Mantenido gracias a las suscripciones de la comunidad italiana más cercana, ofrecía una escuela elemental y racionalista a los hijos de los italianos, una iniciativa aplaudida por los compañeros anarquistas y socialistas de cualquier tendencia, en un país en el que la escuela pública era prácticamente inexistente y estaba reducida al medio y alto funcionariado del Estado, vetada para el proletariado, mientras las capas burguesas y pequeño-burguesas se servían de la escuela católica.

O Amigo do Povo publicaba periódicamente anuncios de la escuela con el lema: “Trabajadores, pensad en el futuro de vuestros hijos”. Este semanario anarquista de São Paulo en lengua portuguesa había nacido en 1902, con una clara defensa de una estrategia de acción organizativa que se mantiene hasta su clausura, a finales de 1904.²⁹ Las ideas sostenidas por su grupo de colaboradores se acercaban a las propuestas programáticas de *La Protesta*. Pero, en virtud de una propaganda anarquista todavía incipiente en Brasil, si la comparamos con la argentina, en estos primeros años del siglo XX los diferentes compañeros aparcaron sus diferencias parciales, prefiriendo concentrarse en la lucha común de lo que consideraban un enemigo interno de todos los trabajadores: los socialistas de *L’Avanti*. Este periódico, homónimo del diario italiano, era el portavoz del socialismo marxista en São Paulo, una especie de sección del Partido Socialista Italiano. Hasta que Alceste de Ambris se hizo cargo de la dirección, entre 1900 y 1903, *L’Avanti* fue un espacio ocupado también por colaboradores anarquistas organizadores de actividades sindicales. Con su vuelta a Italia en 1903, la voz del socialismo en São Paulo pasó a ser dirigida por el grupo de Antonio Piccarolo, uno de los fundadores del partido en Italia, mucho más moderado y cercano a las tendencias reformistas³⁰. A partir de entonces se comenzó a reproducir en São Paulo una brecha, ya existente en Argentina desde hacía una década, entre anarquistas de cualquier tendencia y socialistas. El mismo De Ambris, a su vuelta a Italia, se convierte en sindicalista revolucionario y escribe que el socialismo paulista había perdido el espacio “por las organizaciones de oficio, las ligas de resistencia, la federación obrera”.³¹

En São Paulo, pero también en Rio de Janeiro, serán los anarquistas de origen portugués, combinados con el naciente proletariado anarquista brasileño, quienes lanzarán la idea de las primeras escuelas libertarias como espacios de continuidad de la acción sindical. Y lo harán en estrecho contacto con anarquistas y socialistas de diversas nacionalidades, todos cercanos al movimiento sindicalista. En São Paulo son los colaboradores de *O Amigo do Povo* Neno Vasco (portugués), Carlos Díaz y Edgard Leuenroth (brasileños), Luigi Magrassi y Giulio Sorelli (italianos) quienes llevan adelante estas ideas. Este periódico paulista dirigido por Neno Vasco apoya intelectualmente las prácticas que llevan, en 1905, a la fundación de la Federación Obrera de São Paulo (FOSP) y a la organización del primer congreso obrero brasileño en 1906, en Rio de Janeiro.³² Dos años antes, estibadores de la

Dossiê

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

FORA desembarcaron en Río para firmar un pacto de solidaridad de clase entre los trabajadores adheridos a la federación argentina y a la carioca, la Federación de Asociaciones de Clase, rebautizada en 1906 como Federación Obrera de Río de Janeiro (FORJ), en cuyo espacio se realizó aquel primer congreso obrero nacional hacia la construcción de una confederación como la CGT francesa. Este pacto internacionalista implicaba a trabajadores de los puertos de Buenos Aires, Montevideo, Santos y Río de Janeiro, hecho que demuestra que se retomó el internacionalismo de clase en Sudamérica durante las dos primeras décadas del siglo XX.

Neno Vasco, introducido en el anarquismo de Kropotkin y Reclus ya en Portugal, en contacto con los italianos de São Paulo, según su biógrafo Alexandre Samis se acerca a las ideas de Malatesta³³ y también, como hemos visto, a través de una adecuación de estas ideas a la realidad social de los trabajadores locales y de sus formas de representación. Si bien nunca lideró las iniciativas escolares, a pesar del apoyo propagandístico a la idea del modelo propio de la Universidad Popular de Georges Duherne, Vasco defendía como “indispensable una educación que sea altamente causa y efecto de una gradual transformación del entorno”.³⁴ Se habla del entorno de los trabajadores pensando en una revolución social. Se presentan claros los puntos de contacto con la visión obrera y de la educación de adultos de las escuelas de Buenos Aires, de las que ya hemos hablado, para las que “el principio educativo debe partir de las demandas cotidianas del trabajo y en su nombre debe ser orientado”.³⁵ Sucesivamente a la dirección de *O Amigo do Povo*, en 1905, Vasco es colaborador de la revista mensual *Aurora* y después director del semanario *Terra Livre*, primero editado en São Paulo y, desde 1907, transferido a Río, y que siguió ocupando el puesto de principal propagandista, cada vez más evidente, del sindicalismo anarquista brasileño. En la revista *Aurora* aparecen continuamente textos de Paul Robin y de Reclus, utilizados después como referentes teóricos para las nuevas escuelas libertarias brasileñas.

Reclus, Ferrer y las escuelas libertarias

La influencia de Élisée Reclus entre los círculos anarquistas e intelectuales más liberales de la República comenzó a hacerse oír a partir de su paso por tierras tropicales en el año 1893. De hecho, Reclus realiza un largo viaje como geógrafo profesional por toda la América meridional, de la Amazonia al Río de la Plata, y pasa por Río de Janeiro, donde pronuncia una elocuente conferencia en la Sociedad Brasileña de Geografía³⁶. Aunque desligado de la propaganda libertaria a causa de un contrato con la editorial Hachette,³⁷ su llegada a Brasil anima la circulación y la traducción de sus textos. En noviembre de 1898, el periódico carioca *O Despertar* publicaba su primer texto anarquista en Brasil, *Ao meu irmão, o camponês*. Según Milton Lopes³⁸, la prensa anarquista siempre ha mostrado gran aprecio por la

Dossiè

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

publicación de sus textos. Su obra maestra de filosofía política aparecida en 1897, *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, es traducida al portugués por Neno Vasco, que de vez en cuando se escribía con él. En una carta del 3 de marzo de 1905, Vasco propone a Reclus formar parte, como consejero, de la revista *Aurora*, pero el geógrafo francés declina elegantemente la invitación.³⁹

Reclus se afirma en Brasil en estos primeros años del siglo XX como un nombre digno de un respeto intelectual que traspasa los confines del mundo del anarquismo. Por este motivo, la estrategia de asociar su nombre al de la escuela libertaria se convierte en moneda común entre las creadas entre 1905 y 1909. En Porto Alegre, en 1906, un círculo de obreros marmolistas simpatizantes del anarquismo decide crear la Escuela Élisée Reclus para adultos, siguiendo el ejemplo de la Universidad Popular fundada en Rio de Janeiro poco antes por Elysio de Carvalho. Esta contaba con una sala solo de lectura y una biblioteca con libros en diferentes idiomas. En su programa de enseñanza, según el historiador gaucho João Marçal,⁴⁰ se estudiaba esperanto, francés, portugués, matemáticas, historia universal, del Brasil, social, natural, anatomía, dibujo, física, química, y se practicaba gimnasia. Un programa de educación integral, pero que en el fondo reproducía el mismo sistema de enseñanza de las escuelas burguesas. En cambio, a diferencia de estas, no había enseñantes profesionales; eran los mismos trabajadores que intercambiaban conocimientos, donde “cada uno enseñando lo que sabe y procurando cada uno aprender lo que ignora, por la tarde se reúnen allí esos jóvenes, impartiendo lecciones interesantes, de las que siempre se sale aprendiendo alguna cosa nueva.”⁴¹

Por la falta de un apoyo teórico pedagógico-libertario más profundo, uno de los problemas notorios en las iniciativas escolares, autogestionadas y llevadas a cabo por los obreros a través de los círculos sociales y los sindicatos, fue la mera reproducción de unas disciplinas que eran tan criticadas. Después de algunos años, el alumno, o abandonaba la escuela porque no podía seguir o, en el caso de los adultos, sencillamente aprendía un nuevo oficio, o incluso se alfabetizaba y se marchaba a buscar un trabajo mejor pagado. El objetivo de expandir la conciencia anarquista a través de la educación quedaba muy lejos de ser alcanzado. Ante esta situación, los anarquistas sudamericanos pasan a adoptar más a menudo las ideas de Ferrer, primero en Argentina y algunos años después en Brasil.

Según Martín Acri y María del Carmen Cáceres⁴², las ideas de la educación integral para jóvenes y adultos desarrolladas por Paul Robin se revelaron siempre como las más difundidas en Argentina. Pero, desde 1905, un movimiento más articulado de educadores, en contacto con los compañeros españoles, pasa a defender el método promovido por Ferrer. De hecho, en ese año se crea en Buenos Aires el Comité de Escuelas Libres para promover la creación de un Consejo Escolar. Formado por

un complejo de círculos y asociaciones culturales, habría tenido el objetivo de montar un sistema escolar racionalista paralelo al de la escuela oficial. Las varias iniciativas comenzaron a materializarse en 1907, también en los alrededores de Buenos Aires. En Luján, con dinero de John Creaghe y realizando un viejo sueño, se reabrió la Escuela Moderna, ahora inspirada en las ideas de Ferrer, que llevó adelante la primera experiencia de una escuela mixta y normalizada con un método científico dirigido al estudio de la sociedad y de la naturaleza.⁴³ En el mismo año surge la Escuela Moderna de Buenos Aires, dirigida por el educador profesional Julio Barcos, que adaptaba las ideas de Ferrer en cursos nocturnos pagados para jóvenes que se habían retrasado en los estudios. Barcos, notorio educador argentino, fue posteriormente acusado por Antonio Roca, de *La Protesta*, de ser un falsificador de las ideas libertarias y no un divulgador de la conciencia de clase.⁴⁴ Muy distinta de la de Barcos surge en 1908, en el barrio de Villa Crespo, la escuela dirigida por Renato Ghia, educador anarquista voluntario. Como las otras, también esta experiencia duró pocos años, pero seguía estrechamente, según cuanto afirmaba su programa, el método de enseñanza de la escuela de Barcelona: lecciones diurnas de 9 a 4 para niños menores de 12 años y nocturnas para adultos, de 7 a 9 de la tarde.⁴⁵ Las iniciativas basadas en el racionalismo de Ferrer se extendieron a Belgrano, Rosario, Tucumán, Mendoza y decenas de otros lugares⁴⁶. Rápidamente, los anarquistas argentinos comprendieron la dificultad de mantener las escuelas y los materiales didácticos, y crearon instrumentos para apoyar las escuelas. La revista *Francisco Ferrer y la Escuela Popular*, publicada en 1911, además de difundir tesis racionalistas y científicas, proporcionaba material didáctico a bajo precio. La Liga de Educación Racionalista, agrupación de todos los anarquistas interesados en la educación, aparte de fundar su propia Escuela Popular en 1912, se convierte en un vehículo de difusión y de circulación de materiales de apoyo a una educación racionalista basada en los principios de Ferrer. Con la ejecución de Ferrer en España en 1909, el pedagogo se transformó en un mártir de la causa educativa anarquista, y su nombre sobrepasó en mucho al de Reclus como parámetro para la constitución de una nueva ciencia y una nueva pedagogía en el seno del movimiento libertario. No obstante, el estudio de Rodrigo Rosa da Silva⁴⁷ muestra no solamente puntos de contacto entre el pensamiento del pedagogo español y el del geógrafo francés, sino una verdadera y propia continuidad de pensamiento que se revela en la escuela de Barcelona.

En Brasil en particular, donde la influencia de Reclus fue muy fuerte, las ideas de Ferrer tardaron en llegar y, cuando lo hicieron, fueron adaptadas a esta línea de continuidad programática. Siempre con un poco de retraso en comparación con Argentina, en Brasil las ideas de Ferrer comenzaron a ser difundidas más regularmente solo en 1907, gracias a la circulación de emigrantes entre los dos países y a los intercambios epistolares regulares entre compañeros, como por

Dossiê

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

ejemplo entre Renato Ghia y Oreste Ristori. La reanudación de las escuelas libertarias en São Paulo se debe en ese año a la iniciativa de Bandoni y de su escuela Germinal de corta duración; sucesivamente, en 1909, en el mismo barrio de Bom Retiro se registraba la creación de una escuela racionalista para los hijos de los obreros italianos, con una propuesta similar a la de otra, la de la Escuela Laica, mantenida por los cristaleros del barrio de Água Branca y dirigida por el socialista y sindicalista Edmondo Rossoni.⁴⁸ Las escuelas se difundieron también en localidades más lejanas, como en el caso de la ciudad de Campinas, donde la Escuela Social dirigida por Adelino de Pinho tuvo una larga vida. Este anarquista nacido en Portugal se convierte, junto a su compañero brasileño João Penteadado, educador en la ciudad de Jaú, en el principal difusor de las ideas de Ferrer, a la cabeza de las iniciativas escolares libertarias brasileñas más importantes. En su exposición metodológica podemos leer: “Lo que es accesible, claro, lógico para el niño, lo que él puede por sí mismo descubrir o desarrollar, eso será preferido a todas las divagaciones metafísicas”.⁴⁹

En cualquier caso, aunque se aprecia un cierto aumento de nuevas escuelas en Brasil, estas todavía no habrían absorbido claramente las ideas de Ferrer, y no podríamos afirmar que la didáctica aplicada en las escuelas libertarias ya existentes gozase de mucha credibilidad. La escuela Germinal de Bandoni, por ejemplo, fue criticada por su método de enseñanza por los propios anarquistas.⁵⁰ Fue propiamente la conmoción provocada por la muerte de Ferrer en octubre de 1909, lo que permitió a los anarquistas paulistas lanzar una campaña vista como absolutamente necesaria para la fundación de las escuelas modernas. De esta comisión formaban parte los anarquistas Tobia Boni, Gigi Damiani, Oreste Ristori, Edgard Leuenroth y Neno Vasco, por lo que resultaba un grupo heterogéneo de sindicalistas, antiorganizadores y comunistas, que decide sumar sus propios esfuerzos a los de otros compañeros no declaradamente anarquistas. Dos educadores fueron admitidos en el comité científico pedagógico para la creación de las futuras escuelas en São Paulo, Adelino de Pinho y João Penteadado. Cada uno es nombrado director de una escuela (fueron creadas dos escuelas modernas en 1912). También tenemos noticias de una escuela moderna en San Caetano, en los alrededores de la capital. En esta década se aprecia una cierta profesionalización de la actividad pedagógica libertaria, basada en la propuesta racionalista ferreriana.

Junto a las escuelas fue creado un boletín de propaganda titulado *Boletim da Escola Moderna*, en cuyo número 1 (13 de octubre de 1918) podemos leer:

Nada de fórmulas hechas, sino el alumno llevado de sí mismo a descubrir el fenómeno, la causa o la ley natural a que obedece. No la apología de lo social sino la crítica a las instituciones y la demostración de que son un escollo para la felicidad del pueblo (...) La Escuela Moderna pretende combatir todo prejuicio que obstaculice la emancipación total del individuo.

Dossiê

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

A través de este boletín se hacían públicas las cuentas de la escuela, el balance, los nombres de los niños y niñas matriculados, y la asistencia mensual. De media, las dos escuelas han tenido alrededor de cien alumnos por curso escolar.⁵¹ Podemos decir que el método de enseñanza practicado ha anticipado en muchos años al constructivismo brasileño. Sin contar con la innovación aportada con las clases mixtas, las actividades de campo y los paseos por parques y museos.

A pesar de todo, fueron clausuradas por el Estado en 1919 con la excusa de que dañaban los principios de la organización social y política del país, y propagaban el ateísmo; muchas de las experiencias iniciadas por los racionalistas en Brasil fueron después adoptadas por los artífices del movimiento de la Escuela Nueva, que reformaron la escuela nacional en los años treinta. La experiencia de las escuelas racionalistas o de las libertarias llegaba a su fin.⁵² Algunas iniciativas se mantuvieron durante los años veinte, subordinadas a los círculos obreros, pero sin hacer referencia a argumentos de lucha social o declararse anarquistas. En los años veinte, la feminista libertaria brasileña Maria Lacerda de Moura se dedica a recuperar estas iniciativas y a difundir el ideal de emancipación a través de varias conferencias, pero ese centenar de escuelas para hijos de obreros citadas por Cubero al principio de este texto no volvió jamás.

También en Argentina, tras los acontecimientos de la Semana Trágica de 1919, las propuestas escolares de los anarquistas fueron perseguidas. No obstante, la Liga de Educación Racionalista promueve, en los años veinte, constantes actividades en Buenos Aires, invitando a impartir lecciones a Lacerda de Moura. La circulación de ideas en el Cono Sur americano continúa hasta los primeros años treinta, cuando los golpes de Estado en ambos países sepultan cualquier iniciativa fuera del control estatal. Llegava así al fin, las primeras experiencias educativas de los anarquistas.

Notas e referencias

- ¹ Traducción revisada y modificada de Alfredo Gonzalez, de *Germinal*, Madrid, desde el original presentado en “L’anarchisme et ses pratiques éducatives dans le cadre de l’émigration aux Cône Sud entre le 19e et le 20e siècle”, *Journées d’étude Géographie, Enseignement et Tendances Libertaines*, Université de Fribourg, CERF – Centre d’Études et des recherches Francophones, Fribourg, 2-3 mayo 2013.
- ² Entrevista a Jaime Cubero en mayo de 1995, Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Cf. película documental *Escolas Modernas. Educação libertária na São Paulo do início do século XX*. Oldimar Cardoso; Humberto Pimentel; Carlo Romani (dir.). São Paulo, FE-USP, 1995. Disponible em <https://www.youtube.com/watch?v=35hLUVNSX0c>
- ³ Christina LOPREATO. *O espírito da revolta: A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- ⁴ Frederico Duarte BARTZ. “O maximalismo como problema: circulação e reapropriações de referências ao bolchevismo no movimento operário brasileiro entre 1917 e 1919”. *VI*

Dossiê

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

-
- Seminário Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro, 2013; Andreas DOESWIJK. *Entre camaleones y cristalizados: los anarco-bolcheviques rioplatenses, 1917-1930*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade de Campinas, 1998.
- ⁵ Edgardo BILSKY. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.
- ⁶ Periódico anarquista italiano fundado por Errico Malatesta en 1920 como diario. En la actualidad sigue editándose como semanario.
- ⁷ Eduardo COLOMBO. “A FORA. O finalismo revolucionário”. In: Eduardo Colombo (ed.) *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004; Alexandre SAMIS. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002; Carlo ROMANI. “Antecipando a Era Vargas. A Revolução paulista de 1924 e as práticas de controle político e social”, *Topoi*, Rio de Janeiro, 23, 2011.
- ⁸ Gonzalo ZARAGOZA RIVERA. *Anarquismo argentino (1876-1902)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1996, pg. 88-95.
- ⁹ Para profundizar en la historia errante de Serantoni entre Italia, Francia, España, Argentina y, por fin, nuevamente Italia, vd. Adriano GIORDANO. “L'editore errante dell'anarchia. Appunti per una biografia di Fortunato Serantoni”. *Rivista Storica dell'Anarchismo*, Pisa, 1, 6, 1999.
- ¹⁰ Juan SURIANO. *Anarquistas. Cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890-1910*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- ¹¹ Gonzalo ZARAGOZA RIVERA, 1996; ZARAGOZA RIVERA. “Anarchisme et mouvement ouvrier argentin”. *Le mouvement social* 103, 1978; Iacov OVED. *El Anarquismo y el movimiento obrero en Argentina*. México: Siglo XXI, 1978.
- ¹² Osvaldo BAYER. *Severino Di Giovanni, el idealista de la violencia*. Buenos Aires: Legasa, 1989.
- ¹³ Eduardo COLOMBO. *Historias y recuerdos del anarquismo en la Argentina: “los desconocidos y olvidados”*. Montevideo: Nordon/Comunidad, 1999.
- ¹⁴ BAYER, 1989; Osvaldo BAYER. *Los anarquistas expropiadores*. Montevideo: Recortes, 1992.
- ¹⁵ El texto de Quiroule, junto con un ensayo sobre su figura, se ha reeditado dentro de la obra de Luis Gómez Tovar; Ramón Gutiérrez; Silvia A. Vázquez. *Utopías libertarias americanas*. Madrid: Turo, 1991.
- ¹⁶ Insurrección popular liderada por los anarquistas contra el gobierno italiano, ahogada en sangre y en una tremenda represión: al menos 11 muertos, numerosos heridos y 454 condenados a penas de cárcel que sumaban más de 2.500 años.
- ¹⁷ Cf. Antonio SENTA. “Luigi Galleani y el anarquismo antiorganización”. *Germinal. Revista de Estudios Libertarios*, Madrid, 11, 2014.
- ¹⁸ GIORDANO, 1999: 58.
- ¹⁹ Cf. Francesco CODELLO. *A Boa educação. Experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill*. São Paulo: Imaginário, 2007, pg. 237-239.
- ²⁰ CODELLO, 2007: 270-277.
- ²¹ Cf. Hernán DÍAZ. *Alberto Ghirardo: anarquismo y cultura*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p. 43.
- ²² El debate se puede ver en “Anarquía y sindicalismo”. *Tierra y Libertad*, Barcelona, n. 274, mai. 2011.
- ²³ Antonio LÓPEZ. *La FORA en el movimiento obrero*. Buenos Aires: Centro Editor de

-
- América Latina, 1987, pg. 98.
- ²⁴ DÍAZ, 1991: 51.
- ²⁵ Cf. Carlo ROMANI. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, pg. 116-120.
- ²⁶ Bernardino FESCURA. *Itinerari attraverso lo Stato di San Paolo (Brasile)*. Genova: Montofano, 1904.
- ²⁷ *La Battaglia*, São Paulo, 19 mar. 1905.
- ²⁸ Cf. Bruno Corrêa de Sá e BENEVIDES. “A trajetória de Angelo Bandoni e o “individualismo” anarquista no Brasil (1900-1920)”. *I Congresso Internacional de Investigadorxs sobre anarquismo*. Buenos Aires, Universidad de San Martín, 2016.
- ²⁹ Edilene TOLEDO. *O Amigo do Povo: Grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 1994.
- ³⁰ Vd. Frederico Alexandre HECKER. *O Socialismo em São Paulo: a atuação de Antonio Piccarolo*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo 1996.
- ³¹ Alceste DE AMBRIS. “A imigração italiana e o movimento operário no Brasil”. In: Paulo Sérgio Pinheiro; Michael Hall (org.). *A classe operária no Brasil 1889-1930 documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. Sobre De Ambris, vd. Edilene TOLEDO. *Travessias revolucionárias*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- ³² Alexandre SAMIS. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: Eduardo Colombo (ed.). *Historia do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004; Alexandre SAMIS. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009. Una reciente investigación trae a la luz los hechos de la Escuela 1° de Mayo, fundada en 1903 en Rio de Janeiro por Pedro Matera, anarquista nacido en Italia, muy cerca las practicas sindicales de Vasco: Pedro Henrique da SILVA. *A Escola Operária 1° de Maio e Pedro Matera: a educação popular como instrumento revolucionário no Brasil (1903-1934)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- ³³ SAMIS, 2009: 153.
- ³⁴ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 24 may. 1902.
- ³⁵ SAMIS, 2009: 156.
- ³⁶ Luciene CARDOSO. “A visita de Élisée Réclus à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1, 1, 2006.
- ³⁷ Vd. Federico FERRETTI. *Anarchici ed editori. Reti scientifiche, editoria e lotte culturali attorno alla Nuova Geografia Universale di Élisée Reclus (1876-1894)*. Milão: ZIC, 2011.
- ³⁸ Milton LOPES. “Élisée Réclus e o Brasil”: *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, 11, 21, 2009, pg. 167.
- ³⁹ LOPES, 2009: 168.
- ⁴⁰ João MARÇAL. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985, pg. 65-68.
- ⁴¹ *A Luta*, Porto Alegre, 16 sep. 1906.
- ⁴² Martín ACRI; María del Carmen CÁCERES. *La educación libertaria en la Argentina y en México (1861-1945)*. Buenos Aires: Anarres, 2011, pg. 137.

Dossiê

La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX

Carlo Romani

-
- ⁴³ Dora BARRANCOS. *La escena iluminada. Ciencias para trabajadores, 1890-1930*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996, pg. 123-126.
- ⁴⁴ “Barcos y su política para intelectuales. La tragedia del ególatra”. *La Protesta*, Buenos Aires, 28 set. 1932.
- ⁴⁵ *La Protesta*, 25 jul. 1909.
- ⁴⁶ ACRI; CÁCERES, 2011: 138-145.
- ⁴⁷ Rodrigo Rosa da SILVA. “Élisée Reclus e a Escola Moderna de Francisco Ferrer Guardia”. *Colóquio Internacional: Élisée Reclus e a Geografia do Novo Mundo*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.
- ⁴⁸ Cf. *La Battaglia*, 7 fevb 1909. A su vuelta a Italia, al contrario que De Ambris, que se acercaba cada vez más al sindicalismo revolucionario, Rossoni se hace fascista y en los años 30 incluso asume los cargos de secretario y ministro de Trabajo del gobierno de Mussolini. Cf. John J. TINGHINO. *Edmondo Rossoni: From revolutionary syndicalism to fascism*. Nova York: P. Lang, 1991.
- ⁴⁹ “Una escuela libre”: *La Battaglia*, 13 ago. 1908. Recientemente se han reeditado los textos de Adelino de PINHO. *Pela Educação e pelo trabalho e outros escritos*. São Paulo: Terra Livre, 2012.
- ⁵⁰ La polémica crítica del método mnemónico-resolutivo adoptado por Bandoni, en el momento de la introducción de la escuela racionalista ferreriana, ocupó sucesivas ediciones de *La Battaglia* entre 1911 y 1912 (números 357, 365, 368 y 377).
- ⁵¹ Según el boletín, en 1918 la escuela moderna del barrio de Brás funcionaba con tres enseñantes, seis clases de primera a tercera elemental, cinco diurnas y una nocturna, para jóvenes y adultos.
- ⁵² Cf. Flávio LUIZZETTO. “O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna n.º 1 (1912-1919)”. *Educação e sociedade* 8, 24, 1986; José Damiro de MORAES. *A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura social*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 1999.

Recebido em 30 de janeiro de 2017/
Aprovado em 06 de agosto de 2017

La “famiglia poliandrica” nella colonia Sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894). Le opportunità di un ideale irrealizzabile

Elena Bignami

Istituto per la Storia e le Memorie del '900 Parri Emilia-Romagna

Sommario: La storia della Cecilia Colony, fondata da Giovanni Rossi a Parana tra il 1890 e il 1894, è una parte fondamentale della storia del movimento anarchico-socialista italiano per due ragioni principali. Innanzitutto, in teoria, è un progetto progettato in armonia con la Comunità europea sulle concezioni sperimentali teoriche; un'eccezione per l'Italia. In secondo luogo, e più in particolare, è il primo tentativo di creare una colonia socialista nella prospettiva costante di rendere i governi locali il centro della loro azione politica e culturale, confuso con la questione della migrazione verso lo specifico stato socioeconomico dell'Italia del tempo. La storia ha dato l'immagine di Cecilia come esperimento eccentrico di un intellettuale visionario o di una parte della questione più ampia della migrazione anarchica in Brasile. Ma se la storia dell'esperienza comunitaria è analizzata in dettaglio studiando l'origine geografica, la vita culturale e politica dei suoi partecipanti e le aspirazioni del suo fondatore, è evidente che il progetto ha al centro la questione più grande e più complessa della "famiglia patriarcale", la cui apparente indissolubilità viene fatta esclusivamente sul carattere morale delle donne italiane della fine del XIX secolo. L'articolo, che inizia con queste considerazioni e si sviluppa con un'analisi dettagliata delle fonti, cerca di evidenziare le virtù e i vizi del progetto comunitario Rossi.

PAROLE CHIAVE: Studi di genere - Italia - Anarchismo. Abstract.

Resumo: A história da Colônia Cecilia, fundada por Giovanni Rossi no Paraná entre

1890 e 1894, é uma parte fundamental da história do movimento anarquista-socialista italiano por duas razões principais. Primeiro de tudo, em teoria, é um projeto concebido em harmonia com a Comunidade Europeia sobre as concepções experimentalismo teórico; uma exceção para a Itália. Em segundo lugar, e mais concretamente, é a primeira tentativa de criar uma colônia socialista na perspectiva constante de fazer dos governos locais, o centro de sua ação política e cultural, que se confunde com a questão da migração para o estatuto sócio-econômico específico de 'Itália do tempo. A historiografia deu a imagem de Cecília como o experimento excêntrico de um intelectual visionário ou uma parte da questão mais ampla da migração anarquista para o Brasil. Mas se for analisada em detalhe a história da experiência comunitária, estudando a origem geográfica, a vida cultural e política de seus participantes e as aspirações de seu fundador, é evidente que o projeto tem no seu centro a maior e mais complexa questão da “família patriarcal”, cuja indissolubilidade aparente é feita a cair exclusivamente sobre o caráter moral da mulher italiana do final do século XIX. O artigo, que começa a partir dessas considerações e desenvolvido com uma análise detalhada das fontes, procura destacar as virtudes e vícios do projeto da comunidade Rossi.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de gênero – Itália - Anarquismo.

Abstract: The story of Colonia Cecilia, founded by Giovanni Rossi in Paraná between 1890 and 1894, is a fundamental part of the history of the Italian socialist-

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

anarchist movement for two main reasons. First of all, at a theoretical level, this is a project designed in harmony with European theoretical conceptions of Community experimentation; An exception to Italy. Secondly, and more concretely, it is the first attempt to create a socialist colony in the constant perspective of making local autonomy the center of political and cultural action. An attempt that interweaves with the migration issue for the socio-economic condition of Italy at that time. History has generally reproduced the image of Cecilia as the eccentric experiment of a visionary intellectual or part of the wider issue of Italian anarchist migration to Brazil. But if it

is analyzed in detail the history of this community experiment, studying the geographical, cultural and political origin of its participants and the aspirations of its founder, it is evident that the project has at its center the broadest and most complex issue of the “family Patriarchal”, whose apparent indissolubility is only attributed to the moral character of the Italian woman of the late nineteenth century. The article, starting with these considerations and developing with a detailed analysis of sources, seeks to highlight the vices and virtues of Rossi’s Community project.

KEYWORDS: Gender Studies – Italy – Anarchism.

Giovanni Rossi: la vita e il pensiero

La storia della Colonia Cecilia è inscindibilmente legata alle vicende biografiche e professionali del suo ideatore e fondatore: Giovanni Rossi. Nato a Pisa l’11 gennaio 1856, da una famiglia della media borghesia (il padre Tito era un avvocato e la madre, Carolina Baldi, figlia di un medico), Rossi sin dal 1873 si iscrive alla sezione pisana dell’Associazione Internazionale dei Lavoratori,¹ avviando una militanza politica che porterà avanti tutta la vita, parallelamente a una produzione pubblicistica sempre più intensa,² con il dichiarato scopo di costituire una colonia socialista³ nella prospettiva costante di fare delle autonomie locali il centro della propria azione politica e culturale. Nel 1875 ottiene il diploma di medico e chirurgo veterinario presso la Scuola normale superiore di agraria di Pisa e, in seguito all’improvvisa morte del padre, prende ad occuparsi di alcuni poderi di famiglia a Montescudaio, comune della Val di Cecina in provincia di Pisa. Nel frattempo assume l’appellativo di Cardias – l’orifizio superiore di comunicazione tra l’esofago e lo stomaco, a sottolineare la necessità elementare di nutrirsi per sopravvivere –⁴ pubblica il suo primo romanzo storico, dal titolo *Un Comune socialista. Bozzetto semi-veridico di Cardias*, un vero e proprio esempio di letteratura socialista utopistica, tradizione letteraria poco praticata in Italia,⁵ al contrario di Inghilterra e Francia, ma dalle sorti fortunate visto che sino al 1891 conoscerà cinque edizioni,⁶ oltre che la stima del giornalista e politico italiano Enrico Bignami, direttore de “La Plebe” di Milano e suo editore, che definì lo scritto “il miglior libro di propaganda su cosa sia il socialismo”.⁷ Il piccolo romanzo si suddivide in due parti. Nella prima si racconta della conoscenza e dello scambio di idee tra il protagonista e una giovane – anzi “la più bella figura di giovanetta”⁸ – di nome Cecilia, sorella di un vecchio amico di Rossi (tale Alessandro de’ Bardi) incontrato dopo alcuni anni nel corso di

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

“una passeggiata di solo passatempo” a Poggio al Mare, e che invece si rivelò “l’avvenimento più importante della” sua vita.⁹ Personaggi e luoghi di fantasia al servizio di un artificio narrativo che permette all’autore di discutere e dimostrare la bontà delle sue concezioni teoriche sullo sperimentalismo comunitario, quindi, nella seconda parte, di raccontare le tappe della fondazione e costruzione nel podere de’ Bardi di quel paese di una vera e propria comunità collettivista sperimentale, organizzata e antiautoritaria che garantiva a tutti libertà e soddisfacimento dei propri bisogni.

La pubblicazione del romanzo, insieme all’attivismo all’interno della sezione pisana dell’AIL e ai contatti intrecciati con il comitato Internazionale imolese, insospettì le autorità, che nello scoppio della bomba in Piazza Cavalieri a Pisa il 20 novembre 1878 trovarono il pretesto per avviare una serie di misure restrittive, tra le quali una perquisizione presso il domicilio del Rossi. Il ritrovamento di un’“arma insidiosa” – un bisturi – fornì il pretesto per assegnare a Rossi una condanna a cinque mesi di carcere, scontata nel carcere di Volterra sino all’aprile del 1879.¹⁰

Nel clima vivace che nell’Italia degli anni ’80 e ’90 dell’Ottocento contraddistingue il movimento socialista e che porterà alla costituzione del Partito socialista rivoluzionario, Rossi rappresenta il patriarca di una nuova tendenza, “favorevole alla partecipazione alle lotte elettorali sotto forma di candidature protesta”¹¹ e sostenitore “di una partecipazione alla lotta politica attraverso l’azione pratica, l’agitazione e la propaganda”, non distante dalle posizioni del Costa.¹² Pubblicista prolifico collabora in questi anni con il “Sempre avanti” di Livorno e “Il Socialista” di Pisa, periodico sul quale interviene “con insistenti appelli a favore delle sue iniziative”.¹³

Vinto un concorso per l’incarico di veterinario consortile a Gavardo, nel 1883 Rossi lascia Montescudaio e si trasferisce nel piccolo paese bresciano, dove resterà per circa cinque anni. Qui fonda una società agricola e “Dal Campo alla stalla”, “un giornale tecnico” – per usare le parole di Masini¹⁴ – probabilmente rivolto al bacino dei coltivatori della zona, ma soprattutto è intento a diffondere e cercare consensi per il suo progetto sperimentale. Dopo aver chiesto ad Andrea Costa di stendere la prefazione alla nuova edizione del suo *Un comune socialista*, invia le bozze anche a Turati, Gnocchi Viani, Castellazzo e Domanico, per sondare la possibilità di costituire un comitato promotore del progetto. Costa stima Rossi¹⁵ ma non crede nel carattere e nel valore del progetto di colonia socialista da lui pensata, e questo determinerà l’incrinarsi dei rapporti tra i due. Ma Rossi non si dà per vinto e tra la fine del 1884 e tutto il 1885 con febbrile attivismo cerca l’adesione degli intellettuali italiani.

Nel dicembre del 1884 coinvolge Turati nel progetto per la costituzione di una colonia socialista in Ciociaria,¹⁶ all’inizio del 1885 diffonde attraverso “La Favilla”

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

di Mantova una bozza di programma di colonia socialista¹⁷ alla quale aderiranno diversi intellettuali (tra i tanti Bosco Garibaldi, Anacleto Conte Arcuri, direttore dell’“Italia del Popolo”, Romeo Candelari, Emanuele De Asarta e più cautamente Camillo Prampolini, ma anche Osvaldo Gnocchi Viani, Napoleone Colaiani ed Enrico Bignami);¹⁸ quindi seguita a richiamare sul suo progetto l’attenzione di altri nomi dell’epoca – Gabriele Rosa, Musini, Panizza –, sollecitandone l’appoggio,¹⁹ e alla fine dell’anno pubblica un nuovo appello questa volta *alle federazioni, sezioni, circoli e nuclei socialisti in Italia* e sottoscritto da Romeo Candelari, Pio Schiapparelli, Siliprandi e D. Vittorio Brera, Ettore Antonelli, Giovanni Domanico e Garibaldi Bosco.²⁰

Mentre le polemiche intorno alla validità delle colonie socialiste si infittiscono,²¹ Rossi dà alle stampe “Lo Sperimentale”, un periodico che uscirà dal maggio 1886 al febbraio 1887 – per un totale di cinque numeri – prima di confluire in “Humanitas” di Napoli, e che può essere considerato il vero e proprio organo della discussione e della propaganda del suo progetto di colonia socialista anarchica, attraverso la pubblicazione di articoli redatti di suo pugno, e dedicati alle dottrine di quelli che considera i suoi precursori (Fourier, Cabet, Owen) e agli esperimenti comunitari in Inghilterra, Francia, Messico, Belgio, Russia e Stati Uniti, ma anche da alcuni dei protagonisti del movimento socialista evoluzionista del tempo, come Turati, che vi collabora con una biografia di Bakunin, Romeo Candelari e J. Reybaud. Sul secondo numero Rossi può vantare l’appoggio di molti compagni alla costituzione per un comitato locale,²² tra i quali Anna Maria Mozzoni, Filippo Turati e Candelari.²³ Ma i tempi sono ormai maturi e la fase operativa entra nel vivo.

Aprile 1890-aprile 1894. La colonia Cecilia

Sulla fine del 1889, dopo che una prova imperfetta a Stagno Lombardo non aveva corrisposto alle mie speranze, mi ero deciso a passare in una delle due colonie collettiviste fondate recentemente nell’America del Nord – *Kanewah* in California o *Sinaloa* nel Messico – quando Achille Dondelli di Brescia, a nome sue e di altri compagni, mi propose di andare a fondare una colonia nell’America del Sud. Il lettore capirà subito che accettai con tutto quell’entusiasmo che ci rimane in cuore a trentaquatt’anni.²⁴

In un primo momento Rossi crede che il luogo più idoneo per impiantare la colonia possa essere l’Uruguay, ma poco dopo decide di cambiare la destinazione in cui far sorgere la sua colonia, probabilmente in seguito a contatti con gli emissari dei governatori brasiliani in quegli anni impegnati nelle regioni del nord Italia – cioè proprio dove si trovava Rossi in quel momento – nella pubblicizzazione dei territori e dei sussidi riservati a quanti volessero emigrare alla volta del Brasile. Così, al preciso scopo di compiere non la “esperimentazione utopistica di un

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

ideale” bensì “lo studio sperimentale – e /.../ rigorosamente scientifico – delle attitudini umane in relazione a quei problemi”, ossia senza leggi, regolamenti, senza capi e senza proprietà individuale, ma lavorando spontaneamente in comune,²⁵ il 20 febbraio del 1890 Rossi e i pionieri s'imbarcarono dal porto di Genova sul piroscalo Città di Roma, senza precisa destinazione né programma.²⁶

Anche il numero e l'identità dei pionieri sono a tutt'oggi poco chiari. In una lettera inviata a “La Révolte” di Parigi e datata 22 marzo 1890 Rossi dichiara che il gruppetto era composto di otto persone, alle quali a Gibraltar si aggrega una famiglia spagnola,²⁷ mentre nel terzo capitolo della quinta edizione de *Un comune socialista*, il riferimento alla famiglia spagnola sparisce, i partecipanti scendono a 6 e rende noti anche i nomi: oltre a lui, “Cattina ed Achille Dondelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arrighini, Giacomo Zanetti”.²⁸ Come già mette in luce Isabelle Felici nel 1994, nei registri delle entrate al Porto di Rio de Janeiro, in quelli dell'Hospedaria così come in quelli della Secretaria de obras e colonização de l'Etat du Paraná²⁹ spariscono i nomi di Achille e Cattina Dondelli mentre compare quello di Elisabetta Arrighini. Siamo di fronte, insomma, a dati imprecisi e lacunosi che permettono nella migliore delle ipotesi di formulare delle sommarie valutazioni. Scartando l'ipotesi della Felici secondo la quale Elisabetta Arrighini potrebbe essere la moglie di Achille Dondelli³⁰ – già unito a Caterina Benedetti sorella di Evangelista e Aldina –, pare comunque assai improbabile che Dondelli non sia tra i pionieri della Cecilia. Le annotazioni di Rossi sulla presenza del Dondelli sin dal principio dell'avventura brasiliana sono infatti molto scrupolose.

Arrivati a Rio de Janeiro il 18 marzo 1890, i pionieri vengono accolti all'Hospedaria da Ilha das Flores, ricovero per i migranti in arrivo e il 26 marzo successivo il gruppo riprende il viaggio sul piroscalo Desterro, in direzione di Rio Grande do Sul, verso Porto Alegre,³¹ ma si arresta improvvisamente a Paranaguá, per un mal di mare che “faceva soffrire tanto due dei nostri compagni”, quindi prosegue in treno per Curitiba, “la giovane capitale di uno stato giovane”, nel Paraná, “al quale ritengo – racconta Rossi – sia serbato un grandissimo avvenire, per il suo clima europeo, per le sue ricchezze naturali e per l'attitudine delle sue colline a ricevere ogni vultura che non sia irrigatoria”.³²

E in effetti il Paraná, e in particolare Curitiba, doveva apparire a Rossi una cittadina davvero moderna e prospera. Indipendente dalla provincia di San Paolo dal 1853, il Paraná vanta un passato di grande sviluppo economico-industriale. I giacimenti d'oro prima, poi la produzione e l'esportazione di erba-mate, insieme alla ricchezza di legname e gli allevamenti hanno fatto di questa regione del Brasile un polo di attrazione per chi abbandonava il proprio paese in cerca di miglior fortuna. Diversamente da San Paolo, dove l'immigrazione era promossa per il lavoro nelle *fazendas*, in Paraná si richiamavano i migranti per assegnare loro i terreni incolti

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

della regione così da incentivare l'economia e colonizzare lo Stato, “popolandola e difendendola, sia dalle partecipate indigene, sia dalla minaccia di una occupazione argentina o paraguaiana”.³³

A Curitiba l'Inspectoria de Terra e colonização indirizzò il gruppetto, che aveva richiesto di volersi stabile nei pressi di un fiume navigabile, al territorio di St. Matheus e il primo aprile Rossi e Benedetti partirono all'esplorazione del sito. Il due aprile arrivarono a Palmeira,³⁴ che subito fece loro un'ottima impressione³⁵ e qui incontrarono un altro italiano, il dott. Franco Grillo, emigrato in Brasile nel 1873 e ora medico di Palmeira: “un bravo e buon italiano [...] – scrive Rossi –, benemerito della scienza per le notizie e per le collezioni che ha inviato alla Società Geografica Italiana ed al Civico Museo di scienze naturali di Genova”, che – seguita – “ci ha aperto la sua casa come ad amici, come a fratelli e ci ha aiutato immensamente nella nostra impresa”.³⁶

Rossi e Benedetti si inoltrarono poi nella campagna circostante, verso sud, fino a raggiungere il territorio di Santa Barbara, a 18 chilometri da Palmeira e bagnato dal fiume Iguçu, “sul margine di una zona di dieci chilometri quadrati, costituita da prateria e da boschi, e riservata per noi al prezzo medio di L. 15 per ettaro pagabile ratealmente”. I ruscelli tutt'attorno, il terreno fertilizzato dagli abbondanti pascoli bovini ed equini, la vegetazione boschiva e l'abbondante caccia convincono i due esploratori che questo è il territorio ideale per impiantarvi la colonia. Preparato il sito Rossi e Benedetti sono raggiunti dai compagni, tra i quali Achille Dondelli “scarno e sparuto, finché appena convalescente da una grave tifoidea sofferta a Curitiba”, e subito iniziarono l'organizzazione della vita comunitaria. Si procedette quindi alla preparazione dell'orto, alla costruzione di mobili e del focolare, fu inoltre assestato il dormitorio con la fabbricazione di alcune brande; si giunse così a “un alto grado di *confortable*”.³⁷ Si preparò quindi lo steccato e il legname e grazie all'aiuto di Giuseppe Capraro, si procedette all'impianto della vigna, che tra i filari ospitava anche fagioli e patate. La cucina fu costruita di fianco alla casa, mentre due galline donate dalla signora Grillo e un maiale da tal “signor Adalberto” furono i primi animali da cortile della colonia, ai quali ne seguirono altri. “Si piantarono altri fruttiferi nell'aranceto; si tentò un vivaio per talee di gelso, di pero e di melo; si provò la semina dei frutti raccolti sull'unico, annoso gelso, che frondeggia davanti alla casa. Così passarono i primi quattro o cinque mesi”.³⁸ Le giornate erano scandite dal lavoro e le serate dalla cena e poi “si facevano quattro chiacchiere, una partita alle carte o a dama”. Il cibo consisteva di polenta bianca, fagioli neri, carne in abbondanza, ortaggi e aranci. L'acqua era l'unica bevanda, insieme all'infuso di *mate* che si preparava di sera. “Quando il Dott. Grillo ed altri amici ci venivano a trovare, o noi si andava a Palmeira, la monotonia delle libazioni rinfrescanti era

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

rotta da qualche bicchierino dell’acquavite di canna da zucchero, che chiamano *caxiasse*, o pinga”.³⁹

Una volta sistemati i coloni presero contatti con i compagni rimasti in Italia, esortando loro a raggiungerli, “possibilmente con un po’ di denaro”,⁴⁰ ma nessuno accolse l’invito e allora si decise di inviare Rossi in Italia per provvedere da vicino al reclutamento di mezzi e uomini. Lasciata la colonia nel mese di settembre,⁴¹ il 25 novembre 1890 Rossi sbarca a Genova e fino al maggio dell’anno successivo s’impegna in un susseguirsi ininterrotto di conferenze e incontri *pro Cecilia*. Si recò prima di tutto a Pisa, per salutare i cari e cominciare la campagna, e qui fece “il primo fiasco – racconta –, perché dopo aver parlato in pubblico ed in privato, non uno tra i concittadini di Galileo si decise a perdere di vista il campanile pendente”, mentre “a Cecina, a Livorno, a Spezia, a Torino, a Milano, a Brescia fu accolta con molta simpatia la proposta, e molti compagni si presentarono per andare alla Colonia Cecilia”.⁴² Nel frattempo il 31 dicembre alla Cecilia arrivano nuovi coloni – gli Artusi, gli Agottani⁴³ e i Lottici⁴⁴ –, tutti provenienti da Sissa, un piccolo paese nella provincia di Parma, che si erano imbarcati a Genova sul piroscampo Umberto I nel mese di ottobre;⁴⁵ si attende invece l’arrivo di “due famiglie di Toncadelle [Roncadelle]”, allora attestati a Montevideo. Si tratta di “famiglie di contadini – scrive Rossi –, che però non andarono d’accordo con i primi pionieri, per differenza di laboriosità e per tendenza in questi a voler far prevalere i loro intendimenti”.⁴⁶

Nel gennaio del 1891 Rossi partecipa al congresso anarchico di Capolago, che si tenne in Svizzera tra il 3 e il 6 gennaio. La speranza era quella di trovarvi un buon palco per la propaganda del suo esperimento comunitario, ma nell’urgenza di riunire le forze rivoluzionarie i congressisti non prendono in considerazione il progetto di Rossi, che viene quindi sbrigativamente liquidato. Nel marzo dello stesso anno Errico Malatesta prende parola sulla questione con una lettera, pubblicata su “La Rivendicazione” di Forlì e diretta al Panzacchi, nella quale esprime parole molto dure nei confronti dell’esperimento di Rossi: “io la deploro – confessa –. Essa produce tra noi, in più piccola scala per fortuna, il danno che ha prodotto il parlamentarismo poiché offre agli oppressi una vana speranza di emanciparsi senza bisogno della rivoluzione”. E nel seguito centra forse il nervo scoperto di questa esperienza, preconizzandone la rapida soluzione:

È vero che il Rossi ed i compagni che lo secondano dicono che essi vogliono semplicemente fare un esperimento di vita socialista e non rinnegano la rivoluzione; ma siccome avviene che ognuno dà la massima importanza a quello che fa egli stesso, così essi finiscono di fatto coll’appassionarsi all’opera loro e col credere, o almeno agire come se credessero e con quel mezzo si può addirittura risolvere la questione sociale. E poi la rivoluzione, e

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

soprattutto le fatiche ed i pericoli che la precedono, sono troppo duro calle perché i deboli non vi rinunziino appena si presenta loro la lusinga di poterne fare a meno.⁴⁷

Ma questa lettera è una critica dura nei confronti dell'emigrazione nel suo complesso, già oggetto di un ampio dibattito nell'Italia di fine Ottocento. E nello stesso periodo anche Turati, pur ammirando e sostenendo Rossi con una sottoscrizione a favore della colonia, non vi aderisce.⁴⁸

Nonostante le numerose opposizioni Rossi continua a cedere nel proprio progetto e, come già in passato, lo fa opponendosi direttamente alle critiche e sostenendo a più riprese la convenienza e l'utilità di una propaganda molto ampia, per la quale si serve indistintamente della stampa socialista che di quella anarchica.⁴⁹ Così, mentre i lavori alla Cecilia seguitano a pieno ritmo, la propaganda di Rossi in Italia non tarda a dare frutti e i nuovi coloni cominciano a lasciare l'Italia all'inizio del 1891, anno nel quale il flusso migratorio dell'Italia al Brasile raggiunge il suo massimo storico.⁵⁰

Il 3 febbraio 1891, dopo aver superato non poche difficoltà “frapposte dalle autorità locali” e grazie all'aiuto di Oreste Cartei⁵¹ – amico di Rossi e da lui incaricato di organizzare il gruppetto di interessati al progetto –, sei famiglie livornesi s'imbarcano a Genova sul piroscampo Vittoria, in direzione di Rio de Janeiro, dove arrivano il 21 febbraio successivo.⁵² Questa tornata vede tra gli aspiranti coloni, insieme alla famiglia Novelli, i Tomei, Paolo Costalli⁵³ e il giovane facchino livornese Eugenio Lemmi con moglie e figlia.⁵⁴ Il 14 febbraio salpò dal porto di Genova il vapore Vincenzo Florio, con una “squadra più numerosa, costituita da sedici famiglie e alcuni scapoli di Cecina, di Genova, di Torino, di Milano, di Brescia”.⁵⁵ Sbarcarono a Rio de Janeiro il 12 marzo 1891⁵⁶. Tra questi la famiglia di Cursio Corsi,⁵⁷ anarchico audace e grande lavoratore⁵⁸ che aveva aiutato Rossi ad organizzare e pubblicizzare le conferenze che tenne a Cecina, i Benedetti⁵⁹, i Mansani,⁶⁰ inoltre Antonio Massa, l'ingegnere Reinaldo Parodi e Dante Venturini, originario di Cecina,⁶¹ che una volta arrivato alla Cecilia si affrettò a scrivere a Rossi tutto il suo entusiasmo per la nuova avventura.⁶²

Il 10 marzo 1891 partì da Genova sull'Adria, per giungere a Rio l'8 aprile successivo, il terzo gruppo, “costituito da 13 famiglie e 7 scapoli di Firenze, di Poggibonsi, di Spezia, di Milano”.⁶³ Tra i partecipanti Pietro Colli, Alessandro Nannoni insieme alla compagna Ernesta Pacciani⁶⁴ e i fratelli Gattai Francesco Arnaldo ed Ezio, con mogli e figli⁶⁵. Dei Gattai solo Francesco Arnaldo era diretto alla Cecilia. Ezio avrebbe fatto presto ritorno in Italia; alla fine del 1893 è già a Firenze e segnalato tra i personaggi più pericolosi e attivi della “setta anarchica” fiorentina, tanto che da lì a breve sarebbe stato assegnato a 5 anni di domicilio

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

coatto “in base all’articolo 1 della legge del 19 luglio 1894 n. 346”.⁶⁶ Francesco Arnaldo, invece, membro della Federazione Operaia toscana sin da giovanissimo,⁶⁷ aveva maturato la convinzione di partecipare alla spedizione in seguito alla lettura dell’opuscolo *Il comune in riva al mare*, nel quale Rossi, vagheggiando la fondazione in un paese dell’America Latina di una “colonia sperimentale socialista” senza legge, religione né proprietà privata, senza discriminazioni di classe, di razza o di sesso, lanciava nelle ultime pagine un accurato appello a tutti quelli che fossero stati d’accordo su queste premesse affinché lo accompagnassero ovunque, fino “in capo al mondo” per realizzare, appunto, il *Comune in riva al mare*. Tra i passeggeri dell’Adria forse anche Egizio Cini,⁶⁸ anarchico nato ad Alessandria d’Egitto nel 1862⁶⁹ da genitori livornesi, Pietro Lombardini e Giuseppe Maderna, quest’ultimo proveniente da Milano, classe 1868, “facinoroso della peggior specie”.⁷⁰ Anche Ernesto Pacini, originario di Livorno e ancora poco noto alle istituzioni, era in quei giorni arrivato in Brasile sul Po.⁷¹ Il 28 marzo parte un altro piccolo gruppo, e ancora il 1°⁷² e il 23 aprile; una tornata che porta alla colonia l’anarchico livornese Carlo Chelli.⁷³

Dopo una serie di conferenze tenute in diversi paesi del Circondario di Volterra e la pubblicazione del libretto *Il Comune socialista* a dispense settimanali,⁷⁴ anche Rossi s’imbarca a Genova sul piroscampo Adria per tornare alla Cecilia. È il 30 maggio 1891⁷⁵ e con lui lasciano l’Italia un “buon numero di braccianti del comune di Montescudaio e comuni limitrofi”⁷⁶, Concetto Crollanti⁷⁷ e alcuni preziosi oggetti, tra cui “due casse di buoni libri”, raccolti da Filippo Turati e Leonida Bissolati per la “biblioteca coloniale”, altri volumi e “un alambiccio donati dal Sig. march. Giacomo Doria, per incoraggiarci – scrive Rossi – a mandare oggetti di storia naturale al Museo Civico di Genova; infine “una collezione di semi” ricevuta dall’Orto botanico della Università di Pisa “in cambio di altri semi del Brasile che la colonia socialista gli ha inviato”. Una serie di scambi che manifestano l’intenzione di Rossi di coltivare questi rapporti nella convinzione che “le scienze positive cooperino alla soluzione dei problemi sociali, e perciò quanto sia utile fornire materiali di studio a quelle scienze”.⁷⁸ Quasi a risposta di questo auspicio, in Italia la rivista di Arcangelo Ghisleri intitolata “La geografia per tutti” di Bergamo pubblica proprio a partire dal 31 maggio del 1891 *Al Paraná. Appunti di viaggio e di colonizzazione*, una serie di corrispondenze dal Brasile,⁷⁹ nelle quali Rossi presenta ai lettori del periodico il Paraná dal punto di vista geografico, naturalistico e agricolo. L’intento di Rossi è evidentemente propagandistico e si sposa perfettamente con l’interesse di Ghisleri, geografo repubblicano, per di più sempre molto attento al tema dell’emigrazione italiana, di fare del proprio periodico uno strumento divulgativo.

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

Gli arrivi di maggio portano la colonia all’apice della popolosità: nel giugno del 1891 si contano tra le 150 e le 250 unità.⁸⁰ Si tratta di singoli e famiglie per la maggior parte provenienti dal Centro e dal Nord Italia. Non tutti sono anarchici in senso stretto, e in realtà molti non sanno nemmeno cosa s’intenda per “anarchia”. Ciò che accomunava tutti era però il desiderio di emanciparsi, chi dal grave stato di miseria al quale era costretto in Italia, chi dalla persecuzione poliziesca (per reati politici, ma non solo) che rendeva impossibile la vita in patria. In taluni casi poi i due fattori si combinavano, e allora scappare da una esistenza irrimediabilmente compromessa era l’unica strada più che una scelta.

L’effetto di questo “improvviso agglomerato”,⁸¹ come lo chiama Rossi intendendo non solo il numero della popolazione quanto la sua eterogenea composizione, fu disastroso. Nonostante il contributo di 2.884 franchi concessi dall’amministrazione coloniale – aiuto che il governo conferiva a tutti gli immigrati durante il primo anno di installazione nel nucleo coloniale⁸² –, il sovraffollamento ridusse drasticamente spazi vitali e mezzi di sussistenza. Rossi lamenta, infatti, che molti coloni erano “inadatti alla rude vita dei pionieri” – essendo per la maggior parte “operai delle industrie”, abituati a lavorare solo con i più idonei strumenti e materie prime – e persino che molti non erano “nemmeno abituati ad una media laboriosità”, ma soprattutto che mancavano “i mezzi di esistenza” per una popolazione di quella portata – erano costretti ad un “vitto” spesso insufficiente, per tutta una serie di problematiche che andavano dalla scarsa somministrazione fatta dai negozianti alle avverse condizioni del tempo, che “ostinatamente piovoso” inceppava il vettovagliamento, ma soprattutto al “disinteressamento del maggior numero” dei cecilianiani – ed essendo decisamente scomoda la vita quotidiana – “dovevano alloggiare ammucchiati in un grande baraccone” – la vita nella colonia divenne insopportabile.⁸³ Rossi, però, non metteva in discussione la Cecilia come esperienza coloniale, bensì i suoi membri.⁸⁴ Lamentava il cattivo carattere dei “cecinesi”, affermando che in colonia era necessario essere non solo buoni lavoratori ma soprattutto persone “di buon carattere”.⁸⁵ Alla fine i bisogni superarono i mezzi e il risultato fu una “lotta viva” per la sopravvivenza. Prevalsero “gli egoismi di famiglia, e la parentela spesso mangiava mentre gli altri digiunavano”. Si trattò di un momento di grave crisi per la colonia. Nonostante una squadra numerosissima continuasse a lavorare alle strade, e altri portassero avanti i lavori all’interno della colonia, vennero meno i principi stessi su cui si era costituita per cui si cominciò a fare ricorso a “un grottesco sistema di referendum, per cui la popolazione perdeva molto tempo in assemblee oziose, dalle quali non emergevano commissioni, si votavano regolamenti, si parlamentarizzava fino a rincretinire”.⁸⁶ Per giunta si profilò la figura di un “capo” – Achille Dondelli⁸⁷ – “un protettore che ha avuto il buon cuore di promettere, ma non l’energia e la memoria necessaria per mantenere”. E per questa serie di motivi “la colonia, in quel tempo,

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

– racconta Capellaro – non ebbe la coscienza anarchica che poteva salvarla, e dovè morire”.⁸⁸

Dopo una lunga serie di diserzioni, in seguito alle quali alcuni tornarono in Italia e altri si trasferirono a Curitiba, Ponta Grossa, Porto Amazonas e Palmeira, a metà giugno sette famiglie, tra le quali due di quelle che si erano stabilite per prime,⁸⁹ “dichiararono di ritirarsi, sotto il pretesto di ricostruire la colonia con migliori elementi, e s’impossessarono del capitale sociale, che poi divisero tra loro”.⁹⁰

A metà giugno 1891 rimane della colonia solo uno sparuto gruppo di giovani anarchici: “Cini Egisto da Livorno, G. Zerla da Milano, J. Gelea de Brest, G. Maderna da Milano, A. Massa da Torino, L. Silano da Torino, J. Saint-Pierre da Tarbes”. Nonostante il numero e l’inesperienza – erano tutti operai di città del tutto ignari di cose agricole – questi giovani erano decisi a “rimanere fianco a fianco e lavorare per raccattare i mezzi per sopravvivere, e per riorganizzare di nuovo la colonia”.⁹¹ Così si misero subito al lavoro e “in pochi giorni – racconta Rossi, che era appena tornato dal viaggio in Italia⁹² – vangarono un grande spazio di terreno” e procedettero con la seminatura, la preparazione del legname e la messa a dimora di un bosco.⁹³ Si lavorò, inoltre, alla costruzione di un mulino per la produzione di farina di mais, e in attesa della maturazione del mais per la raccolta, i coloni lavorarono alla costruzione del tratto di strada tra Serrinha e Santa Bárbara, ricevendo un salario settimanale che permise l’acquisto di cibo per la colonia.⁹⁴ Si giunse così, grazie allo sforzo di piccolo gruppetto, a un nuovo equilibrio all’interno della colonia.

L’organizzazione del gruppo era sempre comunistica, “ma anche veramente e schiettamente anarchica”, rileva Rossi. Nessuno doveva assumere la rappresentanza del gruppo, si cercava di combattere i tentativi individuali di accumere influenza nell’interno del gruppo, si evitarono patti, regolamenti, orari e cariche o deleghe. L’unico problema – a dire di Rossi – era il “celibato forzoso”, oltre al tifo, che tuttavia colpì solo “tre compagni, fortunatamente guariti”.⁹⁵

In questo periodo la popolazione della Cecilia era ridotta a diciannove persone (dieci uomini, tre donne e sei bambini), in procinto di aumentare nuovamente. Quattro famiglie che avevano abbandonato la colonia in seguito alla crisi chiesero di essere riammesse nel gruppo,⁹⁶ ma soprattutto erano attese una ventina di famiglie da Torricella. Nel novembre del 1891 arrivarono diverse famiglie di contadini, in due gruppi successivi. Il primo gruppo, “sobillato da ex-coloni, un po’ sgomento della vivacità degli anarchici trovati, e principalmente attratto dalle lusinghe della proprietà individuale”,⁹⁷ si trattenne pochi giorni. Il secondo gruppo partito da Genova il primo ottobre del 1891 con il piroscavo *Orione*, giunse a Rio il 18 successivo,⁹⁸ per imbarcarsi il 29 ottobre sul *Rio Pardo* in direzione Curitiba. Si

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

tratta delle famiglie Agottani, Soldi, Ganassoli, Fecci, Minardi, Artusi, Talignani, Del Frate e Tabacchi. Molte di queste avevano già partecipato alla colonia *Cittadella* di Stagno Lombardo ed erano originarie di Sissa. Arrivano in questo periodo alla Cecilia anche Virginio Artusi e la famiglia Dusi di Brescia.⁹⁹

Questo gruppo subì nel giro di breve tempo diverse defezioni ma soprattutto fu il clima generale della colonia a inasprirsi. Mentre le famiglie seguivano il regime tradizionale-monogamico, alcuni scapoli manifestavano la loro insoddisfazione perché costretti a vivere nella castità¹⁰⁰ in una società che nata nella difesa dell'amore libero non riusciva a superare i preconcetti e a rompere le alte barriere della protezione del nucleo familiare. I contadini della colonia, poi, per la maggioranza immersi in una “avarizia e diffidenza ancestrali”, si isolavano e opponevano al resto del gruppo. Nacque una rivalità tra loro, ardenti al lavoro, e i coloni meno produttivi, quelli meno abituati a lavorare la terra, ovviamente sfavorevole a questi ultimi. Nonostante poi alcuni di questi contadini avessero lasciato la colonia, l'atmosfera alla Cecilia si fece letteralmente insopportabile a causa del controllo che veniva esercitato sulla produttività di ciascuno e così “siccome il diritto alla pigrizia non esiste realmente, l'anarchia divenne un semplice motto: vivere alla Cecilia divenne per alcuni moralmente punibile”.¹⁰¹

Nel complesso tuttavia il gruppo tenne, e diede un notevole “impulso ai lavori agricoli”.¹⁰² A quel tempo la colonia non contava oltre le 40 unità,¹⁰³ e si decise per una campagna di reclutamento di nuovi coloni, che questa volta fu affidata ad Amilcare Capellaro. Conciapelli anarchico originario di Borgosesia (piccolo paese del vercellese), Capellaro è in quel tempo nominato rappresentante in Italia della colonia Cecilia per “La Révolte”, il giornale parigino di Jean Grave.¹⁰⁴ In questa veste organizza il gruppo che s'imbarca il 30 agosto del 1892 a Genova sul piroscalo Attività. Insieme a lui quattordici famiglie,¹⁰⁵ tra le quali quelle degli anarchici Eugenio Grassi e Achille Gallina,¹⁰⁶ inoltre il compagno socialista Annibale e Adele Serventi, che fanno il loro ingresso in colonia nel novembre del 1892.¹⁰⁷ Tra gli ultimi arrivi del 1892 – prima del blocco degli accessi di quell'anno¹⁰⁸ – arriva anche l'anarchico ligure Carlo Carzino, sollecitato da Capellaro a lasciare l'Italia e seguire la comunità anarchica che aveva bisogno in quel tempo di una calzoleria.¹⁰⁹

Al 31 dicembre 1892 la Cecilia contava 64 abitanti e un attivo netto di 7,020,080 Reais;¹¹⁰ il morale e l'armonia tra i coloni erano decisamente migliorati, nonostante i pregiudizi ancora duri da sradicare.¹¹¹ “I volontari dell'agricoltura si conoscono tra loro, e rapidamente s'intendono senza bisogno di capi tecnici né di adunanze di gruppo”. La stessa cosa avviene per il lavoro industriale. L'auspicato sistema “inorganizzato” sembra funzionare, mosso dal principio del “buon senso”, ma è soprattutto la vita morale della colonia che, pur non essendo “un idillio

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

sentimentale” – scrive Rossi –, si può ritenere “già un poco superiore alla vita morale del mondo borghese”.¹¹²

II “bacio amorfista”¹¹³

Tra 1892 e 1893 si consuma quell'*episodio d'amore* di cui parla l'omonimo testo a sfondo propagandistico che Rossi dà alle stampe per la prima volta nel 1893.¹¹⁴ Tra Cardias e Adele (qui chiamata Elèda), la compagna di Annibale, nasce un sincero e reciproco affetto che i tre, di comune accordo, decidono di assecondare sulla base del principio che stava a fondamento della Cecilia, ossia la realizzazione della “famiglia poliandrica”:

Nella colonia Cecilia, fin dal suo inizio, si era fatta la propaganda teorica del libero amore, inteso non come unione illegale – o divorziabile maritaggio senza prete e senza sindaco – ma come possibilità di affezioni diverse e contemporanee, come vera, palese, pratica e possibile libertà d'amore, così per l'uomo come per la donna.¹¹⁵

Le comunità concepite da Rossi erano costruite in antitesi alla società borghese, crogiolo di nefandezze e ineguaglianze, quindi occorreva ridisegnare i concetti di proprietà, di lavoro e le forme della rappresentanza politica, ma soprattutto, sottesi a queste, – e cuore della teoria di Rossi – si dovevano ridisegnare i rapporti affettivi, “la questione ardente – scrive l'agronomo pisano – del XX secolo”. Egli era infatti profondamente convinto che la famiglia borghese fosse “il principale sostegno del regime capitalistico”, e più in generale “il più grande focolaio di immoralità, di cattiveria, di asinaggine”; tanto che – scrive – tra i “grandi flagelli umani: la religione o le cavallette, la proprietà individuale o il colera, la guerra o le zanzare, il governo o la grandine, i parlamenti o le fistole, la patria o la malaria, senza esitare, sceglierei di distruggere la famiglia”. La vecchia famiglia patriarcale nega, secondo Rossi, quella che egli definisce quella “necessità dell'indole umana”, ovvero quella “necessità naturale e diritto personale” che consiste nell’“amare più persone contemporaneamente”, in favore di un modello relazionale – quello della “fiaba della monogamia e della fedeltà coniugale” che Rossi chiama suggestivamente “ideale bugiardo”¹¹⁶ – funzionale solo al mantenimento di privilegi e soprattutto della miseria esistenziale degli uomini e delle donne,¹¹⁷ in quanto genitrice della legittimità dei legami possessivi, pervasi dalla gelosia, dalla violenza e dalla prepotenza. Legami che sancivano l'appartenenza, e dunque la subordinazione, della donna all'uomo e dei figli alla coppia. Una suggestiva pagina di Rossi riporta la seguente descrizione della famiglia:

la coppia umana stretta in famiglia tende ad isolarsi nella caverna, nella capanna, nel tugurio, nel palazzo, dove può. E il sacrario domestico, l'inviolabile santuario della famiglia, il segreto gineceo diventa il sotterraneo

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

della santa inquisizione, la cella segreta della Bastiglia. Le peggiori brutture umane sono là dentro, perché celate e impuniti. È nel santuario della famiglia che il marito forza la moglie a sozzure da cortigiana; è in quest'arca santa intangibile che si consuma l'incesto, la forma più repugnante dell'amore; che si pratica la sodomia, la più abietta delle infamie umane, che si incretinisce nella masturbazione, il vizio della virtù. È nella monarchia assoluta della famiglia, che la mano del vigliacco percuote la guancia della donna, che i giovinetti crescono alle tristi abitudini di obbedienza, di simulazione, al desiderio di potere un giorno, a loro volta, comandare. /.../ Nella famiglia, la prole ripete e perpetua lo stupido clichèes dei genitori¹¹⁸.

Per distruggere l'istituzione familiare occorre lavorare al suo interno – perché è quello domestico l'ambiente che più amorosamente educa la specie umana e “meglio coopera a resuscitare la bestia umana” – e agire sulla “coscienza popolare”, perché solo se viene prima demolita nella coscienza popolare allora l'istituzione familiare crollerà “materialmente per auto-distruzione interiore”.¹¹⁹ Nello specifico occorre ribaltare il principio fondamentale di questa istituzione, e ciò è possibile solo affermando il diritto/dovere dell'amore libero, e cioè dell'amore che riconosce e rispetta la libertà e l'autonomia di ciascun individuo, dall'inalienabilità della proprietà del proprio corpo – mai assoggettabile alla proprietà di un altro, giacché si cadrebbe in una condizione di schiavitù – e che così facendo, si apre a “molteplici, libere, ricche, formative relazioni, non possessive e non gelose, si può arrivare alla fioritura di un clima sociale nuovo e contrario a quello grigio, triste e depresso come è quello della vita quotidiana della quasi totalità degli uomini e delle donne”.¹²⁰ Un clima nel quale emergeranno spontaneamente “i rapporti sociali chiamati a sostituirla” e scomparirà anche l'istinto di maternità, perché sarà scomparso il bisogno individuale di allevare i figli; “e i fortunati di quel tempo tireranno un sospiro di sollievo, pronunziando in finis familiares”.¹²¹

Nel fare questa rivoluzione dei costumi occorre poi una particolare attenzione all'elemento femminile della società, per due ordini di ragioni. Perché, spiega Rossi, “l'armonia dei rapporti economici tra l'individuo e la società potrà essere naturale e spontanea, solamente quando le donne saranno considerate come possibili amiche, e tutti i bambini come possibili figli”, e in questo modo “l'affetto delle donne più belle e più gentili sarà il premio ambito da ogni uomo, sarà lo stimolo che sostituirà la ricchezza e la gloria nelle gare umane di talento, di operosità, di coraggio”. In secondo luogo, poi, perché gli attuali programmi socialisti sbagliano affermando che “la prossima rivoluzione sociale, emanciperà economicamente anche la donna”, che in quanto lavoratrice non dipenderà più “apparentemente o realmente /.../ dall'uomo e di conseguenza raggiungerà anche l'“emancipazione affettiva”. L'emancipazione economica non è sufficiente all'emancipazione della donna e tantomeno il nesso causale “rivoluzione sociale - emancipazione economica della

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

donna - emancipazione affettiva della donna - soluzione del problema dell'amore” può in alcun modo funzionare. Persino gli uomini più spregiudicati e molti compagni anarchici “che credono di essere i più fervidi fautori di libertà, [...] in fatto di amore sono ancora mussulmani o giù di lì, tanto che tengono le loro donne appartate dal movimento sociale”. È alla proprietà della donna che gli uomini, secondo Rossi, non intendono rinunciare, ma è un punto essenziale al quale occorre provvedere, perché “o le idee degli uomini si raddrizzano, e riescono adaddrizzare le idee delle donne; o la rivoluzione sociale non sarà che il trionfo del proletariato maschile”.

Ben lungi da ogni possibile interpretazione idilliaca – Annibale “malgrado la sua intelligenza e la sua bontà”¹²² subirà il triangolo amoroso soffrendo irrimediabilmente¹²³ – la realizzazione della famiglia poliandrica ebbe luogo all'interno della Cecilia. E fu un triangolo per qualche tempo persino allargato al giovane bretone Jean Géléac, celibe e sofferente per la lunga astinenza a cui era costretto a causa della mancanza di donne nubili e della preoccupazione delle ceciliane sposate di preservare la loro onorabilità. Dall'unione di Elèda e Jéléac nel 1893 sarebbe nata una bambina: Ebe, la prima figlia di Adele.¹²⁴ Questa fu tuttavia l'unica esperienza di amore libero libero all'interno della Cecilia perché se questa riforma era teoricamente ammessa, nella pratica

la si rimandava alle calende greche, per il dolore che ne paventavano i mariti, per i pregiudizi delle mogli, per i rapporti domestici da lungo tempo stabiliti e che sembrava duro spezzare, per il timore che – sciogliendosi la colonia – donne e bambini potessero essere abbandonati a loro stessi, e forse, un poco, per deficiente intraprendenza dell'elemento celibe; ma più di tutto mi sembra, per quella forza ostinata, brutale, irragionevole, dell'abitudine, che contrastò sempre e sempre contrasterà il progresso umano¹²⁵.

Sin da subito criticata da molti compagni,¹²⁶ e all'interno della colonia prevalentemente interpretata come possibile rimedio alla forzata astinenza sessuale molto sofferta dai ceciliani,¹²⁷ questa pratica non trovò una effettiva e sistematica realizzazione alla Cecilia, e questo difetto – che impedendo lo scardinamento dell'“egoismo di famiglia” diventava l'ostacolo determinante alla risoluzione di “quasi tutte le difficoltà di ordine interno”¹²⁸ –, aggiungendosi alle già numerose complicazioni strutturali e a quelle portate da fuori dalla rivoluzione federalista,¹²⁹ determinò la crisi definitiva della colonia.

Le cause della fine

L'instabilità dovuta al costante ricambio della popolazione, che peraltro non ha mai superato le 150/200 unità, insieme alla miseria strutturale che ne attraversa la storia, ai furti e alle appropriazioni di coloni poco onesti e a quelle che Rossi

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

chiama “le abitudini contratte in una società affatto opposta alla nostra” (le gelosie, le avidità individuali e l'alcolismo),¹³⁰ ma anche al “problema della felicità umana” – come avrebbe scritto molti anni più tardi Luigi Damiani –, ovvero la mancanza di compagne di vita e infine alla tentazione, più che a portata di mano, di una prospettiva di vita migliore (molti i compagni che lasciata la Cecilia si erano trasferiti nelle città vicine trovando maggior fortuna), provocarono la progressiva e inesorabile erosione della Cecilia. “Il passato frodava così l'avvenire, perché quel modesto e localizzato presente, non poteva utilizzarlo nella sua stessa accidia”.¹³¹

Eppure Rossi non considera questa esperienza un fallimento. Scrive infatti nel 1917 al compagno Luigi Molinari:

Per me che ne ho fatto parte, la Colonia Cecilia non fu un fiasco. Essa si proponeva uno scopo di carattere sperimentale: vedere se gli uomini di oggi sono atti a vivere senza leggi e senza proprietà individuale. /.../ La Colonia Cecilia mostrò che un centinaio di persone in condizioni economiche piuttosto sfavorevoli aveva potuto vivere due anni, con piccoli contrasti e con reciproca soddisfazione, senza leggi, senza regolamenti, senza capi e senza code, sopra una *proprietà comune*, lavorando spontaneamente in comune. /.../

L'abbiamo sciolta perché non si avevano i mezzi necessari a svilupparla ed anche perché si era stanchi di quella solitudine. Per noi, l'esperimento era fatto e ciò bastava.¹³²

Già nel 1893 affermava di non ritenere indispensabile seguire l'esperimento “in mezzo alle difficoltà estrinseche dalle quali è circondato”; in realtà, come già ha osservato Isabelle Felici, le teorie comuniste-anarchiche sulle quali poggiava l'impalcatura del progetto di Rossi non sono mai state compiutamente e sistematicamente messe in atto.

Nella descrizione che Rossi fa dei “difetti” alla messa in pratica del progetto, si possono scorgere indizi particolarmente interessanti a proposito della natura e dei risultati di questa sperimentazione. Rossi addita costantemente come peggior mancanza della Cecilia il difetto morale, e in particolare la costituzione attuale della famiglia intrisa dall’“egoismo domestico”.¹³³

Le facoltà antisociali sviluppatesi necessariamente nella vita borghese – scrive nel 1893 – sono ancora attive; mentre non hanno avuto ancor tempo di svilupparsi e consolidarsi le facoltà morali correlative alla nuova vita sociale. A questa contraddizione tra le capacità personali e lo schema della vita collettiva, bisogna aggiungere l'azione irritante della miseria e quella micidiale dei rapporti di parentado. /.../

Ma peggio è per la famiglia. Le donne, che per l'arretrato sviluppo intellettuale sono energicamente conservatrici e poco accessibili agli ideali di

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

rinnovamento umano, in generale rappresentano nella Cecilia l'egoismo domestico. Installate nella cucina e nel magazzino, hanno sempre fatto a gara nel profittare della cosa comune. Le donne tra loro parenti hanno cercato di monopolizzare le povere cose, delle quali potevano disporre. Hanno visto di mal animo l'arrivo di nuove persone, che sembrava loro venissero a diminuire i pochi mezzi di esistenza. Ed hanno accolto le nuove compagne con freddezza, prodigando loro sgarbi di ogni modo. Queste maltrattate, hanno portato nelle loro famiglie i loro risentimenti, ed hanno così indispettito i mariti.

Quando poi sono riuscite a ribellarsi e ad abbattere la vecchia oligarchia, allora il malcontento è passato nelle famiglie del ministero caduto. Nel seno della parentela ordinariamente si tollerano difetti, che, viceversa, si biasimano acerbamente negli altri. Chi ha una famiglia intorno a sé, teme tanto la poverà di rendersi importuno agli altri, che sempre gli pare non producano abbastanza o troppo consumino. I celibi, non li ho mai visti contaminati da tanto egoismo.¹³⁴

Rossi è dunque convinto che il maggior ostacolo alla realizzazione della vita comunitaria sia la donna – “L'esperienza mi ha insegnato che lo scoglio mortale è la donna. Difficile averla in una impresa di questo genere; difficilissimo averla socialista; quasi impossibile averla fuori del dominio del suo rispettivo compagno” – e più precisamente la donna “civilizzata”. Arriva infatti a confidare all'amico, con una ipotesi tanto azzardata da procurargli vergogna, che questo difetto avrebbe potuto essere ovviato solo acquistando giovani donne indiane da iniziare all'amore libero.¹³⁵ Ma in realtà al di là delle intenzioni più o meno realizzabili, occorre chiedersi quali atteggiamenti pratici siano stati assunti per coinvolgere le donne nella costituzione e nella conservazione dell'impresa comunitaria Cecilia. Innanzitutto va detto che nella Cecilia le donne sono sempre state pochissime; tra i pionieri si conta, come abbiamo visto, una sola presenza femminile e la sproporzione numerica si mantiene costante (nel 1892 nella colonia vivevano 39 persone, di cui 20 uomini, 9 donne e 10 bambini),¹³⁶ fino a creare disagi al punto che si arrivò a chiedere che tutti gli aspiranti coloni portassero con sé una compagna e a insistere sulla necessità di far giungere più donne, “molte complicazioni essendo successe perché il numero di uomini era troppo superiore a quello delle donne”.¹³⁷ E quanto alla considerazione delle compagne la sostanza non è stata eclatante. La gestione della distribuzione dei ruoli continuava a percorrere la tradizionale concezione patriarcale costituita dalla netta e indiscutibile separazione di luoghi, diritti e doveri sulla base dell'appartenenza sessuale. All'inizio di questa esperienza comunitaria la cassa sociale era affidata alla sola donna del gruppo, ma Rossi ci tiene a puntualizzare che fu “per pura formalità”,¹³⁸ e quanto ai compiti delle donne presso la Cecilia essi erano fortemente limitati alla preparazione dei pasti e all'attendimento del refettorio comune,¹³⁹ lavoro che

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

peraltro doveva risultare piuttosto gravoso vista la consistente sproporzione numerica tra i sessi. Alla Cittadella, d'altra parte, le cose non erano andate diversamente. Da Statuto, all'Assemblea generale dei soci, ossia il congresso di tutti i capi di famiglia che si riuniva il primo e terzo sabato sera di ogni mese e che discuteva e decideva gli affari della società, le donne potevano presenziare, ma non era consentito loro il diritto di voto. Esse lavoravano i campi così come gli uomini, ma con una remunerazione che veniva stabilita di volta in volta, al pari dei braccianti disobbligati mentre per gli uomini il compenso era stabilito da categorie fisse e predefinite. A loro, inoltre, sulla base di turni di quindici giorni, era affidata la direzione della casa e delle cose domestiche, ma anche in questo caso con limitazioni: all'inizio di ogni turno gli uomini chiedevano una relazione sull'ammontare della cassa e su quanto fosse necessaio; la relazione era sottoposta a discussione e solo dopo l'approvazione del consiglio maschile la massaiia poteva andare all'Agenzia per farsi dare la somma.¹⁴⁰

La donna, è vero, è al centro delle preoccupazioni di Rossi. Due recenti lavori di Isabelle Felici riflettono proprio su questo punto centrale del suo pensiero, mettendo in luce l'effettivo atteggiamento progressista, rispetto ai tempi, che emerge dallo stile di vita e dai testi di Rossi.¹⁴¹ Dal rapporto costruito con compagna di vita, basato effettivamente – almeno dalle fonti che ci è dato consultare – sulla libertà e sul rispetto reciproco, al più ampio merito per essere andato ben oltre la sbrigativa concezione socialista che vede nell'emancipazione economica la soluzione della “questione femminile”, fino a mettere in discussione l'istituto familiare nel suo complesso a partire – con una certa audacia anche per gli anarchici¹⁴² – dalla affermazione della libertà affettiva e sessuale di entrambi i coniugi. Ma si tratta di un passaggio eccessivo, che sottovaluta la situazione oggettiva in cui versava allora la maggior parte delle donne e non tiene conto dei passaggi intermedi necessari per un obiettivo tanto ambizioso. Il lavoro di ricostruzione dell'identità delle donne che hanno partecipato alla *Cecilia* che si è tentato di fare in questo lavoro mostra che le colone erano per la maggior parte donne povere, completamente estranee alla vita del movimento anarchico, e alla politica in generale, quando non cattoliche e generalmente scettiche o timorose nei confronti di questa esperienza. Pur denunciandone l'arretratezza intellettuale nulla si fece per promuoverne l'educazione e l'autonomia. Diventa allora chiaro come potesse risultare improbabile per queste donne anche solo pensare o parlare di amore libero, mentre tutta l'impalcatura teorica verteva su un unico precetto

aiutare la nostra compagna a studiare quei piccoli germi di simpatia che, trascurati o combattuti, mai avrebbero preso completo sviluppo; quei germi di simpatia, bisogna, insieme a lei, scegliere ed educare i più gentili, finché le simpatie non siano divenute amori, vale a dire elementi nuovi di gioia, di bontà, di educazione personale e di sociale progresso.¹⁴³

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

Prive degli strumenti per capire e pensare oltre al piccolo mondo familiare e tenute ben lontane da ogni sfera decisionale, tanta audacia più che infondere fiducia doveva stimolare lo scetticismo.

Già Hadassa Grossman, autrice di uno studio sulla condizione della donna nel settore operaio brasiliano,¹⁴⁴ denuncia la scarsa importanza che è stata data alla componente femminile del movimento; le colone – scrive Grossman – erano considerate o come soggetti che esercitavano funzioni secondarie, oppure idealizzate nei racconti dei compagni “con la metafora romantica della passività, della comprensione e dell’affetto”.¹⁴⁵ Una interpretazione e una critica che si riflette e ripropone nel dibattito storiografico. La scrittrice libertaria Maria Lacerda de Moura taccia di maschilismo la lettura che lo scrittore boemo Afonso Schmidt aveva dato della colonia Cecilia, perché a suo parere questa analisi non teneva in alcun conto l’attività delle donne che vi avevano partecipato.

Mio caro amico Rodolfo Felipe, – scrive Maria Lacerda de Moura in una lettera datata 16 maggio 1942 – vedo oggi il libro di Afonso Schmidt, “Colônia Cecília”. Mi è piaciuto molto come documento storico /.../. Ma credo che Schmidt abbia fatto una cosa affrettata, anche se ha sempre valore ciò che scrive. Con il suo talento e la sua arte, avrebbe potuto fare un’opera molto più bella. Perse, o lasciò perdere, con la fretta con cui oggi si fa tutto, molti motivi di cui avrebbe potuto approfittare. Per esempio, ‘con il naturale egoismo proprio del sesso maschile, non ha avuto una parola per quella che fu la “domestica” degli anarchici, degli uomini che non desiderano sfruttare nessuno..., per l’unica donna che vedo insieme ai primi coloni o ai fondatori della Colonia, la lavandaia, la cuoca, la rassettatrice... Non ho perdonato questa lacuna! Il libro di un uomo, anche se anarchico...’¹⁴⁶

La critica della scrittrice anarchica al maschilismo della storiografia sulla Cecilia è poi condivisa e seguita da Francisco Correia, che parte proprio dalla de Moura per rincarare la dose ed accusare il maschilismo di molti scrittori, giornalisti ed elementi anarchici che avevano partecipato alla colonia Cecilia, rei di aver trascurato di ricordare i nomi, il lavoro fisico e l’impegno di quelle donne che “rinunciarono alla comodità delle città”, in alcuni casi “vendettero gioie per comprare sementi ed attrezzi” e soprattutto “svolsero lavori preziosi, oltre ai servizi di cucina e pulizia nelle abitazioni, sostenendo i compagni, incentivandoli a continuare dopo un lavoro sbagliato” e non di rado “viderò i propri i figli attaccati e morti in seguito alla laringite difterica, compresa Adele compagna di Rossi, che vide morire tre dei suoi cinque figli nati in Brasile”.¹⁴⁷

Ma al di là delle mancanze storiografiche la responsabilità originaria va paradossalmente a Rossi che enfatizzando unicamente l’aspetto amoroso-sentimentale è caduto nella stessa contraddizione della teoria socialista, e non

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

riuscendo ad affrontare la complessità di un'operazione così delicata come l'abbattimento dei pregiudizi morali, ha trasformato la modernità della sua teoria nell'arma che ne avrebbe impedito la realizzazione.

Notas e referências

- ¹ Emilio GIANNI. *L'Internazionale italiana fra libertari ed evolucionisti*. Milano: Pantarei, 2008. p. 602.
- ² Marcello ZANE. Anarchia e nostalgia. La diaspora degli anarchici italiani in Brasile dopo l'esperienza della colonia sperimentale Cecilia di Giovanni Rossi (1890-1907). In: Vanni BLENGINO e altri (org.). *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina 1870-1970*. Milano: Teti, 1994. p. 340 nota 4.
- ³ Dott. Giovanni ROSSI. *Un comune socialista*. Livorno: Tip. e Lit. E. Favillini, 1891. p. 86.
- ⁴ Nicola TERRACIANO. “Su Giovanni Rossi ‘Cardias’ (Pisa, 1856-1943)”. *Cenerentola*. Bologna, 72: 7-8, 23 genn.-5 febb. 2006.
- ⁵ Carlo DOSSI. *La colonia Felice. Utopia*. Milano: Peretti, 1874 e Andrea COSTA. *Un sogno*. Firenze: Nerbini, 1900 [1° ed. 1881]. Sulla letteratura utopistica italiana si rinvia a Laura SCHRAM-PIGHI. *La narrativa italiana di utopia dal 1750 al 1915*. Ravenna: Longo, 2003.
- ⁶ La prima edizione viene pubblicata nel 1878 presso C. Bignami e C. di Milano, la seconda, rivista e corretta, esce nel 1881 mentre della terza non ci sono tracce e la quarta – pubblicata a Brescia dalla Tipografia sociale operaia nel 1884 – vanta una prefazione di Andrea Costa. Nel 1891 esce la quinta e ultima edizione, che contiene un capitolo in più rispetto alle precedenti, intitolato *La Colonia Cecilia*.
- ⁷ GIANNI, 2008. p. 602.
- ⁸ Giovanni ROSSI. *Un comune socialista. Bozzetto semi-veridico in quattro atti*. Milano: C. Bignami e C., 1878. p. 30.
- ⁹ ROSSI, 1878. p. 19.
- ¹⁰ Rosellina GOSI. *Il socialismo utopistico. Giovanni Rossi e la colonia anarchica Cecilia*. Milano: Moizzi, 1977. pp. 11-12.
- ¹¹ Nicola BADALONI. “Le prime vicende del socialismo a Pisa (1873-1883)”. *Movimento operaio*. Milano, 6: 854-886, nov./dic. 1955. p. 879.
- ¹² GOSI, 1977. p. 14.
- ¹³ Pier Carlo MASINI. *Storia degli anarchici italiani da Bakunin a Malatesta*. Milano: Rizzoli, 1974 [1° ed. 1969], p. 251.
- ¹⁴ MASINI, 1974: 251.
- ¹⁵ GOSI, 1977. p. 129-130.
- ¹⁶ CARDIAS. “Vantaggi e possibilità di una colonia socialista”. *La Favilla*. Mantova, 25.12.1884 e Maria Luisa BETRI. *Cittadella e Cecilia: due esperimenti di colonia agricola socialista*. Milano: Edizioni del Gallo, 1971. p. 7.
- ¹⁷ Giovanni ROSSI. “Colonia agricola cooperativa. Abbozzo di programma”. *La Favilla*. Mantova, 11.1.1885.
- ¹⁸ “Colonia agricola cooperativa. Adesioni e critiche”. *La Favilla*. Mantova, 22.1.1885, 15.2.1885 e 19.2.1885; “Colonia agricola cooperativa. Adesioni e critiche”. *La Favilla*.

Dossiè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

-
- Mantova, 15.2.1885; In: DE ASARTA. “Colonia agricola cooperativa. Adesioni e critiche”. *La Favilla*. Mantova, 29.1.1885.
- ¹⁹ MASINI, 1974. p. 251-252.
- ²⁰ Pier Carlo MASINI. *Storia degli anarchici italiani da Bakunin a Malatesta*. Milano: Rizzoli, 1969, pp. 337-341.
- ²¹ Si vedano in particolare gli articoli di Rossi, N. Converti e R. Candelari comparsi in quel periodo sulle colonne del giornale “In marcia!...” di Fano-Pesaro. Alcune critiche al progetto di Rossi sono esposte anche da Candelari (Romeo CANDELARI. *Una colonia agricola cooperativa sperimentale in Italia*. Milano: Ribolzi, 1885).
- ²² GOSI, 1977. p. 44 nota 37.
- ²³ “Colonia socialista sperimentale in Italia”. *Lo Sperimentale*. Brescia, agosto 1886.
- ²⁴ ROSSI, 1891, p. 86.
- ²⁵ Giovanni ROSSI. *Cecilia comunità anarchica sperimentale. Un episodio d'amore nella colonia “Cecilia”*. Pisa: BFS, 1993, p. 36.
- ²⁶ ROSSI, 1891: 87. Inoltre Helena Isabel MUELLER. *Flores aos rebeldes que falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecilia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas- Universidade de São Paulo, 1989, p. 259.
- ²⁷ *La Révolte*. Paris, 31.5-6.6.1890. “Porto Alegre, 22 mars 1890”.
- ²⁸ ROSSI, 1891. p. 87-88.
- ²⁹ Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4045, Vapor Città di Roma (Rio de Janeiro 18.3.1890); Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Registro entrate Hospedaria dos imigrantes, 40; Secretaria de obras e colonização - Etat du Paraná. Livro de entradas de imigrantes 1881-1891, 28.3.1890.
- ³⁰ Isabelle FELICI. *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. São Paulo: Université de la Sorbonne nouvelle - Paris 3, 1994, pp. 41 e 351 nota 154.
- ³¹ Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Registro entrate Hospedaria dos imigrantes, 40.
- ³² ROSSI, 1891. p 94, 98-99.
- ³³ Silza Maria Pazello VALENTE. *A presença rebelde na cidade sorriso. Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba 1890-1920*. Campinas: Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 1992. pp. 55-68.
- ³⁴ ROSSI, 1891. p. 102.
- ³⁵ *La Geografia per tutti*. Bergamo, 15.8.1891, p. 106.
- ³⁶ ROSSI, 1891. p. 103.
- ³⁷ ROSSI, 1891. p.127-128.
- ³⁸ ROSSI, 1891. p. 129-130.
- ³⁹ ROSSI, 1891. p. 131-132.
- ⁴⁰ ROSSI, 1891. p. 132.
- ⁴¹ ROSSI, 1993. p. 24.
- ⁴² ROSSI, 1891. p. 133-134.
- ⁴³ Artusi Zefiro insieme al figlio Galileo e alla sorella Adele, quindi il marito di quest’ultima, Agottani Tranquillo, e i loro figli Zeffiro, Aldino e Andrea Giuseppe (Roma. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 31, Agottani Alvino e Agottani Andrea).

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

-
- ⁴⁴ Gioacchino Lottici e la moglie Celestina Gardoni, insieme ai figli Ernesta, Severina, Angelo e Menotti.
- ⁴⁵ Brasil. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4264, Vapor Umberto I (Rio de Janeiro 10.11.1890) e Arnaldo BACH. *Colônia Cecília*. Ponta Grossa: Edição do autor, 2011, p. 281.
- ⁴⁶ ROSSI, 1993. p. 25.
- ⁴⁷ Errico MALATESTA. “La Colonia Rossi”. *La Rivendicazione*. Forlì, 18.3.1891.
- ⁴⁸ (F.T.). “I doni per la Colonia Cecília”. *Critica sociale*. Milano, 20.2.1891, p. 62; NOI. “Ultimi doni per la Colonia Cecília”. *Critica sociale*. Milano, 30.3.1891, p. 80; Filippo TURATI. “Gli Anarchici”. *Critica sociale*. Milano, 10.5.1891, p. 98; (***) . “Per la Colonia Cecília”. *Critica sociale*. Milano, 16.6.1892, pp. 191-192 e FELICI, 1994: 352 nota 163.
- ⁴⁹ ROSSI. “Colonia Agricola Cooperativa. Intendiamoci”. *La Favilla*. Mantova, 5.2.1885; “Appello alle federazioni, sezioni, circoli e nuclei socialisti in Italia”. *I Miserabili*. Padova, 7.11.1885 e “In Pro Colonia Socialista Cecília”. *Verona del Popolo*. Verona, 18-19. 6.1892.
- ⁵⁰ Isabelle FELICI. “Anarchici italiani in Brasile. Il percorso emblematico di Francesco Gattai”. *Rivista Storica dell'Anarchismo*. Pisa, 2: 59-64, lug./dic. 2003, p. 60.
- ⁵¹ BACH, 2011. p. 394.
- ⁵² ROSSI, 1891. p. 134.
- ⁵³ Carlo Novelli era in viaggio con la moglie Emilia, mentre la famiglia Tomei era composta dal capofamiglia Angelo, dalla moglie Gismonda e dai tre figli Guglielmo, Lanciotto e Zaira (Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4399, Vapor Vittoria (Rio de Janeiro 21.2.1891).
- ⁵⁴ BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4399, Vapor Vittoria (Rio de Janeiro 21.2.1891).
- ⁵⁵ Giuseppe DAVEGGIA. “Per la Colonia Socialista «Cecília»”. *La Rivendicazione*. Forlì, 21.2.1891.
- ⁵⁶ BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4426, Vapor Vincenzo Florio (Rio de Janeiro 12.3.1891).
- ⁵⁷ Cursio viaggiava con la moglie Crimene Montorsi e il figlio Cafiero.
- ⁵⁸ BACH, 2011. p. 420.
- ⁵⁹ Vincenzo, la moglie Giacomina – genitori dei già citati Evangelista e Caterina – e la figlia Aldina (Curitiba. Arquivo Público do Paraná. Registro de Imigrantes n. 443).
- ⁶⁰ Dante, con la moglie Amelia Jovaneti e il figlio Giovanni (BACH, 2011: 395).
- ⁶¹ BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4426, Vapor Vincenzo Florio (Rio de Janeiro 12.3.1891).
- ⁶² ROSSI, 1891. p. 137-138.
- ⁶³ ROSSI, 1891. p. 135.
- ⁶⁴ BACH, 2011. p. 326.
- ⁶⁵ Francesco Arnaldo Gattai con la moglie Argia Fagnoni e i figli Guerrando, Rina, Ernesto, Aurelio e Iena. Ezio Gattai con la moglie Attilia e i figli Arnaldo e Consalvi [Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4337, Vapor Adria (Rio de Janeiro 8.4.1891)].

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

-
- ⁶⁶ FIRENZE. Archivio di Stato. Questura di Firenze, Carte di Polizia (1871-1898), pezzo 15.
- ⁶⁷ FIRENZE. Archivio di Stato. Questura di Firenze, Carte di Polizia (1871-1898), pezzo 1.
- ⁶⁸ RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4337, Vapor Adria (Rio de Janeiro 8.4.1891).
- ⁶⁹ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 1350, Cini Egizio.
- ⁷⁰ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 2905, Maderna Giuseppe.
- ⁷¹ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 3638, Pacini Ernesto Vincenzo Leto Ignazio e Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4458, Vapor Po (Rio de Janeiro 6.4.1891).
- ⁷² RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4477, Vapor Sirio (Rio de Janeiro 18.4.1891).
- ⁷³ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 1281, Chelli Carlo.
- ⁷⁴ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 4445, Rossi Giovanni.
- ⁷⁵ ROSSI. “Al Paraná. Appunti di viaggio e di Colonizzazione”. *La Geografia per tutti*. Bergamo, 31.5.1891. Il fascicolo del casellario dedicato a Rossi, invece, data la partenza dall'Italia al 31 maggio (ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 4445, Rossi Giovanni).
- ⁷⁶ ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 4445, Rossi Giovanni.
- ⁷⁷ BACH, 2011. p. 318.
- ⁷⁸ ROSSI, 1891. p. 136.
- ⁷⁹ ROSSI. “ Al Paraná. Appunti di viaggio e di colonizzazione”, Bergamo, 31.5.1891, 15.6.1891, 15.8.1891, 31.8.1891, 30.9.1891 e 16.11.1891. Rossi aggiunge questo testo come terzo capitolo alla quinta edizione del suo romanzo *Un comune socialista*.
- ⁸⁰ ROSSI, 1891: 135 e ROSSI, 1993: 25. Amicare Capellaro parla di 200 persone (A. CAPELLARO. “Colonie Socialiste Cecilia”. *La Révolte*. Paris, 1-7.10.1892).
- ⁸¹ ROSSI, 1993. p. 25.
- ⁸² BACH, 2011. p. 509.
- ⁸³ ROSSI, 1993. p. 25.
- ⁸⁴ FELICI, 1994. p. 353 nota 199.
- ⁸⁵ FELICI, 1994. p. 353 nota 199.
- ⁸⁶ ROSSI, 1993. p. 25-26.
- ⁸⁷ FELICI, 1994. p. 353 nota 199.
- ⁸⁸ CAPELLARO, apud: *La Révolte*. Paris, 1-7.10.1892.
- ⁸⁹ BACH, 2011: 372.
- ⁹⁰ ROSSI, 1993: 26; BACH, 2011: 397; ROMA. Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri. Polizia Internazionale, busta 47.
- ⁹¹ CAPELLARO, apud: *La Révolte*. Paris, 1-7.10.1892.
- ⁹² Curitiba. Arquivo Público do Paraná. Registro de Imigrantes, n. 443 e n. 6383.

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

⁹³ ROSSI, 1993: 27.

⁹⁴ Amicare Capellaro a Giovanni Rossi. In: BACH, 2011: 510.

⁹⁵ ROSSI, 1993: 27.

⁹⁶ ROSSI, 1993: 27-28.

⁹⁷ Il governo aveva promesso ai nuovi coloni proprietà nel territorio di Santa Bárbara.

⁹⁸ Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4589, Vapor Orione (Rio de Janeiro 18.10.1891).

⁹⁹ La famiglia era composta dall'ex sacerdote Daniele, Caterina Birke e il figlio Marino. I Dusi avevano lasciato l'Italia nel 1890, per raggiungere l'Uruguay. Durante il viaggio il figlio Marino morì. Giunti a Montevideo si trovarono in una situazione di grande difficoltà – allora nella capitale uruguaiana era in corso la rivoluzione tra brancos e colorados, mancava il lavoro e i sussidi per gli immigrati non esistevano – così decisero di raggiungere Rossi alla Cecília (BACH, 2011. p. 303 e 353).

¹⁰⁰ “Colonia Socialista”. *Eco del popolo*. Cremona, 22.5.1892.

¹⁰¹ Giovanni Rossi a Alfred Sanftleben Taquari 6.4.1896. In: Alfred SANFTLEBEN. *Utopie und Experiment*. Berlin: Karin Kramer Verlag, 1979 [1 ed. 1897], p. 260.

¹⁰² ROSSI, 1993: 28 e Giovanni Rossi a Alfred Sanftleben. In SANFTLEBEN, 1979. p. 259.

¹⁰³ “Colonie Socialiste Cecília (suite)”. *La Révolte*. Paris, 7-13.10.1892.

¹⁰⁴ “Colonia Socialista”. *Eco del popolo*. Cremona, 22.5.1892; ROMA. Archivio Centrale dello Stato. Casellario Politico Centrale, 1025, Capellaro Amicare

¹⁰⁵ CAPPELLARO, apud: *La Révolte*. Paris, 7-13.10.1892.

¹⁰⁶ Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Relações de Passageiros em Vapores, 4857, Vapor Attività (Rio de Janeiro 23.9.1892).

¹⁰⁷ ROSSI, 1993. p. 43.

¹⁰⁸ “Cecília, 8 décembre 1892”. *La Révolte*. Paris, 18-24.2.1893.

¹⁰⁹ ROSSI, 1993. p. 29 e “Brésil”. *La Révolte*. Paris, 11-17.12.1892.

¹¹⁰ ROSSI, 1993. p. 29.

¹¹¹ “Cecília, 8 décembre 1892”. *La Révolte*. Paris, 18-24.2.1893.

¹¹² ROSSI, 1993: 30-34.

¹¹³ È l'espressione con la quale Rossi preferisce indicare l'amore libero di cui parla nel libretto, in quanto espressione che più chiaramente accenna – scrive – “alla negazione di ogni forma domestica nei rapporti sessuali”. Di fatto, però, questa espressione è utilizzata solo alla fine dello scritto, in favore della più popolare dizione “amore libero” (ROSSI, 1993. p. 65).

¹¹⁴ ROSSI, 1993. p. 43-66.

¹¹⁵ ROSSI, 1993. p. 45.

¹¹⁶ ROSSI, 1993. p. 45-65 e C. ZAPPATERRA. “Dalla Colonia Cecília”. *Sempre Avanti!...* Livorno, 15.4.1893.

¹¹⁷ Nicola TERRACIANO. “Su Giovanni Rossi ‘Cardias’ (Pisa, 1856-1943)”. *Cenerentola*. Bologna, 72: 7-8, 23 genn.-5 febb. 2006.

¹¹⁸ ROSSI, 1993. p. 60

¹¹⁹ ROSSI, 1993. p. 59-61.

Dossìè

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

-
- ¹²⁰ Nicola TERRACIANO. “Su Giovanni Rossi ‘Cardias’ (Pisa, 1856-1943)”. *Cenerentola*. Bologna, 72: 7-8, 23 genn.-5 febb. 2006.
- ¹²¹ ROSSI, 1993. p. 61.
- ¹²² ROSSI, 1993. p. 46-65.
- ¹²³ Giovanni Rossi a Properzia et Sestilio Rossi Colonia Cecilia 12.1.1893. In: SANFTLEBEN, 1979: 168-169.
- ¹²⁴ Giovanni Rossi ad Alfred Sanftleben Taquari 18.4.1896. In: SANFTLEBEN, 1979: 262-263.
- ¹²⁵ ROSSI, 1993. p. 45.
- ¹²⁶ “La Colonia Cecilia”. *Sempre Avanti!...* Livorno, 25.3.1893 e Cardias, “Promiscuità?”. *Sempre Avanti!...* Livorno, 4.6.1893.
- ¹²⁷ “Colonia Socialista”. *Eco del popolo*. Cremona, 22.5.1892 e A. CAPPELLARO. “Colonie Socialiste Cecilia (suite)”. *La Révolte*. Paris, 7-13.10.1892; infine Giovanni Rossi a Alfred Sanftleben Taquari 6.4.1896. In: SANFTLEBEN, 1979. p. 261.
- ¹²⁸ ROSSI, 1993. p. 62.
- ¹²⁹ Elena BIGNAMI. *Dall’utopia alla realtà*. Bologna: BUP, [in corso di pubblicazione].
- ¹³⁰ ROSSI, 1993. p. 34.
- ¹³¹ Gigi DAMIANI. “Le Colonie Sperimentali. La colonia Cecilia di Giovanni Rossi”. *Umanità Nova*. Roma, [8].2.1948.
- ¹³² “Giovanni Rossi a Luigi Molinari”. *Università popolare*. Milano, gennaio 1917.
- ¹³³ ROSSI, 1993. p. 33-41.
- ¹³⁴ ROSSI, 1993. p. 39-40.
- ¹³⁵ Amsterdam. International Institute of Social History. Giovanni Rossi Papers, Giovanni Rossi ad Alfred Sanftleben Taquari 29.11.1896.
- ¹³⁶ “Turin, 6 juin 1892”. *La Révolte*. Paris, 1-7.7.1892.
- ¹³⁷ “Colonie Anarchiste Cécilia”. *La Révolte*. Paris, 23-29.7.1892 e C. ZAPPATERRA. “Dalla Colonia Cecilia”. *Sempre Avanti!...* Livorno, 15.4.1893.
- ¹³⁸ ROSSI, 1993. p. 24.
- ¹³⁹ ROSSI, 1993. p. 32.
- ¹⁴⁰ BETRI, 1971. p. 20 e 25.
- ¹⁴¹ Isabelle FELICI. La Cecilia: quels enseignements pour les anarchistes du XXI^e siècle?. In: Gaetano MANFREDONIA (org.). *Vivre l’anarchie: expériences communautaires et réalisation alternatives anti-autoritaires (XIX et XX siècle)*. Lyon: Atelier de création libertaire, 2010, pp. 48-62 e Isabelle FELICI. La famiglia italiana nella colonia Cecilia. Histoire, réception, représentations. In: Nicolas VIOLLE (org.). *Familles latines en Migration. Représentations littéraires, sociologiques, historiques*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2011, pp. 43-78.
- ¹⁴² Si veda ad esempio la definizione che Errico Malatesta riserva all’amore libero teorizzato da Rossi (Cardias, “Promiscuità?”. *Sempre Avanti!...* Livorno, 4.6.1893).
- ¹⁴³ ROSSI, 1993. p. 58.
- ¹⁴⁴ Hadassa GROSSMAN. “Family life or free love? A Study on Brazil’s «Cecilia», 1890-1894”. *Arquivos do centro cultural português*. Paris, 28: 403-420, 1990 e Hadassa GROSSMAN. *La Femme du Secteur Ouvrier au Brésil*. Nanterre: Université Paris X, 1991.

Dossiê

La “famiglia poliandrica” nella colonia sperimentale al Paraná di Giovanni Rossi (1890-1894).

Elena Bignami

¹⁴⁵ Margareth RAGO. *Anarquismo e feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998. p. 26.

¹⁴⁶ Francisco CORREIA. Mulheres libertárias: um roteiro. In: Antonio Arnoni PRADO (org.). *Libertários no Brasil. Memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 38-39.

¹⁴⁷ Francisco CORREIA. Mulheres libertárias: um roteiro. In: Antonio Arnoni PRADO (org.). *Libertários no Brasil. Memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 39-40.

Recebido em 15 de agosto de 2017/
Aprovado em 09 de setembro de 2017

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Ourinhos

Resumo: São Paulo, no início do século XX, passou por enormes transformações urbanísticas, quando um projeto de segregação espacial foi levado a cabo pela elite industrial e cafeeira. Nesse artigo procuramos demonstrar que as principais lutas sociais ocorridas na primeira década de 1910 (carestia de vida e greve de 1917) tiveram como princípio manifestações operárias que procuravam "invadir" as áreas centrais da cidade, questionando um processo espacial que queria relegar essa classe aos arrabaldes. Entender essa dinâmica sócio-espacial permite-nos perceber de que maneira as manifestações e greves se transformam em estratégias territoriais de combate ao Estado e ao Capital.

PALAVRAS-CHAVE: São Paulo – Geografia –

Abstract: São Paulo in the beginning of 19th century, go through by huge urbanistics transformations when a spatial segregation project carried out by industrial and coffee elite. In this article we search to demonstrate that the main social struggle happened in 1910 first decade (cost of living and 1917 general strike) had as north workers meetings that want to invade to downtown, quarreling a spatial process that had put this class to the outskirts. To understanding this sociospatial dynamics can enable us to see as these meetings and strikes were turned in territorial strategies in fight against the State and the Capital.

KEYWORDS: São Paulo – Geography – Worker Class.

Introdução

A história da cidade de São Paulo é fonte de trabalho acadêmico ou jornalístico desde tempos imemoriais. O sucesso dessa importante empreitada está em forma de livros e brochuras nas várias estantes de bibliotecas e livrarias paulistanas.

Muito embora deslindar a história de uma metrópole nacional seja um fato corriqueiro aos olhos dos profissionais das diversas áreas das ciências humanas, a verdade é que as análises das fontes documentais fornecem sempre ao pesquisador mais detalhista inúmeras possibilidades de encaminhamento científico, tornando essa compreensão cada vez mais plural.

Digo isso, pois no caso da Geografia, uma ciência social preocupada em discutir os vários encadeamentos e nós surgidos pela intensa relação entre os fatos humanos e

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

físicos, ao se estudar uma urbe em constante movimento, as lacunas a serem preenchidas são imensas.

Ainda que o desafio pareça ser (e, é) enorme, o fato principal é que a cidade de São Paulo no início do século XX, não foi objeto de uma intensa pesquisa entre aqueles que trabalham com diversos conceitos tão caros como o espaço e o território.

Nesse sentido, essa apreensão epistemológica da Geografia permite alçar novos detalhes ainda submersos e pouco esclarecidos de uma cidade que teve um desenvolvimento socioespacial extraordinário nos últimos cem anos.

E um processo social sobejamente discutido por historiadores e cientistas sociais, como a Greve de 1917, tem questões ainda que merecem uma análise mais geográfica, permitindo visualizá-las também como a luta dos moradores que iam sendo excluídos espacialmente pelo crescimento desordenado e segregado dessa protometrópole.

Discutir o movimento dos trabalhadores tendo como foco o processo de urbanização segregacionista permite ao leitor apreender que as lutas sociais que ocorriam e que ainda ocorrem (por moradia, melhores condições de trabalho, contra a carestia de vida etc) tem como substrato material os espaços e territórios da cidade.

Então não se trata de diminuir a importância da luta e conquista social dela derivada. Mas perceber que os estratos sociais mais organizados compreendem a cidade enquanto um arranjo espacial específico, com locais a serem ocupados e estrategicamente transformados em vias de ação de luta.

Isto porque, não percebendo essa dinâmica geográfica, esse movimento organizado pode ser a todo o momento combatido pelos órgãos de repressão e as suas demandas colocadas quase que em inércia.

É o que vemos quando estudamos o movimento operário do início do século XX. Além das demandas ligadas especificamente ao mundo do trabalho, criticava o processo de urbanização levado a cabo pelas elites econômicas e políticas, pontuando a necessidade de se debater a cidade enquanto um espaço de convivência social de todos e não apenas de uma ínfima parcela.

Mais do que isso, os sindicalistas e lideranças operárias entendiam a cidade como um local estratégico de luta, no qual as manifestações nas ruas, avenidas e praças, se transformassem em polos de aglutinação constante, em uma experiência na qual a luta de classes, própria do ambiente fabril, se espraiasse pela urbe, provocando medo naqueles que entediam a cidade como mais uma mercadoria a ser consumida.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Com esse prólogo, procuramos ajustar as nossas pretensões nesse artigo. Não se trata de um artigo historiográfico, que fique apenas centralizado nas questões mais políticas e sociais da greve de 1917.

Isso vem sendo realizado por vários pesquisadores desde, pelo menos, o surgimento do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp e do Centro de Memória da UNESP (CEDEM). Logo, aqui a nossa participação estaria limitada a reproduzir os excelentes trabalhos publicados.

Como geógrafo, procuraremos apontar as vicissitudes de um movimento grevista que parou a cidade por pelo menos uma semana, relacionando esse fato com a luta desses trabalhadores pelo direito a uma cidade mais humanizada, ligada ao valor de uso e não ao valor de troca.

Por isso, cabe à compreensão mínima de quem eram esses trabalhadores, a sua organização em sindicatos de resistência e o processo da greve enquanto um fator preponderante de crítica à organização dos espaços da cidade.

São Paulo: Imigração, operariado e a luta por uma cidade sem segregação espacial.

São Paulo até o fim da escravidão era uma cidade pequena. Dentre as capitais das provinciais imperiais não alcançava a cifra de 50 mil habitantes em números absolutos, tendo pouco mais de 10 % da população da capital imperial, Rio de Janeiro.

TABELA 1 - População das Principais Capitais

	Salvador	Recife	Rio	São Paulo	Belém
1872	129.000	116.000	275.000	32.000	61.997
1890	174.000	112.000	523.000	65.000	50.064
1900	206.000	113.000	811.000	240.000	96.560
1920	280.000	240.000	1.158.000	579.000	236.406

Fonte: Wilson CANO. Raízes da Industrialização em São Paulo, p.97; Milton SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, p.24.

Caso o censo de 1872 seja comparado com o primeiro censo da República (1890), entretanto, veremos que a cidade dobrou a sua população. E por que isso ocorreu em um intervalo tão curto de tempo?

O motivo principal é que o Estado de São Paulo no final do século XIX transforma-se em um dos maiores produtores e exportadores de café, sendo que o Porto de Santos já no início do século XX era o principal núcleo exportador da rubiácea.

Com o café, paulatinamente a cidade, localizada próxima a serra do Mar, recebe afluxo de parte da elite produtora, já que nela estão se constituindo os primeiros

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

bancos do Estado de São Paulo, extremamente úteis para a ampliação do comércio agrícola.

Com o café e o fim da escravidão (1888), aumenta de forma sobremaneira o afluxo de imigrantes ao Estado de São Paulo. Chegando ao Porto de Santos, esses imigrantes tinham como destino o interior paulista a partir da estrada de ferro.

Entretanto, antes mesmo de seguirem viagem, era habitual que eles fossem organizados pelo governo do Estado, ficando alojados em uma hospedaria no bairro do Brás por até sete dias, quando então, com os documentos em mãos, eram assediados pelos agentes das grandes fazendas.

Em sua maioria era formado por italianos, portugueses e espanhóis (conforme tabela 2) que chegaram ao Estado tendo como referência as diversas propagandas que a elite bandeirante realizava em terras estrangeiras, como forma de arrematar o maior número de braços para a sua lavoura.

TABELA 2 – Entrada de Imigrantes no Brasil entre 1900 e 1917

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Outros	Total
1900	8.250	19.761	4.834	7.455	40.300
1901	11.261	59.589	8.564	5.892	85.306
1902	11.606	32.111	3.588	12.075	52.204
1903	11.378	12.970	4.466	5.248	34.062
1904	17.318	12.857	10.046	5.933	46.154
1905	20.181	17.360	25.329	7.425	70.295
1906	21.706	20.777	24.441	6.748	73.672
1907	25.681	18.238	8.235	15.633	67.787
1908	37.628	13.873	14.362	25.230	91.093
1909	30.577	13.068	16.219	25.546	85.410
1910	30.857	14.163	20.843	22.701	88.564
1911	47.493	22.914	27.141	38.419	135.967
1912	76.820	31.782	35.408	36.180	180.190
1913	75.791	30.894	41.004	44.994	192.683
1914	27.925	15.542	18.945	20.160	82.572
1915	15.118	5.779	5.895	6.114	32.906
1916	11.961	5.040	10.306	6.696	34.003
1917	6.817	5.475	11.113	7.777	31.182
Total	488.368	352.283	290.739	300.226	1.424.350

Fonte: *Immigracion Y Estadísticas em el Cono Sur da América: Argentina, Brasil, Chile, Uruguay*/ Director, Hernan Asdrúbal Silva; Coord Geral: José Sebastião Witter. Instituto Panamericano de Geografía e Historia; Organización de los Estados Americanos, 1990. Org: Amir El Hakim de Paula

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

TABELA 3 – Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo (1900 e 1917)

Ano	São Paulo
1900	22.802
1901	70.346
1902	37.831
1903	16.553
1904	23.761
1905	45.839
1906	46.214
1907	28.900
1908	57.728
1909	38.308
1910	39.486
1911	61.508
1912	98.640
1913	116.640
1914	46.624
1915	15.614
1916	17.011
1917	23.407
Total	806.764

Fonte: Inmigracion Y Estadisticas em el Cono Sur da América: Argentina, Brasil, Chile, Uruguay/ Director, Hernan Asdrúbal Silva; Coord Geral: José Sebastião Witter. Instituto Panamericano de Geografia e Historia; Organizacion de los Estados Americanos, 1990. Org: Amir El Hakim de Paula

Com uma rápida e superficial análise dos dados estatísticos sobre a imigração, percebemos que mais da metade daqueles que entraram no país no alvorecer do século XX até 1917 se estabeleceu no Estado de São Paulo, principal promotor da vinda desses trabalhadores.

Uma parte considerável deles não se deslocou para as regiões cafeeiras e se estabeleceu na capital. Isso se deveu, principalmente, porque sistematicamente funcionários representando a prefeitura municipal, naquela época encabeçada pelo alcaide Antonio Prado¹, originário da principal família cafeeicultora, perguntavam aos imigrados se entre eles haviam artesãos de todos os tipos (sapateiros, alfaiates etc) que ao invés de seguirem ao trabalho na agricultura desenvolveriam as suas profissões na nascente metrópole.

Outro fato que contribuiu de forma auspiciosa para o aumento da população paulistana foi que muitos daqueles que originariamente tinham ido aos cafezais,

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

desiludidos com as condições de trabalho e porque não conseguiam o pedaço de terra tão almejado, voltavam à cidade de São Paulo.

A verdade é que no censo de 1900 a cidade já tinha mais de 240 mil pessoas tornando-se a segunda mais populosa do país.

Interessante observar que a presença imigrante na cidade vai ter grande destaque nesse período, sendo notada na paisagem arquitetônica, mas também nas diversas festas religiosas que anualmente eram realizadas, principalmente pelos italianos.

Como afirma Hesse-Wartegg, quando de sua passagem pela cidade no início da década de 1910 do século XX, *apud* Petrone:

São Paulo não é uma cidade brasileira de 450.000 habitantes, mas uma cidade italiana de aproximadamente 100.000 habitantes, uma portuguesa de talvez 40.000, uma espanhola de igual tamanho e uma pequena cidade (Kleinstadt) alemã de mais ou menos 10.000 habitantes com poucas de suas vantagens, mas muitas de suas desvantagens. Ainda há uns 5.000 sírios, que sozinhos possuem três jornais impressos em caracteres arábicos, alguns mil franceses, russos, japoneses, poloneses, turcos, ainda ingleses escandinavos, americanos em número desconhecido por falta de uma estatística fidedigna. O resto, provavelmente um terço do total, devia ser de brasileiro.²

Uma cidade multifacetada onde o brasileiro era apenas um terço! Seria essa grande presença imigrante que marcaria os traços culturais dela.

Com o italiano é notória a presença de suas festas até hoje, a influência de seu idioma no sotaque paulistano, a culinária encontrada nas diversas cantinas de bairro, bem como o surgimento de alguns dos principais times de futebol da cidade (Palmeiras e Juventus).

Com os portugueses, temos as padarias, mercados, e tantas outras influências, como no futebol. E assim poderíamos continuar com os sírios-libaneses e a sua culinária peculiar que caiu nas graças do povo paulista, mas também a forte presença deles na política local (os Haddad, os Kassab, os Maluf, os Tuma e os Alckmin).

Nesse processo de crescimento urbano e populacional as indústrias vão se tornando cada vez mais comum na paisagem. Em sua maioria, seus postos de comando tinham a maciça presença de industriais estrangeiros de grande renome, como Crespi, Matarazzo, Gamba, Nami Jafet, entre outros.

Diferente da maioria daqueles subsidiados pelo governo paulista, uma ínfima parte dos imigrantes que tornar-se-iam capitães da indústria tinham origem pequeno burguesa e com algum treinamento técnico.³

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Ainda que tão importante embora menos divulgada, outra ascendência imigrante na história e constituição do povo paulistano se deu por meio da formação do operariado e, principalmente, na divulgação das ideias anarquistas e sindicalistas.

Em 1911, uma pesquisa sobre a indústria têxtil paulistana, mostrou que de 10.184 operários, 6.440 eram italianos, enquanto que de nacionalidade brasileira eram encontrados apenas 1.083.⁴

Esses trabalhadores, imigrantes e depois seus filhos, tornar-se-iam os principais divulgadores dessas ideias sociais e incentivariam a organização dos primeiros sindicatos de resistência ao capital.

Não se trata de dizer aqui que os brasileiros não participavam dessas organizações. Mas que muitos dos italianos e espanhóis que aqui aportaram nesse período traziam em suas malas livros de divulgação socialista e que alguns, inclusive, já tinham participado de atividades sindicais em seus países de origem.

A classe operária que estava se constituindo na cidade de São Paulo percebia que as mazelas sociais derivadas da ausência completa de qualquer legislação social, obrigava-os a organizarem-se em órgãos de defesa proletária.

Assim, vão surgindo os primeiros grêmios de trabalhadores, ainda alguns apenas de caráter beneficente e ligado a uma etnia específica e a partir de 1900, surgem os sindicatos de ofícios preocupados em se articularem para formar as primeiras federações estaduais, como a Federação Operária de São Paulo.

Ao contrário das agremiações de apoio mútuo, os sindicatos de resistência defendiam abertamente a luta de classes e projetavam em seus discursos a ruptura com o sistema capitalista a partir de uma greve geral.

Oreste Ristori, Gigi Damiani e Edgar Leuenroth, imigrantes e filhos de imigrantes foram alguns dos principais articuladores do movimento sindical paulista. Alguns, com profissão de jornalista, estiveram na criação das entidades de classe que assumiam abertamente a defesa do ideário libertário e assim buscavam a construção de uma vida cotidiana menos tribulada para os vários tipos de trabalhadores da metrópole nascente.

A partir dessas agremiações de resistência e de suas respectivas federações, a luta sindical se transforma numa luta não mais local e se espalha por todas as grandes cidades do território nacional. Como o próprio Leuenroth afirma:

Com esse trabalho federativo o movimento tomou proporções maiores, surgiu então a ideia de dar uma coordenação mais generalizada, de organizar uma confederação operária que reuniu todas as organizações do Brasil desde

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

os sindicatos, as federações dos estados e outras organizações com objetivos afins.⁵

É numa pauliceia desvairada que cresce de forma vertiginosa, um elemento social começa a ganhar notoriedade: o proletariado urbano.

Morando quase que a totalidade nos bairros além rio Tamanduateí, longe das regiões mais centrais da cidade, esse operariado organizado cria seus centros de cultura, suas bibliotecas sociais, seus *picnics* e, principalmente, comemora os inúmeros dias de luta, como o dia da Mulher, o dia da Comuna de Paris e o 1º de Maio.

A elite cafeeira e industrial, moradora das regiões centrais não se incomoda com a formação dos bairros operários. Eles estão longe de seus locais de moradia, de seus bairros mais organizados e limpos, como Higienópolis.

Essa distância é necessária. Quando o trabalhador está no triângulo central, está realizando o seu ofício e nada disso atrapalha o passeio dessa elite pelas lojas mais chiques.

Mas nem tudo são flores. Como o transporte individual nas primeiras décadas do século XX ainda é extremamente escasso e são apenas os filhos da burguesia industrial que tem esse privilégio, os bondes tornam-se um dos principais meios de locomoção de uma classe média alta que se identifica com os altos estratos sociais, a chamada *sociedade paulistana*.

Entretanto os operários também se utilizam desse transporte. E rugas são comuns entre essas classes:

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Escreve-nos um leitor desta folha reclamando contra um facto que é observado quase diariamente nos bondes da linha da Lapa, o qual exige uma urgente providência por parte da 'Light'. Várias pessoas de segunda classe (grifo nosso), na maior parte operários, costumam embarcar nos bondes da dita linha conversando, ao correr da viagem, em uma linguagem bastante baixa, sem nem ao menos respeitarem as famílias (grifo nosso), que se acham no carro. Ora, os conductores que estavam no caso de corrigir estes insolentes (grifo nosso), não querem dar a esse trabalho, de modo que as famílias são obrigadas a suportar todos os desmandos de linguagem e de maneiras dos referidos operários.⁶

Conforme vemos na descrição acima, a cidade que vai se tornando metrópole pela força do processo de especulação, não acomoda as classes sociais de forma plural. É preciso segregar os mais pobres, torná-los invisíveis.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Aos operários seriam "destinadas" as áreas mais afastadas do centro, onde eles constituiriam os seus bairros, seus locais de moradia e diversão. É lá que eles deveriam viver. O centro da cidade e os bairros de moradia da classe média alta e da elite são espaços diferenciados. Não poderiam receber esses trabalhadores sem nenhum controle.

Os projetos de urbanização levado a cabo pelo prefeito Prado têm como foco o centro da cidade e se dizem preocupados em "embelezar" a cidade. Mas, conforme eles avançam promovem uma grande especulação imobiliária que expulsa as pessoas mais pobres do centro.

Essa especulação imobiliária promove uma grande segregação espacial na cidade. De um lado bairros arborizados, com calçamentos, áreas de lazer e equipamentos urbanos, onde mora a elite e a classe média alta; de outro, nos bairros além Tamanduateí, vivem os operários em casas insalubres, ruas que se transformam em enormes lamaçais nos períodos de chuvas, onde ter água e esgoto encanado é luxo de pouquíssimos.

Isso fica evidente pelas palavras dos próprios trabalhadores. São seus principais articuladores que semanalmente reclamam a forma como a cidade está sendo "cuidada" pelo poder público. Conforme assevera Gigi Damiani no jornal *La Bataglia* de 11 de maio de 1912:

Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos de amor à prática resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava faltando dinheiro para as putas e para o jogo, o patriotismo estourou! Do militar *Fanfulla* ao policialesco *Platea*, do acomodado *O Estado de São Paulo* ao órgão da cepa dourada *Correio Paulistano* saíram gritos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade (...) Alargue-se a city! Queremos teatros como Paris, jardins como Berlim, igrejas como Roma! (...)

E vejam só! Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando (...) E quem estabelecia as inverossímeis somas de indenização eram membros do bando. (...) Isso produziu um princípio de êxodo, do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos. (...) Esse foi o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino: vertiginosamente os aluguéis aumentaram até 200% (...).⁷ (BESEN, 2004, p.47-48).

O que se demonstra na reclamação do editor do jornal é que a urbanização proposta pela prefeitura de São Paulo não tem o interesse de "modernizar" a cidade, apenas uma pequena parte dela. Ela serve para que alguns empresários lucrem com a expulsão da população mais pobre do centro da cidade e assim

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

separe-os definitivamente da vida pública do triângulo central e das ruas das lojas mais caras.

A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida será também a luta por uma cidade mais humana, menos segregada e mais democrática.

As greves e manifestações de rua demonstrariam a insatisfação da classe operária com sua situação dentro da fábrica, mas também um questionamento à ordem vigente que os relegava às áreas mais arrabaldes da cidade.

Não se podem separar as manifestações de rua, necessárias para a ampliação e fortalecimento de um movimento grevista, do questionamento ao processo de segregação espacial violento encabeçado pelo poder público em seu projeto de "modernização" da cidade.

Os sindicatos de resistência compreendem isso. Ocupar a cidade passa a ser também lutar por uma vida plena fora do trabalho, onde todos (e não só a elite) usufruam de uma condição cotidiana mais salutar.

Então cabe a eles invadirem as áreas centrais quando fizerem as suas reclamações. E assim se utilizar das vias expressas para que as colunas de trabalhadores cheguem mais perto do circuito espacial comum à elite econômica.

Mas essa manobra não é tão simples. O poder público representa uma elite industrial e não mede esforços em dificultar essa movimentação operária:

No dia 20 do mez passado, a Liga Popular contra a Carestia de Vida, tentou verificar vários comícios e uma grande manifestação no centro da cidade, para protestar contra a carestia da vida e a lei de expulsão. A constituição garante todas as liberdades, mas essas liberdades têm um certo limite, pois não permite que se chegue ao abuso, nem alteração da ordem. Os correctos funcionários da policia paulistana entenderam que tal manifestação no centro da cidade, no bairro burguez, constituiria um abuso, e como a manutenção da ordem, dá direito a proibir qualquer acto publico ou particular, mesmo sem pretexto, tanto a manifestação como os comícios foram obstados pelas autoridades. Primeiramente a manifestação central foi proibida, permitindo-se os comícios dos bairros, dando-se a entender que as ruas centrais não são públicas, pertencem aos senhores. Se querem fazer comícios, façam lá na sua terra!⁸

Como demonstra o jornal anarquista *Germinal*, a ocupação de áreas centrais está proibida para o operário organizado. Ela só é permitida para o trabalhador que pacificamente vai realizar o seu serviço.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Mas a praça não é pública? Sim, mas sob certas condições... O operariado percebe que entrar no bairro burguês pode gerar retaliação pela Força Pública, o órgão de repressão da época.

A cidade segregada, que relegou os operários às periferias, não permite que esses trabalhadores saiam de seus bairros e cheguem as outras áreas da cidade.

Ao fazerem isso, esses trabalhadores interrompem o caminhar tranquilos dessa elite em visita as lojas ricas, já que amedronta os proprietários, que assim preferem fechá-las antes do horário habitual e evitar atos violentos.

A repressão ao operariado não os intimidava. Pelo contrário, eles procuravam sempre novas formas e estratégias de ocupação espacial, procurando despistar a presença policial.

Um desses momentos mais interessantes ocorreu nas manifestações de rua contra a carestia de vida, ocorrida em 1913.

As manifestações que ocorrem em 1913 tinham como demanda a diminuição dos preços dos gêneros alimentícios e do valor dos aluguéis, que como vimos em uma das críticas dos militantes sindicais subiu quase 200 %.

O interessante nesse evento é que os operários realizam sistematicamente reuniões nas suas sedes (quase sempre o mesmo prédio agrega várias entidades de classe) e ali discutem a necessidade de se realizar manifestações externas.

Nessas reuniões conclama-se aos operários realizarem os protestos no centro da cidade e não apenas nos bairros de moradia e trabalho, demonstrando a necessidade de uma crítica não apenas pautada na carestia de vida, mas também pelo direito a uma cidade mais democrática e sem segregação.

Organizadas a partir de vários pontos da cidade, a ideia é que as colunas de trabalhadores saiam dos bairros e cheguem a uma praça central.

O jornal *Germinal* de 20 de abril de 1913 aponta a geografia dessas manifestações:

REVOLTA POPULAR CONTRA A CARESTIA DE VIDA E A LEI DE EXPULSÃO

Serão realizados, nesta cidade, os seguintes comícios:

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas da Mooca e João Antonio de Oliveira, de onde o povo dirigirá-se-a, em coluna, para o largo da Concórdia.

As 3 e ½ da tarde no Largo da Concórdia, de onde, juntamente com a coluna da Mooca o povo dirigirá-se-a para o largo de São Francisco.

As 3/ e ½ da tarde nos cruzamentos das ruas da Graça e Três Rios, de onde os manifestantes seguirão para o Largo de São Francisco.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

As 3 horas da tarde no largo do Cambuci, seguindo depois o povo em coluna, para o largo de São Francisco;

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas de Santo Antonio e 13 de Maio de onde os concorrentes se dirigirão para o largo de São Francisco.

As 4 horas da tarde, uma vez reunidas as colunas que virão dos diversos bairros, realizar-se-a o Comício monstro no Largo de São Francisco, onde falarão os delegados das entidades organizadoras e outros oradores populares.

Povo de São Paulo! É preciso que a tua presença nesta manifestação afirme de uma vez para sempre os direitos, e liberdades que por natureza e por conquista dos lutadores passados e contemporâneos te pertencem.

A dignidade exige que ninguém falte a esta manifestação de soberania popular.⁹

Neste evento em particular, a luta era contra a carestia e uma lei que expulsava trabalhadores imigrantes que já tinham participado de várias greves e estavam ligados aos sindicatos.

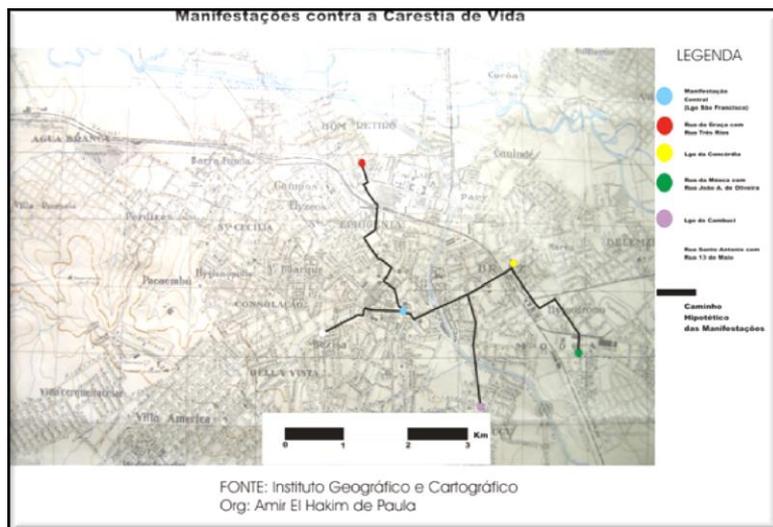
Embora muitos deles fossem casados com mulheres brasileiras e já tivessem filhos nascidos no país, por serem acusados de mentores de grandes paralisações, estavam sendo expulso deliberadamente, o que ocasiona grande fúria e preocupação entre os trabalhadores.

Mais do que apenas reclamar e exigir providências, essas manifestações tem todo um sentido estratégico de ocupação da cidade. Os encontros se iniciam nos bairros operários em horários específicos e depois se movimentam pelas avenidas, num processo de ocupação que sai da periferia e chega ao centro. Isso fica claro quando visualizamos o mapa n^o 1 abaixo:¹⁰

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula



Entendemos assim que a manifestação contra a carestia de vida tem um sentido de questionar o modelo de cidade que está sendo gestado pela elite. Ao invés de delimitar que cada classe social tem um setor específico para ser o seu local de moradia, como pensava a elite e o poder público a ela ligado, o que vemos nessas movimentações é que ao operário a cidade é um todo e não apenas o "cantinho" a ele destinado.

Estar no centro com suas colunas é simbolicamente dizer que o processo de segregação espacial que os relegou aos bairros além Tamanduateí não funcionou completamente. O operário organizado mostra a sua força e desafia uma lógica espacial excludente.

Embora como vimos em uma citação de jornal anarquista, essas manifestações, eventualmente, podem não ter conseguido o seu intento de chegar ao centro, é óbvio que a luta contra os preços tem também um aspecto de ocupação de ruas e praças que não pode ser obliterado.

Outro evento de importância histórica inegável, a Greve de 1917 também foi uma crítica ao processo de segregação espacial. Diferente dos percalços que vimos na manifestação contra a carestia de vida, foi um movimento muito mais forte e incisivo, sendo que os operários invadiam as áreas do centro e ocasionando pânico naqueles que entendiam a cidade como uma mercadoria a ser desfrutada.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Greve de 1917: A cidade enquanto espaço de luta social.

Uma das maiores greves que a cidade de São Paulo já teve. É assim que começamos falando da Greve de 1917, que conseguiu aglutinar milhares de trabalhadores dos mais diferentes ofícios, paralisando a vida social na cidade por semanas.

Um momento ímpar na organização da classe trabalhadora. Momento de união de indivíduos que cotidianamente o capital desarticula, fragmenta, individualiza. Esse exercício de luta não pode ser visto apenas como uma exigência por aumentos salariais. É mais do que isso. Como aponta Prost:

(...) Os operários em greve não se limitam a reivindicar, eles contestam a autoridade do "pai da fábrica", eles rompem um laço, eles se libertam de uma dependência. Aliás, é exatamente por isso que os sindicalistas do século atribuem tanta importância à greve. Ela educa, encarna, arrasta, cria.¹¹

Foi a práxis da revolta contra uma sociedade baseada na exploração humana. O auge de um processo organizativo que forma a consciência de classe, de pertencimento a uma nova proposta de vida não mais vinculada ao lucro.

Foram anos de estudos nas bibliotecas sociais; ida às peças de teatros e picnics que alertam sobre as mazelas e a necessidade de transformação radical da sociedade; do encontro semanal dos trabalhadores na construção de um sindicato livre, autônomo e auto-organizado.

Olhar a greve como um momento qualquer minimiza os anos de luta, de amor, companheirismo que possibilitou a explosão de uma fúria social.

A greve encarna também a construção de um processo social anticapitalista, no qual o trabalhador desafia o patrão e mostra a ele sua compreensão de organização.

Uma sociedade não mais permeada pelos valores liberais, como a competição, o mérito, o individualismo extremo, o lucro etc. Para os operários organizados em sindicatos contra o mérito, a solidariedade; o apoio mútuo ao invés da competição; o coletivismo e o respeito ao indivíduo, o uso das coisas e não a usura.

Logo, essa greve foi especial. E a sua queda pode significar a derrota de um projeto social completamente diferente daquele usualmente compreendido como "natural".

Com uma pauta bastante extensa (aumento de salários, trabalho do menor e da mulher, redução de alugueis, etc) foi a expressão máxima, até então, de uma organização classista de cunho libertário, arregimentando parcelas do proletariado nacional que viviam numa situação de quase total ausência de benefícios trabalhistas.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Um dos principais momentos de fúria da classe operária, o movimento foi também a união de trabalhadores imigrantes e brasileiros que juntos formaram diversas colunas que sistematicamente invadiam as áreas mais centrais da cidade.

Interessante observar que a greve é o momento culminante de uma luta cotidiana contra uma vida de limitações econômicas, contra a humilhação sofrida dentro e fora das fábricas e o (re)surgimento do sentimento de pertencimento a uma classe social que finalmente conquistou seu espaço.

Acho que existia um norte que direcionava essa luta...; não bastava apenas aumentar os salários e com isso aumentar o consumo, num processo circular que levava, única e exclusivamente, à retroalimentação desse sistema de exploração.

Logo, reclamar nas ruas era a única opção desses trabalhadores. Eram, em sua maioria, estrangeiros a um sistema político totalmente viciado e com ínfima participação popular.

Ocupar as ruas tem um sentido completamente diferente daquele do parlamento. Seu mote é a contestação por meio de gritos e punhos cerrados, não a prática "educada" dos deputados e senadores, que mesmo se autointitulando defensores dos trabalhadores pouco contribuíam para a mudança desse cotidiano infernal.

Os trabalhadores organizados em sindicatos sabem disso. A voz nas ruas tem um sentido de gerar medo naqueles que cotidianamente sobrevivem do suor daqueles que apenas têm o seu trabalho para sustentar a si mesmo e aos seus familiares.

Essa é a premissa da Confederação Operária Brasileira (COB), principal central sindical do período. Como afirma em seu jornal *A Voz do Trabalhador*:

(...) como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos a greve parcial ou jeral, a boicotage, a sabotagem, o label, a manifestação pública (grifo nosso) etc, variáveis segundo as circunstâncias de lugar de momento.¹²

A manifestação pública é uma das estratégias dos sindicatos. É questionar, por meio da ocupação das ruas e avenidas, um modelo societário pautado na exploração do homem pelo homem, criticar a separação das camadas sociais pela urbe, desmistificar o discurso liberal que apenas e tão somente favorece uma pequena parcela da sociedade.

A greve de 1917 está toda ela pautada pela ocupação da cidade pelos operários, que a partir dos bairros industriais, transformam as ruas em barricadas de defesa proletária, para chegarem ao centro, local de moradia das classes exploradoras, e lá ataquem a propriedade, demonstrando que esses valores econômicos não lhes interessam.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

A pacatez vagabunda da burguezada do centro da cidade foi perturbada pelo clamor dos operários grevistas em manifestações. Afim de reclamar a liberdade de seu companheiro preso, os trabalhadores homens, mulheres e crianças vieram em columns até a frente da Polícia Central, reunindo depois em comício no largo da Sé, onde falaram dois camaradas e uma companheira. Num dos dias da semana, os grevistas da Mooca foram incorporados até o Ipiranga onde conjuntamente com os operários da fábrica de Nami Jafet, realizaram um comício.

A gente do burguez, que mora nas imediações onde se reuniram os operários, julgando que havia chegado a hora da justiça popular, fecharam-se a sete chaves.¹³

É explícita a mensagem dos trabalhadores. Provocar o medo! Fazer com que os mandatários da indústria e do poder público temam por suas propriedades. Resta à eles fugirem e exigir da força pública a expulsão desses operários que agora, de forma bastante ousada, estão também nas avenidas e ruas centrais.

Os conflitos se generalizam no decorrer da greve. Operários em barricadas defendem-se dos policiais, trabalhadores a serviço da classe dominante.

Logo, feridos e mortos aparecem entre operários. E as manifestações públicas são proibidas. O fato é que nesses dias mais íntensos, o próprio governador do Estado, em seu diário, demonstrava preocupação com o movimento paredista, afirmando que a greve,

Degenerou em movimento subversivo da ordem publica, redobrando de exigência, assaltando e depredando armazéns [...] impedindo a liberdade de trabalho e de transportes, atacando as forças policiaes e praticando outros reprováveis excessos.¹⁴

Caos! Invasões! Depredações do patrimônio público e privado! Conflitos! Mortes! Resumir a greve de 1917 como um evento de caráter laboral é tornar a discussão superficial.

Em um dos momentos mais tensos, a cidade parou para seguir o féretro de um de seus mortos, o sapateiro Antonio Martinez. Milhares de operários, homens, mulheres e crianças, longe da tortura fabril, ocupam as ruas de um dos seus principais bairros, o Brás, e partem rumo ao cemitério municipal, localizado na região mais rica da cidade.

As leis que regiam o espaço e proibiam a passagem de féretros no centro da cidade não são mais respeitadas. Mais ainda, esses trabalhadores e trabalhadoras, em seu momento de dor e fúria, gritam palavras de ordem subversivas amedrontando os lojistas que preferem cerrar as portas. A polícia que acompanha a lenta caminhada é hostilizada e não age, apenas observa.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula



Fonte: A Plebe, 18/08/1917, p. 4

Mesmo que por alguns dias a cidade é dos operários. Um movimento grevista que se iniciou por demandas ligadas quase todas às questões trabalhistas, se transformou em um movimento social de grande expressividade, com ares quase revolucionários.

Mas esse estalo que poderia selar a passagem para uma sociedade mais humanizada não se concretizou. Embora o movimento se alastrasse para outras regiões do país (Rio de Janeiro, Curitiba, Cidade da Parahyba [Atual João Pessoa]), aos poucos, figuras importantes do jornalismo local procuraram diminuir a animosidade entre trabalhadores e empresários e um acordo foi selado.

Lentamente os operários voltam aos seus locais de trabalho, exaustos pelos dias de luta, mas confiantes por terem conseguido, ainda que momentaneamente, questionar a cidade segregada e conquistar minimamente várias demandas iniciais.

E a classe dominante, em que pese ter que ceder em vários aspectos, já no dia posterior ao fim do movimento, comemora a volta da "normalidade":

O DIA DE HONTEM

Pela primeira vez após os dias terríveis que precederam, a cidade apresentou hontem o aspecto da mais perfeita tranqüilidade. O commercio, abrindo suas portas desde cedo, funcionou até a noite sem interrupção, e as ruas do Triangulo Central encheram-se de famílias (grifo nosso). Os bondes circularam com perfeita regularidade. Automóveis e carros de praça trafegaram livremente e toda a população foi abastecida de leite, pão, carne e outros elementos indispensáveis à subsistência.¹⁵

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

A tranquilidade voltou. E com ela as fábricas se encheram de trabalhadores e as ruas foram ocupadas pelas "famílias" que correram novamente ao centro velho (Triângulo Central) para realizar as suas compras.

Momento marcado pela ruptura social, a Greve de 1917 se inscreve entre aqueles movimentos de aprendizagem da classe operária. É nesse instante que ela percebe a sua força e que apenas pela organização e enfrentamento das adversidades que conquistará alguma melhoria social.

Mais do que um movimento de cunho econômico, entendemos o movimento de 1917 como uma crítica a um padrão de cidade excludente e que beneficiava apenas os mais ricos.

Por um momento, ruas e avenidas, geralmente ocupadas pelos carros da elite, foram tomadas por trabalhadores que, esmagados cotidianamente, enfrentavam uma vida cheia de mazelas. Lutar contra um sistema baseado na opressão de classe passava também por essa estratégia espacial.

Embora a Geografia, enquanto uma ciência social que discute os espaços dos trabalhadores e de suas lutas, ainda timidamente se insere nesse debate, fica clara a importância dessa discussão.

Movimentos que possuem correlações, a Greve de 1917 e as Manifestações contra a Carestia de Vida, foram momentos de grande perturbação social, determinando uma grande repressão a esses sindicatos e suas principais lideranças pelos órgãos públicos, culminando na década de 1930 com a formação de entidades de trabalhadores desvinculadas de um objetivo maior: a ruptura com o sistema capitalista.

Considerações Finais

As análises sobre o movimento operário e suas principais manifestações nas vias públicas na primeira república ainda são incipientes, quase sempre ligadas aos pesquisadores das ciências que lidam com as questões espaciais, como a Geografia e a Arquitetura.

Neste artigo, procuramos demonstrar a indissociabilidade entre a luta social e classista que ocorria nesse período, com os processos de ocupações de ruas e avenidas, visto que a força do movimento dos trabalhadores dependia, exclusivamente, delas, já que outras alternativas políticas, como a eleição de senadores e deputados, eram pouco atrativas aos que coordenavam as principais organizações sindicais.

A greve de 1917, enquanto um ponto histórico culminante nas ações dos sindicatos de orientação anarquista demonstrou-se ser também um momento

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

espacial de enorme envergadura, quando a cidade da elite econômica se transformava em um espaço mais democrático, livre de segregação.

Embora já tenham se passado cem anos, é importante perceber que a força de uma classe social foi definidora na construção de um cotidiano mais horizontalizado, enfrentando de forma bastante auspiciosa os valores dominantes baseados na dominação e na escravidão salarial.

Ainda que a história não se repita, é importante perceber que muito das ações operárias daquele instante ainda são de extrema importância, propiciando um olhar crítico aos paladinos das mudanças sociais que vivem encastelados nos parlamentos, acreditando que os encaminhamentos políticos oferecidos pela elite econômica possam vislumbrar alguma mudança estrutural significativa.

O operariado de 1917 delegou aos explorados de hoje uma importante lição: apenas e tão somente a emancipação dos trabalhadores pode ser conquistada enquanto obra da classe trabalhadora. Ou seja, se as classes subordinadas não têm nada a oferecer enquanto contraponto ao sistema baseado na exploração humana, a perpetuação do cotidiano dominante torna-se inexorável, visto que aqueles que deveriam se contrapor são os qu

Ainda que o desafio pareça ser (e, é) enorme, o fato principal é que a cidade de São Paulo no início do século XX, não foi objeto de uma intensa pesquisa entre aqueles que trabalham com diversos conceitos tão caros como o espaço e o território.

Nesse sentido, essa apreensão epistemológica da Geografia permite alçar novos detalhes ainda submersos e pouco esclarecidos de uma cidade que teve um desenvolvimento socioespacial extraordinário nos últimos cem anos.

E um processo social sobejamente discutido por historiadores e cientistas sociais, como a Greve de 1917, tem questões ainda que merecem uma análise mais geográfica, permitindo visualizá-las também como a luta dos moradores que iam sendo excluídos espacialmente pelo crescimento desordenado e segregado dessa protometrópole.

Discutir o movimento dos trabalhadores tendo como foco o processo de urbanização segregacionista permite ao leitor apreender que as lutas sociais que ocorriam e que ainda ocorrem (por moradia, melhores condições de trabalho, contra a carestia de vida etc) tem como substrato material os espaços e territórios da cidade.

Então não se trata de diminuir a importância da luta e conquista social dela derivada. Mas perceber que os estratos sociais mais organizados compreendem a cidade enquanto um arranjo espacial específico, com locais a serem ocupados e estrategicamente transformados em vias de ação de luta.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX

Amir El Hakim de Paula

Isto porque, não percebendo essa dinâmica geográfica, esse movimento organizado pode ser a todo o momento combatido pelos órgãos de repressão e as suas demandas colocadas quase que em inércia.

É o que vemos quando estudamos o movimento operário do início do século XX. Além das demandas ligadas especificamente ao mundo do trabalho, criticava o processo de urbanização levado a cabo pelas elites econômicas e políticas, pontuando a necessidade de se debater a cidade enquanto um espaço de convivência social de todos e não apenas de uma ínfima parcela.

Mais do que isso, os sindicalistas e lideranças operárias entendiam a cidade como um local estratégico de luta, no qual as manifestações nas ruas, avenidas e praças, se transformassem em polos de aglutinação constante, em uma experiência na qual a luta de classes, própria do ambiente fabril, se espraiasse pela urbe, provocando medo naqueles que entediam a cidade como mais uma mercadoria a ser consumida.

Com esse prólogo, procuramos ajustar as nossas pretensões nesse artigo. Não se trata de um artigo historiográfico, que fique apenas centralizado nas questões mais políticas e sociais da greve de 1917.

Isso vem sendo realizado por vários pesquisadores desde, pelo menos, o surgimento do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp e do Centro de Memória da Unesp (CEDEM). Logo, aqui a nossa participação estaria limitada a reproduzir os excelentes trabalhos publicados.

Como geógrafo, procuraremos apontar as vicissitudes de um movimento grevista que parou a cidade por pelo menos uma semana, relacionando esse fato com a luta desses trabalhadores pelo direito a uma cidade mais humanizada, ligada ao valor de uso e não ao valor de troca.

Por isso, cabe à compreensão mínima de quem eram esses trabalhadores, a sua organização em sindicatos de resistência e o processo da greve enquanto um fator preponderante de crítica à organização dos espaços da cidade.

Dossiê

São Paulo – Imigração e Luta Social: As manifestações contra a carestia de vida e a greve de 1917 no contexto do crescimento metropolitano do início do século XX
Amir El Hakim de Paula

Notas e referências

- ¹ Antonio Prado foi prefeito de São Paulo entre 1899 e 1910.
- ² Pasquale PETRONE. “A Cidade de São Paulo no Século XX” In: *Revista de História*, São Paulo, ano VI, ns.21 e 22. 1955. pp. 135-136.
- ³ Warren DEAN. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Editora Difel, 1971. p.120-124.
- ⁴ Paula BEIGUELMAN. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro (Aspectos Políticos)*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968. p.143.
- ⁵ Edgar LEUENROTH. *O movimento operário; A greve de 1917*. São Paulo: CCS, 2016. pp. 22-23.
- ⁶ SÃO PAULO. *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1913, p. 6-7.
- ⁷ Ricardo BESEN. “A Feroz Urbanização de São Paulo no Início do Século XX”. In: *Revista Histórica nº13*, São Paulo, p.43-50, 2004.
- ⁸ SÃO PAULO. *Germinal*, 01 de maio de 1913, p.4.
- ⁹ SÃO PAULO. *Germinal*, 20 de abril de 1913, p.1.
- ¹⁰ Esse mapa originalmente foi publicado na dissertação de mestrado “Os operários pedem passagem! A Geografia do Operário na cidade de São Paulo (1900-1917)”, defendida na FFLch-USP, em 2005, pelo mesmo autor deste artigo.
- ¹¹ Antoine PROST. “Fronteiras e Espaços do Privado”. In: Gerard Vicent et all (org). *História da Vida Privada*. 5. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 49.
- ¹² SÃO PAULO. *A Voz do trabalhador*, 01 de fevereiro de 1914, p.7.
- ¹³ SÃO PAULO. *A Plebe*, 09 de julho de 1917, p.3.
- ¹⁴ Diário do Governador Altino Arantes - xerocopiado – Arquivo do Estado de São Paulo.
- ¹⁵ SÃO PAULO. *Correio Paulistano*, 17 de julho de 1917, p.4.

Fontes

SÃO PAULO. *A Plebe*, 1917.
SÃO PAULO. *A Voz do trabalhador*, 1914.
SÃO PAULO. *Correio Paulistano*, 1917.
SÃO PAULO. *Germinal*, 1913.
SÃO PAULO. *O Estado de São Paulo*, 1913

Recebido em 28 de abril de 2017/
Aprovado em 06 de agosto de 2017

Ventos anarquistas do além-mar. A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: No espectro amplo de estudos sobre o anarquismo, ao tempo da Primeira República no Brasil, o artigo toma como objeto de análise as influências de Portugal e a ação de militantes portugueses na base do movimento na cidade do Rio de Janeiro. As fontes principais utilizadas são os processos de expulsão, instituídos com base nas leis de 1907 e 1921, esta última, voltada, explicitamente, para o combate ao anarquismo. Com base em indícios encontrados nos referidos processos, o trabalho apresenta alguns exercícios prosopográficos, que permitem o diálogo entre o individual e o coletivo, enriquecendo, assim, a análise.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro – Portugal – Imigração – Anarquismo – Processos de Expulsão.

Abstract: In the broad spectrum of studies on anarchism, at the time of the First Republic in Brazil, the article analyzes the influences of Portugal and the action of Portuguese militants on the basis of the movement in the city of Rio de Janeiro. The main sources used are the expulsion proceedings, established under the laws of 1907 and 1921, the latter, explicitly aimed at the fight against anarchism. Based on the evidence found in these processes, the work presents some prosopographic exercises, which allow the dialogue between the individual and the collective, thus enriching the analysis.

KEY WORDS: Rio de Janeiro - Portugal - Immigration - Anarchism - Expulsion Processes.

Português de Figueira da Foz, Bento dos Santos¹ exercia a atividade de padeiro na cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1920. Era solteiro, alfabetizado e tinha 24 anos quando foi expulso do Brasil, acusado de ser anarquista radical - “dinamiteiro” -, responsável por atentados a bomba contra padarias. Havia partido de Portugal em 1912, com 16 anos, quando o país conhecia expressiva onda migratória, acompanhando as tensões provocadas pelas disputas políticas oriundas da proclamação da República e o mundo vivia crises que antecederiam o primeiro conflito mundial. Grande parte dos 88.929 emigrantes portugueses legais que partiu, nessa conjuntura,² teve por destino o Brasil, em especial, o Rio de Janeiro.

Bentos dos Santos foi um destes imigrantes, dentre outros que buscaram, no Rio de Janeiro, um novo lugar para viver. No conjunto, contavam-se homens como José Madeira³ - ao contrário dele, expulso sem processo -, que protagonizou grande discussão na Câmara dos Deputados, a partir de uma carta por ele enviada

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

ao deputado Maurício de Lacerda, da bancada do Rio de Janeiro, na qual narrava toda a arbitrariedade de que fora vítima⁴

Segundo os autos do processo de Santos, ele “pregava ideias anarquistas, aconselhando seus companheiros ao desrespeito às leis e autoridades constituídas /.../ para implantação do regime comunista de que [era] fervoroso adepto”. Solteiro, sem a responsabilidade de uma família, assumiu sua ideologia e, como justificativa de seus atos, declarou que:

/.../ se acha[va] revoltado contra os patrões, pela avareza, desumanidade com que trata[vam] seus empregados, principalmente os padeiros, que [eram] obrigados a exercerem a atividade quase todo o dia, sem salário compensador, almeja[ndo] uma organização em que [fosse] obrigatório o trabalho, em que não [houvesse] escravos, em que a liberdade [fosse] completa, que para esse fim necessário se torna[va] a propaganda de ideias, pois o povo educado e consciente sabe[ria] libertar-se de seus opressores, ou então pela revolução como [vinha acontecendo] com quase todos os acontecimentos sociais.⁵

Os dados constantes de seu processo, bem como algumas de suas declarações, apontam, explicitamente - ou nas entrelinhas -, para importantes aspectos do movimento anarquista no Rio de Janeiro durante a Primeira República brasileira. Em primeiro lugar, sua nacionalidade, que desconstrói o estereótipo da passividade do imigrante português frente a condições adversas de vida. Segue-se sua profissão e a crença na violência como estratégia de luta, demonstrando a presença da “propaganda pela ação” (“pelo fato” ou “pelo ato”) na cidade-capital. Em terceiro lugar, sua declaração de que era anarquista e adepto do comunismo, apontando para influências de Kropotkin no movimento anarquista que chegara à capital. Por último, sua crença em uma Educação transformadora e na necessidade da Revolução como caminhos para o bem estar e para a liberdade.

Sonhos, projetos e ideias na bagagem

Emigrar; decisão difícil que se reveste, para além da dimensão do desejo, do sonho e da aventura, de sentimentos de angústia e tristeza: frente ao desconhecido e ao passado que é deixado para trás.

Na dimensão do sonho e dos projetos, projeta-se sempre a melhoria das condições de vida, com a terra estrangeira significando a possibilidade da superação das dificuldades e frustrações até então vividas. Vencer, nesse contexto, torna-se obrigação, com a admissão do fracasso sendo escondida daqueles que foram deixados ao além-mar.

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Essas considerações implicam duas reflexões principais. A primeira, a de que as ideias e as crenças circulam sem barreiras. No caso dos deslocamentos internacionais, junto aos pertences materiais, compõem a bagagem dos imigrantes. Analisado em um sentido mecanicista, esse processo pode levar à tese de que o anarquismo, enquanto ideário, foi produto puro e simples da imigração, como chegaram a afirmar alguns estudiosos do tema, corroborando a tese de que a agitação política era resultado de as “aves de arribação” que haviam pousado no país. O processo, porém, não era tão simples assim. Se houve aqueles que já emigraram na condição de anarquistas, dispostos a trilhar o caminho da revolução, a trajetória de outros indica que essa opção ideológica deu-se no próprio país de acolhimento. No Brasil, considerada a Primeira República, houve casos de imigrantes que chegaram ao país com oito ou 10 anos, antes, portanto, da possibilidade de qualquer escolha política e/ou ideológica. Foi no contato com outros militantes – imigrantes ou não – que tiveram acesso ao ideário que vieram a defender.

A segunda reflexão é a de que, muitas vezes, a politização – e, em casos extremos, o exercício de uma militância radical - ocorreu como resultado da descoberta de que, preservadas as condições existentes, o imigrante nunca conseguiria transformar projetos em realidade. Para muitos, foi essa descoberta que os levou a “tomar nas mãos a história”, passando a participar ativamente das lutas reivindicatórias e/ou de movimentos que projetavam a revolução como o portal do paraíso; livre da penúria e exploração. Essa era uma possibilidade aventada pelas próprias autoridades, expressa, por exemplo, nas discussões sobre o número de anos necessário para caracterizar a residência exigida para a efetivação da expulsão dos que defendiam o dilatamento do prazo de dois para cinco anos, tempo que consideravam necessário para que o imigrante pudesse vir a se mostrar “perigoso e indesejável”.

Não há dúvidas, entretanto, que as ideias – no presente e no passado - desconhecem barreiras físicas, principalmente quando processos de mundialização facilitam a circulação de pessoas, livros, panfletos e outros meios de divulgação, como ocorria ao tempo da “grande imigração” da virada final dos Novecentos.

Os portugueses para além do estereótipo da passividade

Neste inferno Proletário

Nossa vida se consome

O escravo do salário

Açoitado pela fome

Não é livre quem depende

de potentes monstros de aço.

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Não é livre que se vende
só dispondo dos seus braços

Vossos braços fortes laços
sempre vivos, enlaçai.
Vida! Vida! decidida!

Eis, uni-vos! Despertai! /.../
(Neno VASCO)⁶

A historiografia do movimento operário e do movimento anarquista no Brasil, durante muito tempo, teve São Paulo como modelo de análise. Foi a partir da realidade paulistana que o destaque sobre a participação estrangeira recaiu sobre italianos e espanhóis, em um movimento operário que, pelo menos até 1924,⁷ teve os anarquistas como protagonistas destacados.

Com relação aos portugueses, majoritários dentre os imigrantes do Rio de Janeiro, mas expressivos em Santos e na própria cidade de São Paulo, o silêncio imperava. Em parte, por conta de representações que, desde os tempos imperiais, associavam os lusitanos à passividade, à conformação e ao imobilismo; em parte pela invisibilidade ocasionada pelo uso da língua e costumes comuns, que acabavam por apartá-los do conjunto dos estrangeiros, sendo estes considerados “outros” mais desconhecidos, com língua e cultura diferente.

Coube a esta autora um determinado protagonismo no destaque à participação portuguesa nos movimentos operário e anarquista do Rio de Janeiro, a partir de tese de doutorado defendida na USP no ano de 1996. Ainda que o tema da referida tese fosse expulsão de estrangeiros, uma parte considerável do trabalho voltou-se para a análise desta questão, considerando-se que, dentre os anarquistas expulsos, por participação em greves e outros movimentos, a maioria estava formada por portugueses.⁸ Francisco Palomanes voltou a enfatizar essa participação em livros e artigos voltados, centrados na análise do movimento operário na cidade-capital, demonstrando os aspectos diferenciados que afetavam o movimento no Rio de Janeiro.⁹

Os processos de expulsão voltados contra anarquistas fixados na cidade-capital, com base no decreto nº 1641, de 07 de janeiro de 1907 – conhecido como “Lei Gordo” – e, posteriormente, no decreto nº 4247, de 06 de janeiro de 1921, que regulamentaram a entrada e a expulsão de estrangeiros, permitem verificar a primazia portuguesa no conjunto dos 56 imigrantes processados entre 1919 e 1924, em conformidade com o Direito Internacional, que dispunha que os estrangeiros só podiam ser expulsos por lei específica. Nesse total, 36 eram portugueses, 17

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

espanhóis (a maioria esmagadora formada por galegos) e apenas um italiano. Correspondem os portugueses, dessa maneira, a 64,28% do total geral. Seus vínculos com o anarquismo, por outro lado, são bastante explícitos na amostra, ao ponto de ser possível dizer que, na base do movimento anarquista, a participação estrangeira tinha sotaque português. É importante dizer, em acréscimo, que eles permaneceram majoritários no conjunto dos que foram expulsos após 1924, quando o anarquismo já mostrava fragilidade no comando das uniões operárias e sindicatos, totalizando 11 em um total de 28 expulsos entre 1924 e 1930, onde já se destacavam russos, ucranianos, poloneses e romenos.

Considerando-se que os processos representam um importante registro da participação estrangeira nos dois movimentos, ainda que atingissem, regra geral, os mais radicais, eles constituem importante base de análise da centralidade adquirida pelos portugueses na base da militância. Os números aqui apresentados, porém, são apenas a ponta de um iceberg, pois uma quantidade muito maior foi expulsa sem a observância das leis, ou seja, sem processo, conforme comprova ofício (sem numeração e com a tarjeta de confidencial) depositado no Arquivo Histórico do Itamarati, encaminhado pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal ao Ministro das Relações exteriores, que demonstra que, os portugueses também constituíram a maioria no conjunto daqueles que foram expulsos “ao arrepio da lei”.¹⁰

Analisados os processos, fica evidenciado que eles não atingiram aqueles contra os quais não podiam ser imputados crimes previstos nas leis. Dessa forma, discordamos de Leslie Maran,¹¹ quando o autor afirma que os anarquistas foram expulsos com outras qualificações: ladrões, vigaristas ou caftens. Se pode isto ter ocorrido em um ou outro caso, aceitar esta tese implica negar que a cidade do Rio de Janeiro conhecia, então, a escalada da contravenção e do crime, conforme demonstram obras de juristas de época e as estatísticas das casas de Detenção e Correção, sem falar no tráfico de brancas que não só era realidade quanto se configurava como crime internacional, envolvendo máfias poderosas e organizadas.¹² A repressão a estes crimes compunha, inclusive, o ideal de construção de uma cidade disciplinar, que pudesse ser a vitrina para todo o país.

Como já referido, a aparente legalidade da expulsão através de processo só se concretizava quando podia ser aventada a participação do indivíduo em atos de violência, o que prevaleceu, pelo menos, até a entrada em vigor do decreto de 1921 de repressão ao anarquismo, que facilitou enquadramentos mais amplos. Entre a observância da lei e a defesa da ordem prevaleceu sempre a garantia da ordem, comprovando a prática da questão social ser tratada como caso de polícia.

Analisado o aspecto multifacetado do anarquismo, é possível dizer que os portugueses fizeram-se presentes em todas as suas manifestações e a filiação a esta

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

ou àquela corrente não significava exclusão, razão pela qual um mesmo indivíduo tinha, também, atuação diversificada. Das ações educativas à prática da violência, imigrantes portugueses – letrados ou não - incitaram e participaram de greves; organizaram e colaboraram em comitês; assistiram e discursaram em comícios; participaram de rodas de leitura, escreveram artigos e poemas; filiaram-se ou se tornaram membros da diretoria de uniões operárias; escreveram, confeccionaram e distribuíram panfletos; propuseram e/ou apoiaram campanhas educativas, como a da ortografia simplificada; colaboraram com a arrecadação de fundos para a criação da Universidade Popular¹³ e de Escolas Modernas, inspiradas na pedagogia de Francisco Ferrer; tomaram nas mãos ações em prol do acirramento das contradições existentes, transformando a “ação direta” em “propaganda pelo ato”; participaram de sindicatos, abraçando o anarco-sindicalismo, participaram em movimentos e greves insurrecionais, como a de novembro de 1918, que resultou na prisão de vários estrangeiros.

Os processos instaurados contra alguns anarquistas portugueses, apesar de motivados, principalmente, pela prática de atos de violência, comprovam essa ampla e diversificada participação, demonstrando, ainda, que a movimentação dos trabalhadores sofria contínua vigilância por parte dos agentes policiais, havendo aqueles que constavam das chamadas “listas negras”, sujeitos sempre a prisões para averiguação.

Álvaro Duarte Cerdeira, natural do Concelho do Castelo, Distrito de Viseu, por exemplo, foi preso, uma primeira vez, por distribuir panfletos contra o filme *The New Moon*, que romaneava um decreto apócrifo contra a Revolução Russa, sendo preso quando, ao lado de dois galegos de Barra Mansa, distribuía panfletos na porta do cine Odeon. Ele era tamanqueiro, solteiro, alfabetizado e tinha 29 anos quando foi, novamente preso e processado, com base no decreto de expulsão, no ano de 1920. Entrara no Brasil com a idade de nove anos, o que implica dizer que se tornou anarquista no Brasil. Morador de Cascadura, subúrbio do ramal da Central do Brasil, foi acusado, em sua última prisão, de fabrico de dinamite.¹⁴

Nascido na Freguesia de Padenué, Manoel Esteves Barbosa era padeiro, solteiro, alfabetizado e morava à rua Senador Pompeu, 65, na zona portuária. Tinha 25 quando foi processado, em 1921 e admitiu, frente aos oficiais, que era sócio da União dos Empregados em Padaria, organização conhecida pela defesa do sindicalismo revolucionário. Constava de seu dossiê sua participação em inúmeras greves. Negou, porém, que utilizasse bombas, conforme constava de sua acusação, declarando que o material apreendido em sua casa era de Alexandrino Coutinho.¹⁵

Pintor, solteiro e alfabetizado, José Urbano de Paiva morava à Rua Santa Luzia, nº 210, no centro da cidade. Foi preso e processado em 1924. Era sócio da União dos

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Operários da Construção Civil e foi acusado de provocar agitação entre a classe operária em reuniões e movimentos grevistas. Assumiu ser anarquista e distribuir jornais que recebia de Portugal, como *A Batalha* e *A Comuna*.¹⁶

Trabalhador em padaria, Antonio da Costa Coelho tinha 33 anos quando foi processado, no ano de 1919. Era solteiro, alfabetizado, estava fixado na cidade desde 1910 e tinha várias passagens pela polícia, negando sempre a utilização de bombas. Foi acusado de participar da fundação do Núcleo do Partido Comunista (anarquista-comunista) de Cascadura, onde morava, estando anexado ao processo carta, dirigida ao jornal *A Razão* (edição de 05 de setembro de 1919), na qual era comunicada a fundação do núcleo, cujos objetivos seriam exercer “a propaganda do ideal comunista, por meio de conferências, palestras públicas e distribuição de jornais”. A carta está assinada pelo secretário José de Almeida Flores e por Antonio da Costa Coelho, Antonio Santos Abreu, Soares dos Santos e João de Almeida Flores. Na carta, “para evitar acusações injustas”, está declarado: “somos quase todos brasileiros, conquanto isto para nós não tenha importância e que somos todos chefes de família e vivemos do nosso trabalho”. Antonio da Costa Coelho, porém, era português e acabou processado, sendo solto por habeas-corpus.

Natural de Mochagata, em Trás-os-Montes, Augusto Frias era sapateiro, viúvo e analfabeto. Residia no centro do Rio, à Rua dos Arcos, nº 26 e foi processado em 1920, quando tinha 37 anos. Segundo as testemunhas que depuseram em seu processo, ele participava de todas as greves que eram decretadas na cidade e fora um dos oradores por ocasião da criação do “Comitê da Fome”. Antes de ser processado em 1920, já fora preso duas vezes; em uma delas por sua participação no “movimento revolucionário de novembro de 1918”, comprovando, como denunciavam os jornais, que este movimento contou com a participação de estrangeiros, em especial, de portugueses. O testemunho dado por agentes de segurança – ademais, ilegal – comprova que estes acompanhavam cotidianamente indivíduos “suspeitos”, sendo alguns dele “penetras” conhecidos.¹⁷

Padeiros portugueses: protagonistas da “propaganda pelo fato”

No conjunto dos anarquistas processados no Rio de Janeiro como anarquistas, os padeiros, partidários do anarco-sindicalismo, tiveram uma participação destacada, até porque contra eles puderam ser atribuídos atos de violência. Tenham sido ou não mentirosas as acusações dirigidas a alguns militantes anarquistas, não é possível negar que o Rio de Janeiro conheceu, também, a ação das alas radicais, adeptas da violência como estratégia de luta. Há evidências, também, que a onda de explosões de padarias, nos idos de 1920, não foi obra de ficção policial, estando relatadas não só nos documentos policiais quanto nos jornais de época.

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Como no restante do mundo, a “propaganda pelo fato” era uma forma extrema de “ação direta”, com o objetivo explícito de acirrar, pela violência, as contradições do sistema capitalista; o “mundo agonizante” ao qual se referiam poemas anarquistas publicados no Rio de Janeiro.¹⁸ “Patrões exploradores”, nesses enquadramentos, tornaram-se símbolos da burguesia e alvos privilegiados do justiciamento. Por vezes a ação tinha o peso da ideologia; por vezes, no entanto, eram fruto da revolta individual. De qualquer forma, a violência correu o mundo e se fez presente no Brasil, entrando em retração não só por conta da repressão quanto da consideração, no interior do movimento, da convicção de que a estratégia era mais uma propaganda contra do que a favor, com a denúncia da ação de criminosos comuns que nada tinham com o anarquismo. Mesmo no Brasil, há indícios de ações individuais totalmente desideologizadas; caso de indivíduo que se intitulava “Chefe dos anarquistas da América do Sul”.¹⁹

Segundo James Joll:

O movimento anarquista nos anos 1880 e 1890 foi genuinamente internacional e incluiu vários atos de propaganda pela ação, quer como protesto individual contra a sociedade como um todo quer dirigido contra monarcas e dirigentes políticos, são o reflexo de um profundo sentimento de inquietação e de revolta contra a sociedade industrial.²⁰

O sentimento de indignação contra patrões explorados, explícito nas justificativas apresentadas por Bento dos Santos, já citado, explodiu no Rio de Janeiro de 1920, ocasionando atentados a bombas em padarias espalhadas pela cidade, envolvendo padeiros e vendedores de pão filiados à União dos Empregados em Padaria, com menções - nos processos de expulsão - a atentados praticados contra estabelecimentos situados em Campinhos, Cascadura (Padaria Railway), Engenho de Dentro, Vila Isabel e Botafogo, bem como em algumas casas particulares.

A análise de Joll sobre o movimento internacional também pode ser aplicada ao caso brasileiro:

Na ausência /.../ de qualquer organização regular, era difícil controlar o movimento, especialmente quando os atos terroristas não eram a maior parte das vezes obra de militantes conhecidos, e se tornava, portanto, mais difícil apanhar os seus autores. /.../ Nunca outra diferença pareceu tão grande como a que existia entre a teoria e a prática entre homens pacíficos, acadêmicos e pensadores como Kropotkin, vivendo pacatamente em Harrow, em Bromley ou em Brighton, fazendo conferências na Royal Geographical Society e recebendo William Morris e G. P. Watts, e homes como Ravachol ou

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Emile Henry, desafiando a sociedade com atos cegos e brutal terrorismo.²¹

Como na Europa ou nos Estados Unidos, os atentados praticados no Rio de Janeiro tenderam a ser ações levadas a efeito por militantes desconhecidos, que resolviam tomar nas mãos a condução dos acontecimentos, visando apressar a revolução. Havia, também, aqueles que agiam por motivações individuais de revolta contra as condições de trabalho e vida a eles impostas. É o que se depreende, por exemplo, dos depoimentos de Abel Ribeiro dos Santos (português de Trás-os-Montes, solteiro e alfabetizado, processado em 1921 com 25 anos) e de João Melo Marques (natural de Figueira, no Porto, solteiro, alfabetizado e processado em 1920, com 27 anos).

Abel Ribeiro dos Santos declarou que saiu da padaria onde era empregado, porque os donos “da[vam] aos seus empregados o tratamento mais miserável possível”. Negou, porém, que tivesse sido ele a dinamitar a padaria e que isso dissera no momento em que saiu do trabalho, por pura brincadeira.²²

João Melo Marques, desempregado no momento da prisão, após ter trabalhado em uma fábrica de tecidos e em uma padaria, assumiu ter sido responsável pela colocação de bombas em uma padaria situada no Engenho de Dentro (que falhou, por defeito de fabricação) e em outra em Vila Isabel, que explodiu, além de uma terceira, colocada em casa localizada à rua Conde de Bonfim, na Tijuca, pertencente ao gerente da fábrica de tecidos Minerva, que segundo chegara a seu conhecimento, explorava seus empregados. Como justificativa para seus atos, Marques declarou:

Desesperado com tal situação [desemprego], pois não ganhava para comer, revoltado com os proprietários que exploram os trabalhadores, resolveu não ter fama sem proveito e tendo vago conhecimento pelas conversas tecidas com fabricantes de petardos e pela leitura de livros incitou o fabrico de bombas, que deviam ser atiradas em padarias, cujos proprietários fossem gananciosos e em casas de exploradores do operariado.²³

A prática da violência, no Brasil como no restante do mundo, não só acarretou a criação de poderosos estereótipos quanto desencadeou uma repressão radical contra todo o movimento. No Brasil, o decreto nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921, regulamentando a repressão ao anarquismo, foi, em última instância, uma resposta à escalada dos atos de violência, que acabou por colher em suas malhas anarquistas que nada tinham a ver com o radicalismo; alguns deles, defensores da educação como forma de criar um novo homem para uma nova sociedade. A representação do anarquista de chapéu de abas caído sobre os olhos e uma bomba na mão, porém, tornou-se amplamente difundida a partir de finais do século XIX, sendo

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

reproduzida em charges publicadas em jornais e revistas no Brasil nos idos de 1920.

No interior do movimento internacional, já em finais do século XIX, alguns haviam optado por silenciar sobre a prática; outros passaram a dar publicidade a suas convicções, ensejando debates e contraditas. Para Réclus, por exemplo, um dos formuladores do anarquismo-comunismo, na questão da violência praticada por indivíduos isolados ou pequenos grupos, devia ser considerado o peso da revolta e da indignação na escolha da opção:

Se um indivíduo isolado, possuído de raiva, se vinga sobre a sociedade que o educou tão mal, o alimentou tão mal, o aconselhou tão mal, que posso eu dizer? É o resultado de forças terríveis, a consequência de paixões profundas, a erupção da justiça nas suas fases primitivas. Pomo-nos contra o infeliz, e assim justificar, se bem que indiretamente, o sistema de humilhação e de opressão que pesa sobre ele e sobre milhões de seus companheiros – nunca!²⁴

A defesa feita por Réclus foi contestada por outros expoentes do anarquismo francês. Dentre eles, Jean Grave, editor de *La Revolté* e conhecido como o *Papa da rua Mouffetard*:

No que respeita à sua tolerância e à sua bondade – escreveu acerca de Réclus -, tenho de admitir que tem mais do que o permitem os meus nervos e muitas vezes elas nos levaram ao conflito sobre questões de propaganda ... Terão os idiotas e os patifes o direito de destruir as ideias que nós defendemos? ... Muitas vezes discutimos, especialmente sobre o roubo. ‘Ladrões – escreveu-me ele um dia -, ladrões somos nós todos e eu estou entre os principais, pois trabalho para um editor tentando ganhar dez ou vinte vezes mais do que os salários de um bom homem. Tudo é roubo’.²⁵

É certo que a violência no seio do movimento já estava posta desde Bakunin. Segundo Henri Arvon, a história do terrorismo remontava a um artigo por ele escrito em 1842, intitulado *La réaction en Allemagne* e publicado nos *Annales Allemandes*, no qual afirmava que “A vontade de destruir é ao mesmo tempo uma vontade criativa”.²⁶ A descoberta da dinamite, como parte dos avanços da Revolução Tecnológica e Científica de fins do século XIX, porém, veio dar nova dimensão à estratégia radical de combate ao capitalismo, devido ao seu grande poder de destruição e visibilidade.

Kropotkin, por exemplo, incluiu a dinamite no rol das ações revolucionárias, ao escrever artigo intitulado *L’action*, publicado em 1880 em *La Révolté*:

Nossa ação deve ser a revolta permanente pela palavra, pela escrita, pelo punhal, fusil, dinamite, ou pelo voto, quando se trata de votar a favor de

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Blanqui ou Trinquet inegáveis. Somos consequentes e usaremos todas as armas desde que se trate de combater inimigos. Tudo é bom para nós que não seja a legalidade.²⁷

O mesmo autor justificou a violência, afirmando que a mesma era “característica comum a todos os partidos e que todos recorr[iam] a ela quando perdi[am] a confiança nos outros meios e começa[vam] a desesperar”, acrescentando que:

De todos os partidos que conheço, só um deles – o anarquista – respeita a vida humana, luta pela abolição da pena de morte, da tortura e de qualquer forma de castigo imposta ao homem pelo homem. Todos os outros demonstram a cada dia seu mais total desrespeito pela vida humana. Matar o inimigo, tortura-lo na prisão, eis os princípios que defendem.²⁸

Pari passu à escalada da violência, que, de várias formas, tornou “o anarquismo famoso como credo de ação revolucionária”, cresceu o esforço dos pensadores no sentido de transformar o anarquismo em “respeitável filosofia política”.²⁹ Dentre estes pensadores destacou-se o próprio Kropotkin. Ao escrever para a Enciclopédia Britânica,³⁰ por exemplo, silenciou sobre esta questão, levando o editor a fazer, ele próprio, uma observação sobre a questão da violência. Por esta época, o autor já manifestava sua inclinação em outras direções, aproximando-se do pensamento de Tolstói: “Para compreender o quanto simpatizo com as ideias de Tolstói, é suficiente saber que escrevi todo um volume para demonstrar que a vida é criada não para a luta pela existência, mas para a ajuda mútua”.³¹

A ideia de ajuda mútua circulou no Brasil inclusive no conjunto dos mais radicais, como demonstra exemplo dado por Antonio Rodrigues da Silva. Casado e carpinteiro por profissão, Antonio Rodrigues da Silva tinha 36 anos quando foi processado com vistas à expulsão, no ano de 1919. Era sócio da União Geral da Construção Civil e foi acusado de pregar as ideias anarquistas na sede de associações operárias e nas oficinas do Lloyd Brasileiro. Segundo seu depoimento, estava sempre disposto a estudar a natureza e os homens, o que fazia nas horas de repouso, declarando que seu ideal era o de que “os homens se amassem como irmãos, auxiliando-se mutuamente”.³²

No Rio de Janeiro, a ação dos grupos mais radicais não atingiu “cabeças coroadas” ou presidentes, como na Europa ou Estados Unidos. Ela foi dirigida, principalmente, contra patrões, considerados exploradores, avaros e desalmados, e congregou indivíduos e grupos,³³ vinculados, regra geral, às uniões operárias adeptas do sindicalismo revolucionário, com destaque para a União dos Empregados em Padarias e a União dos Empregados em Construção Civil.

Sobre os padeiros, em especial, é importante lembrar que, em conjunturas revolucionárias, como a Comuna de Paris, eles tendiam a se destacar como os mais

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

radicais. A explicação possível é a de que, para além dos baixos salários, as péssimas condições materiais de trabalho contribuíam, para este radicalismo. Essas condições transformavam a arte de fazer pão em trabalho desenvolvido em um verdadeiro inferno, em virtude da alta temperatura dos fornos, constante durante o dia e noite, que tornava a necessidade de dormir no ambiente de trabalho uma verdadeira tortura. Relembre-se que a primeira fornada, tirada por volta das cinco ou seis horas da manhã, implicar sovar o pão por volta das três ou quatro horas da madrugada, o que determinava a necessidade do empregado pernoitar na padaria, para que não houvesse atrasos decorrentes de deslocamentos.³⁴

Em uma cidade quente como o Rio de Janeiro, onde havia o costume de sair da casa – transformada em verdadeira estufa – para refrescar-se ao ar livre, após o dia de trabalho, como narra Luís Edmundo,³⁵ fica fácil compreender o real significado de passar a noite em um ambiente de trabalho de altas temperaturas. As longas jornadas e o cansaço associavam-se ao calor para transformar a situação em algo considerado desesperador. Não por puro acaso, a revolta mostra-se dado permanente nas declarações dos padeiros processados e aqui analisados.

Influências das formulações de Kropotkin na Capital Federal.

A qualificação que acompanha os processos dos anarquistas presos e processados com base nos decretos de expulsão é um importante registro da influência do pensamento de Kropotkin, em especial do anarquismo-comunismo. Por mais que os processos possam ser qualificados de “inquisitoriais”; ou seja, com uma condução dirigida para determinados fins, fragmentos de falas demonstram esta influência, sendo difícil imaginar que as autoridades policiais tivessem os conhecimentos necessários para atribuir aos acusados dizeres que tinham por base as leituras específicas por eles realizadas. É certo que, apressadamente, alguns autores concluíram na direção de que as falas eram falas policiais, mas o simples fato dos solteiros assumirem ser anarquistas e os casados não indica que esta é uma conclusão apressada, que carece de maior atenção.

Registros nas tipificações atribuídas aos delitos imputados aos processados apontam nesta direção. Ora as autoridades policiais qualificavam os processados como anarquistas, ora como comunistas, embora estas fossem ideologias que se completavam nas formulações de Kropotkin. Pelo menos até 1922, quando foi criado o partido comunista, os “comunistas” que foram processados eram, em realidade, “anarquistas-comunistas”, pregando o anarquismo na ordem política e o comunismo na ordem econômica. Isso é verdadeiro, também, para o Partido Comunista criado em 1919, por força dos critérios de admissão dos partidos operários na Terceira Internacional. Não esqueçamos que o comunismo, durante o século XIX, foi uma corrente independente de ideias e só deixou de sê-lo quando

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Lênin mudou o nome do Partido Social Democrata Russo para Partido Comunista, restringindo a utilização da palavra e amputando um ideário mais amplo.

Como em terras lusitanas, o anarquismo nasceu e cresceu comunista na cidade do Rio de Janeiro, desde os idos de 1890. Obras referenciais do anarquismo-comunismo, com destaque para Kropotkin e Réclus, tiveram tradução para a língua portuguesa e chegaram ao Brasil através de Portugal, sendo algumas delas, posteriormente, editadas no Brasil. Parte dessas obras compôs a bagagem de alguns imigrantes.³⁶

Vários militantes, que não haviam trazido livros na bagagem, por outro lado, distribuíam livros e jornais editados em Portugal, como demonstra o processo movido contra José Urbano de Paiva. Solteiro e alfabetizado, Paiva era pintor por profissão e membro da União dos Operários em Construção Civil. Foi processado em 1924, acusado de provocar agitação “entre a laboriosa classe operária, com suas ideias anarquistas, aproveitando-se principalmente da situação anormal que atravessa[va] o país”. Solteiro, assumiu a condição de anarquista e confirmou algumas atividades.³⁷

Em um caso específico, a polícia apreendeu objetos denunciadores da filiação ideológica do militante que, ademais, parece ter sido um voraz leitor. Isto se deu no caso da prisão de Alexandrino Valente Coutinho, residente à Travessa Campos da Paz, no Catumbi, e expulso do Brasil no ano de 1919.

Natural de beira Alta, ele era padeiro, casado e alfabetizado, tendo várias passagens anteriores pela polícia. Por ocasião da última de suas prisões, foi acusado de fabricar bombas de dinamite, servindo de testemunhas de suas atividades um delegado, dois investigadores e dois vizinhos. Segundo consta do processo, foram apreendidos em sua residência: um retrato de Kropotkin; um artigo datilografado, intitulado *A questão social no Brasil*; 36 livros sobre a questão social e o anarquismo, o quadro intitulado “Um flagrante do tormento”, retratando a reação contra a ordem estabelecida; nove folhetos; 14 lâmpadas elétricas queimadas e enorme quantidade de explosivos.

Seguindo o exemplo geral dado pelos indivíduos casados - que temiam a expulsão porque ela implicava o abandono da família no Brasil³⁸ -, ele negou as acusações, afirmando que o material apreendido não lhe pertencia. Independente de sua negativa, porém, ele foi expulso em 1921, retornando, posteriormente ao país - quem sabe para rever a família do qual fora apartado compulsoriamente -, conforme consta de registro feito em 1924, ano em que foi novamente expulso do país, em uma conjuntura de estado de sítio na cidade-capital.³⁹ A circulação entre Portugal e Brasil tem outros exemplos, conforme aparece ilustrado nos pedidos de

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

informação dirigidos às autoridades competentes; caso de José Maria de Carvalho, padeiro alfabetizado, processado e expulso em 1927, que já havia sido expulso em 1919 e retornou ao Brasil em 1921.⁴⁰ Nesse e em outros casos, observamos que os mecanismos de vigilância e repressão não eram tão eficientes assim.

As primeiras manifestações do comunismo-anarquista em Portugal deram-se em Lisboa e no Porto, influenciadas diretamente pelo periódico *Le Révolté*, reimpresso na Suíça, a partir de 1884, por Réclus e Kropotkin, logo após o comunismo-anarquista definir-se como corrente de pensamento na Conferência Internacional de Paris.

As teses difundidas em *Le Révolté*, reproduzidas em livros e outros impressos, alcançaram uma rápida popularidade, inserindo-se no cientificismo que se consagrava, com os evolucionismos biológico e social projetando-se como elementos de base. Nesse sentido, não devem ser esquecidas que as relações que existiram entre Darwin e Réclus, ao que tudo indica, eram bastante estreitas, tendo em vista que Darwin esforçou-se pessoalmente para libertar o renomado geógrafo quando de sua prisão em Dresden durante a guerra Franco-prussiana. No caso de Kropotkin, este, por mais de uma vez, demonstrou em seus escritos sua admiração por Spencer, principalmente por ocasião da enunciação de sua “revolução pela evolução”.

Durante muito tempo, nada foi escrito sobre a presença do anarquismo em Portugal, silenciado pela ditadura salazarista, sendo muito recente sua reabilitação. O que até aqui tem sido publicado, entretanto, demonstra a vitalidade do movimento e os vínculos que existiram entre anarquistas daquele país com expoentes do movimento internacional, bem como o acesso a publicações editadas em outros países; caso de *Le Révolté*. As influências dessa revista no movimento anarquista em Portugal foram, comprovadamente, muito profundas.

No ano de 1886, dois anos, portanto, depois da reedição de *Le Révolté* na Suíça, Elisée Réclus visitou as cidades de Lisboa e do Porto. A partir dessa visita, segundo os estudiosos [do tema], mudanças significativas puderam ser observadas nos discursos libertários naquele país. No mês de setembro desse mesmo ano, circulou em Lisboa a primeiro número da Revista Social, cujas raízes teóricas estavam fixadas em *Le Révolté*. No ano seguinte, 1887, foi constituído o grupo comunista-anarquista de Lisboa. A leitura atenta de sua “Declaração de Princípios” faz pensar, segundo vários estudiosos, que o documento teve a colaboração direta do próprio Réclus em sua elaboração. Neste último ano também era criada a Biblioteca dos Trabalhadores, série de brochuras de propaganda destinada à militância operária. A primeira obra editada pela Biblioteca foi *A Anarquia na Evolução Socialista*, de autoria do próprio Kropotkin. Definia-se em Portugal, a partir de então, o que se

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

poderia chamar de uma Escola comunista-anarquista que, segundo os estudiosos, ainda predomina, como principal corrente, no contexto do anarquismo ainda vivo naquele país.⁴¹

Considerando-se essas evidências, fica fácil compreender a quantidade de publicações, em língua portuguesa, de livros ligados a autores vinculados ao anarquismo-comunismo. Não só Réclus e Kropotkin, mas também o francês Jean Grave,⁴² o belga Jorge Thonar⁴³ e outros. Coube a este último, em obra intitulada *O que querem os anarquistas*, publicada, em língua portuguesa, em 1906, a elaboração de uma síntese didática sobre os pilares teóricos do anarquismo em finais do século XIX, construída a partir da enunciação de duas categorias principais: a da destruição e a da construção.

Segundo o autor, os anarquistas eram aqueles que, na dimensão da destruição, se insurgiam contra a propriedade individual, a religião, o patronato, os bancos, o patriotismo, o militarismo, as guerras, os governos, os impostos, a magistratura, as leis, as ações eleitorais, o parlamentarismo, o matrimônio legal, o estatismo e as morais dogmáticas. Sob o prisma da construção, anarquista era aquele que lutava, em primeiro lugar, pelo comunismo, pela posse comum das terras, das minas, transportes, instrumentos de produção e consumo, associado à defesa da anarquia: ausência da coação ou violência nas relações sociais, defesa do livre exame ou liberdade crítica, união e o amor livre, e a solidariedade humana.⁴⁴

O direito ao bem estar, a posse comum dos bens, o valor do trabalho e a distribuição dos produtos de acordo com as necessidades de cada um - questões com importância central nas formulações de Kropotkin - foram assim por este explicitados em *A conquista do pão*:

É tempo do trabalhador proclamar o seu direito à herança comum e dele tomar posse definitivamente /.../ Tudo é de todos! E desde que o homem e a mulher contribuam para a comunidade com a sua quota de trabalho, adquirem direito à quota parte de tudo o que se produzir sobre a terra. E esta participação do todo dar-lhes-á o bem estar.⁴⁵

Segundo outro modelo classificatório, Manfredonia define o anarquismo segundo três modelos: o modelo insurrecional (que levou, em casos extremos, à violência), o modelo sindicalista (com os sindicatos tornando-se agentes da transformação social) e o modelo educacional (que atuaria em termos de mudança mental individual, capaz de levar à mudança global: “um novo homem para uma nova sociedade”). Como lembra o autor, estes modelos não eram excludentes e dialogavam facilmente, tendo uma meta comum: o estabelecimento do comunismo libertário.⁴⁶

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

Para Wallace dos Santos, as formulações de Kropotkin compreenderiam: o direito de todos ao bem estar, um anarquismo comunista, a propriedade comum, a gestão direta dos trabalhadores, a ajuda mútua, a horizontalidade e a solidariedade, o coletivismo (associação voluntária dos indivíduos), a distribuição dos produtos da sociedade de acordo com as necessidades, o internacionalismo, a revolução social.⁴⁷ Como acréscimo, indicariamos o evolucionismo, que se encontrava na base de sua teorização da revolução.

Fragmentos na fala de alguns portugueses processados remetem a este amplo ideário, com destaque à ideia da revolução pela evolução, à ajuda mútua, ao direito de todos ao bem estar, remetendo a obras dos autores mencionados e ao que eles liam ou ouviam em rodas de leitura, conferências, peças de teatro, reuniões nos sindicatos, etc. Essa forma de aprendizado está citada no prontuário do espanhol José Romero, processado no ano de 1919, no qual consta que ele tinha “alguma instrução /.../ bebida na leitura de publicações e jornais libertários”.

Antonio Rodrigues da Silva, Português de Ruar, casado, alfabetizado e carpinteiro por profissão, processado em 1919, com 36 anos, após nove anos de residência na cidade, tinha por ideal “que todos os homens se amassem como irmãos, prestando-lhes auxílios mutuamente, procurando, assim suavizar a luta pela vida.”⁴⁸ Manoel Antonio Pereira, natural de Braga, solteiro, alfabetizado e garçom, processado em 1924, expôs em seu depoimento, que desejava um “regime em que não houvesse fome, justamente para os que trabalhavam, e fartura para outros.”⁴⁹

A menção explícita à filiação ao anarquismo-comunismo aparece, dentre outros, nos processos de Artur da Costa Gomes (1920), Augusto Frias (1920), José Chaves (1921), José Maria Esteves (1919), José Rosa da Silva e Narciso Marcial Oliveira (1920).⁵⁰ Em geral, eles próprios, quando assumiam suas convicções, definiam-se como “anarquistas que pretendiam implantar o regime comunista”; por vezes, esta a conclusão dos próprios agentes policiais, tendo como horizonte de referência a Revolução Bolchevique na Rússia. Em alguns casos, a referência ao comunismo na Rússia constava dos autos de declaração dos próprios acusados, em uma conjuntura na qual os anarquistas no Brasil ainda acreditavam na implantação da Anarquia na Rússia, o que ainda acontecia por volta de 1920/1921 e só foi revertido após Kronstad.

É importante destacar que o anarquismo-comunismo teve, também, referências em processos movidos contra galegos, sendo válido lembrar que as proximidades geográficas e culturais entre o norte de Portugal e terras da Galícia promoviam a circulação de pessoas e ideias. Essas proximidades fizeram com que, também no Brasil, fossem registradas relações entre portugueses e galegos no tocante ao local de moradia e aos espaços de trabalho, observando-se, ainda, intercâmbio de ideias

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

e de saberes. Foi o caso de José Cid, expulso do país em 1919, embarcado no mesmo navio em que partiu Everardo Dias, que o cita em suas memórias. Galego de Orense, ao ser perguntado sobre sua nacionalidade, declarou que “como comunista era internacionalista”, assumindo ser anarquista-comunista. Solteiro, alfabetizado e alfaiate por profissão, ele residia no município de Barra Mansa, onde há menção à existência de um núcleo do Partido Comunista, criado por anarquistas no ano de 1919, mas costumava atuar na capital. Tinha 23 anos quando foi expulso do país, após nele viver desde a idade de 14 anos, após ter sido preso pela distribuição de panfletos contra o Filme *The New Moon*, da mesma forma que o português Álvaro Duarte Cerdeira, já citado.

Sobre Educação e Revolução

As menções à revolução, encontradas nos processos, encaminham a ideia da revolução pela evolução. Segundo Thonar, já mencionado:

Os anarquistas são evidentemente evolucionistas: tudo se transforma, a natureza não procede por saltos, todo efeito é produto de uma causa anterior. Mas a evolução pode ser lenta ou acelerada. A lentidão da evolução social é uma ruptura de equilíbrio entre os progressos científicos e industriais e o sistema social, que os conservadores têm ou julgam ter interesse em manter. Esta resistência do sistema determina uma aceleração em sentido contrário, a qual tende a restabelecer o equilíbrio rompido, levando bruscamente as instituições ao nível de evolução das coisas e das ideias.⁵¹

É interessante observar que os anarquistas - como ocorreu com relação a muitas propostas educativas - foram pioneiros em formulações que levavam em conta a dialética travada entre movimento (tecnológico por excelência) e resistências, conforme descrito na ideia da revolução como fruto da evolução, aparentemente, uma grande contradição conceitual. Essa dialética, mais tarde, estaria na base de outras enunciações, como a do tempo multidimensional, relacionada a Braudel e Labrousse.

A tensão entre movimento e resistência e o encontro de um novo equilíbrio, assim seria explicado por Kropotkin, que buscou em exemplos físicos, uma forma para tornar a teoria mais próxima do entendimento da massa de trabalhadores:

Quando um obstáculo obstrói um rio, as águas se acumulam lentamente contidas por ele, e um lago logo se forma, pronto para uma lenta evolução, procedendo-se uma infiltração no dique, o arrasto de uma pedra determinará o cataclisma. O obstáculo será arrastado com violência e o lago voltará a ser rio. Isto se chama uma pequena revolução terrestre.⁵²

A palavra “cataclisma” utilizada pelo para metaforizar a revolução, foi mencionada, explicitamente por um dos portugueses processados, comprovando, de alguma

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

forma, o acesso da militância a obras de autores referenciais e o uso de determinadas palavras, tornadas “palavras de força”,⁵³ apreendidas em leituras ou palestras. Para Antonio Rodrigues da Silva, a sociedade era “totalmente corrupta” e “só um cataclisma pode[ria] corrigi-la”.⁵⁴

A menção explícita à “revolução pela evolução” aparece em alguns depoimentos, como o do padeiro José Rosa da Silva. Solteiro, alfabetizado e natural de Beira Alta, ele foi processado e expulso em 1919, com a idade de 29 anos. Em seu depoimento, após fazer preleção contra o clero que, segundo ele, “mantinha o povo na ignorância”, proclamou sua crença de que a “revolução [era] consequência da evolução”.⁵⁵

Para a recuperação de equilíbrios perdidos, a questão da conscientização da classe operária destacava-se como prioridade, mesmo no conjunto de militantes mais radicais. Bento dos Santos, por exemplo, acreditava que para que a liberdade fosse completa, “necessário se torna[va] a propaganda de ideias, pois o povo educado e consciente sabe[ria] libertar-se de seus opressores”. De forma próxima, José Rosa da Silva declararia que suas ideias seriam vencedoras através “da propaganda e da educação do povo”.

A ideia da Educação como caminho para a liberdade passou por numerosas propostas: da criação da Universidade Popular (fundada em 1904 no Rio de Janeiro e de duração efêmera) e das escolas racionais (baseadas nas ideias de Ferrer) à defesa de uma ortografia simplificada, de modo a tornar o português uma língua mais fácil ao operariado. Muitos dos folhetos e livros encontrados em poder de indivíduos presos e processados – mesmos os mais radicais – estavam escritos em ortografia simplificada, nos cânones defendidos por Neno Vasco, que propunham uma escrita eminentemente fonética, aproximando o falar do ler e escrever;⁵⁶ mais uma das influências vindas de Portugal, considerando-se experiências feitas em escolas militares daquele país.

A defesa da Educação sempre foi cara a Kropotkin e compõe muitas das declarações dos portugueses processados. No tocante à revolução, esta aparece inevitavelmente representada como o portal do paraíso, transposto o qual a felicidade desceria à Terra.

Desde o primeiro dia da revolução, o trabalhador deve saber que se abre uma nova era. Ninguém mais será obrigado a dormir debaixo das pontes, ao lado dos suntuosos castelos; que não haverá fome enquanto houver comida; que ninguém tremerá de frio ao lado de armazéns de casacos /.../ que tudo seja de todos na realidade, como em princípio e que enfim na história se produza uma revolução que cuide das necessidades do povo antes de lhes ensinar a lição de seus deveres.⁵⁷

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

No contexto da Primeira República no Brasil, no qual a questão social era caso de polícia, os trabalhadores, em busca da melhoria de suas condições de trabalho e vida eram extremamente reprimidos e o movimento operário considerado obra de agitadores estrangeiros, abraçar o anarquismo e lutar pela revolução social, tornou-se um projeto para imigrantes sujeitos a duras e difíceis condições de vida. Esse sonho e projeto se fez presente nos depoimentos dados à polícia pelos mais convictos e destemidos, mesmo com a ameaça da expulsão pairando sobre suas cabeças, eles defenderam os ideais que os moviam.

-
- ¹ Bento dos Santos também foi igualmente processado com o nome de Bento Pinto.
 - ² Cálculos feitos por Serrão. Cf. Joel SERRÃO. *A Emigração portuguesa*. Sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 31.
 - ³ BRASIL. Biblioteca Nacional. Annaes da Câmara dos Deputados de 1912. Dentre os que foram processados com vistas à expulsão, na conjuntura que enquadra o ano de 1912, contam-se: Antonio da Costa Coelho (1910), António Rodrigues da Silva (1910), Artur António da Silva (1912 ou 1913), Joaquim Monteiro (1911), Joaquim Moraes (1913), Jorge de Almada (1912), José Maria Esteves (1913), José Rosa da Silva (1911), Julio Cesar Leitão (1911), Manoel da Rocha Pires (1913), Manoel Fernandes Gomes Amorim (1912), BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, respectivamente, pacotilhas IJJ⁷138, IJJ⁷138-IJJ⁷139, IJJ⁷163, IJJ⁷163, IJJ⁷163, IJJ⁷162, IJJ⁷162, IJJ⁷165, IJJ⁷169, IJJ⁷145.
 - ⁴ Maurício de Lacerda foi uma das únicas vozes no parlamento simpática aos operários e estrangeiros perseguidos. Sobre sua atuação ver L. M. de MENEZES. Germano Hasslocher e Maurício de Lacerda: vozes dissonantes contra os arbítrios da expulsão. In: Maria Emilia PRADO (org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 211-239.
 - ⁵ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷134.
 - ⁶ Neno VASCO. *Canto Operário, 1907* (primeiras estrofes). Apud: Edgar RODRIGUES. *Os libertários*. Rio de Janeiro, VJR, s/d., pp. 135-136.
 - ⁷ Defendemos a tese de que não é possível traçar uma linha divisória clara e imediata que distancie o movimento operário antes e depois da criação do partido comunista. Para além das raízes anarquistas do PC no Brasil, o que acarretou que o partido só fosse admitido no *Komintern* em 1924, a luta travada dentro dos sindicatos ainda é um tema a merecer estudos. Em verdade, porém, o decreto de repressão ao anarquismo de 1921, iniciou uma repressão sem tréguas aos adeptos do ideário.
 - ⁸ Cf. Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis*. Desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
 - ⁹ Cf. Francisco PALOMANES. *A Bem da Nação*. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. Do mesmo autor: “Imigração portuguesa e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República. In: A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/35884>.
 - ¹⁰ BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Documentos da Polícia, 1920.

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

-
- ¹¹ Sheldon Leslie MARAM. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ¹² Sobre o tema ver, para São Paulo, Margareth RAGO. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e terra, 1991 e, para o Rio de Janeiro: Lená M. de MENEZES. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2); Luiz Carlos SOARES. *Rameiras, ilboas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Ática, 1992.
- ¹³ A Universidade Popular foi criada no Rio de Janeiro, em 1904. De duração efêmera, constituía-se em proposta revolucionária, por não propor currículos rígido e oferecer cursos às classes populares. Muitos militantes assistiam às palestras que eram ministradas e aprofundavam seus saberes, com relação à ideologia e o conhecimento geral.
- ¹⁴ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷139.
- ¹⁵ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷169.
- ¹⁶ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷163.
- ¹⁷ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷139.
- ¹⁸ Vide o poema de mesmo título de Lírio de Rezende, publicado em 1920, em ortografia simplificada, pelos Paladinos do Porvir, em coletânea anexada ao processo de expulsão de Abel Ribeiro dos Santos. BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷168. Partes do poema estão reproduzidos em Lená M. de MENEZES. *Os Indesejáveis*, obra já citada, e foram analisados na dissertação de mestrado, intitulada *Cancioneiro Libertário: das ideias às representações*. Uma análise do anarquismo na perspectiva de gênero, defendida na UERJ, em 2000, por Ângela Maria Roberti Martins.
- ¹⁹ Trata-se do italiano Valentim Cardoso ou Valentim Cordasco, alfaiate, solteiro e alfabetizado, que tinha 52 anos quando foi processado em 1908. BRASIL. Arquivo Nacional, BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷140.
- ²⁰ James JOLL. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1977, p. 160.
- ²¹ JOLL, 1977, p. 171.
- ²² BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷168.
- ²³ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷163.
- ²⁴ Elisée Réclus. In: Max NETTLAU. *Elisée Réclus, Anarchist und Gelehrter*. Berlin, 1928, p. 248. Apud: JOLL, 1977, p. 169.
- ²⁵ Jean Grave. In: NETTLAU, 1928, p. 241. Apud: JOLL, 1977, p. 169 - 170.
- ²⁶ Apud: Henri ARVON. *L'Anarchisme au XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979, p. 123. Tradução livre da autora.
- ²⁷ Apud: ARVON, 1979, P. 103.
- ²⁸ P. KROPOTKIN. Discurso pronunciado durante a comemoração da Comuna em Londres, citado pr Woodcock e Avakumpvic em *O Príncipe anarquista*. Apud: George WOODCOCK (Introd. e seleção). *Os grandes escritos anarquistas*. Textos de Bakunin, Errico Malatesta, P. J. Proudhon, Leon Tolstoi, Oscar Wilde, George Orwell, Peter Kropotkin, Geoge Woodcock, Alex Confort, Herbert Read, Emma Goldman, Peter Arshinov, Paul Goodman, Alexander Bekman e outros. Porto Alegre: L & PM, 1998, p. 173.

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

²⁹ JOLL, 1977, p. 171.

³⁰ Foi necessário que o editor acrescentasse a informação sobre a prática da violência por alguns indivíduos ou grupos.

³¹ Apud: ARVON, 1979, p. 103.

³² BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷138.

³³ Um desses grupos - a “Carbonária Padeiral” – está mencionada no processo de Abel Ribeiro dos Santos³³. Sobre ela, porém, não pudemos comprovar se era apenas invenção de um único indivíduo, seguindo estratégias de Bakunin, para dar maior dimensão ao movimento. Cf. BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷168. Anexos.

³⁴ Observe-se que não está muito distante a prática dos padeiros dormirem trancados nas padarias, observável tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo.

³⁵ Cf. Luís EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

³⁶ É importante observar que a maior coleção de obras de autores adeptos do anarquismo comunismo, como Kropotkin, Réclus, Grave e outros pertence ao Gabinete português de Leitura do Rio de Janeiro. Essa é uma importante demonstração não só do protagonismo português quanto dos anarquistas portugueses fixados no Rio de Janeiro tinham por referências principais estes autores, sendo doadores das referidas obras para o acervo da instituição.

³⁷ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷163.

³⁸ A expulsão era ato individual, que não abrangia a família. Como os indivíduos expulsos, em geral, eram pobres e partiam para serem presos em Portugal e/ou enviados para a África, raramente tinham condições para mandar buscar esposa e filhos no Brasil.

³⁹ Importante dizer que, muitas vezes, o estado de sítio, previsto na Constituição, era decretado apenas na capital, que, durante a Primeira República, viveu recorrentes estados de exceção, situação ironizada, por exemplo, em crônicas escritas por Lima Barreto.

⁴⁰ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷164.

⁴¹ Lená M. de MENEZES. Revolução pela evolução: as idéias de Kropotkin na cidade do Rio de Janeiro. In: TRONCOSO, Hugo Cancino, KRENGEL, Susanne e LEONZO, Nanci (org.). *Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la Historia intelectual de América Latina*. Madrid/ Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert Verlag, 1999 (pp. 269-285), p. 272.

⁴² Jean Grave (1854-1939) foi um divulgador das ideias de Kropotkin, tendo participado do periódico *Le Révolté*.

⁴³ Jorge Thonar (1875-1918) foi um dos principais anarquistas belgas. A obra *O que querem os anarquistas* (*Ce que veulent les anarchistes*) foi publicada em Liège em 1904, sendo depois traduzida para o português.

⁴⁴ Jorge THONAR. *O que querem os anarquistas*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 1906.

⁴⁵ P. KROPOTKIN. *A conquista do pão*. Lisboa: Guimarães ed., 1975, p. 42.

⁴⁶ Gaetano MANFREDONIA. *L'anarchisme em Europe*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, pp. 76-79.

⁴⁷ Wallace dos Sanros de MORAES. *Teses da teoria política anarco-comunista*. Reflexões a partir do pensamento de Kropotkin, p. 27-28. Disponível em www.otal.ifcs.ufrj.br/uploads/2014/05

Dossiê

Ventos anarquistas do além-mar: A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos

Lená Medeiros de Menezes

-
- ⁴⁸ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷138.
- ⁴⁹ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷168.
- ⁵⁰ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, respectivamente, pacotilhas IJJ⁷139, IJJ⁷139, IJJ⁷162, IJJ⁷162, IJJ⁷162 e IJJ⁷179.
- ⁵¹ THONAR, 1906. O autor escreve a obra em ortografia simplificada, mas o texto reproduzido teve a ortografia atualizada.
- ⁵² Kropotkin. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: São João, 1904, p. 31.
- ⁵³ “*Paroles de force*” é conceito utilizado por Pêcheux, para designar palavras que impactam o texto, tendo amplo alcance semântico. Cf. Michel PÊCHEUX. *O Discurso. Estrutura ou acontecimento?* 2ª ed., Campinas: Pontes, 1997.
- ⁵⁴ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷138.
- ⁵⁵ BRASIL. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ⁷162.
- ⁵⁶ Sobre o tema ver, dentre outros: Lená e Leila M. de MENEZES. “Em 'dezacordo' com a norma: A ortografia simplificada como estratégia anarquista de luta contra o analfabetismo”. *Vozes em diálogo*. Rio de Janeiro, v. 1, 50-58, 2005. Sobre Neno Vasco, ver a Alexandre SAMIS. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Rio de Janeiro: Letra Livre, 2006.
- ⁵⁷ KROPOTKIN. *A conquista do pão*, 1904, p. 42.

Recebido em 14 de fevereiro de 2017/

Aprovado em 11 de setembro de 2017

“Imigração subterrânea”: prostitutas Brasileiras em Maputo

José Carlos Sebe Bom Meihy
Universidade de São Paulo/Unigranrio

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre imigração brasileira para fora do país. Notando-se que os fluxos imigratórios em geral não levam em conta os contingentes de mulheres e homens que deixam o Brasil em busca de espaço de trabalho na prostituição, no exterior, buscou-se perceber o deslocamento dessas pessoas sob o conceito de “emigração subterrânea”. O presente texto remete a experiência singular das prostitutas brasileiras em Maputo, Moçambique, levando em conta o atendimento exclusivo a uma clientela brasileira, de trabalhadores de firmas que executam grandes obras de engenharia.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração subterrânea - Prostituição brasileira no exterior - Moçambique.

Abstract: This paper integrates a more extensive piece of research on Brazilian immigration abroad. In face of the fact that immigration flows do not usually include male and female populations leaving Brazil for work in prostitution abroad, attention is given to such displacement under the concept of "underground emmigration". This text focuses on the unique experience of Brazilian prostitutes in Maputo, Moçambique, taking into account the exclusive assistance to a Brazilian clientele comprised of those working at firms involved with large engineering projects.

KEYSWORD: Immigration - brazilian prostitution abroad - Mozambique.

A memória não opera a partir da simples recuperação do passado; ela é busca, procura que se faz a partir de um lugar: o presente.

A memória é viva, dinâmica, distinta do arquivo, porque responde necessariamente às demandas de nosso aqui e agora.

Alessandro PORTELLI

O espaço de deslocamento não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente.

Abdelmalek SAYAD

Sim, vamos falar de prostituição: por favor, passe-me o espelho da sociedade.

Itziar ZIGA

A descoberta da memória de expressão oral

Meu interesse em trabalhar prioritariamente com entrevistas feitas sob a chancela de *história oral de vida* decorreu da requalificação do tipo de história que exercitava. A justificativa maior para tais mudanças se justificava no deslocamento da atenção do *presente vivencial*, em troca de posturas que valorizavam uma interpretação do passado, reinventado como tempo pretérito consequente, mas passível de entendimento exatamente por ter se extinto. Mesmo prezando os apelos “presentificadores”, algo insistia em perturbar, convidando-me a outra aventura que, por fim, desaguava no mar imenso e turbulento dos *estudos de memória*. Mas não de memória no sentido amplíssimo do termo. Assim, meu primeiro desafio residia na especificação do tipo de *enunciado mnemônico*, de um processo complexo que implicava retrazar um arco que ia desde a desnaturalização do tema até seu termo, ou seja, o estabelecimento de suportes materiais que se constituiriam como matéria de estudos.

Entendendo que por memória estaria valorizando os enunciados emitidos por estímulos de conversas mediadas por meios eletrônicos (gravadores e filmadoras), em diálogo interpessoal e direto, com vocação de respostas a projetos pré-existentes, levava em conta que tais narrativas calmariam ser vertidas do oral para o escrito, para assim alimentar reflexões formuladas segundo pressupostos próprios e explicitados em procedimentos operacionais analíticos. Paradoxalmente, parte significativa dessa alternativa decorreu do fermentado debate proposto pelo historiador Keith Jenkins que insiste em “novas reflexões sobre uma antiga disciplina”.¹ Ainda que o autor voltasse à devoção restrita à disciplina história, seus argumentos me moveram a outro lugar. Por lógico, foram consideradas as incansáveis atualizações propostas pela: Nova História; pelos critérios da história pós-moderna; pelos estudos culturais, e principalmente pela história do tempo presente. Diria que foi mesmo em consequência dessas inquietações críticas e reparadoras - em particular do desafio de entendimento do “antes do agora”-² que cheguei ao limite da aceitação da história como fim primordial dos exames do passado. E minha referência contrastava com exames do pretérito sempre tido como construção distante, definida como algo que ocorria alhures e que, contudo, ganhava sentidos de matéria, por serem acatados em sua finitude. Na contramão dessa percepção, ecoou forte em mim o dizer de Asmann pensando o peso do tal passado dos historiadores:

Esse modelo sugere que a história deve primeiro *estar morta* nas mentes, nos corações e nos corpos das pessoas afetadas para que possa então se erguer como ciência, tal qual uma fênix, a partir das cinzas de experiência. Enquanto houver pessoas afetadas pela lembrança e, com elas, afecções, reivindicações e protestos concretos, a perspectiva científica corre risco de

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

distorção. Portanto, objetividade não é só uma questão de *método* de padrões críticos, mas também de *mortificação*, extinção e desvanecimento da dor e da consternação.³

Por lógico, saúdo a dinâmica dos procedimentos disciplinares refeitos das críticas que afinal requalificam a história. Prezo muito o rigor metodológico redefinido e respeito o uso das histórias pessoais no enquadramento histórico. Sem dúvida, a história se revigorou na autocrítica – bem como as demais áreas das humanidades –, mas o esfriamento dos processos, a relativização dos vínculos como o presente, a distância dos sujeitos, perturbava muito. Foi assim que, com satisfação, encontrei amparo nos estudos sobre memória. Memória – diga-se, vista como experiência/testemunho, auto revelação, alternativa integradora dos narradores e narradoras com suas próprias vivências expressas e mediada por “colaboradores” que, afinal, trocavam a autoria pela cumplicidade da produção documental e analítica.⁴ Vigorava então, acima de tudo, uma percepção de memória pulsante, vinculada ao presente/imediato/imanente de cada qual e enunciado diretamente. Passava a entender então, de maneira mais humanizada o sentido de “direito à memória”.

A primeira lição que precisei aprender, pois, remetia a um argumento importante e que distanciava a história que eu fazia como historiador, das operações de trabalho com a memória pronunciada por pessoas vivas, condutoras de uma experiência coletiva, mas filtrada em suas individualidades. Refiro-me à possibilidade de criação de outra fonte, paralela ao tratamento absoluto dado pelas fontes escritas, pré-estabelecidas, documentos cartoriais ou não, e também dos demais registros materiais. Enfim reclamava do exclusivismo e poder de fontes que se prestam a garantir determinadas assertivas que, pela gravidade das evidências impressas ou monumentais, ganham a função de legitimadora e diretora de fundamentações. De forma definitiva, gradativamente fazia sentido as diferenciações entre história e memória, como mostrou Nora ao se referir a problemática dos lugares.⁵ Na mesma toada valiam os ensinamentos distanciando uma disciplina, a história, de outra, a memória, segundo a força da transmissão mnemônica coletiva.⁶ Sobretudo, pesou na determinação pessoal uma outra característica: a empatia com o trabalho de campo, com a confecção de entrevistas, e ainda mais, com a “história viva” que, afinal, reumanizava em definitivo as chamadas ciências humanas.

Residia exatamente na diferença do uso da escrita pré-documentada e das demais marcas da cultura material, a distância entre o registro e a análise do “fato” e a dimensão do presente à *soi dissent*. Isso, aliás, explicava a insatisfação do que entendia por história e seus vínculos com a memória narrada no singular, em particular com a memória de expressão oral. Reverso disso, a plenitude da

aceitação da fala, da oralidade como um todo, emergia como fator explícito da memória pronunciada, elemento indicativo de análises pretendidas, levantadas pelas circunstâncias e prenas de subjetividades e impressões. Assim, aprendi a respeitar os procedimentos dos trabalhos com memória transpassada da oralidade, de narrativas que se valem do pronunciado, do verbo dito e direto, da “contação”, para daí chegar (ou não) à solução escrita e analítica⁷. Em questão se colocava um problema de gênese de organização do ato pesquisador, pois um tipo de procedimento começa com a leitura de documentos previamente formulados; outro, parte da captação da voz que clama por se efetivar no suporte da escrita. A tradução desses procedimentos desafiava (re)posicionamentos. Explico-me por voo sobre minha própria trajetória, e o faço apoiado em Lévi Strauss ao reconhecer na experiência etnográfica que:

O observador coloca-se como seu próprio instrumento de observação. Evidentemente precisa aprender a conhecer-se, a obter de um si mesmo, que se revela como outro ao seu eu que o utiliza, uma avaliação que se tornará parte integrante da observação de outras individualidades.⁸

A minha experiência do “outro” e/da “outra

Sou filho de emigrantes. Não seria exagero dizer que durante toda carreira estive sempre à borda do tema “deslocamento”. Também não seria excessivo lembrar que questões de identidade e construção de elos comunitários, de luta por pertencimentos culturais, sempre me rondaram, pois, afinal, eu próprio precisava me entender enquanto brasileiro, filho de estrangeiros, pesquisador, bem como definir minhas escolhas existenciais, sem diminuir a herança cultural que me precedeu. E os textos históricos, no sentido clássico, sempre remetem a outras aventuras, reduzindo-se em muito, a números, decretos, processos de aculturação, acertos grupais descaracterizadores das dores e gozos individuais e de grupos. E quando olhava meus pais, quando avaliava a intensa luta de pessoas que, como eles, deixaram o chão nativo em busca de outros sóis, achava tudo distante, vago, desumanizado, sem conexões explicativas.

Com o tempo, outras preocupações se somaram à minha insatisfação de historiador convencional, e, entre elas, questões de gêneros, em diferentes matizes – gênero biológico e cultural, e também gênero textual. No primeiro caso, preocupava-me com uma História sempre escrita no masculino, e consagradora de sujeitos indeterminados, detentores da identificação entre a escrita/poder sob o comando do masculino. Num segundo instante, perguntava-me que tipo de conhecimento poderia abrigar relatos que não eram exatamente respeitados por serem emitidos por personagens que filtravam temas explicados por outros,

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

narrativas suscetíveis de variações, ditas por pessoas vivas, suscetíveis de variantes e sempre abertas a contradições.⁹

Foram exatamente essas possíveis mutações que me cativaram. De repente, por meio de entrevistas, poderia adentrar em um mundo não permitido pela “lógica da escrita”, visitar um universo menos “provável”, não perfeitamente redondo, provável, mais sim um contorno inexato, passível de abrigar versões de si mesmo, condições essas nem sempre coerentes com a chamada “verdade histórica”. O “disparo verbal”, nesse entender, me era mais expressivo do que a racionalidade filtrada pelos sentidos que permitem escrever. E os aspectos subjetivos afloram de maneira muito mais espontânea. Pelas entrevistas pude saber de sonhos, fantasias, pretensões, ucronias, tudo, tudo concatenado pelo diálogo, colhido à luz de encontros diretos.¹⁰ Privilegiado é, pois, o momento da gravação de experiências; condição diversa do trato com papéis circunstanciados por fetiches acadêmicos, por raros e importantes que sejam.

Muito além do encantamento teórico e prático se faziam necessárias experiências de campo. A vida no mundo das gravações tratou de me ensinar logo que não bastava apenas o registro em suportes sonoros e/ou visuais. Passo sequente de tudo isso, mostrava-se desejável articular projetos de pesquisas que levassem à organização de estudos sobre temas pouco visitados na historiografia convencional: analfabetos, índios, grupos “apagados” por interditos. E então uma “outra história” despontava, e potencializa-se a chamada “história vista por baixo” ou experiências narradas sob a perspectiva dos protagonistas.

Restava, além da empatia exarada das narrativas pronunciadas na primeira pessoa, ter amparo teórico, nutrir fundamentos de cunho metodológico. Essa via, diga-se, se constituiu em colateral importante. Sim, o respeito teórico se fazia necessário, pois seria um lastro de garantia de lugar intelectual¹¹. Por lógico, também se dignificavam as alternativas correlatas que, afinal, delegam direito a todos – não apenas aos profissionais da história – a autoridade de fazer o registro e a própria vivência. A minha via, no entanto, seria a acadêmica, e nela me investi de corpo e alma, muito mais de alma que corpo¹². Experimentei primeiro um estudo sobre pesquisadores estrangeiros que se debruçavam sobre o Brasil.¹³ Queria, nesse caso, verificar o outro lado de pesquisas de autores estrangeiros que impactavam nossa historiografia, buscando o motivo menos evidente de suas escolhas. Depois foi a vez da aventura indígena, onde então quis experimentar o trabalho com o tema suicídio entre os Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul.¹⁴ Por fim, entre outros textos, cheguei a novo estuário: o tema da imigração.¹⁵ Os intentos inauguradores dessa fase me levaram a pensar o Brasil visto por brasileiros que deixaram, por qualquer motivo, nosso “país tropical, abençoado por Deus e bonito por

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

natureza”. Abria-se um céu de possibilidades. Entre várias, porém, uma se distinguiu mais do que as outras: o trabalho com prostitutas e prostitutos brasileiros fora do país.

Tudo começou nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia, para onde havia ido em 1998 - 99, como bolsista, para estudar mulheres latino-americanas, analfabetas, em situação de risco pela ilegalidade. Nesse contexto, apareceram as brasileiras que “dançavam” e logo estava também mergulhado no tema prostituição brasileira fora do Brasil. Subjacente ao assunto, latejavam temas afeitos à representação da mulher brasileira e do tratamento dado à essa “prática bandida”. Desdobramento inevitável, precisava saber da atuação dessas moças (e moços) em outras culturas, que não apenas a norte-americana. Foi quando então, por motivos acadêmicos fui para a Espanha e, ainda no aeroporto, na passagem pelo controle imigratório assisti a uma cena inesquecível, infelizmente. Uma brasileira tinha sido impedida de entrar, e mediante a atitude dos policiais ela foi levada a força para uma sala de averiguações. A cena foi ferina em todos os sentidos e eu, quase paralisado, resolvi esperar o desfecho dramático. Depois de horas, a moça foi conduzida a uma outra sala, aguardando o voo imediato, de volta. Eu, então, não tinha mais como renunciar ao apelo do tema: brasileiros e brasileiras fora do Brasil. Mas não se tratava de qualquer cidadão ou cidadã e sim de um grupo especial, que buscava no trabalho com o corpo um meio de recolocação social no espaço do capitalismo.

Com ajuda de amigos que me convidavam para conferências em vários países, e com a enorme colaboração de uma rede interessados, ao longo de seis anos, fui fazendo entrevistas. Colecionei 72 longas histórias, organizadas em um projeto que previa conversa com “colaboradores” de seis países: Portugal, Espanha, França, Suíça, Alemanha e Itália. Mulheres e homens que viviam (e vivem) da atividade sexual, mas também de agentes/cafetões, pessoal da polícia federal e de algumas pessoas e instituições que se dispõem a dar amparo aos implicados. Alguns desses resultados já estão publicados e tem sido interessante acompanhar a recepção de tais escritos, dirigidos, aliás, não exclusivamente a leitores acadêmicos. O correr dos anos permitiu alargamento daquele montante de gravações, e hoje conto com mais 6 entrevistas feitas em Moçambique, Angola, Cuba, Emirados Árabes e Líbano.

Desde logo, parece importante lembrar que com o recorte da “prostituição brasileira no exterior”, pretendi também fazer uma crítica aos estudos e/imigratórios, por perceber, facilmente, que há especificidades não contempladas nas abordagens mais corriqueiras. De regra, os estudos sobre deslocamentos populacionais ainda insistem em mostrar temas de feições nacionais, religiosas ou

políticas. Aspectos ligados a opção que faz o uso do corpo ser matéria analítica são restritas, e surgem aqui e ali como fatos esdrúxulos. Ainda que notáveis, os estudos sobre as prostitutas judias no Brasil, ou das “francesas” que vieram para a animar cabarés das grandes cidades brasileiras no alvorecer do século XX, por exemplo, não se alinham no corpo analítico temático sobre a imigração. Assim, tornaram-se apropriados alguns problemas iniciais: caberia no tema geral da imigração o item prostituição? Ou questionando de outra maneira, seria a prostituição tema e/imigratório? Os motivos que movem este contingente – e vejam que só para a Europa estamos falando de 75 mil pessoas segundo o *Scottish Daily Record*.¹⁶ Afinal, pode-se dizer que há, em particular no mundo globalizado, relação entre o processo e/imigratório e a prostituição?

Uma gramática cultural para a prostituição

Como tantos, estou acostumado a ouvir que “a prostituição é a mais velha das profissões”. Por lógico, não cabe discutir a origem e nem mesmo os efeitos dessa fala existente em diferentes culturas, perpetuada através dos tempos. Vale, isto sim, meditar sobre os resultados e conveniência de tal acatamento. Cabe também produzir elementos capazes de reflexão sobre temas ainda não encarados pela documentação ou registros disponíveis. Isso, aliás, convida a conveniência do trabalho empírico, em particular no que toca ao filtro de uma construção tão antiga e bem instalada na cultura global. Em primeiro lugar, uma cômoda desculpa que reza aceitação e até garantia “profissional” dessa atividade. Ironia a parte, destaca-se o termo “profissional” como seja houvésemos conseguido um estatuto de trabalho generalizado a pessoas que, de uma ou outra forma, vivem da prostituição. Outra característica convida a relativizar a prostituição como alternativa universal, replicada de forma semelhante aqui ou alhures.¹⁷

O simples enunciado do dizer garantidor da perenidade e largura planetária da prostituição implica consideração para outra prática referenciadora igualmente criticável: o uso do termo “tolerância” ou “tolerante” para quem vive daqueles mesmos fins. Desde Locke na sua *Epistola de Tolerantia*, de 1689, passando por Voltaire, Pascal Bayle, temos uma longa lista de pensadores que cuidaram da discussão sobre a tolerância, mas nunca se nota o declínio efetivo que troca “tolerância” por “direito”. Assim, ainda se validam termos como “casa de tolerância”, como se “tolerar” legitimasse a prática, ainda que “errada”, admitida por motivos nunca bem revelados ou explicitados, mas altamente discriminatório.

Somando os dois pressupostos (“profissão mais antiga do mundo” e “tolerância”), torna-se tangível avaliar a força e o significado gerenciador das denominações. Dizendo de outro modo, ressaltam-se os rosários de termos correlatos, todos sempre preconceituosos, relativos aos praticantes e usuários da prostituição, a

saber: “errados/as”, “pecadores”, “decadentes”, “infelizes”, tudo isso, mas “tolerados”. Por lógico, o exercício analítico cultural dessa postura leva a explicação dos exercitantes da prostituição à condição de “vítimas”. Vítimas que merecem ser “toleradas”, pois afinal são seres humanos”, cabíveis no que se enquadra no âmbito conceitual de “vidas desperdiçadas”.¹⁸ E em que histórias ou disciplinas escolares, teriam cabimento se consideradas tais “profissionais”? Pertenceriam ao espectro de uma cultura que gerou a chamada “piedade injusta”?¹⁹ Por que motivos, por exemplo, teriam dado os tais “passos errados” e assumido suas “escolhas malfeitas”, seria questão pessoal, individual? E qual o sentido de em conjunto se deslocarem de seus espaços naturais? Seriam imigrantes como os demais? De certa forma, a trança desses termos e alguns desses jargões, encerra um juízo cruel, sempre condenatório que, contudo, tem forçado reações vibrantes, ainda que poucas. O mais grave, porém, é que tal postura esconde um animal feroz que tudo determina, e o faz no uso masculino do julgamento que, afinal, é normativo, patrocinador de condutas corretivas. Sim, fala-se do patriarcalismo legalista que auspícia leis e critérios de “cautela”. Qualquer atitude consequente e analítica dessa gramática preconceituosa demanda desconstruir discursos estabelecidos no pouco evoluído mundo das hegemonias e poder.

Sem levar em conta os agentes sujeitos às leis, pessoas que tem vida e capacidade de decisões sobre si próprias, o que se vê pela institucionalização do poder regulador, é o apagamento de personalidades individuais, e no lugar a colocação de tudo sob a tutela de um policiamento que aproxima a prática do crime ou do pecado. É exatamente esse procedimento que dificulta pensar que, apesar do número, a larga faixa de pessoas que deixam o próprio país em busca de trabalho com o sexo, não se configura como processo imigratório. Vistos, em conjunto, como “vítimas” ou são abordados como “traficados” ou, na singularidade, se invisibilizam como Brasileiros e assim perdem suas marcas próprias.

Prostituição subterrânea

O conceito consagrado por Michel Pollak “memória subterrânea” inspirou a denominação “prostituição subterrânea”,²⁰ e isso se justifica por dois motivos combinados: 1- a necessária camuflagem da atividade sexual levada à condição escolha no contexto de sociedades que hierarquizam posições sociais, e 2- o vigor de manifestações de “memórias bandidas” que dialogam, inconformadas, com a ordem estabelecida, muitas vezes travestidas de preceitos religiosos, morais, éticos. No caso da prostituição, tal posicionamento se presta como expressão metafórica de uma moeda que negocia lugares sociais, papéis institucionais e políticas de controle do uso do corpo. Siamesas, a moral burguesa e uma “outra ética”, que sem se separar buscam simetrias, em detrimento de condição parasitária uma da

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

outra. O mundo contemporâneo tem proposto debates que reconfiguram condições de superioridade ou de subalternância. O movimento feminista, a luta pelos direitos humanos, o reconhecimento do corpo individual como ferramenta de trabalho, tudo somado, sugere políticas neutralizadoras de papéis. É nesse contexto que emergem, em momentos cada vez mais oportunos, a busca de aproximações.

Respeitando a tensão proposta por Pollak que reconhece a emersão mecânica do mundo subterrâneo da prostituição – como expressão da força de memória represada – tem-se como ato violento, o reconhecimento do silêncio ou a aceitação camuflada de uma “realidade secularmente estabelecida: a subalternidade da mulher e do homem que vive da prática sexual como profissão”. Fala-se, pois, de um silêncio violento, aquele definido como intencional e assumido pelos grupos hegemônicos, exatamente pelos poderes que nos constitui como sujeitos ativos ou passivos, capazes de produzir vulnerabilidades²¹. Vale, em continuidade, dizer que o mundo subterrâneo só existe e se justifica em função do “oficial”, como a outra face da cédula que lastreia relações sociais. Uma garante a outra, a vivência subterrânea existe como reflexo especular da imagem ideal da sociedade, como o lado oculto, necessariamente suplementar. O conflito dialético, contudo, se acirra na medida em que os atos de exclusão ou sofrimento dos vulneráveis se expõem menos como manifestação passiva e mais como reivindicação de direito. Uma, porém não subsiste sem a outra.

Uma ambiguidade importante desponta da tensão entre o oficial, e o camuflado: as memórias subterrâneas represam tensões. É essa também a crise que provoca o diálogo que busca aliviar o sofrimento subterrâneo.

Prostituição brasileira à moda africana: Moçambique

A primeira vez que me ocorreu pensar o conceito “imigração subterrânea” ligada à construção de uma memória a ser emergida, foi em 2011 quando conheci o ambiente da prostituição de brasileiras e brasileiros em Maputo, capital de Moçambique. O propósito de minha visita era acadêmico, integrado a um programa desenvolvido pelo Diversitas/USP que buscava estreitamentos institucionais com polos africanos. Nessa ocasião apresentei uma fala intitulada “Oralidade no desvendamento das histórias de vida de imigrantes”, no Anfiteatro da Faculdade de Letras e Ciências, da Universidade Eduardo Mondlane. Aquele era, em termos bem mais amplos, um momento privilegiado na relação Brasil/África, principalmente porque, em paralelo às atividades culturais, ganhava ainda mais corpo o processo de aproximação, via governo brasileiro, atitudes que privilegiavam musculosos acordos comerciais, envolvendo grandes empreiteiras brasileiras²².

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

No hotel em que me hospedava estavam também funcionários da firma Camargo Corrêa, que à época se ocupava da instalação da hidrelétrica no Rio Zambeze, uma das maiores da África. Em outra rua, também em condições de trânsito de trabalho, estavam alguns dos altos funcionários da Odebrecht, pessoal que então construía, entre outros empreendimentos, o aeroporto internacional de Nacala, em Nampula. Mais adiante, em hotel exclusivo estavam os funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, pessoal que operava mais um dos megaprojetos da engenharia brasileira²³. A presença maciça de contingentes masculinos que atuavam naquele país refletia uma tendência que afinal, dimensionava um complexo projeto de expansão comercial que também tinha cunho político.

Ao mesmo tempo, em escala global, um novo circuito emigratório se desenhava, na medida em que rotas menos filtradas por controles se armavam. A corroborar com a promessa de crescimento, imaginava-se a lógica de favorecimento a grupos interessados em buscar novas oportunidades em espaços não europeus ou norte-americano. Isso, aliás, abria caminho para protagonistas com novo perfil de imigrantes: não brancos, pobres e trabalhadores de todas as espécies, pessoas com problemas de relacionamentos maritais e que se valiam da “viagem” como desculpa. Resultava disso também situações abertas para um surpreendente movimento que se adensa mundo afora: “os brasileiros fora do Brasil”, ou dizendo de outra maneira: o “Brasil como contribuinte migratório no fluxo internacional”. É exatamente sob esse pretexto que se imaginou a expressão “imigração subterrânea”, pois os novos segmentos são compostos por tipos que têm características diversas do comum: jovens que buscam ser jogadores profissionais de futebol, fora do Brasil, missionários de diversas matrizes religiosas; estudantes e pesquisadores que vão e não mais retornam.

No circuito dos países de língua portuguesa, tudo seria facilitado também por aproximações culturais e institucionais. É cabível incluir ainda nesse fluxo, personagens que, além de trabalhadores ou religiosos, atuam sob camuflagem: traficantes de drogas e armas, fugitivos de condenações, *coyotes*, foragidos da polícia e prostitutas. Sim, defende-se o pressuposto de que no contexto globalizado, a opção de trabalho na prostituição se constitua uma possibilidade crescente de favorecimento imigratório. Contemplando isso como um processo em construção, tem-se o desafio da caracterização de um movimento que acontece atomizado, mas que pode ganhar unidade se forem somadas as marcas que definem atitudes numa relação trabalho/produção. Ainda que não caiba o encaixe do conceito “profissional” no sentido justo do termo, no submundo da prostituição, nos desvãos conceituais, a noção de “subterrâneo” ganha sentido maior.

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

Fato notável naquele pedaço da África, a precariedade de afinidades identitárias, de elos de solidariedade, entre os diversos brasileiros que residiam ou estavam de passagem por Maputo. Aliás, esse aspecto é relevante sob muitos pontos de vista, em particular por jogar luz em um cenário relativamente novo, das *formas de convívio de brasileiros entre si, fora do Brasil*. Independente da mesma matriz cultural comum, brasileira, era notório o peso fracionador da afiliação institucional/profissional, de pertencimento às firmas nacionais que concorrem entre si. Ser funcionário desta ou daquela empresa os distanciavam e até os colocavam como rivais, competidores, como se estivessem em disputas, representando acima de qualquer outro motivo, as próprias empreiteiras. Em nível dos fatos, para esses homens, brasileiros, além da variação de hotel como recinto de cada segmento, havia uma pendência que implicava também separação no dizia respeito a aspectos da vida cotidiana como: afiliações a equipes esportivas; locais de compras de produtos suspeitos como maconha e outras drogas; restaurantes e clubes. Constituindo-se em pequenos grupos, em núcleos mesmo, andavam juntos, viajavam em companhia deles próprios, e pouco se comunicavam com os demais. Muito surpreendente, nesse contexto, mostrou-se uma espécie de reserva de mercado da prostituição, pois as moças que serviam a empregados de uma companhia não deveriam atender clientes de outra, mesmo tratando-se de prostitutas brasileiras.

Esse considerável contingente de trabalhadores das empreiteiras brasileiras – calcula-se que 40 mil trabalhadores na África, no total – é quase que só constituído por homens, e a grande maioria em trânsito por períodos que variam, de três meses a cinco anos, ou mais²⁴. São, em geral casados que deixam as famílias no Brasil, por largas temporadas, ainda que com variações de visitas ocasionais ao Brasil, quase sempre a cada seis meses. Sob esse quesito, convém lembrar a variação de papéis sociais dos mesmos personagens que, na África vivenciam alguns valores e no Brasil, outros. O circunstancialismo pesa também na moral. Casos há de trabalhadores deixarem lastros familiares esboçados na África, gerando de certa forma, um ramo de emigrantes que também se perde na identificação binacional.

Poucos optam por levar as famílias e morar em casas regulares. Assim, nos níveis de engenheiros, administradores, projetistas, médicos, dentistas, administradores, os que se valem dos serviços das prostitutas, organizam suas atendentes de maneiras diferenciadas, selecionando lugares, estabelecendo preços e definindo regras. No segmento masculino profissionalmente menos especializado, o pessoal de mão de obra prática – peões, projetistas, armadores – o comportamento é outro, um pouco menos fracionado, muito mais integrado ao comum da população local. Mas, mesmo assim, com nítidas diferenças entre os brasileiros e os nativos ou africanos, no espaço público, preside distinções que, por sua vez, geram conflitos.

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

A abordagem do tema prostituição em Moçambique, principalmente na capital Maputo, tem características muito próprias, algumas surpreendentes para quem supõe repetições universais de comportamento. Percebido na sutileza local, as variações colocam em jogo tensões medidas por diferenças de procedência ou cultura e conflitos étnicos. Ainda que no chamado “baixo meretrício”, haja aproximações, vista na intimidade das relações cotidianas, tais divergências hierarquizam contatos. Há, diga-se, explicação histórica para tanto, e essas pesam muito no entendimento do quadro das contravenções moçambicanas²⁵.

Lembrando que até 1975, na vigência do período colonial que durou até a independência, vigorava um sentimento contido de ódio que se refletia também com vigor e conflito no ambiente da prostituição. Grosso modo, a dominação branca, de portugueses ou descendentes, se fazia gerando sentimento recalçado, de teor defensivo, onde se supunha que homens, brancos tinham acesso prioritário a tudo, inclusive às mulheres, negras, moçambicanas. Nessa contenda, não faltavam, por exemplo, manifestações políticas, religiosas, de direitos humanos. De tal monta esse quesito foi significativo que a Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO se posicionou de maneira peremptória, incluindo as prostitutas do período colonial nas fileiras de grupos que deveriam compor os terríveis “campos de reeducação”²⁶. Mas não era apenas o novo governo que abordava a questão das raparigas, pode-se dizer que havia uma plêiade de instituições, nacionais moçambicanas ou não, grupos de defesa de direitos humanos e organizações não governamentais e segmentos feministas atuando no tensionado quadro. Mesmo a literatura com expressões de política diversa do governo, se encarregou de registrar tais explorações como se vê nos versos de um dos mais significativos poetas moçambicanos José Craveirinha (1922-2003) no verso *Grito negro*, onde registrou:

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.

Eu sou carvão
e tenho que arder sim;
queimar tudo com a força da minha combustão.

Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.

Eu sou carvão.
Tenho que arder
queimar tudo com o fogo da minha combustão.

Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.

A baixa como espaço de disputa

É importante ressaltar que há um local urbano específico, na capital, onde os conflitos de poder se acirram. Em se falando de prostituição, convém, em primeiro lugar, destacar os lugares públicos nos quais se dramatizam as tensões. Bem no coração da área conhecida como *Baixa*, nas cercanias das ruas Olof Palme, Julius Nyerere, Kennet Kaunda e 24 de Julho, perto da Escola Nacional de Dança, se dá a grande concentração de moças que vivem do comércio do próprio corpo. Essa área é conhecida como “Zona Quente” ou “triângulo do pecado”. Como seria de se esperar, os velhos limites de relacionamentos entre as moças que atendem moçambicanos e estrangeiros, se desdobram ainda como memória da questão colonial. Mesmo tendo, depois da independência, aumentado muito o número de frequentadores moçambicanos – principalmente de homens jovens – persiste uma disputa silenciosa sobre quem tem mais direito sobre as meninas. Ainda que no geral os brasileiros sejam admitidos sem vetos explícitos, há constantemente discriminação. Esse item interessa na medida em que afeta diretamente a colocação das brasileiras que são, praticamente, obrigadas a exercer suas funções fora do ambiente comum da prostituição moçambicana. Interfere também na qualificação profissional, pois os homens da alta sociedade local mostram-se interessados nas brasileiras. Esse fato provoca a concorrência com os personagens que, então, progressivamente, passam a boicotar as moças que rompem os compromissos tácitos. É importante dizer que esse tipo de abordagem pelos ricos moçambicanos afeta também o preço dos programas²⁷.

Sabe-se que é possível encontrar mulheres brasileiras trabalhando na Baixa, mas isso é raro, pois o temor de retaliação, por parte das concorrentes, é grande. Essa característica força a prática da prostituição brasileira em Maputo ser praticamente exclusiva, isolada. Por outro viés, é importante notar as moças que optam por ir para a África, antes passaram por vários outros países, principalmente europeus. Nesse mesmo enredo, convém notar que as brasileiras que fazem prostituição no continente africano, são sempre mais velhas e muitas acabam por isso adotando os

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

países em que estão como uma espécie de “ponto final”. Daí o sentido de emigração.

O trabalho de campo

Foi acidental minha primeira entrevista, feita em 2011, no hotel em que estava hospedado. Um brasileiro, funcionário de firma conceituada, discutia com parceiros uma programação a ser feita no final de semana que se aproximava. Sentado para o café da manhã, ouvi o cidadão detalhar, em voz alta, as possibilidades, indicando meios de transporte e hospedagem. Por me confundir com executivo da empresa, perguntou-me se iria a Inhambane, uma praia retirada, mas próxima, para as diversões. Esclarecido o equívoco sobre minha função ali, restou uma breve conversa e a possibilidade de outro encontro a fim de explicar a situação. Feita uma longa entrevista com o referido, trocamos endereços eletrônicos, como fazemos aniversário na mesma data, por algumas vezes trocamos mensagens, mas não mais nos vimos até recentemente em evento acadêmico que participei em 2015, em Belo Horizonte.

Anos se passaram até outro encontro fortuíto, num supermercado de Copacabana, permitiu a retomada do círculo fechado da prostituição de brasileiras em Maputo. E tudo misturou oportunidade com a inquietação “subterrânea” da memória do ambiente que encontrei em Moçambique. Recentemente, no Rio onde moro, notei duas moças buscando informações sobre um produto nas prateleiras. Ao ajudar, conheci Rosa e uma amiga, que estava no Rio como visitante. A indicação do hoel onde se hospedavam, comumente usado por estrangeiros para turismo sexual, serviu de sinal: eram prostitutas. Provoquei uma conversa que se prolongou em um café. Fiquei assim sabendo que ela acompanhava duas outras brasileiras, em visita familiar. Ao abordar a questão das “brasileiras” - matéria de estudos sobre imigração - solicitei consulta às suas colegas sobre entrevistas. Atendido depois de alguma relutância e acordo sobre “anonimato”, gravei mais duas longas histórias de brasileiras, juntamente com a de Rosa. No total, somando a gravação feita antes com o funcionário da Camargo Correia, foram quatro entrevistas, individuais, de cerca de duas horas cada. Ao necessitar da autorização para uso, tive a satisfação de encontrar novamente com o primeiro entrevistado, já de volta ao Brasil, morando em Belo Horizonte. E em vista das demais, pude manter mais um encontro – desta vez com todas juntas – a fim de conferir as passagens a serem usadas e ter a devida autorização.

O processo de transcrição das entrevistas obedeceu aos trâmites estabelecidos pelo NEHO/USP e seu uso fragmentado se explica pela organização dos temas, em obediência aos recortes de assuntos que levam a discussão da “emigração subterrânea”²⁸. Os temas abordados dizem respeito a condução dos processos de

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

registro de história oral de vida. Foram fracionados aspectos que, tematizados, permitiram supor visões e impressões pertinentes à discussão do pressuposto “imigração subterrânea”.

Origem e motivação para ir a Moçambique

PERSONAGENS

Pode me chamar de Antonio. Prefiro não dar meu nome verdadeiro porque sou casado, pai de família, e não quero expor minha vida a pessoas que não teriam condições de me entender... tenho 49 anos, sou mineiro de BH, mestre de obras. Trabalhava aqui mesmo, na Vale, mas soube em 2009 das novas frentes de emprego que estavam sendo abertas na África. Entrei em contato com o pessoal da Camargo Correia, fiz entrevista e em dois meses estava em Maputo onde dirigia a organização dos trabalhos de engenharia... Fui, fiquei por quatro anos... Voltei por um ano e pouco para o Brasil, mas tornei a ir por um ano mais em 2016. Deixei a família aqui por causa das crianças que estavam na escola...

Meu nome é Rosa... Rosa é nome comum em Moçambique, mas não é meu nome de registro. Desde miuda sempre quis me chamar Rosa. Quando precisei de outro nome, Rosa foi o escolhido. Tenho agora 31 anos, sou do interior de Moçambique, de Guro, em Manica que fica no centro do país... Venho de família muito pobre e meus pais tiveram, como é costume, que me entregar a um senhor. Lá é assim mesmo: fui vendida. Sou, como muitas outras uma *catorzinha*, uma dessas meninas que fazem biscate desde criança²⁹... Isso é comum até hoje em cidades grandes como Maputo... Há muitas delas. Muitas... Quando cheguei à capital, frequentei a Zona Quente. Trabalhei em limpeza na antiga boate Gipsy e lá também atendia os clientes...

Pode me chamar de Maria do Rio... é assim que sou conhecida em Maputo... muitos me chamam de carioca e eu deixo... Na verdade não sou nascida no Rio, sou do interior do estado, de Três Rios. Tenho 39 anos... quase 40... mas foram anos bem vividos, viu... Fui garota de programa na Help, boate de Copa que não existe mais... Fui do Rio para Portugal, levada por um empresário moçambicano que me prometeu proteção... Chegando em Lisboa vi que era tudo mentira... Ele queria uma empregada de cama, mesa e banho. Em Lisboa conheci um brasileiro que ia a trabalho para Maputo... Conheci, antes, ainda em Portugal, um proxeneta que contava maravilhas do mercado de sacanagem em Moçambique. Estava perseguida em Portugal e ameaçada pelo cara que me levou. Estava mal porque além da concorrência, havia muita perseguição da polícia e das famílias

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

portuguesas. Fui para a África achando que seria fácil encontrar alguém rico que quisesse uma brasileira...

Em Maputo sou conhecida como Formosa, mas os brasileiros me chamam de Naná... Não posso dizer meu nome verdadeiro porque não quero ser reconhecida... Tenho 43 anos e ainda estou na ativa. No Rio, onde nasci, fiz programas desde menina, desde que era garotinha... Sabe como é: moradora de comunidade, pobre, bonitinha, assanhada como eu era... Apanhei muito, sofri bastante querendo melhorar de vida... Sou daquelas que não gostavam de escola... Praia, sim... Cresci fazendo programa em Copacabana e saí logo de casa. Atendia em hotéis e um gringo me levou para Bilbao e lá fiquei como empregada sexual dele e dos amigos deles... Um dia cansei... Cansei e fugi... Fugi e aí começou um inferno que só quem passou sabe. De cidade em cidade, de um país para outro, sempre clandestina, pagando caro para me movimentar. Ouvi dizer que na África as coisas eram mais fáceis, e, então fui para o Marrocos... Odiei aquela vida clandestina, atendendo sob muita pressão... Mas tive que ficar lá por uns três anos. De lá ouvi falar que seria melhor em Angola. Odiei também... Por fim consegui comprar um casamento com moçambicano e fui para Maputo, onde estou até hoje...

Viver em Maputo

ANTONIO

Pensava que fosse fácil para um brasileiro viver na África... Tudo foi difícil, desde o começo. Nossa! Muito difícil... Nada dessa história de falar português, de comida boa, de povo amigo... Nada disso... Na aparência tudo é tranquilo, mas no dia a dia... Somos brancos e temos posição, emprego. De nada adianta dizer que sou brasileiro. Somos vistos como “outros” colonizadores, e então temos que nos organizar em grupos para sobreviver. Sinceramente, às vezes até vejo riscos em sair sozinho. Evito... Há pouca diversão em Maputo pra gente por aqui... E além de muito trabalho, pouco resta fazer. Conheço muitos brasileiros que aqui se viciam em jogos, viram crentes ou entram em depressão... Muitos esperam o contrato e voltam traumatizados... Eu procuro me divertir como posso... Sem família, sem mulher por perto, já viu, né?...

ROSA

Isto aqui, o Rio, comparando com Maputo é um paraíso... E olha que sou moçambicana... A vida lá é difícil, tem muito controle... muita pobreza. É um país muito machista, muito mesmo... Tudo está mudando muito, com progresso, com dinheiro correndo, mas é muito louco e não muda muito para a mulher. Sabe, as vezes eu me sinto “de fora” na minha própria terra. Acho que é isso se deve a eu viver com muitos brasileiros. Mas tudo é complicado porque não sou bem aceita

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

pelo seus patrícios e não me sinto moçambicana com as moças em geral. Tive um caso mais sério com um brasileiro, e a causa disso me tornei o que sou: ele veio embora e eu fiquei no mesmo núcleo... Sou a “brasileira moçambicana”. Não cheguei a casar com ele, mas quando me deixou, depois de cinco anos de convívio, só me vi ligada ao Brasil e aos brasileiros. Sou exceção à regra... Acho que sou a única moçambicana que faz jogo com os brasileiros. E alguns deles até gostam de uma rapariga diferente.

DO RIO

Olha, para quem vive como a gente, não tem muito lugar melhor, ou lugar ideal... Nossa vida é ruim em qualquer lugar. O que é mais fácil, no nosso caso, é que temos uma rotina de trabalho que garante freguesia. Sou da turma da Camargo Correia. Às vezes surge um programa fora dos fins de semana, mas quase sempre as coisas acontecem nos fins de semana... Quando tem uma festinha de aniversário, chegada de um chefe ou feriado, rola mais coisas, mas senão... Tenho aprendido muita coisa nos dias livres: artesanato, faço manicure, até costurar estou aprendendo... Somos muito discriminadas como “da vida”. O pior são as outras brasileiras que nos ofendem muito. Mas não tem muito o que ser feito. Sabe como é, ser puta depois de uma certa idade, é difícil... Neste sentido, a África foi uma saída... Enquanto der fico por lá... Voltar pra cá não volto...

NANÁ

Para qualquer estrangeiro, Maputo é difícil... está melhorando muito, tem até shopping, mas é estranho. Temos que ser muito amigas umas das outras, como irmãs... até como irmãs nós brigamos... A concorrência está aumentando muito... A cada dia chegam mais moças, para fazer a mesma coisa. A história das “brasileiras” em Maputo já se tornou fofosa... Até já virou mania: ficou mais velha, vá para Maputo. Tem uma corrente de gente que divulga a história das “brasileiras” na África. Outro dia, ouvi dizer que tem mais de mil mulheres brasileiras fazendo programa na África... Acho que por causa disso, tudo tem que mudar, temos que nos organizar melhor... Nós biscates somos muito desunidas... As brasileiras, então... Esse negócio de servir a uma só firma, sem ser organizado como trabalho, não está dando mais. Sinceramente, eu tenho aberto espaço para atender os locais também, mas é complicado. Além de tudo, eles pagam mais, e sei que somos mais bem tratadas que as moças de lá... Mas tudo tem que ser muito escondida... o importante é que estamos aprendendo a nos virar.

Ser prostituta em Maputo

ANTONIO

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

É difícil explicar como a coisa funciona por aqui... Você tem que perguntar a elas para ouvir o lado de lá. E são muitas. Só que eu conheço, as que tenho endereço hoje, aquelas que estão no meu caderninho, são mais de 20. Tem as outras que atendem as demais empresas brasileiras... aí são mais de 50, 60 ou mais... Isso só em Maputo. Normalmente são mulheres “fim de linha”, profissionais que andaram muito, por vários países. Quando elas ficam mais coroas, sem muita opção, vem para a África. É sempre assim... A vida aqui é muito cara; caríssima por aqui, então quando elas conseguem guardar um dinheirinho, se dão bem. Todas falam em voltar para o Brasil, mas não voltam. Umas até conseguem se casar. Conheço uns casos assim: arranjam marido mais velho, algum trouxa... Uma coisa posso garantir, mesmo que elas digam que não gostam daqui, que tudo é difícil, tenho certeza que elas não querem trocar de vida...

ROSA

Então: sou moçambicana, sou do lugar... Isto é bom pra mim... Como fui *catorçinha*, meu caminho natural seria ficar na Baixa, fazer ponto na Escola de Dança ou ficar em uma boite. Dei sorte de entrar na turma das brasileiras. Acho que sou a única moçambicana que conseguiu. E tem um charme, né? Afinal, os brasileiros querem sempre experimentar coisa diferente... E eu estou aí. Acho que sou das mais antigas do grupos. Algumas vem, ficam um tempinho e voltam. Eu como sou da terra, sou a mais permanente.

DO RIO

Olha, ser puta em Moçambique é diferente... bem diferente. Sei que em cada lugar é de um jeito, mas aqui é muito louco... Eu estive na Espanha antes, e lá atendia pessoas de todos os lugares, de muitos países. Aqui não. Temos que entrar num time como se fossemos jogadoras de futebol com contrato. Acho que isso é pior para nós porque temos que concorrer com nós mesmas... Tudo é regulado pelos chefes, pelos organizadores. Às vezes tem mais mulheres que homens e então algumas ficam de fora, sem trabalho... Como não podemos ir para outros grupos, ficamos paradas... A vida aqui não é barata não... E sem trabalho... E somos muito mal tratadas, por eles. Temos que fazer tudo que eles querem, do jeito que eles mandam. E fazemos, senão...

NANÁ

Eu procuro me adaptar. Sou das mais velhas, tenho mais de 40 anos... Então... Estou acostumada. Não tenho esperanças de muita coisa. Faço meu dinheirinho e sempre que posso mando algum para a família. Deixei duas filhas no Rio e elas não sabem de mim aqui. Digo que trabalho em uma firma, e pronto. Sinceramente, o mais difícil para mim nessa vida, é ter que satisfazer caras que, quando estão fora

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

de suas casas, na África, viram bichos e querem fazer de tudo no sexo. Bebem muito, gostam de bacanal e abusam de drogas... Sei que com as famílias deles por perto não é assim. Outra coisa ruim é essa história de não poder se relacionar com outros grupos de brasileiros. Sabe? As brasileiras de um grupo competem com as outras, se odeiam... Pode isso? A vantagem que eu tenho é que recebo um tipo de proteção ou ajuda. Como não tenho documentos e não quero voltar para o Brasil, quando preciso uso uma declaração da firma do grupo que atendo, dizendo que sou empregada. Assim eu posso ficar...

Apontamentos finais: beco sem saída?

A experiência emigratória de brasileiros e brasileiras em Moçambique ganha complexidade progressiva quando combina interesses empresariais e mercado de emprego formal, quase sempre masculino. A correnteza das grandes empreiteiras, que fazem negócios arquivionários na África, arrasta também mulheres que entram no comércio do corpo. Quase sempre, tratam-se de veteranas, pessoas com experiência no ramo, sendo que muitas passaram por outros países. Ainda que o fluxo de deslocamento masculino se dê por contratos de empregos periódicos, muitas pessoas, em particular mulheres, se aventuram em processos paralelos e com vocação para permanências, nem sempre legais. Concorre para isso uma série de aspectos que começam com um controle oficial menor, mais negociável, e integram aspectos subjetivos como uma suposta simpatia para com os brasileiros em geral.

Como um segmento vulnerável, sem olhares excessivamente vigilantes da polícia ou das empresas que empregam trabalhadores regulares, prostitutas brasileiras se aventuram viver como imigrantes ou com residência permanente, legalmente ou não. Compõem, normalmente, esse coletivo, moças entre 30 e 45 anos, perfazendo um conjunto desconexo que pode chegar a 100 pessoas. Assim sendo, torna-se um ponto válido para análise a consideração da faixa etária das pessoas que entram nesse circuito que, afinal, se diferencia dos demais contingentes brasileiros que praticam a prostituição no exterior. Há quem assuma esse roteiro como “fim de linha”, “beco sem saída” de pessoas que sempre vão “com destino final certo”, depois de experiências em outros países, notadamente na Europa. Trata-se, de pessoas que fazem carreira nesse estilo de vida, no qual, aliás, o Brasil mostra-se expressivo.

Conhecidas em cidades como Maputo como “brasileiras” – e isso tem notada carga depreciativa – as prostitutas acabam por se agrupar segundo regras dadas por clientes, funcionários de diferentes firmas, consumidores mais ou menos fixos de seus serviços. Raro uma pessoa que atende um grupo, mudar para outro núcleo, pelo menos na mesma cidade. Se naturalmente é difícil encontrar unidade ou

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

processo de solidariedade entre prostitutas brasileiras fora do Brasil, em Moçambique, pelo mosaico de situações gerais, tudo se complica ainda mais. Por lógico há porosidades nessas combinações, mas são mínimas. De regra cada conjunto de mulheres que atende a firmas específicas – Odebrechet, Camargo Correia, Companhia Vale do Rio Doce – para se proteger, quase sempre moram juntas e dividem despesas e graves tensões internas. Os confrontos latentes entre as moças, também é replicado em vista dos homens que as tratam de maneira a hierarquizar preferências.

As mulheres que, pela especificidade do mercado, são constrangidas a prestação de serviços sexuais, esbaram nos limites suportáveis da exploração moral e muitas vezes física. Não são em todos os casos, mas há situações em que se justificam a evocação do termo “escravas sexuais”. Nesse sentido, pode-se reconhecer a situação das prostitutas brasileiras como um dos graus mais baixos de respeito à condição humana. Refém de grupos que as pressionam, sem grandes suportes, ou carentes de amizades ou instituições de apoio, justifica-se o reconhecimento de processos depressivos, alcoolismo e até tentativa de suicídio. Talvez, o mais crucial problema dessas mulheres seja a falta de saídas. Em termos de explicação emigratória, é exatamente por isso que se efetiva o conceito de “emigração subterrânea”: camuflada, escondida de legalidades possíveis, sem perspectivas, e, sobretudo, oprimidas por círculos de homens que se aproveitam de circunstâncias que lhes garantem a falta de escrúpulos.

Por cruel que pareça, isso não é tudo. Agravante notável na caracterização da prostituição brasileira em Maputo é a concorrência com as prostitutas locais. Com uma percepção cultural muito própria do significado de uso comercial do corpo, as mulheres da região não têm como acolher bem as concorrentes, pois, para as africanas, as brasileiras são as potencialmente mais sérias concorrentes. Assim, duplicam-se os perigos gerados pelo intrincado mercado da “vida fácil”. Isso sem falar da presença constante do traço cultural das “catorzinhas”, que pela jovialidade e pelo status garantido pela masculinidade culturalmente provada, rebaixam a aceitação das “brasileiras”. A integração cultural acata com certa normalidade a relação de homens mais velhos com meninas, extrema a situação de brasileiras, sempre mais velhas.

A título de segurança ou de alguma melhoria, as brasileiras podem no máximo esperar um casamento. A “compra de marido” é uma estratégia cultivada na busca para a legalização de documento, mas o desejado mesmo é o casamento feito em condições normais. Nesse caso, opera-se o melhor, a saída do círculo de fogo da ilegalidade e da vida. Sabe-se de alguns casos desses, e então a pessoa muda de cidade e se afasta da vida. A raridade de casos de uniões legítimas convive

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

com os contratos comprados, de aparência. Forma de acertar os papéis de imigração, muitas brasileiras acabam por optar por tais alternativas. Entre as atitudes redentoras de casos como das prostitutas brasileiras em Moçambique desafiam a revelação de casos que saiam da clandestinidade. Neste sentido é que se pensa na qualificação do conceito de “imigração subterrânea”, supondo que revelado o problema, as soluções ganhem luzes.

Notas e referências

- ¹ Outro texto fundamental para o exame de minhas posturas frente a história foi. *La historia después del fin de la historia* de Josep FONTANA LÁZARO.
- ² Keith JENKINS. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo, Editora Contexto, 2014. p. 9.
- ³ Aleida ASMANN. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. pp. 18-19.
- ⁴ Este debate dimensiona as tensões propostas por Barthes e Foucault sobre autoria.
- ⁵ Pierre NORA. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10 dezembro de 1993. p. 13.
- ⁶ Maurice HALBWACHS. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- ⁷ Integra esse debate o significado da gravação como suporte documental. A alternativa da passagem do oral para o escrito depende do uso das entrevistas como meio, ou como fim. Ver: J. C. Sebe B.MEIHY; Fabíola HOLANDA. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Ed. Contexto, 2007. pp. 35-40.
- ⁸ Claude LÉVI-STRAUSS. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1999. p. 41.
- ⁹ Daniel SCHACTER. *Os sete pecados da memória: como a mente esquece e lembra*. RJ: Rocco, 2003. p. 15.
- ¹⁰ Alessandro PORTELLI. *Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. In.: Projeto História. n. 10, pp. 41-58, dez/1993.
- ¹¹ Os debates em torno do estatuto da história oral se constituíram em importantes cruzamentos de dilemas que, basicamente, se definiram em dois campos: o dos historiadores e demais cientistas da área de humanidades, e outros, que preferem supor a memória de expressão oral como área com características próprias.
- ¹² Na busca de pressupostos mais alicerçados, cuidei de produzir textos que sinalizavam esta trajetória. Entre outros destaco as cinco edições do Manual de história oral, publicados pela Editora Loyola a partir de 1996, sendo a última edição de 2005.
- ¹³ MEIHY. *A Colônia Brazilianista*. História Oral de Vida Acadêmica. São Paulo, Nova Stella, 1990.
- ¹⁴ MEIHY. *Canto de morte Kaimá*. História oral de vida. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- ¹⁵ MEIHY. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo, Parábola Editorial, 2012.
- ¹⁶ Integras.blogspot.com.br/2008/05/Europa-tem-75-mil-prostituindo-brasil.html. Acesso em 15/04/2012.

Artigos

“Imigração subterrânea”: prostitutas brasileiras em Maputo
José Carlos Sebe Bom Meily

-
- ¹⁷ Beatriz ESPEJO. *Manifesto Puta*. Barcelona, Ediciones Bellaterra, SL, 2009. p. 15.
- ¹⁸ Zygmunt BAUMAN. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- ¹⁹ Daniele GIGLIOLI. *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2016.
- ²⁰ Michel POLLAK. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3. 1985.
- ²¹ GIGLIOLI, 2016, p. 67.
- ²² Sobre o assunto, leia-se “Cooperação Brasil-África tem sido positiva para os dois lados”, artigo datado de 06/06/2016 (15:04), assinado por Natália da Luz. In: <http://www.institutolula.org/cooperacao-brasil-africa-tem-sido-positiva-para-os-dois-lados>. Acesso em 19/09/2017.
- ²³ Desde 1984 a Odebrechet está em Moçambique, mas os negócios se alentaram principalmente durante os anos de 2010. Ver. Deborah VIETAS e Isabel ABOIM. *África: oportunidades para empresas brasileiras*. In.: Revista de Brasileira de Comércio Exterior - Edição Número 116. Leia-se também o artigo referente à orientação política brasileira em relação à África sob o governo Lula Ver: Vilas-Bôas, J. Os Investimentos Brasileiros na África no Governo Lula: um mapa. In: *Meridiano 47*, Vol. 12, No. 128, nov-dez, 2011.
- ²⁴ Se somado a grupos religiosos, foragidos, estudantes e pesquisadores, calcula-se que o número de brasileiros na África chegue a 100 mil pessoas.
- ²⁵ Um breve relato sobre o funcionamento recente da prostituição em Maputo pode ser visto em <http://historiasdemanica.blogspot.com.br/2012/03/maputo-prostitutas-arriscam-vida-por.html>. Acesso 2, 20/08/2017.
- ²⁶ Sobre o impacto dos “campos de internamento”, pós 1975, espaços para onde foram levadas muitas “ex-prostitutas”, mulheres aptas a serem “reeducadas”, leia-se <https://ambicanos.blogspot.com.br/2015/12/os-campos-de-reeducacao-tinham-um.html>. Acessado em 28/08/2017.
- ²⁷ <http://www.dw.com/pt-002/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-16948901>. Acessado em 29/08/2017
- ²⁸ Os procedimentos assumidos no trabalho com as entrevistas citadas estão em MEIHY. *História oral: como fazer, como pensar*, 2007.
- ²⁹ Catorzinhas, são crianças pobres que se prostituem desde garotas. É comum pais pobres venderem suas filhas meninas para senhores mais velhos. Pode-se dizer que há uma cultura desse procedimento como pode-se ver em “As catorzinhas de Moçambique” <http://comunidademocambicana.blogspot.com.br/2016/02/as-catorzinhas-de-mocambique.html>. Acessado em 02/08/2017.

Recebido em 09 de setembro de 2017/
Aprovado em 24 de setembro de 2017

Imprensa de imigrantes: Vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro*
Universidade Federal do Amazonas

Resumo – Este artigo aborda a imigração espanhola no Amazonas, as dimensões de sua diversidade étnica, ações e atividades empreendidas no meio urbano, que estruturaram o processo de integração dos espanhóis e sua assimilação na sociedade amazonense, procurando analisar sua importância no contexto socio-cultural do Estado. Em particular, estamos interessados em compreender como os próprios imigrantes dessa nacionalidade pensaram essa inserção no contexto amazônico e como a interpretaram, expressando-a em periódicos que a própria comunidade fez circular em Manaus, nos primeiros decênios do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes – Imprensa espanhola – Amazonas.

Abstract - We intend to explore in this article the Spanish immigration to Amazonas, the dimensions of its ethnic diversity, the actions and activities undertaken in the city of Manaus, which have structured the process of integration and assimilation within the Amazonian society, thus seeking to size its importance in the sociocultural context of the region. We are particularly interested in understanding how Spanish immigrants themselves thought of this integration and assimilation in the Amazon context and translated it into newspapers that the community itself made circulate in the city during the first two decades of the 20th century.

KEYWORDS: Immigrants - Immigrant Press – Amazonas.

Os estudos sobre imigração parecem estar na ordem do dia, refletindo o papel central que os deslocamentos humanos alcançaram neste início de século. Quase sempre os deslocamentos configuram situações dramáticas para os milhares de imigrantes que se veem, todos os dias, obrigados a abandonar suas regiões de origem, em busca de uma vida melhor em outros países e continentes. Sistemáticas crises financeiras e a recessão, que tomou conta da economia mundial no fim do século XX, trouxeram como corolário sucessivas ondas conservadoras que passaram por propor, notadamente em solo europeu, a adoção de medidas restritivas ao acolhimento de imigrantes, em meio ao avanço de nova onda de xenofobia por todo o continente.

Em paralelo, nas últimas décadas, ampliou-se o interesse de intelectuais e pesquisadores, que sempre se mostraram desejosos de ter uma melhor compreensão tanto dos motivos que levam populações ao deslocamento quanto dos dilemas que enfrentam para reestruturarem suas vidas, além de suas

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

identidades no interior dos contextos de destino. Muitas vezes os locais de chegada tendem a se apresentar ao imigrante como inóspitos, seja pelas múltiplas distâncias – econômica, social, cultural, política e linguística –, existentes entre os contextos de origem e destino, seja ainda pela reação nem sempre hospitaleiras das populações locais quanto à chegada de estrangeiros em seu território.

Em outras ocasiões, em especial em momentos de forte expansão econômica, a imigração pode ser não apenas aceita, como também incentivada por governos e/ou países desejosos de equacionar problemas decorrentes da escassez local de braços para ancorar os processos de expansão, mas mesmo nestas condições, o viver em terra estrangeira não deixa de ser traumático, gerando tensões, sofrimentos e angústias.

Partindo de tais pressupostos, este artigo volta-se para a observação de processos de deslocamentos de populações estrangeiras, notadamente espanhola, para uma região brasileira, a Amazônia, onde tais processos, embora marcantes, foram pouco estudados, em que pese os avanços historiográficos ocorridos na última década. Com efeito, desde o período colonial, a região Norte do país foi alvo de processos migratórios que a tomaram como destino, mas foi somente no último quartel do século XIX que o processo se acentuou, momento em que grandes contingentes populacionais rumaram em sua direção àquela terra, então mobilizada pelo imperativo da produção extrativa da borracha.¹

Com efeito, em meados do século XIX, a borracha amazônica foi lentamente se transformando em matéria prima estratégica para o desenvolvimento da indústria capitalista em expansão, o que determinou sua valorização e pontual no comércio internacional. Coube às elites econômicas e políticas locais, patrocinadas pelo capital estrangeiro, promoverem a montagem da infraestrutura básica para garantir o acesso das indústrias ao produto, o que significava enfrentar os gargalos que se interpunham no processo produtivo, dentre os quais, despontava a escassez de mão-de-obra.²

Como consequência dessa nova configuração abriu-se um período de forte investimento, público e privado, motivando a entrada na região de imigrantes nacionais e estrangeiros, gerando um processo sem precedentes de expansão demográfica que modificaria sensivelmente a face da Amazônia. O processo foi complexo e se desenvolveu em várias frentes e direções. Para os trabalhos na extração do látex, espalhados pelo vasto sertão amazônico, foram mobilizados principalmente migrantes nordestinos, vindos prioritariamente dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão; enquanto para a estrutura gerencial, para os serviços urbanos, e atividades comerciais concentradas nas principais cidades amazônicas – notadamente Belém e Manaus – foram atraídos também, e principalmente, imigrantes estrangeiros, como adiante se verá.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Desta forma, a história de Manaus, *locus* de nossa investigação, foi marcada pela presença de imigrantes vindos de outras regiões e países do globo que, por motivos distintos, acabaram encontrando na cidade um espaço de acolhimento e sobrevivência, mas também de reconstrução identitária advinda do imperativo da assimilação à uma nova ambiência cultural. Diga-se de imediato que a assimilação do imigrante em terra estrangeira não necessariamente despreza, anula ou descarta os vínculos com suas comunidades de origem, podendo até mesmo reforçá-los.³

Adensada pela forte presença de imigrantes, as dimensões políticas, econômicas, sociais, e culturais da capital amazonense ampliaram-se significativamente gerando um espaço urbano dinâmico e complexo, já que constituído por múltiplas relações sociais, de indivíduos e grupos não apenas distintos, mas, por vezes, antagônicos.⁴

Neste artigo é nosso interesse desenvolver uma reflexão inicial sobre os espanhóis que se deslocaram para o Amazonas durante a expansão da economia gomífera, e que acabaram por se concentrar, de forma mais sistemática, na cidade de Manaus, capital do Estado e um dos mais importantes entrepostos comerciais da borracha no período.⁵

A análise da imigração espanhola para o Amazonas ainda não recebeu o tratamento analítico adequado por parte da historiografia regional, que a registrou, quase sempre, como mero dado estatístico, diluída no contexto mais geral da imigração estrangeira do período.⁶ Pretendemos explorar as dimensões de sua diversidade étnica, as ações e atividades que, empreendidas na cidade, estruturaram o processo de integração e assimilação dos espanhóis no interior da sociedade amazonense, procurando assim dimensionar sua importância no contexto sociocultural daquele Estado. Interessa-nos, em especial, perceber como os próprios imigrantes espanhóis pensaram essa integração e assimilação no contexto amazônico e a traduziram em jornais que a própria comunidade fez circular na cidade nas duas décadas iniciais do século XX.

Destinados prioritariamente aos leitores espanhóis (de seu país de origem e da colônia amazonense), tais periódicos voltaram suas atenções para problemas e questões que afligiam especialmente esse segmento étnico, sendo, portanto, fundamentais para o estudo dos problemas, dilemas, demandas, aspirações, interesses e expectativas desta comunidade de imigrantes em Manaus.

Nossa perspectiva de abordagem pressupõe uma análise atenta aos cuidados sugeridos por José de Souza Martins, notadamente quanto à necessidade de tratar nacionalidades diferentes de forma distinta, de levar em consideração o período dos deslocamentos e os países para os quais essas pessoas se deslocaram, de averiguar as circunstâncias dessas travessias e as cidades onde se localizaram esses imigrantes, etc. Como bem destaca o autor:

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Essa perspectiva é fundamental, também, para entender porque há diferenças importantes, por exemplo, entre o imigrante espanhol e o imigrante italiano. A grande maioria dos imigrantes de cada uma dessas nacionalidades chegou ao Brasil em épocas e circunstâncias diversas, fato que marcou o destino de cada grupo e o modo como se integrou, na sociedade brasileira.⁷

Primeiras reflexões

O período que se estende do final do século XIX às décadas iniciais do século XX, constitui momento rico para o estudo da imigração no Brasil, já que a dinâmica socioeconômica do país, marcada tanto pela crise do modelo escravista como pela dinamização econômica, pautada numa nova divisão internacional do trabalho, propiciou a entrada massiva de imigrantes estrangeiros, dentre os quais despontaram italianos, portugueses e espanhóis. De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, o fomento à entrada de imigrantes obedeceu basicamente a dois imperativos, sendo o primeiro o de trazer trabalhadores para as fazendas de café, enquanto o segundo estaria voltado para “o incentivo à pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do sul”.⁸ Embora os dados estatísticos do período sejam deficientes, Oliveira argumenta que algo em torno de 31 milhões de pessoas chegou ao continente americano, sendo que, destes, 2,9 milhões teriam vindo para o Brasil, radicando-se, em sua maioria, na cidade de São Paulo.⁹

Outro elemento explicativo para o fenômeno do deslocamento em massa de europeus para a América (e para o Brasil) está fundamentado, segundo Ismênia de Lima Martins, nas profundas transformações pelas quais passava a Europa, em especial pelo fato do desenvolvimento do capitalismo ter avançado sobre áreas rurais e, em consequência, ter deixado milhares de camponeses sem trabalho. Martins refere-se também ao comportamento agressivo desempenhado pelo imperialismo na América Latina e ainda ao crescente desenvolvimento tecnológico que “resultou na revolução dos transportes, diminuindo a distancia entre os continentes, com a navegação a vapor”.¹⁰ Ainda segundo a autora, a “imigração se transformou em um grande negócio”, unindo interesses que iam da marinha mercante, passavam pelas companhias de navegação e chegavam à formação de uma “rede de agente locais que investia no assédio à população pobre, sobretudo camponesa, para mediar a emigração”.¹¹ Por sua vez, Josep Buades, referindo-se especificamente à emigração espanhola para as Américas, destaca que:

[Ela] foi um fenômeno com múltiplas causas, as razões econômicas predominaram. No entanto, também houve um fluxo migratório notável devido a exílios políticos. A conturbada história do século XIX espanhol provocou contínuas saídas de exilados, que temiam represálias pela sua

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

militância passada. A imposição do serviço militar obrigatório também motivou algumas migrações. Para as economias familiares, resultava numa penosa carga ter de perder por vários anos o trabalho agrário dos homens jovens.¹²

Mesmo com intensidades diferenciadas, este fenômeno de atração de imigrantes europeus atingiu também outras áreas do país, que estavam sendo dinamizadas pela expansão capitalista. Na Amazônia, a borracha, desde 1880, havia se transformado no segundo produto mais importante da pauta de exportações brasileiras, perdendo apenas para o café. Isso significou um deslocamento dos interesses do capital em direção à região, visando tanto o controle gerencial do processo produtivo, quanto o franco acesso àquela matéria prima.¹³

É dentro dessa lógica que podemos compreender, por exemplo, a construção, no meio da selva amazônica, de uma enorme ferrovia: a Madeira-Mamoré, cujo empreendimento ceifou milhares de vidas. Além de fortalecer os vínculos entre Brasil e Bolívia, sua construção foi pensada, principalmente, para o escoamento da borracha boliviana, utilizando-se o Rio Amazonas como rota de acesso ao Atlântico e, de lá, à Europa e Estados Unidos. Empreendimento de grande magnitude – seus trilhos chegaram a estenderem-se por 366 quilômetros, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim –, a estrada de ferro utilizou um contingente altíssimo de trabalhadores das mais diferentes nacionalidades, dentre os quais algumas centenas de espanhóis.

Centralizando as ofertas de borracha, os Estados do Pará e do Amazonas dinamizaram não apenas suas economias, mas também vivenciaram um processo de urbanização e modernização sem precedentes, abrindo oportunidades de trabalho e renda que logo foram percebidas pelos países europeus, empenhados que estavam em exportar seus “excedentes populacionais”. Conforme argumentou Eric Hobsbawm, a modernização capitalista das principais economias europeias desestruturou a tradicional produção agrária, concentrando terras e marginalizando parcela significativa de trabalhadores rurais¹⁴ que, despossuídos, se viram como rejeitados em seus próprios países, o que os impulsionava a partir. Ao descrever o processo, Hobsbawm comenta que:

O que a maioria deles almejava, ao emigrar, decerto não era terminar a vida como trabalhadores. Eles queriam “fazer a América” ou o país para onde fossem, na esperança de ganhar o suficiente, após alguns anos, para comprar uma propriedade ou uma casa e, como pessoas de posse, adquirir o respeito dos vizinhos em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega.¹⁵

A situação que Hobsbawm descreve, acaba nos levando para a percepção da íntima relação da condição de imigrante com o trabalho, sendo este, para Abdelmalek Sayad, o próprio elemento definidor do que vem a ser o imigrante:

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é, essencialmente, uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude deste princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser... Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos.¹⁶

Se, na Europa, havia desassossego pela falta de trabalho¹⁷, é certo também que havia esperanças numa vida diferenciada além-mar, como mencionou Hobsbawm. Enquanto isso, no outro lado do Atlântico, emergiam imagens poderosas, não apenas de oportunidades de emprego, mas também de facilidades e farturas sem fim. No Norte do Brasil, o propagandismo nada escrupuloso dos grupos dominantes chegou a revitalizar as míticas imagens do *El Dorado*, agora associado ao ambiente de extração do látex em meio à floresta tropical. Em paralelo, os governos dos Estados do Norte investiram pesados recursos em projetos urbanísticos arrojados que, inspirando-se em Paris, baniam referências do passado regional, calcado nas imagens da natureza e dos povos indígenas. Exemplo extravagante e ambicioso, em 1896, foi inaugurado, em Manaus, um teatro monumental, vitrine maior do sucesso de sua transição em direção ao futuro. Contextualizando o momento a partir de uma perspectiva global, Hobsbawm propõe a reflexão:

Mas se o progresso era tão poderoso, tão universal e tão desejável, como explicar essa relutância em acolhê-lo ou mesmo em participar dele. Seria simplesmente o peso morto do passado, que gradual, desigual porém inevitavelmente seria tirado dos ombros daquelas parcelas da humanidade que ainda se dobravam sobre seu peso? Em breve seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, 1600 quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do *boom* da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar *Il Trovatore*?¹⁸

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Com efeito, até aproximadamente 1870, Manaus não passava de um lugarejo acanhado e desprovido de atrativos, com uma parca população majoritariamente constituída por indígenas, em meio a parcelas menos expressivas de mestiços e pouquíssimos brancos, alguns dos quais, estrangeiros.¹⁹ A conjuntura especial propiciada pela borracha foi paulatinamente modificando a fisionomia da cidade e também a composição de seus habitantes. Na virada para o século XX, Manaus floresceu e seu espaço urbano se transformou, emergindo uma infinidade de prédios públicos e melhoramentos urbanos que agora a apresentavam como “vitrine do progresso”.²⁰ Ampliaram-se também, por meio de concessões a empresas estrangeiras, os serviços de abastecimento de água potável, tratamento de esgotos e transportes coletivos, dentre outros. Da mesma forma, a cidade presenciou pioneiramente a introdução de tecnologias de ponta, como a iluminação elétrica, linhas de bondes também movidas à eletricidade, além de telégrafo e sistema de telefonia.

A urbanização de Manaus dinamizou o comércio e abriu postos de gerenciamento tanto na burocracia estatal que se ampliava, quanto no sistema privado, sendo comum, neste último caso, que firmas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos buscassem pessoal qualificado em seus próprios países. De forma bem diversa do que ocorrera na segunda metade do século XIX, agora o visitante estrangeiro que chegava a Manaus, tendia a exaltá-la, registrando com entusiasmo e satisfação os avanços da “civilização” nos trópicos:

Qualquer dos melhoramentos e serviços de uma grande cidade europeia o forasteiro vae imprevisamente encontrar nesta cidade, perdida nos recônditos do continente, entre as baixadas dos Andes e os corredores intrincadíssimos da maior massa de águas fluviais em todo o planeta. O telefone, o telegrafo (quer o subfluvial, quer o terrestre, que o Estado fez construir à sua custa até à fronteira com o Pará), o jornalismo, as bibliotecas, o comércio ativíssimo, tudo indica que a civilização plantou naquelas alturas do continente semi-inculto um novo marco de sua evolução.²¹

Neste contexto de transformações modernizadoras, a política governamental de incentivo à imigração estrangeira buscava responder não apenas à falta crônica de mão de obra especializada e necessária aos empreendimentos urbanos, como também fortalecer posturas ancoradas nas ideias eugênicas que estavam em voga no país²² e que haviam penetrado no imaginário das elites dirigentes amazonenses como uma possibilidade de “melhorar a qualidade” da população amazônica. Este era, por exemplo, o pensamento de Augusto Ximeno Villeroy, Governador do Estado do Amazonas, em resposta à proposição da Associação Comercial a respeito de como se devia povoar o solo amazônico. Sua posição favorável à imigração europeia, partia de uma avaliação claramente negativa da população

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

regional. Mais ainda, Villeroy propunha que os imigrantes deveriam ser, necessariamente, oriundos dos países ibéricos:

A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; conseqüentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção; portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos. Toda tentativa, pois, de colonização asiática, seja qual for, deve ser energeticamente combatida; de resto, ensaiada em S. Paulo, ela tem sido verdadeiro desastre.²³

A partir dessa conjuntura extremamente favorável foi que se buscaram trabalhadores que possuíssem níveis educacionais elevados e maior qualificação técnica, pois o extrativismo e, em especial a comercialização da borracha, necessitavam a incorporação de quadros técnicos capazes de atuar nas atividades de financiamento, transporte e comercialização, e até mesmo aperfeiçoamento do produto e da produção. Não foi, todavia, o que ocorreu, já que a imensa maioria do contingente populacional estrangeiro que se deslocou para o Amazonas não apresentava qualificação técnica ou educacional.

Os números gerais acerca da entrada de imigrantes na Amazônia na virada do século XIX para o XX são bastante rudimentares e imprecisos, mas dão a medida de sua grandiosidade. Celso Furtado calculou o contingente entrado na região entre os anos de 1872 e 1910 em pelo menos 500.000.²⁴ Embora o destino final pretendido fossem as áreas de extração do látex nos diversos e longínquos seringais incrustados na selva, parte significativa desses imigrantes engrossaram as fileiras de indivíduos pauperizados que passaram a vagar sem rumo pelas cidades da região.

Com relação especificamente à imigração espanhola para a Amazônia, as primeiras referências são relacionadas ao século XIX e estão ligadas ao governo do Pará, que criou medidas de incentivo a vinda de mão-de-obra estrangeira, com o objetivo de incentivar a colonização em áreas consideradas despovoadas, e também para a construção dos trilhos da estrada de ferro de Bragança. Assim, em 1896, o governo paraense planejou a vinda de 100.000 estrangeiros, num prazo de 10 anos, visando estabelecer núcleos coloniais em áreas pouco ou nada ocupadas. No entanto, as medidas adotadas não surtiram o efeito desejado, frustrando o governo paraense da época. Roberto Santos identificou, como o principal motivo do fracasso, a preferência desses imigrantes por se estabelecerem em colônias no Sul do país. Santos, também, comenta que “de 1896 a 1900, em vez dos 50.000 esperados, tinham entrado apenas 13.299, quase todos de Portugal e Espanha; desses somente 9.616 se situavam na idade de 12 a 45 anos”.²⁵ Ainda segundo dados do autor,

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

desses imigrantes, 5.407 não tinham qualificação alguma. Em recenseamento produzido na época, referente às 17 colônias de imigrantes existentes no Pará – para além dos colonos de nacionalidade brasileira, que eram a maioria – havia 1.610 famílias, compostas de 9.275 pessoas, onde se destacavam os colonos de nacionalidade espanhola, com 642 famílias instaladas, compostas de 3.283 pessoas. Do total da participação estrangeira na colonização paraense, a quase totalidade (97%) era composta de espanhóis.²⁶

O uso de força de trabalho estrangeira na Amazônia também aparece associado, como já mencionamos, à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, cujo empreendimento empregou um contingente altíssimo de trabalhadores. Segundo Francisco Foot Hardman, “foram importados, entre 1907 e 1912, 21.817 trabalhadores, de cerca de cinquenta nacionalidades diferentes...”, podendo esse contingente ser ainda bem maior, chegando a mais de 30 mil, pois, conforme ponderou o autor, não fizeram parte desse cômputo os “trabalhadores avulsos que chegaram ao local por conta própria”.²⁷ As nacionalidades predominantes eram de antilhanos, barbadianos e espanhóis; depois vinham portugueses, gregos, italianos e franceses.²⁸ Os trabalhos de construção da ferrovia foram marcados por problemas e conflitos que iam do transporte e colocação dos trilhos em espaços adversos, até a maneira como foram agenciados e utilizados os trabalhadores, sem falar também do enfrentamento cotidiano das doenças e epidemias características dos trópicos.

Os diários de Manaus daquele período dão conta dessas diversas situações. Chamo particularmente a atenção para reportagem feita em 1908 pelo *Jornal do Comércio*, referente ao drama vivenciado por nada menos que 300 espanhóis que haviam embarcado no vapor norueguês *Amanda*, em Cuba, com destino ao rio Madeira, exatamente para trabalhar na ferrovia. Aportando o navio em Belém, para manutenção, tomados por desespero e arrependimento, alguns desses passageiros lançaram-se ao mar (mesmo sem saber nadar), sendo a seguir recolhidos por embarcações que estavam nas proximidades. O caso veio a público, provocando conflitos entre o consulado americano, espanhol e o governo brasileiro. Uma vez em terra, os trabalhadores denunciaram maus tratos sofridos durante a viagem e informaram que “foram iludidos na sua boa fé, por promessas que acabam de ver não passam de embustes bem urdidos com o único fim de conseguir o embarque”.²⁹ A Sociedade União Hespânica de Socorro Mútuos do Pará, conjuntamente com o Consulado Espanhol em Belém, tomaram a frente do processo, conseguido “fazer desembarcar cento e noventa e nove das vítimas”.³⁰

Restringindo a abordagem à capital amazonense, os números de imigrantes que entraram são, obviamente, menores, mas ainda assim significativos: Em 1872, havia, em Manaus, 29.334 habitantes. Em 1890 esta cifra subiu para 38.720, para dez anos depois (1900), alcançar a marca de 52.040 habitantes.³¹ Em 1907, a

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

população da cidade era calculada em 60.000 habitantes, sendo pelo menos 10.000 estrangeiros (portugueses, espanhóis, italianos, ingleses, franceses, alemães, venezuelanos, colombianos, etc.). Sobre os estrangeiros, o sanitarista Hermenegildo de Campos registrou que a maior colônia era constituída por portugueses e “em segundo lugar a dos espanhóis, avaliada em 1.400 a 1.500” pessoas.³²

Na composição da população de Manaus predominava “o elemento masculino”, pois a imigração familiar e mesmo de mulheres foi pequena. Houve exceções, já que, segundo Samuel Benchimol, os judeus desenvolveram uma “migração familiar, acompanhada de mulher e filhos”.³³ Não foi, na verdade, a primeira imigração familiar, uma vez que, como registrou Arthur Reis, em 1770 vieram para a Amazônia 340 famílias portuguesas, num total de 1.022 pessoas.³⁴ No entanto, embora a imigração familiar e de mulheres sozinhas tenha sido muito pequena, elas aqui estiveram e, mesmo que em número reduzido, deixaram impressas as suas marcas. A imigração espanhola para o Amazonas manteve esse padrão, já que nas primeiras décadas do século XX as mulheres representavam apenas 12% da comunidade espanhola na capital do Estado, sendo bem mais raras no interior.³⁵

Seja como for, o impacto desses imigrantes no contexto manauara foi bastante significativo e sua importância extrapolou em muito o mero dado estatístico. Uma vez em Manaus, os espanhóis assumiram diversas funções: Ocuparam posições no comércio local e mesmo no serviço público; trabalharam como amanuenses, caixeiros e carregadores do porto; abriram grandes e pequenos empreendimentos como firmas aviadoras, mercearias, padarias, casas de secos e molhados, armazéns e lojas de ferragens, onde pontificaram também sírio-libaneses. Estiveram presentes ainda no universo mais árduo do trabalho das fábricas e oficinas, no comércio formal e informal e nas empresas concessionárias dos serviços públicos.

À exceção dos ingleses, que se notabilizaram em Manaus pela construção de espaços restritos à sua comunidade de origem e pela manutenção de posturas de afastamento frente à sociedade local, a imensa maioria dos estrangeiros, fosse de origem portuguesa, espanhola ou italiana, buscou “interagir com” e mesmo “integrar-se na” comunidade local.³⁶

A presença de espanhóis nos mundos do trabalho em Manaus foi particularmente importante, já que, partilhando a cidade com os locais e com os migrantes nacionais recém-chegados, vindos principalmente do Nordeste, os estrangeiros, por suas experiências e contatos com as reivindicações e lutas populares de seus países, agregaram valor aos movimentos sociais amazonenses e às suas lutas por direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Destes imigrantes saiu gama expressiva de militantes anarquistas e socialistas que exerceram na cidade forte influencia entre o operariado local, como foram os casos do português Tércio Miranda, do italiano Targino Mariani e do espanhol José Azpilicueta. Desde cedo, tais lideranças operárias procuraram dar vazão às suas convicções políticas, qualificando o debate e as lutas que começavam a se esboçar no cenário local, e fizeram isso tanto por meio de ações diretas de enfrentamento, quanto pelo propagandismo da imprensa operária que, embora pequena, mostrou-se bastante aguerrida. Num cenário conflagrado, em que emergiam importantes dissensões entre os trabalhadores, o gráfico espanhol Joaquim Azpilicueta, originário da cidade de Pamplona, em Navarra, emergiu como uma importante voz contemporizadora:

Sou completamente contrário à luta entre os operários, porque entendo que essa luta é inglória, prejudicial e contraproducente, ante os fins que perseguimos, pois que com discussões de certo gênero, só damos ares aos elementos que devemos combater.

Sou completamente solidário com todos os que queiram concorrer à futura transformação social, dentro da evolução, chamem-se socialistas de Estado – grupo a que pertenço –, coletivistas ou sindicalistas.

(...)

Acabemos com essas dissensões e, unidos, batalhemos em prol dos espoliados e contra os exploradores.³⁷

Esta atuação na imprensa e pela imprensa foi, inclusive, pedra de toque não apenas para o associativismo operário, mas também para a organização e defesa dos interesses das comunidades estrangeiras em Manaus. E nela os espanhóis imprimiram significativas marcas. Com efeito, uma imprensa produzida por e para imigrantes³⁸ desde cedo tomou acento no cenário amazonense de passagem do século XIX para o XX, sendo certo que, no período compreendido entre os anos de 1893 e 1923, foram publicados pelo menos 25 jornais ligados à comunidades estrangeiras radicadas em Manaus, dos quais seis eram oriundos da colônia espanhola, sendo eles: *El Hispano-Amazonense* (1901); *La Voz da España* (1901-1907); *Centro Español* (1902-1903); *La Union* (1903); *El Español* (1903) e *El Hispano-Amazonense* (1918-1921). Alguns destes periódicos chegaram a publicar um número considerável de exemplares e somente um desses títulos, o *El Español*, de 1903, publicou um único número. No total, estes jornais perfazem aproximadamente duas centenas de números identificados e disponíveis para consulta, sendo certo que parte considerável deles, com o tempo, acabou se perdendo na desorganização arquivística que, infelizmente, ainda impera nas instituições de guarda amazonenses.³⁹

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

O processo de organização das comunidades estrangeiras em Manaus não apenas favoreceu e determinou a produção de uma imprensa comunitária, como também criou agremiações e associações com o intuito de fortalecer interna e externamente os laços identitários e de solidariedade entre seus integrantes. Tanto os jornais quanto as agremiações buscavam estreitar os laços com seus países de origem, construindo redes de solidariedade para resolução dos problemas comuns que os atingia. Em todo o período aqui trabalhado, foi comum acompanhar, na imprensa espanhola, queixas relacionadas à carência de moradias, à falta de emprego, à uma alimentação cara e escassa, além da rotina de doenças e epidemias.

Embora os espanhóis tenham se constituído, como já vimos, na segunda maior colônia de estrangeiros radicada em Manaus, pouco se conhece de sua história ou da trajetória deles na cidade, sendo ainda mais difícil acompanhar a vivência daqueles que pertenciam aos segmentos mais populares. Essa pouca visibilidade nos leva a recorrer a fontes que, muitas vezes, os flagram em atitudes consideradas conflitivas e transgressoras.⁴⁰

Com relação aos espanhóis de melhor condição social, podemos rastreá-los através dos diários da imprensa local, em colunas que tratavam de política, economia e da vida em sociedade; nos periódicos voltados para suas comunidades de origem, nas atas e documentos da Associação Comercial, e das associações beneficentes que criaram, além de referências esparsas de viajantes e memorialistas. Num destes trabalhos, é possível ver alguns imigrantes espanhóis à frente de pequenos comércios e empresas,⁴¹ e de instituições e órgãos beneficentes de destaque na cidade:

Não se pode olvidar o papel representado por famílias e empresários espanhóis que atuaram na Amazônia, no princípio do século, e durante o ciclo da borracha. Começando com aquela quixotesca figura de Luiz Galvez Rodrigues de Arias, o estranho imperador do Acre, que comandou uma revolução, em 1899, retratada no romance de Márcio Souza.

Os espanhóis e seus descendentes, tanto os de Belém quanto os de Manaus, ou do interior, tiveram bom desempenho, direta ou indiretamente, por meio dos seus descendentes bolivianos, peruanos e colombianos, durante esse ciclo nas praças de Iquitos, Letícia, Guajará-Mirim e Cobija, que foram, naquela época, importantes empórios e portos fluviais de exportação de borracha. Muitas dessas empresas também operaram em Manaus e a Revista da Associação Comercial mencionou, pelos menos, cinco nomes de recebedores de borracha de ascendência espanhola: Suarez, Hermanos & Cia.; J. C. Araña & Hermanos; M. Corbacho & Cia., R Suarez & Cia.; C. M. Assensi & Cia.⁴²

A comunidade espanhola, ao contrário da portuguesa,⁴³ parecia possuir uma realidade diferenciada nos primórdios de sua instalação em Manaus, enfrentando os mais diversos problemas internos, que, em muito, dificultaram sua organização

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

e coesão para o enfrentamento de uma nova vida num outro país. Com efeito, os jornais noticiam inúmeros conflitos, como, por exemplo, o relacionado à escolha da representação consular no Amazonas. Em 17 de junho de 1905, a *Sociedad Union Española*, convidava seus integrantes para uma reunião cujo objetivo era

protestar del pleno atropelo de que fuemos victimas en nuestros derechos de Españoles con el nombramiento de un vice-consul contra nuestra voluntad soberana. Esta sociedad espera que todos nuestros compatriotas compareceran á esta reunion para robustecer este acto, con sus presencias e sus firmas, dando así, una prueba de amor a la pátria y atestiguar de que en sus benas corre aun la sagre de los heroes del 2 de mayo de 1808. ⁴⁴

As querelas patricias foram comuns, principalmente entre aqueles que tencionavam destacar-se como lideranças no seio da comunidade. Exemplo maior de tais entreveros foram os ocorridos entre o trabalhador gráfico Joaquim Azpilicueta, com grande influencia no seio do operariado amazonense, e o comerciante Julio Minuesa Merchan, vinculado à associações beneficentes e repatriadoras espanholas e proprietário do jornal *La Voz de España*. Enquanto Azpilicueta expressava-se por meio de sua coluna *Cosas de España*, utilizando-se do pseudônimo *Navarro de Pamplona*; Merchan respondia por intermédio de seu jornal, assinando como *El Madrileño de Vallecas*.

Pela leitura dos jornais, foi possível detectar, entre as lideranças espanholas, um fenômeno que não encontramos para outras comunidades estrangeiras radicadas na cidade. Trata-se do uso largo uso de pseudônimos que as lideranças espanholas de Manaus lançaram mão, quase sempre referenciando suas cidades e regiões de origem. Para nós reside aí uma pista importante para a compreensão dos conflitos internos, estando estes relacionados a disputas étnicas e nacionalistas ainda vívidas entre os espanhóis e que, uma vez deslocados para a Amazônia, transpuseram aquelas tensões e conflitos para o outro lado do Atlântico, fazendo com que a comunidade espanhola fosse, pouco a pouco, adquirindo fama de turbulenta. Em matéria veiculada em junho de 1905, dirigida aos integrantes da comunidade espanhola, um importante jornal de Manaus denuncia a escalada de violência no interior daquela comunidade, informando que “nesta luta terrível entre os seus patricios... tem havido assassinatos nas esquinas e envenenamentos no meio da rua; navalhadas à luz do sol e tiros à meia noite...”.⁴⁵

Com efeito, naquele momento, a comunidade demonstrava estar visivelmente fracionada, disputando espaços de poder e reagindo à uma recente escolha do vice-consul espanhol em Manaus. Os jornais da colônia passaram então a reverberar o conflito, disseminando denúncias e xingamentos:

!!! ABAJO MÁSCARAS !!!

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

A LA COLONIA ESPAÑOLA

Con sorpresa lei en el *Amazonas* del 23 del corriente, un apedido “Ao Pubico”, que no dudo pertence al secretario del intitulado Vice-consul español el muy *digno* excelentísimo sr. d. Fernando Puig (Clarinete), al cual voy a contestarle por partes:

1º. Julio Minuesa Merchá, no vive, ni ha vivido nunca en la Rua del Progreso, n. 54, como el Clarinete sabe divinamente; pues fue usted tan traidor y miserable que estubo en mi casa (24 de Maio, 57) examinando unos periódicos españoles “La Voz de España”, “Hispano-Amazonense” y “Centro Español”; todos hechos en mi tipografía y nunca para *Desunir la colonia* como dice, siendo Clarinete el primero en felicitar me delante de varios españoles que se encontraban presentes y servirán de pruebas.

2º. Ni soy presidente, ni secretario, ni socio, de la “Unión Española” como desafío, a que lo pruebo no solo a Clarinete, sino á los firmantes de la felicitación al sr. Peters, incluyendo á dicha Sociedad, si fui nunca socio. ⁴⁶

Os desentendimentos ocorridos no seio da comunidade tornavam difícil, mas não impossível, a unidade da colônia espanhola e a construção de projetos comuns. Com efeito, os espanhóis criaram espaços de sociabilidade, e movimentos de solidariedade voltados para o amparo dos membros mais fragilizados da comunidade. Criaram instituições assistencialistas, repatriadoras e de socorros mútuos que, além de tentar manter a comunidade unida, prestaram sensível apoio aos patrícios que caíram na miséria e na indigência.

A ideia de manutenção da unidade veio principalmente pelos empreendimentos jornalísticos, com a emergência de periódicos destinados a falar diretamente para os espanhóis radicados no Amazonas. Esse foi o caso, por exemplo, do periódico *La Voz de España*, fundado e dirigido em 1901 por Júlio Minuesa Merchan e José Diaz Lopez. Foi um dos primeiros jornais elaborados no interior da comunidade e tinha o claro propósito não apenas de “falar para ela”, mas também, e acima de tudo, “falar em nome dela”. Em um de seus primeiros artigos – *Unámonos* –, externava as preocupações com o marasmo da comunidade, com a desunião que grassava em seu interior, para finalizar conclamando os espanhóis a despertar do sono profundo em que se viam imersos:

Con grande espanto, de nuestra parte, hace tiempo, venimos viendo el abandono en que se halla la honrada colonia española, á que pertenecemos, y el poco patriotismo de que parece se halla poseída.

Siendo la colonia española de Manaus una de las que hacen frente á cualquier otra de los Estados del Norte, no vemos motivo para que se conserve inerte y muda. Y cual ovejas esparcidas andemos errantes sin un abrigo cierto donde socorrer nuestros males y consolar nuestras penas. (...)

Existen en Manaus diversas sociedades, cada cual perteneciente á su nación, la única que hasta hoy no se ha hocho notar, vivicado en la obscuridad ha sido la española; és tiempo do que esta humilde, se haga reproscetar y diga

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

en voz bien alta: Espana no ha muerto. Espana vive! La prueba aquí la tenela en esta bandera que abrazamos; ella representa la Patria y nosotros su hijos defensores, que aunque en lojanas tierras no dejamos de ...tar su nombre. ⁴⁷

Dentre os fatores que motivavam a imprensa de imigrantes no Amazonas estava o de manter vívidos os vínculos identitários, tornando fundamental a tarefa de aproximar cada vez mais a colônia com os temas e as questões que animavam cotidianamente a vida na Espanha. O jornal seria, portanto, um elemento de ligação e de mediação que viabilizava a adequada circulação de informação, produzindo um diálogo contínuo entre os dois lados do Atlântico. Funcionavam, portanto, como “portos flutuantes”, para usar a bela expressão de Benjamin Abdala Jr e Marli Scarpelli:

O circuito cultural ibero-afro-americano atravessado por esta imagem, busca ancoragem em terceiras margens simbólicas, onde costumam florescer processos interativos e reversíveis de línguas e conhecimentos, de convívio entre diferenças culturais, mesmo as aparentemente mais irreduzíveis. ⁴⁸

Esta questão parece ficar bastante clara por ocasião da apresentação de seu programa, pelo *La Voz de España*:

la idea de la fundación do un órgano español en esta capital no fue otra nuestra intención sinó la de procurar por medio de él progreso de su Colonia hermanando a todos, defendiéndola ao mismo tiempo de todo y cualquier abuso que por desgracia pueda sufrir; poniéndola también al corriente del movimiento administrativo e comercial de nuestra querida Patria. ⁴⁹

Mesmo durante os momentos em que os lucros auferidos pela borracha foram grandes, o Amazonas e sua capital não demonstraram condições de fornecer trabalho, moradia e uma vida digna à altura dos sonhos da maioria daqueles que nela aportavam. Os anúncios dos jornais sugerem que a grande maioria dos que conseguiam empregos, recebiam salários baixos, que não os permitiam viver decentemente,⁵⁰ e aqueles que não conseguiam trabalho, perambulavam pela cidade, sem rumo, sem alimento, e principalmente, sem condições de retornar às suas cidades de origem. Muitos foram os que, nacionais ou estrangeiros, adoeciam por causa da fome ou de doenças e que, sem amparo, largavam-se como indigentes, sendo posteriormente recolhidos aos hospitais da cidade.⁵¹

Para fazer frente a situações como estas, diversas comunidades, nacionais e estrangeiras, passaram a empenhar-se na criação de instituições que pudessem dar algum tipo de suporte a seus membros. Até o final do século XIX, este movimento associativo parece ter sido mais forte entre as comunidades de nordestinos radicados na cidade, já que os maranhenses, em 1893 convocam sua comunidade para a reunião de criação da Sociedade Beneficente Gonçalves Dias,⁵² enquanto a

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Sociedade Beneficente Cearense foi fundada em 20 de Setembro de 1896, com a aprovação de seus estatutos pelo governo no ano seguinte. Estruturavam-se claramente como entidades assistencialistas como bem demonstram seus objetivos:

- a) amparar os seus associados contra quaisquer adversidades;
- b) prestar auxílios aos Cearenses, associados ou não, que reclamarem seu concurso ou dele se mostrarem carecedores;
- c) socorrer os associados ou quaisquer Cearenses em ocasião de enfermidades, pobreza extrema, ou infortúnio de qualquer natureza.⁵³

O pioneirismo, contudo, coube aos portugueses que, já em 1873, tomaram a iniciativa contribuíram para a criação de um dos mais importantes centros de acolhimento de enfermos e de saúde da cidade, a Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, instituição com fins caritativos que tinha como meta atender, para além dos seus associados, todos aqueles que demandassem seus préstimos. Anos depois (1908), os portugueses fundariam ainda a *Lusitânia Repatriadora*, cujo objetivo maior era repatriar portugueses que se encontrassem no Amazonas em situação de extrema penúria e indigência.

Os espanhóis de Manaus também seguiram este caminho, empenhando-se na criação de instituições que pudessem prestar ajuda aos membros de sua comunidade, já que a pesquisa até aqui realizada encontrou pelo menos quatro instituições de beneficência criadas por eles em diferentes momentos. A primeira é de 1902, momento em que a comunidade fundou *Centro Español*, que propunha em seus estatutos “dispensar los socorros de que carezcan los socios indigentes, en caso de enfermedad ò muerte y quando á su juicio y sus fondos lo permitan”.⁵⁴ Sua diretoria era composta por Antonio Augusto Pérez, presidente ; Bartolomé Lozano Escudero, vice-presidente e Julio Minuesa Merchán, Secretario. Pelos registros documentais, percebe-se que o Centro Español manteve-se ativo até, pelo menos, 1914.

No ano de 1905, encontramos referências sobre o funcionamento de duas outras sociedades espanholas: a *Sociedad La Union Española*,⁵⁵ que parecia já estar instalada há algum tempo, e a *Sociedade Hespanhola de Beneficencia Cervantes*, recém-criada, cuja junta provisória era composta por Manoel Parada Corbacho, Presidente; Francisco Barroso, Vice presidente; Joaquim Azpilicueta, 1º. Secretário e Manoel Groba Pampillon, tesoureiro, além dos vogais Angel Perez Caballero e Jesus Rodrigues⁵⁶. A última instituição de que tivemos informação foi a *Sociedade Espanhola de Socorros Mutuos*, fundada em 28 de maio de 1916 e que continuava em pleno funcionamento no ano de 1923.⁵⁷

Seria um erro achar que a vivência espanhola em Manaus era marcada apenas por dramas e histórias de insucesso a requerer a formação de instituições filantrópicas.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Seus membros criaram também agremiações e sociedades voltadas para o entretenimento esportivo e social, como foi o caso da *Sociedade Espanhola Recreativa* e da *Union Sportiva Espanhola*, que, dentre outras atividades, disputavam partidas de futebol com times nacionais e estrangeiros, conforme podemos observar na publicação pelas colunas jornalísticas: “As dezesseis e meia horas, no campo Coronel Ramalho, haverá um *match de foot-ball* entre o terceiro *team* do Luso Sporting Club e a Union Sportiva Hespahola”.⁵⁸

No âmbito das programações recreativas, animadas pela colônia espanhola da cidade, constavam espetáculos para todos os gostos e voltadas para as crianças e para as famílias: ventríloquos, apresentações circenses e de peças teatrais, além de cantores e dançarinas que atuavam pelos teatros e cafés da cidade. Havia ainda a projeção de filmes de companhias e participantes de nacionalidade espanhola. Em 1905, a empresa Juca de Carvalho convidada o público para assistir no Teatro Amazonas, a “Grande Companhia Hespahola de zarzuelas e operetas”, dirigida por D. José Garrido⁵⁹. O *Club dos Terríveis*, que funcionava no bastante afamado *Café dos Terríveis* – espaço de reconhecida concentração de intelectuais e boêmios da cidade –, convidava a população para assistir sua badalada programação noturna, que podia incluir, por exemplo, a apresentação de uma dançarina espanhola:

Continua a merecer a preferéncia dos que à noite procuram uma distração alegre e distinta, o *Club dos Terríveis*. Domingo, o *placar* dessa agremiação anuncia a festa d'onore da dançarina hespanhola *La Rotena*. Será, segundo nos dizem, uma serata encantadora. *Rotena* organizou um programa caprichoso, que está despertando o entusiasmo no meio de seus admiradores. Se o tempo permitir a festa será ao ar livre, na *terrasse* magnifica do Club dos Terríveis, que não encontra igual no norte do Brasil. *Rotena*, com essa festa, despede-se do publico amazonense, pois tem de embarcar para a Europa pelo Antony. É de esperar que, nesse dia, *Os Terríveis* tenham uma grande enchente.⁶⁰

Faziam também parte das reuniões da comunidade espanhola de Manaus as festas de conagraçamentos patrocinadas por seus sócios mais proeminentes em condições econômicas e sociais, além das festividades de datas históricas, ou ainda do aniversário de algum membro da família real. A Sociedad Española de Socorros Mutuos e Sociedad Española Recreativa e de Beneficenza, por exemplo, celebraram efusivamente a data natalícia de seu rei, com uma programação que contou com o comparecimento de diversas autoridades governamentais e de membros não espanhóis da sociedade manauara. Segundo um periódico local, na Sociedad Española Recreativa e de Beneficenza, depois dos discursos solenes de praxe.

A sessão foi encerrada com os hinos Hespahol e brasileiro, seguindo-se a *soirée* dançante, que se prolongou até alta noite. Num dos intervalos o

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

presidente da sociedade ofereceu uma taça de *champagne* as autoridades e a imprensa, trocando-se por essa ocasião amistosos brindes. Durante a recepção dos convidados tocou a banda de musica da força policial.

Não menos deslumbrante foi a festa da Sociedad Española de Socorros Mutuos.⁶¹

Eram ainda motivos para comemorações os momentos relacionados a nascimentos, batizados, aniversários e casamentos de membros das famílias abastadas da comunidade, que faziam reverberar tais eventos pelas colunas sociais do período:

Realiza-se hoje a tarde, o consorcio do conceituado chefe da firma Fontenelle e companhia, Sr. Raymundo Nonato Fotenelle da Silva, diretor dos cinemas desta cidade, com D. Felisa Concha Peña, sendo paraninfos: por parte da noiva, os Srs. Edouard Boni, vice-consul da França e D. Miguel Martín y Romero, vice-consul da Hespanha e suas consortes; e do noivo Dr. João Antônio da Silva, D. Rosa Fontenelle da Silva, coronel Joaquim Francisco de Paula e D. Arya da Silva Paula.

D. Felisa Peña é filha do coronel do exército hespanhol D. Juan Peña Villa Senór, que se distinguiu por inúmeros feitos e grande bravura em prol da sua pátria, tendo conquistado, entre outras condecorações, a gran-cruz de São Hermenegildo, pelo rei da Hespanha. Foi companheiro de armas do celebre caudilho hespanhol general Fajardo, tendo pertencido ao Real Corpo de Alabardeiros.⁶²

Como já afirmamos em outro momento, foi mais difícil acompanhar a vivência dos segmentos mais populares, já que, em geral, não deixaram registros próprios de sua presenças e também porque deles as instituições do Estado e dos segmentos dominantes pouco se importou. Quando aparecem referenciados na imprensa, frequentemente estão associados a atitudes consideradas transgressoras por parte das autoridades locais. Assim, acontece, em geral, por meio de colunas como “coisas policiais”, “os buliçosos”, ou “gentes da arrelia” – todas veiculadas pelo *Jornal do Comércio* –, nas quais podemos observar a presença e os conflitos vivenciados por espanhóis que partilhavam uma condição de subalternidade: são padeiros, cacheiros, carregadores, estivadores, motoristas, lavadeiras, cozinheiras, trabalhadores ambulantes, etc., que no exercício de seus ofícios, ou até mesmo nos seus momentos de lazer e descontração, acabavam muitas vezes envolvidos em algum tipo de distúrbio ou confusão:

Achavam-se jogando, às vinte e quatro horas de anteontem, em um kiosque existente à praça do Comércio, esquina da rua Tenreiro Aranha, de propriedade de Manoel Silveira, o carregador Pedro Gomes, de nacionalidade espanhola, e o cozinheiro Antônio Afonso Torres. Em uma das vezes Torres perdeu a partida e não quis fazer as despesas. Disse que não pagava porque não estava disposto a isso e outras coisas mais. O outro

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

respondeu desafortadamente. Atracaram-se, rolaram pelo chão. Pedro, perdendo a calma, sacou de um punhal e feriu o contendor pelas costas, vibrando-lhe dois golpes. Evadiu-se em seguida. A polícia chegou pouco tempo depois, encontrando o ferido estendido no solo. O agressor, que desapareceu na ocasião, foi capturado, ontem, pela manhã. É leve o estado de Antônio Torres, que é de nacionalidade portuguesa, tendo vinte e oito anos de idade.⁶³

A comunidade espanhola que se estabeleceu em Manaus, no início do século XX, passou a ser incluída nos antigos e novos ofícios que passaram a compor o cenário urbano da cidade. Alguns poucos, dotados de algum capital, estabeleceram-se como proprietários e comerciantes no abastado comércio de importação e exportação; outros espraíram-se pelos setores médios urbanos, ocupando cargos técnicos na burocracia estatal ou atuando como médicos, advogados ou engenheiros. Mas a imensa maioria dos espanhóis radicados na cidade fazia parte da classe trabalhadora, exercendo, dentre outros, ofícios como os de sapateiros, padeiros, pedreiros, carregadores, cocheiros, gráficos, alfaiates, catraieiros, estivadores, vendedores ambulantes e caixeiros, além de trabalharem em atividades ligadas aos setores industrial e comercial, além do mais amplo e obscuro setor informal. Em muitos anúncios, publicados por potenciais empregadores, é possível perceber uma preferência por trabalhadores estrangeiros, em especial por portugueses ou espanhóis: “Avisos úteis: criado – no prédio nº 48 à avenida Eduardo Ribeiro precisa-se de um criado de 12 a 14 anos de idade, prefere-se português ou espanhol”.⁶⁴

Com relação à mulher espanhola, tanto nos jornais da colônia quanto na imprensa nativa, as referências são mais difusas, mas é possível argumentar que elas eram requeridas com mais frequência para serviços domésticos ou relacionados à moda ou a confecção de roupas, costuras e bordados, conforme demonstram os avisos veiculados pelos jornais: “Avisos úteis: Cozinha – precisa-se de uma cozinheira espanhola ou portuguesa. Rua Demétrio Ribeiro, n. 14; Ama seca – precisa-se de uma com urgência no sobrado d. 14 da rua Mundurucus. Prefere-se nacionalidade espanhola”.⁶⁵

A iconografia, as propagandas e os anúncios dos jornais do período permitem visualizar essas mulheres no exercício de suas funções. Eram criadas, cozinheiras em casas de famílias mais abastadas e pensões da cidade, amas de leite, lavadeiras, vendedoras e costureiras nas lojas de artigos de luxo, e em especial, nas lojas destinadas ao consumo feminino: “Avisos úteis: Modista Espanhola: trabalha por figurinos e confecciona para senhoras e crianças, Rua Demétrio Ribeiro, 16”.⁶⁶

Mulheres da comunidade espanhola também apareciam com frequência nos registros das ocorrências policiais, quase sempre como vítimas da dominação e da

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

violência masculina. Traduzindo o movimento das delegacias, os jornais acabavam por referenciar os atos de violência contra as mulheres com maior ou menor descrição e respeito, em função da condição social das vítimas. Ponderado e discreto quando se tratava de mulheres ligadas à famílias abastadas; jocoso e sensacionalista quando se reportavam à mulheres de condição subalterna:

‘Quem come do meu pirão, apanha com meu cinturão’, é a frase popular que vem de muitos séculos. Demétrio Castro, espanhol e trabalhador, foi quem se opôs a esse velho aforismo, surrando diariamente a sua companheira de vida, uma sua patricia, viúva, que se deixou iludir por ele.

A pobre espanhola tinha uns cobres deixados pelo seu marido, e com eles ia vivendo parcamente. Demétrio, sabendo que a viúva era possuidora desses 5 ou 6 contos de reis, procurou conquista-la, prometendo-lhe casamento e zelar pela herança, empregando-a na construção de uma casa.

A espanhola caiu no laço, e eis os dois morando juntinhos sob o mesmo teto. Demétrio entrou a gastar uma parte dos cobres de sua patricia, construindo uns miseráveis casebres, ali no começo da rua Tapajós, e outra parte em suas orgias. O dinheiro tem voado quase todo, e o espanhol já se aborreceu da viúva, briga com ela todos os dias e aponta-lhe a porta da rua, dizendo que as casas são dele e só!

A pobre mulher que viu as economias de seu marido desaparecerem, protestou contra os desaforos do seu companheiro, dizendo não sair, pois as casinhas foram feitas com o seu dinheiro. D’ai, uma pancadaria grossa que ela apanha. Ontem, justamente, quando ela estava sendo sovada, passava o subprefeito capitão Martins que, com sua ordenança acudiu os gritos da infeliz.

Interrogado, o espanhol respondeu que continuaria a espancá-la até que ela lhe deixasse as casas, em virtude do que foi imediatamente preso, e está recolhido ao xadrez da prefeitura.⁶⁷

O infortúnio feminino alcançava ainda para outras dimensões, pois com o *boom* da borracha e a conseqüente expansão urbana, Manaus passou a ser uma cidade muito atrativa também para ao comércio do corpo, recebendo prostitutas estrangeiras e nacionais que vinham em busca de ganhar a vida. Neste universo obscuro, em que também estão referenciadas práticas da escravidão branca,⁶⁸ as espanhola também se fizeram presentes, atuando nos diversos bordeis, pensões e cabarés que proliferaram na cidade e agitaram sua vida noturna:

Etelvina Valles, espanhola, consoante o costume de sua terra, gosta extraordinariamente, não só de assistir como também de fazer *touradas*. Ontem, na casa á avenida Silverio Nery, n. 183, *campo* escolhido por Etelvina para suas recreações *tauromáticas*, esta lidou magníficos *touros*, na sua maioria compostos de roupas brancas, saias e corpetes. E como Elvira é hábil na arte de lidar, lá se foi de *cambulhada* para a delegacia do 1º. Distrito, onde talvez esteja agora a desafiar as grades para uma sorte... sem exílio.⁶⁹

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

Fosse de forma individual ou coletiva, a presença espanhola impactou a capital amazonense, desenvolvendo ali experiências de sociabilidades, solidariedades, tensões e conflitos que são ainda pouco estudados e conhecidos. Oxalá permita que esta pesquisa, ainda em etapa inicial, possa não somente trazer alguma contribuição e jogar um pouco de luz sobre essas vivências plurais, como também motivar outros pesquisadores a enfrentarem o desafio prazeroso da pesquisa e da construção histórica.

Notas e referências

* O presente artigo faz parte das reflexões do projeto que venho desenvolvendo como bolsista junto ao CNPq/CAPEs.

¹¹ Estudos clássicos sobre o assunto incluem: C. FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. 20ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985; R. SANTOS. *História econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980; B. WEINSTEIN. *A borracha da Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC, 1993; F. G. LACERDA. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência, 1889/1916*. Belém: Editora Açaí, 2010.

² SANTOS, 1980, pp. 87-118.

³ B. ANDERSEN. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

⁴ Assumimos aqui a percepção do espaço urbano enquanto “fenômeno estruturador de relações sociais, de comportamentos individuais e de práticas coletivas específicas e heterogêneas”. B. F. NUNES. “Urbanização e Migrações: reflexões gerais para auxiliar a interpretação do fenômeno no Brasil”. In: Centro Scalabriano de Estudos Migratórios. *Migrações e situações de fronteira*. Brasília: CSEM, 2012, vol. 1, p. 12.

⁵ De modo geral, o recorte proposto abarca o período de expansão e decadência da economia de exportação da borracha, tomando como balizas extremas (1901 e 1921) datas que marcaram, respectivamente, o aparecimento do primeiro e do último jornal espanhol publicado no Amazonas. Embora ambos possuíssem o mesmo título, *El Hispano-Amazonense*, eram, de fato, periódicos diferentes, editados por grupos igualmente diferenciados.

⁶ Embora o esforço acadêmico empreendido por Samuel Benchimol seja digno de nota, chama atenção o fato de que em sua alentada obra, de mais de 500 páginas, onde destina capítulos distintos à índios, caboclos, cearenses, afro-brasileiros, portugueses, ingleses, judeus e sírio-libaneses, o capítulo destinado aos espanhóis seja o mais ligeiro (apenas 12 páginas) e restrito ao período da “descoberta e conquista”, dimensão reveladora da carência de estudos de que falamos. S. BENCHIMOL. *Amazônia: formação social e cultural*, 3ª ed., Manaus, Valer, 2009.

⁷ J. S. MARTINS. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930”. *História*, 121 (1989) esp. p. 6.

⁸ L. L. de OLIVEIRA. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002, esp. 15.

⁹ OLIVEIRA, 2002, p. 24.

¹⁰ I. L. MARTINS. *Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, esp. 385.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

-
- ¹¹ MARTINS, 2013, p. 391.
- ¹² J. M. BUADES. *Os Espanhóis*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 145.
- ¹³ M. L. PRADO; M. H. CAPELATO. “A borracha na economia brasileira da Primeira República”. In: Boris FAUSTO (Org.): *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 8. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 285-307, esp. 299.
- ¹⁴ Eric HOBSBAWM. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, esp. 181-190.
- ¹⁵ HOBSBAWM, 2011, p. 184.
- ¹⁶ A. SAYAD. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, p. 1998, esp. pp. 54-55.
- ¹⁷ A população amazonense acompanhava essa situação pela imprensa. Em 1909, um jornal local chegou, por exemplo, a anunciar que em Madri, “em Monte Plano, 200 operários que se acham sem trabalho, promoveram sérios conflitos, o que motivou a intervenção da polícia”. *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 de março de 1909.
- ¹⁸ HOBSBAWM, 2011, p. 58.
- ¹⁹ O. M. MESQUITA. *Manaus: História e arquitetura, 1852-1910*. Manaus: Edua, 1997, esp. pp. 4-47.
- ²⁰ MESQUITA. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos, 1890-1900*. Manaus: Edua/Fapeam, 2009, esp. p. 81.
- ²¹ A. DIAS. *O Brasil Actual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, esp. p. 116.
- ²² M. C. MAIO; R. V. SANTOS (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.
- ²³ A. X. VILLEROY. “Como se deve povoar o solo Amazônico”. In: Bertino de MIRANDA (org.). *Anaas do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*. Manaus, 1911, esp. pp. 25-26.
- ²⁴ FURTADO, 185, pp. 129-135.
- ²⁵ SANTOS, 1980, p. 92. Cf. também M. de N. SARGES; J. A. GOMES. “Os Espanhóis na cidade de Belém: conflitos e solidariedades”. *Fênix*, 01 (2014), pp. 1-17.
- ²⁶ SANTOS, 1980, p. 93.
- ²⁷ F. F. HARDMAN. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, esp. pp. 139. Segundo ainda o autor a Madeira-Mamoré se configurava como “o espetáculo privilegiado da civilização capitalista”, p. 15.
- ²⁸ SANTOS, 1908, p. 95.
- ²⁹ BRASIL. *Jornal do Comércio*, Manaus, 29 de março de 1908.
- ³⁰ BRASIL. *Jornal do Comércio*, Manaus, 29 de março de 1908.
- ³¹ Até 1900, os dados se referem a censos apresentados por pelo médico sanitário Alfredo da Matta. Alfredo MATTA. *Geografia e topografia médica de Manaus*. Manaus: Tip. Renaud, 1916, esp. pp. 43.
- ³² H. CAMPOS. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1988, esp. pp. 101.
- ³³ BENCHIMOL, 2009, 278.
- ³⁴ *Apud* A. V. ARAUJO. *Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação*. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1974, esp. pp. 85.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

³⁵ CAMPOS, 1988, p. 25.

³⁶ M. L. U. PINHEIRO. “Portugueses e Ingleses no Porto de Manaus, 1880-1920”. In: Fernando SOUSA, Ismênia MARTINS, Lená de Medeiros MENEZES, Maria Izilda MATOS, Vera FERLINI, Nazaré SARGES e Jobson ARRUDA (orgs). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto (Portugal): CEPESSE, 2015, pp. 52-73.

³⁷ J. AZPILICUETA. “Impressões”. BRASIL. *A Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1º junho 1914.

³⁸ Entendemos por imprensa de imigrantes, uma imprensa escrita em língua materna, ou não, produzida por grupos étnicos diferenciados, oriundos de um processo migratório, cuja fala prioritária se dirige para esse grupo.

³⁹ Desses 25 jornais, 15 foram editados por portugueses, 6 por espanhóis, 3 por italianos e 2 por árabes. J. R. B. FREIRE (coord.). *Cem anos de Imprensa no Amazonas – Catálogo de jornais*. Manaus: Ed. Calderaro, 1990.

⁴⁰ Tomando como pertinente a análise de Marília Klaumann Cánovas, essa deficiência parece não ser apenas do contexto amazonense, já que, no estudo por ela desenvolvido sobre a presença do imigrante espanhol no Brasil, sobressai o fato de que aquele é quase sempre “ofuscado pelo italiano, de inegável superioridade numérica”. Cánovas ainda argumenta que “o imigrante espanhol, cujos números, baseados nas estatísticas locais, atingiram meio milhão de indivíduos, ingressados especialmente na primeira vintena dos novecentos, permanecia como coadjuvante, como personagem de uma história de reticências. M. K. CÁNOVAS, M. K.: “Cartografias do exílio: o imigrante espanhol no movimento massivo e o Brasil como destino, 1880/1930”. In: José Jobson de ARRUDA et al. *De colonos a imigrantes*. I (E)migração para o Brasil. São Paulo, 2013, esp. p. 132.

⁴¹ Cánovas para São Paulo afirma que “de modo geral, salvo poucas exceções, o espanhol buscou aplicações em empresas relacionadas a bens de consumo direto, - alimentos, chapéus, colchões, têxteis, calçados e cigarros – que se amoldavam às necessidades mais imediatas de um nascente mercado consumidor, funcionavam com tecnologia simples e para cuja constituição não necessitavam de grandes investimentos.” CÁNOVAS. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade Urbana (1890-1922)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, esp. p. 285.

⁴² BENCHIMOL, 2009, esp. p. 111.

⁴³A colônia portuguesa, a maior existente no Estado, possuía uma comunidade forte, um nível de organização e articulação muito bom com seus compatriotas e com a sociedade amazonense, fundadora de um hospital: O hospital Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, criado em 1873, que servia não somente a seus sócios, mais a outras comunidades estrangeiras, bem como a toda a comunidade amazonense.

⁴⁴ BRASIL. *La Voz de España*, Manaus, 17 de junho de 1905. O movimento 2 de Mayo, foi uma ampla e violenta revolta popular contra a invasão francesa que “começou em Madri no dia 2 de maio como uma reação à notícia de que a família real tinha partido para a França”. W. PHILLIPS JR.; C. R. PHILLIPS. *História concisa da Espanha*. São Paulo: EDIPRO, 2015, esp. p. 219.

⁴⁵ BRASIL. *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 de junho de 1905.

⁴⁶ BRASIL. *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 de junho de 1905.

⁴⁷ *La Voz de España*, Manaus, 6 de janeiro de 1901.

Artigos

Imprensa de imigrantes: vozes da colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921

Maria Luíza Ugarte Pinheiro

⁴⁸ B. ABDALA JÚNIOR; M. F. SCARPELLI (Orgs.). *Portos Flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos*. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2004, esp. p. 11.

⁴⁹ BRASIL. *La Voz de España*, Manaus, 6 de janeiro de 1901. O periódico era integralmente escrito em língua espanhola e se dizia “defensor de los intereses de su colônia en el Norte del Brasil”. Manteve sua publicação até 1907, sofrendo durante este período várias interrupções. Infelizmente, apenas 21 números dele foram preservados.

⁵⁰ Hermenegildo de Campos, importante médico sanitário do período, registrou a situação precária das moradias populares: “Até fins de 1907, povoou-se o bairro dos Educandos, a Villa Municipal, construíram-se inúmeras casas e barracas em todas as ruas, no perímetro urbano e suburbano; calculamos em perto de 1.000, não só as relacionadas, como as não relacionadas pela Intendência. Há na cidade muitas casas de alugar quartos, muitos hotéis fornecendo cômodos, vários colégios, quarteis e inúmeros cortiços, etc., portanto uma média de 9 a 10 [pessoas] para cada casa não é exagerada. H. L. CAMPOS, H. L. de, 1998, p. 100.

⁵¹ Doenças “tropicais”, como a febre amarela, atacavam principalmente os imigrantes estrangeiros. Hermenegildo de Campos informa que para o período de 1904 a 1907 faleceram 157 espanhóis, o que significa, aproximadamente 10% da colônia radicada em Manaus. Idem, p. 35.

⁵² BRASIL. *Jornal do Comércio*, Manaus, 2 de agosto de 1893.

⁵³ BRASIL. *Diário Oficial*, Manaus, 28 de janeiro de 1897.

⁵⁴ BRASIL. *Estatutos del Centro Español*. Manaus: Tip. do Centro Español, 1902, esp. p. 12.

⁵⁵ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 de junho de 1905.

⁵⁶ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 27 de agosto de 1905.

⁵⁷ BRASIL *Memoria y Cuentas Generales de la Sociedad Española de Socorros Mutuos*. Manaus, Tip. Cá e Lá, 1923.

⁵⁸ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 6 de abril de 1919.

⁵⁹ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 18 de janeiro de 1905.

⁶⁰ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 2 de dezembro de 1916.

⁶¹ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 19 de maio de 1921.

⁶² BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 8 de agosto de 1918.

⁶³ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 de agosto de 1915.

⁶⁴ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 5 de agosto de 1906.

⁶⁵ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 de junho de 1906.

⁶⁶ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de julho de 1907.

⁶⁷ BRASIL *Jornal do Comércio*, 11 de agosto de 1905.

⁶⁸ L. M. de MENEZES. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁶⁹ BRASIL *Jornal do Comércio*, Manaus, 8 de fevereiro de 1909.

Enviado em 27 de abril de 2017
Aprovado em 23 de maio de 2017

Marly Vianna: uma experiência de luta e Clandestinidade além das fronteiras

Introdução e condução da entrevista por
Angela Roberti (UERJ/UNIGRANRIO)
Erica Sarmiento (UERJ/UNIVERSO)

Resumo: Esta entrevista da historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna constitui-se em uma construção narrativa de sua experiência de luta e clandestinidade ao longo dos anos da ditadura civil-militar no Brasil. Trata-se de um relato objetivo e comovente sobre uma atuação política corajosa e decisiva no Brasil e no exterior, empreendida sempre em circunstâncias difíceis tanto pela ameaça constante da perseguição quanto pelas condições precárias advindas da clandestinidade. O afastamento do país, da família, em especial dos filhos, dos amigos, impôs à entrevistada toda uma experiência de superação de limites, na qual estiveram implicadas rupturas, angústias, medo, perdas, estranhamentos. Nossa opção foi deixar fluir a narrativa, explorando a memória oral de Marly Vianna, que aqui emerge como mediação entre diferentes gerações e testemunhas do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar – Luta e resistência – Clandestinidade.

Abstract: This interview by the historian Marly de Almeida Gomes Vianna constitutes a narrative construction of his experience of struggle and clandestinity throughout the years of the civil-military dictatorship in Brazil. It is an objective and moving account of courageous and decisive political action in Brazil and abroad, always undertaken in difficult circumstances both by the constant threat of persecution and by the precarious conditions of clandestinity. The removal of the country, the family, especially the children, the friends, imposed on the interviewee a whole experience of overcoming limits, which involved ruptures, anguish, fear, loss, estrangement. Our choice was to let the narrative flow, exploring the oral memory of Marly Vianna, who here emerges as mediation between different generations and witnesses of the past.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship - Fight and resistance - Clandestinity.

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época!

Ecléa BOSI

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

Introdução

Na entrevista que se segue, a historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, referência nos estudos sobre história do Partido Comunista Brasileiro e pensamento de esquerda no Brasil, com destaque para os temas que envolvem partidos políticos, movimentos sociais, socialismo e anarquismo, narra às professoras Angela Roberti e Érica Sarmiento, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a respeito dos seus itinerários políticos durante a ditadura civil-militar no país.

Formada professora pelo Instituto de Educação, ainda jovem, mas já casada e com filhos, Marly Vianna ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, em 1961, para cursar História naquela que entre 1960 e 1964, “...foi uma espécie de ‘escalão avançado do movimento estudantil’, sendo vista como a mais politizada das universidades brasileiras.

Tão logo ingressou na FNFfi, Marly filiou-se ao Partido Comunista (PC), ascendendo, rapidamente, ao comitê universitário e exercendo uma militância ativa e intensa nos anos iniciais da década de 1960. E mesmo quando houve o golpe civil-militar, em 1964, a então universitária ainda conseguiu manter-se na legalidade por mais algum tempo, a despeito do seu envolvimento nas lutas de resistência e protesto de rua contra a ditadura militar.

Em 1965, no entanto, quando foi uma das organizadoras da “vaia ao Castelo Branco”, uma manifestação de protesto que aconteceria na aula inaugural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, Marly passou a ser investigada e procurada pela polícia, tendo, inclusive, seu rosto estampado na primeira página do jornal *O Globo*, com a indicação de “procura-se”.

Na clandestinidade, a partir de então, Marly Vianna acabou saindo do país e passou dois anos estudando em Moscou, entre 1965 e 1967. Apesar de ser obrigada a deixar o país e viver no exterior, mais de uma vez, Marly nunca deixou de alimentar a ideia do retorno; nunca se sentiu uma exilada, pois “...sempre estive em função do Brasil”.

Ao fim desse primeiro período passado em Moscou, arriscando-se, voltou ao Brasil e foi trabalhar junto à direção do Partido, em uma posição de retaguarda. A partir de 1968, com a promulgação do AI5, a clandestinidade tornou-se cada vez maior e para um número crescente de pessoas, com Marly vivendo situações arriscadas na vida política.

Em 1970, ainda na clandestinidade, diante da iminência de ser descoberta e presa, Marly mudou-se para a cidade de São Paulo; na verdade, ficava quinze dias na capital paulista e outros quinze no Rio de Janeiro, transitando pela rodovia Presidente Dutra

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

entre a noite e a madrugada. Ela foi membro do PCB de 1961 a 1979 e do secretariado do Comitê Central do partido entre 1976 e 1979.

Foi na época de sua estada em São Paulo, mais precisamente entre 1972 e 1974, que Marly ficou responsável pela guarda e preservação do arquivo de Astrojildo Pereira,¹ um acervo que reúne coleções de jornais, materiais de congressos, boletins, folhetos, panfletos, correspondências entre outros, relativos aos primeiros tempos dos movimentos operário, anarquista e sindical e, depois da fundação do Partido Comunista Brasileiro, documentos político-partidários.²

Marly recebeu a tarefa de Orlando Bonfim Júnior, membro do Comitê Central da Comissão Executiva do PC e responsável, à época, pelo jornal do partido, *Voz Operária*.³ Diante do aumento da perseguição, repressão e desaparecimento de diversos companheiros da direção do partido, era imperioso tirar o arquivo da sede em que se encontrava e colocá-lo em local seguro. José de Albuquerque Salles, então companheiro de Marly e também membro do PC, conseguiu um lugar mais seguro para o arquivo, no qual a documentação permaneceu por cerca de dois anos. Durante esse período Marly tentou organizar o acervo, descobrindo documentos preciosos da memória operária do país.

Em 1974, quando os dirigentes do partido começaram “a cair” e a segurança de Marly e outros camaradas tornou-se cada vez mais difícil, uma verdadeira operação foi feita para transferir o arquivo de Astrojildo Pereira para o Rio de Janeiro, onde ficou sob a guarda de outra companheira por quase dois anos.

Passado esse tempo, Marly já estava novamente em Moscou, fugindo das garras da ditadura que se tornava cada vez mais implacável. Foi nessa época que Luis Carlos Prestes contou-lhe do interesse de José Luiz Del Roio, que então trabalhava na Fundação Feltrinelli, na Itália, de levar o arquivo para a cidade Milão. Sob a liderança de Marly, foi tomada a decisão coletiva de retirar o arquivo do país e levá-lo a Milão com o propósito de protegê-lo e salvaguardá-lo definitivamente.

Mais uma vez, o trabalho heroico e silencioso de uma terceira mulher permitiu a saída do arquivo do país.⁴ Em Milão, o arquivo foi tratado e acondicionado devidamente, retornando mais tarde ao Brasil e sendo acolhido pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).⁵

A opção de Marly Vianna por uma vida militante, marcada pela clandestinidade e por deslocamentos, repleta de risco e coragem, de ameaça e determinação, tanto na defesa dos seus ideais quanto no combate à ditadura civil-militar, é o que abordamos na entrevista que se segue.⁶ A ela, as entrevistadoras rendem homenagens. Ao leitor, convidam-no à leitura.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

* * *

AR: Então Marly, gostaríamos que você começasse falando um pouco a respeito da sua formação acadêmica.

MV: Acadêmica. E segundo grau entra também?

AR: É, pode ser.

MV: Eu fiz Instituto de Educação, me formei na Escola Normal, em 1956, e só fui para a universidade em 1961. Eu fiz a antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil.⁷ Fiz o primeiro ano e em sessenta e dois eu tive que trancar porque o horário da faculdade coincidiu com o meu horário de trabalho e não deu jeito de cursar. Quando, em 1963, eu voltei para o segundo ano, fui colega do Ciro Flamarion⁸, porque ele entrou em sessenta e dois... Então em sessenta e três nós fomos colegas do segundo ano de universidade.

No final de 1963, a situação política estava muito conturbada por aqui. A faculdade fechou por causa de uma série de eventos e em sessenta e quatro, com o golpe, era impossível continuar, a faculdade estava patrulhada pela direita. Houve o processo da Filosofia, eu tentei trancar matrícula, Eremildo⁹ não me concedeu o trancamento, não me deu transferência, não me deu nada... então, eu tive que abandonar a faculdade. Continuei trabalhando, eu trabalhava numa escola em Ramos, bairro da região da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro.

Quando veio o golpe, a faculdade já tinha ficado fechada por conta dos eventos do ano anterior. Foi o seguinte: a colação de grau na faculdade era sempre conjunta, o paraninfo era um só. Mas, naquele ano, como as coisas estavam muito exacerbadas, a turma de jornalismo resolveu colar grau em separado. Nosso paraninfo era o Anísio Teixeira e eles chamaram o Carlos Lacerda. Então, resolvemos que o Lacerda ali não iria entrar. Um grupo de estudantes entrou na faculdade, num cochilo do DOPS¹⁰ que rondava por lá, e trancou-a. Chegou o Lacerda, chegaram as famílias do pessoal de jornalismo. As senhoras, todas chiques, gritavam os maiores palavrões para os alunos que estavam na varanda da faculdade – era onde é hoje a Casa di Itália¹¹, no início da Av. Presidente Antônio Carlos, no centro do Rio. Então, os alunos que estavam dentro do prédio, muitos deles do CPC da UNE¹², fizeram uma música maravilhosa. Um deles gritava “Ao Lacerda tudo ou nada?” E o coro: “HU!!!!!!!” Uma tremenda vaia. E aí a música começava: “Só com vestibular!, só com vestibular, só com vestibular que o Lacerda pode entrar! (breque) E se passar! só com vestibular, só com vestibular que o Lacerda pode entrar!” Lacerda trouxe o Clube da Lanterna, trouxe todas as mal-amadas, trouxe toda a reação. Comeu 30 cachos de banana, fez discurso para bacana, mas o povo disse NÃO! Queixou-se à embaixada americana, isso é coisa de Havana, de Pequim ou de Moscou, e o povo que apoiava

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

os estudantes só gritava a todo instante; “Não entrava e não entrou! Só com vestibular.... E se passar!”

Lacerda não entrou, mas a Polícia do Exército, que foi chamada, levou embora o Lacerda, dispersou o DOPS, os convidados e os estudantes – tranquilamente – mas fechou a faculdade. Foi no dia 30 de dezembro de 1963. A faculdade foi fechada e não abriu até o golpe. E os golpistas pegaram lá dentro uma quantidade de documentos do partido, que serviram de base para o processo contra nós.

Então, eu só fui voltar para faculdade depois da anistia. Eu cheguei aqui, da segunda ida ao exterior, em setembro de setenta e nove (1979). A primeira coisa que eu fiz foi um requerimento para voltar para a faculdade. Consegui voltar, mas foi uma confusão, porque, naquela época, o sistema era anual, não tinha isso de créditos, pré-requisitos e optativas. Eu tinha passado para o terceiro ano, tive que cumprir mil exigências novas, mas eu consegui me formar no final de 1981. O problema é quando eu vou preencher qualquer pedido de bolsa para o CNPq, para qualquer instituição... Ano de entrada na faculdade: 1961; ano em que se formou: 1981... Eu boto um asterisco e explico o que aconteceu. Vinte anos de universidade (risos), realmente é muita coisa.

Quando terminei a faculdade, eu fiz logo o concurso para mestrado no IFCS¹³, queria trabalhar em história agrária, com Maria Yeda¹⁴ e com o Ciro. Existia um grupo de História Agrária, do qual o Chico Carlos¹⁵ participava, ele estava fazendo doutorado. Havia outra, mestranda da Maria Yeda, que tinha trabalhado sobre o arroz no interior de Goiás. A ideia era trabalhar com a agricultura no interior, já que o litoral era bem mais conhecido. O Chico Carlos ia trabalhar com o Vale do Paraíba fluminense e eu estava pensando em trabalhar também em História Agrária. No primeiro semestre de 1985 eu cursei o mestrado aqui, na UFRJ, e meu marido tinha ido para Campina Grande, na Paraíba, como professor convidado, depois fez concurso para lá e ficou. No meio do ano, a gente soube que ia abrir concurso de História para lá, então eu fui, passei no primeiro lugar, e consegui transferir o meu mestrado de História Agrária daqui para Economia Agrária lá e eles aceitaram que o Ciro Flamarion fosse meu orientador. Então meu mestrado foi na Federal da Paraíba, em Campina Grande e em História Agrária. Terminei em 1985 e, em 1987, consegui licença para sair para o doutorado na USP, onde fui aceita. Eu fiquei em Campina Grande ainda quase todo o primeiro semestre de 1987, para terminar o semestre anterior, prejudicado por uma greve. Só comecei a fazer o curso na USP no primeiro semestre de 1988, morando em São Carlos desde abril de 1987.

Eu ia continuar o Doutorado com História Agrária. Eu tinha feito na Paraíba, então, queria trabalhar agora no Vale do Paraíba paulista. Ia fazer com o professor Jobson Arruda, mas o Jobson não tinha mais vaga e quem me orientou foi uma professora

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

de História da América, Inês Garbuio Peralta. Eu tinha pressa em terminar o doutorado e Inez me disse "Você vai trabalhar com História Agrária nessa região, você vai ter que ir em tudo que é cidadezinha, trabalhar com documentos dispersos e muitas vezes em escrita paleográfica, vai demorar! Não há outro tema que lhe interesse?" Foi aí que mudei o tema para estudar as rebeliões de novembro de 1935. Defendi em novembro de 1990.

No segundo semestre de 1988, vim para o Rio de Janeiro e fiquei trabalhando na pesquisa, no Arquivo Nacional todos os dias, depois em Brasília. Neste meio tempo, abriu um concurso para uma vaga em Economia em São Carlos e eu tinha mestrado em economia, então eu me candidatei, passei no primeiro lugar e fiquei na UFSCar¹⁶. Dei aula um tempo em Economia e logo passei para História, embora continuando a dar disciplinas também em Economia para o campus. Ao mesmo tempo, saiu a minha transferência, que eu havia pedido antes do concurso, para o Rio de Janeiro. Mas, não só o reitor me chamou, mostrando que eu deveria ficar em São Carlos, como eu já não tinha muito interesse no Rio, pois meu marido estava em São Carlos desde 1986, quando fez concurso para lá. Eu me aposentei em 1996, mas fiquei em São Carlos até meu marido cair na compulsória, em 2002. Fiquei dando aulas na Pós (mestrado e doutorado), orientando etc. Aposentado só não pode dar aula na graduação. E trabalhava também à noite numa instituição particular.

Ainda estava em São Carlos quando viemos a um Simpósio da ANPUH¹⁷, que foi na UFF, quase com certeza em 2001. Houve uma homenagem a Maria Yeda, o Falcon falou... E lá estava a Filomena Gebran, que eu conhecera quando terminava o curso no IFCS. Ela coordenava o mestrado em Vassouras, na Severino Sombra, e quando fui falar com ela sobre a possibilidade de eu ir trabalhar lá, ela disse ter o maior interesse nisso e comecei a trabalhar lá no início de 2002 até o final de 2004, quando fomos despedidos.... Fizemos um bom trabalho lá no mestrado e chegamos a ter mais de 60 candidatos. Mas houve uma briga interna que dividiu o mestrado – não há o menor interesse em ficar falando sobre ela. De um lado, ficamos Maria Yeda Linhares, Falcon, eu, Lincoln Pena, Márcia Amantino e Jorge Prata. Do outro, a Filomena Gebran, Ana Moura, Miridan Knox, Assunção, Claudia (não lembro o sobrenome), um que estava lá há pouco tempo, acho que João Jorge, e Surama, que o Lincoln havia feito o maior esforço para levar para lá. Eles pediram ao reitor a nossa demissão, que foi aceita, embora tivéssemos mais da metade dos orientandos. A Severino Sombra já não tinha muito interesse no mestrado, que considerava um luxo. Saímos os seis e não demorou muito para o mestrado de lá fechar. O forte de lá é a Medicina. Nós dávamos aula na graduação de noite e, pela manhã, no dia seguinte, dávamos aula na pós. Quando fomos demitidos os seis, a Márcia Amantino, que já trabalhava aqui, coordenando o curso de graduação em São Gonçalo, disse que havia interesse da Universidade em formar um Mestrado aqui e aí

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti* e *Érica Sarmiento*

viemos os seis para cá.¹⁸

ES: Então, e em relação a sua trajetória política?

MV: Eu entrei para o partido em 1961, quando eu entrei para universidade. Foi simultâneo, eu entrei para a universidade e entrei para o partido. E tinha bastante militância, eu era secretária de finanças da base da Filosofia, eu fazia muita finança, quer dizer, arrecadava dinheiro para o partido e entre os funcionários do partido... Não tinha muito sentido... Depois, em meados do ano, fui eleita para o Comitê Universitário e fiquei como secretária de organização. Durante todo o ano de 1964, mantive a legalidade, mesmo já tendo sido detida duas vezes. Só em 1965 tive que ir para a clandestinidade. Enquanto pude, continuei trabalhando.

AR: Você não chegou a ser presa, então?

MV: Não

AR: Nenhuma vez você foi presa?

MV: Fui detida três vezes. Uma em outubro de 1961 e duas em 1964. Em 1961, foi na crise do Jânio. Nós estávamos distribuindo panfletos que diziam mais ou menos: "Prestes exige a legalidade, posse ao vice-presidente!" E todos os dias em que durou o impasse – da renúncia dia 25 de agosto até a votação do parlamentarismo, acho que a 1º de setembro -, nós da Filosofia íamos para a Cinelândia exigir a posse de Jango. A detenção, entre esses dias, não me lembro mais qual, foi porque eu tinha em casa folhetos a serem distribuídos e o rapaz que ia pegar foi preso antes com meu endereço. A polícia bateu em casa, revistou tudo, levou os folhetos – não podiam contestá-los, afinal eram pela legalidade! – minha coleção de *Novos Rumos*, o jornal do partido e dois livros: *O Estado e a Revolução*, de Lenin, e *Os oradores da Revolução Francesa...* Me levaram para o DOPS, fiquei algum tempo e me mandaram embora logo.

A segunda vez foi no último dia do ato Institucional - como seria um só, não tinha número -, dia 11 de outubro de 1964. Quem me recebeu foi um delegado chamado Jorge Marques – aliás, das duas vezes em que fui detida em 1964. Ele foi muito correto e eu não sabia, depois da anistia, como encontrá-lo. Lendo o livro *Gracias a la vida*, do Cid Benjamin, eu vi que ele também menciona, agradecido, o Dr. Jorge Marques e fiquei sabendo que estava trabalhando na 14ª, no Leblon, fui até lá, mas ninguém sabia dele. Não devia ser muito mais velho que eu.

A polícia foi me pegar na escola, lá em Ramos. Chegando ao DOPS, o delegado me disse assim: "Vamos fazer o seguinte, eu vou mandar-lhe ali identificar e a senhora vai embora" E eu: "Identificar o que? Tirar digital essas coisas? Vou nada". Aí ele disse: "Eu acho melhor a senhora ir". Muito educado, uma pessoa finíssima.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

“...melhor a senhora ir, sabe por quê? Porque o Borer, que é o delegado titular, não está aqui agora.. - era véspera da chegada do De Gaulle ao Brasil - e ele está cuidando da chegada do De Gaulle, é melhor a senhora ir, porque eu lhe mando embora antes do Borer chegar”. Eu fui, fotografada – foi a foto que em 1965 saiu na primeira página de *O Globo*. E depois, ele me mandou embora.

A outra detenção foi em novembro, 27 de novembro de 1964. Outra vez foram me pegar na escola. Cheguei ao DOPS, estava o Dr. Jorge Marques. Mal eu chego, entrou o major Boneker: “É essa a moça? Pode recolher” e saiu. Aí o Dr. Jorge me disse “Vou lhe mandar para a PE.” Naquela época era melhor ser presa na PE do que no DOPS, “A senhora tem identidade militar, isso ajuda.” E lá fui eu pra PE, cheguei lá fiquei...

AR: Na Tijuca né?

MV: É... na rua Barão Mesquita.¹⁹ Cheguei lá, fiquei com um tenente tomando conta, e estavam o Sérgio Paranhos Fleury, um tal de Solimar... eram três. E aí, enquanto eu esperava ser chamada para o interrogatório, o Fleury começou a fazer provocação. Começou a me dizer assim: “Quando a senhora saiu da OB da filosofia, (Organização de Base) o quê a senhora fez que nós perdemos sua pista?” Eu disse: “Se o senhor me explicar o que é OB da filosofia eu posso lhe responder.” Ele entrou em fúria, pegou um papel e disse pro tenente assim “Eu vou fazer 10 perguntas e vou botar resposta que ela vai dar, é escolada!” E para mim: “Vou lhe levar pro CENIMAR e ver se a senhora fala ou não fala.” Mas o tenente o mandou embora, disse que não tinha nada a ver com a jurisdição deles ali, que a deles era o CENIMAR e eles foram embora. E eu fui interrogada pelo coronel Vianna Moog, que acabou descobrindo que era meu primo, do ramo do Rio Grande do Sul. Fui acareada com dois estudantes que haviam citado meu nome. Um era da Filosofia, que tinha saído do partido e ido para a luta armada. Estava branco! Eu disse para o Viana Mugg: “Vocês o obrigaram a falar isso?” ele: “A senhora está dizendo que o torturamos?” Eu digo: “Eu não sei como é que ele foi falar uma mentira dessa, se não foi torturado, mas se não foi, desculpe.” Chegou outro, de uma base de Campo Grande, de uma universidade que havíamos começado a ter contato, ele me olhou e disse “Não é essa não.” O Vianna Moog me disse: “Empatou. Vou lhe soltar, mas a senhora não saia, não mude de endereço nem saia do país”.

E continuei trabalhando, vida normal, até março de 1965. Dia 15 de março haveria a inauguração do Fundão, com a presença do Castelo Branco. Então, nós organizamos a primeira grande manifestação contra a ditadura. Se vocês quiserem ver os jornais de dezesseis de março de sessenta e cinco (1965), ou mesmo do dia 15, não me lembro, vocês verão as fotos da repressão. Organizamos assim: primeiro, todo mundo ia de luto e mordaza e dividimos as outras tarefas: a Química ia fazer

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

fedor - vocês não são da época do fedor não, né? Olha, o maior mal cheiro que vocês podem imaginar! eram umas ampolinhas com... acho que ácido sulfúrico, não sei o quê. Espalhávamos as ampolas pelo chão, como ampola de injeção, quebra fácil, e quando aquilo estourava, era um fedor, (risos) não tinha quem aguentasse. A Química ficou encarregada de fazer o fedor. Nós fizemos finanças, compramos um macaco que custou trinta contos naquela época e o macaco ficou por conta da Medicina. Fizemos uma faixa de presidente, o macaco ia ser largado lá com a faixa quando o Castelo Branco entrasse. Só que aconteceu com o macaco o que às vezes acontece com as pessoas, quanto mais tranquilizante tomava, mais agitado ficava (risos) e o macaco fugiu, não teve macaco, mas o mais teve de tudo. E aí, nesse dia... porque eu era professora primária e o salário de professora primária era ridículo. Eu procurei outro trabalho e, com ajuda da Clotilde Prestes, consegui trabalhar no Boletim que o Consulado Soviético organizava. E que era uma maravilha, porque eles pagavam muito bem, era um jornalzinho que eles tinham.

Era na rua São Clemente, hoje é uma loja de carros.²⁰ O Consulado ficava na frente, havia um corredor lateral, do lado direito e, nos fundos, uma sala grande, onde funcionava o boletim. Nosso trabalho era ouvir a rádio Moscou, selecionar o que nós achávamos interessante, traduzir, porque era uma transmissão em espanhol. O que selecionássemos publicavam no boletim que eles tinham lá. E pagavam um dinheirão cada página traduzida, mesmo que você tivesse duas páginas e uma tivesse duas linhas. Eram duas páginas, uma maravilha. Nunca recebi tanto dinheiro na minha vida (risos)... Até acontecer um negócio engraçado. Eu fui trabalhar lá em meados de 1964 e acho que o décimo terceiro salário foi desse ano, ou melhor, do final de 1963, foi o Jango. E recebia-se proporcional ao tempo trabalhado. Lá trabalhávamos eu, uma moça e um chofer. Eu tinha que trabalhar sete ou oito horas por dia, no horário que quisesse. Em dezembro, falei com o russo encarregado do boletim, sobre o décimo terceiro e ele perguntou: “Não, que décimo terceiro? Não sei de nada!” Eu então peguei uma cartolina e coleí uma manchete que tinha saído no jornal, ela dizia assim "Trabalhadores entram em greve pelo décimo terceiro salário". E eu acrescentei: trabalhadores do boletim entram em greve... e coleí lá na nossa porta. Neste dia mesmo, nós recebemos o décimo terceiro integral... E eu estava lá só há seis meses...

ENTREVISTADORAS: (risos)

MV: Voltando a março de 1965, aquele dia 15, da manifestação contra o Castelo Branco – acho que foi a primeira!. Nesse dia eu não tinha ido à Escola. Eu já saíra de Ramos e fui transferida para uma escola na Rocinha, a Escolinha do Solar, que não existe mais. Estávamos em período de matrícula e como no dia seguinte começava uma reunião do Comitê Universitário, de três dias, eu combinei com a diretora da escola dela me dar esses três dias e depois eu trabalharia três dias em tempo integral

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti* e *Érica Sarmiento*

– nosso trabalho era de meio expediente. Ela concordou e foi bom porque a polícia foi para lá me procurar por causa da manifestação contra o Castelo Branco. Nesse dia 15, eu não tinha ido então para a escola e iria para o Consulado. Antes, passei em casa de minha mãe, com quem moravam meus filhos; E eu precisava dar vários telefonemas convocando para a reunião e minha mãe não tinha telefone ainda. Ela morava onde eu havia morado e era o endereço meu que a polícia tinha. Eu telefonava de um bar, na esquina da Rainha Guilhermina com a Ataulfo de Paiva, onde depois foi o Curso London. Era um bar e eu sempre telefonava desse bar, mas era um inferno, porque naquela época esse negócio de ficar falando gracinha para mulher era uma coisa horrível. Aí eu pedi a meu irmão para ir comigo e ele disse: "Só se esperar eu tomar banho". Fiquei esperando e, enquanto isso, minha mãe e minha irmã saíram para fazer compras. O que aconteceu foi que eu cheguei, a polícia chegou depois e quando saíram as duas e a polícia pensou que a minha irmã fosse eu, saíram atrás da minha irmã. Foi um policial atrás dela. Quando saí com meu irmão para telefonar, estava tudo tranquilo. Minha irmã não se deu conta que estava sendo seguida. Foi a pé para casa. Ela morava lá na Visconde de Albuquerque com Garcia D'Ávila. Quando ela entrou no edifício -, você veja os detalhes, tem que prestar atenção, principalmente na clandestinidade - quando ela entrou, viu que vinha alguém entrando rapidamente e segurou a porta do elevador para ele, que entrou e não agradeceu, foi isso que chamou a atenção dela. Chegando em casa - ela era casada com o Leandro Konder -, falou para o Leandro: "Eu acho que eu fui seguida". Leandro abriu a porta de repente e estava o senhor lá na porta, que disse: "Ah queria falar com Dona Marly". Leandro respondeu: "Ela não mora aqui não". E o cidadão voltou correndo para o Leblon, mas aí já não me pegou mais. E o carro da polícia agora ostensivamente na porta. E meu irmão foi me avisar no Consulado: "A polícia está lá na porta e o Gazaneo mandou avisar que soube que agora a situação é séria, pra você sumir". Ficaram um tempão estacionados lá na porta da minha mãe. E foi aí que eu passei à clandestinidade e não podia ver meus filhos.

Nessa época, na clandestinidade e afastada do movimento estudantil, fiquei trabalhando no Comitê da Guanabara, dando assistência para uma base metalúrgica, a Metal Leve, para a Nova América e para a GE. O partido dizia que na GE tínhamos uma base com 40 militantes... Eram três!

Em junho, estava em São Paulo e ao passar por uma banca de jornal vi meu retrato na primeira página de *O GLOBO*, dizendo que eu era espiã soviética! Se ridículo matasse... Foi então que resolvi sair do Brasil para fazer um curso de dois anos em Moscou. Já que não podia estar com meus filhos, resolvi ir estudar.

AR: E o passaporte....?

MV: Sai com o nome de solteira, porque eu era procurada com o nome de casada.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

Quem pagou o passaporte e cuidou de tudo foi o Mauricio Segall. Naquela época, era casado com a Beatriz Segall, eles tinham três filhos. O Mauricio Segall depois foi torturadíssimo! É uma bela figura!

ES: Mas,... como é que você fez o passaporte?

MV: Porque o que eu estava dizendo pra Angela... em 1965, eles não tinham controle do país inteiro, do Rio não sairia com meu nome legal, mas de outro estado saí sem problema.

ES: não tinha internet...

MV: Fui de ônibus até Buenos Aires, com a carteira de identidade, e de Buenos Aires, com o passaporte para Paris. Naquela época, os aviões não voavam direto, faziam escala em Dakar. De Paris, pegava o avião da Aeroflot para Moscou. Cheguei a Moscou em julho de 1965. Sem conhecer a língua... Foi no Instituto de Ciências Sociais. Tínhamos aulas de Filosofia, Língua russa, História do Partido Comunista da União Soviética, Teoria e Tática do Movimento Operário Internacional... acho que era isso. Havia cursos de um e dois anos. No de dois anos, era o meu caso, depois de um ano você tinha o que eles chamavam de prática, você passava quinze dias numa das quinze repúblicas soviéticas autônoma. E nós íamos para Tasquenk, capital do Cazaquistão. Mas, pouco antes da viagem, houve um terrível terremoto por lá, a viagem foi suspensa e, à última hora, fomos para a Carélia na fronteira com a Finlândia, nas margens do lago Ladoga. Temperatura média anual zero graus... eu vi um cidadão - nós fomos no verão - suando com 16 graus! Vimos as noites brancas...A língua lá é o carélio, mas a escrita finlandesa. Foi muito interessante essa prática porque as outras eram todas organizadas, era banquete todo dia, almoço, jantar, etc. Na Carélia ninguém estava esperando aquela delegação brasileira e portuguesa chegar lá. Então foi assim: "Vamos comer? Vamos" cada um paga a sua. Tudo sem maquiagem, autêntico o conhecimento daquela região que vive de pesca e da madeira principalmente. Houve episódios engraçados... Estávamos no hotel - dizíamos que éramos cubanos. O chefe da delegação era o Kukusquin, que escreveu um livro sobre a História do Movimento Operário Brasileiro, bastante copiado de vários autores nossos. Mas um dia chegou ele nervoso: "Temos que ir embora, temos que ir embora, vai chegar uma delegação mexicana." E evidentemente que os mexicanos iam perceber que ali não tinha ninguém de fala espanhola.

ES: (risos)

MV: Aí saímos, passamos dois dias numa aldeiazinha que tinha lá perto e depois voltamos para a Carélia. Eu fiz 30 anos numa cidadezinha perto de Moscou, numa semana de férias - um frio de rachar, no final de janeiro. Os russos queriam comemorar, não se tinha vela para bolo e então foram a uma igreja e pediram uma

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

vela ao padre... que deu, foi muito gentil!... Voltei então para o Brasil, no início de setembro de 1967.

AR: Deixa eu fazer uma pergunta sobre esse período que você ficou lá? Onde era a moradia? Como vocês se sustentavam?

MV: Recebíamos uma quantia, estipêndia, de 180 rublos por mês. Dava justo para alimentação, o pagamento das roupas e sobrava quase nada. Para os padrões salariais de lá, recebíamos muito, mas pagávamos bem mais da metade na comida. As roupas de inverno, casacos, botas, roupa interior comprávamos ao chegar e pagávamos a prestação, descontado da estipêndia. Dava justo!

Moramos na “obchegítie” num prédio na rua Pichânaia. E as aulas ficavam noutro prédio, que também tinha quartos para moradia (da segunda vez fiquei lá) e era onde tínhamos as aulas e havia um grande restaurante. Ficavam a uns 800 metros, mais ou menos, de distância. A vida nossa era muito reclusa, porque nesse instituto estudavam só os estrangeiros de países capitalistas. Você tinha outro instituto, onde ficavam os de países socialistas. A Patrice Lumumba era outra coisa. A Patrice Lumumba era uma escola legal, a nossa não, a nossa era uma escola de partido, clandestina.

AR: Mas por que você chama de clandestino?

MV: Porque era uma escola para membros do partido de países capitalistas. O pessoal da Europa que estudava lá era legal, com exceção da Espanha e de Portugal. E, da América Latina, éramos todos clandestinos, usávamos outros nomes, procurava-se não ser identificado.

AR: Ah, sim!

MV: Alguns não eram clandestinos, italianos estavam lá, franceses estavam lá —eram poucos —; italianos eram uma delegação maior, belgas. Eram dois belgas, Marie Claude e Eric. Ela causou escândalo porque usava sempre calça comprida primeira coisa, porque as russas não usavam calça comprida nesse período e principalmente porque o fechoclair era na frente...Uma vez, fomos ao Bolshoi e, quando a tradutora veio me pegar, eu não estava... não era só uma a calça comprida, eu estava com umas três calças compridas... Parecia um repolho.

AR: Sei...

MV: Ela disse assim: “Desse jeito você não vai”, e eu: “Então não vou”... Acabei indo quando ela disse: “Vão ver mesmo que você é estrangeira...”. Porque as russas andavam elegantírrimas, bota, meia de seda e casaco de pele e na cabeça um gorro de peles, lindo! Aquele que baixa na orelha a chápka, é para homem, mas, é claro, era o que eu usava...

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

ENTREVISTADORAS: (risos)

MV: Até vinte e dois graus negativos, eu suportava bem, se não estivesse ventando. Os agasalhos são adequados, suporta mesmo. Havia um grande termômetro na portaria e quando saíamos, por exemplo, alguém perguntava: Quanto está? Ah, hoje está quente, menos 12... eram doze abaixo de zero. Agora, abaixo de vinte e cinco é insuportável, eu não saía de casa. Quando venta, o vento aparece que é *gilete* cortando seu rosto. Moscou é uma imensa planície e o vento do Polo pega forte! Uma vez alguém foi a Moscou no inverno e voltou dizendo: “Lá todo mundo anda correndo de cabeça baixa”... Vai passear, com vento, a 22 graus abaixo de zero... E era horrível quem usava óculos, você entrava no metrô, tinha que tirar os óculos imediatamente porque ele embaçava na hora. Mas, no mais, dentro de casa, tudo aquecido, a 23 graus, o que é mais quente do que aqui, o clima lá é muito seco. Nós pagávamos, para você ter uma ideia, nós pagávamos, depois quando eu fui morar em apartamento, dois rubros que incluíam aquecimento, rádio interno, gás e luz, e mais dois pelo telefone.

AR: E você mantinha contato com o Brasil nessa época?

MV: Só por carta. Tínhamos amigos na França, eu escrevia para França e na França eles encaminhavam para o Brasil. Da vida soviética, praticamente não conheci nada, por causa da língua. Não havia nenhum obstáculo para sairmos e ir onde quiséssemos, mas a língua... quando você começa a falar a língua, já está na hora de ir embora. Falávamos bem na stalôvaia, onde comíamos, na policlínica (em russo é assim mesmo, policlínica). Para conversar com as “mamas”, umas senhoras aposentadas, fofoqueiras, que arrumavam os quartos, faziam a limpeza... mal e porcamente... Com os de outra nacionalidade falávamos em francês, italiano ou espanhol. Os árabes eram aqueles com quem nos dávamos mais, especialmente os Libaneses. Como nós, ninguém falava russo.

ES: Uhum!

MV: E os professores, com os quais a gente queria falar russo, queriam falar espanhol ou português, porque queriam treinar o espanhol e o português deles. Então era muito recluso. Andávamos por Moscou, pela Praça Vermelha... a Catedral de Saint Basílio é uma das coisas mais bonitas que eu já vi; é belíssima! Não gostava do local onde havia uma exposição permanente, eu achava horrorosa a praça, uma praça enorme, um parque com umas estátuas horrorosas das 15 repúblicas que compunham a URSS, uma “arte” que acho medonha.

Linda é a cidade de Zagóski (quer dizer, fora da cidade), onde está a sede da Igreja ortodoxa russa, o Vaticano de lá, fica a quarenta quilômetros de Moscou. As igrejas são maravilhosas com aqueles ícones todos lindíssimos! Para entrar na praça central,

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

passa-se por um grande túnel, cheio de ícones de um lado e de outro e cada velhinha chegava e se benzia diante de cada um. Nos benzemos colocando a mão na testa, no peito, lado esquerdo e lado direito. Os ortodoxos tocam primeiro o lado direito e depois o esquerdo. Íamos bastante ao Bolshoi, assistíamos a belos espetáculos de um teatro jovem: a Taganka. Eles levaram um espetáculo, “Os dez dias que abalaram o mundo”, vários episódios. Um deles era um grupo de bêbados cantando uma música genial, de críticas ao Estado. Eu fiquei encantada com a peça e os três bêbados cantando era de rolar de rir é e eu pedi um professor nosso, o Oleg Tsúkânov, que era professor de economia, um professor brilhante, jovem ainda, e falava um português de Portugal perfeito - aliás o russo é quem pronuncia melhor o português e vice e versa, os portugueses e o brasileiro são os que pronunciam melhor o russo. Eles têm os nossos sons, nós só não temos um ou dois sons que eles têm... Bem, eu pedi ao Oleg a letra da música e ele não quis me dar, disse que a música era anarquista. Depois virou antissoviético, incrível! No circo de Moscou, vi a coisa mais engraçada que eu já vi na minha vida, um jogo de hóquei entre palhaços e ursos, impressionante. Mas foi uma vida muito fechada, saindo muito, mas sempre em excursão, você podia sair sozinha, íamos sozinhos na padaria que tinha lá perto e tinha uns pães maravilhosas, íamos visitar algumas igrejas, ao centro da cidade, íamos ao GUM que era o grande magazine, mas você ficava muito restrito. Como é que você vai se comunicar? Íamos muito a casa dos professores, mas a maioria eram espanhóis exilados, uma boa parte dos professores, outros eram russos que falavam espanhol.

AR: Então a barreira era a língua?

MV: A barreira era a língua.

AR: A única barreira era a língua?

MV: Era a língua. A outra era a restrição a estrangeiros que não podiam, sem licença, afastar-se mais de 40 km. de Moscou. Foi um revide ao que outros países exigiam dos russos. Eu não podia de repente resolver: “Vou para Leningrado”. Tinha essa restrição de quarenta quilômetros, mas que se resolvia isso com alguma facilidade. Nesse período, só saí de Moscou para ir aquela viagem à Carélia e a Zagórski, porque nós fomos de férias, por um mês a Paris. Fomos de trem, dois dias de trem, você sai de Moscou, passa pela Polônia, na fronteira, em Brest. Aí o trem para tendo que mudar a bitola, a bitola da União Soviética era diferente. Depois seguia para a Polônia, atravessava a Alemanha, Bélgica e descia a França até Paris. Quem não leva matalotagem, como nós, se dá mal. A partir da Polônia só seguem para a França dois vagões, sem restaurante... Restaurante só quando entra na Bélgica. A única coisa que você tinha no trem era água fervendo para chá.

AR: Deixa-me perguntar, e a questão da alimentação...?

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

MV: Um terror...

AR: ...essas questões culturais?

MV: ... um terror. O que eu gostava era de iogurte, vários tipos, deliciosos; de bom, eles tinham tudo que é de leite que você possa imaginar. Não tomo leite e os queijos não eram essas coisas. O café era bom, o pão também era bom, mas a comida... sopas como *borche*, sopa de leite fria com arroz, sopa de repolho, de peixe,... Só aos domingos tinha galinha frita, galinha assada, essa era boa. De um modo geral, eles tinham um arroz muito do ruim, é bom para fazer regime, feijão não existia, verduras no inverno uma raridade, só pepino e repolho, e fruta só muita maçã, que eu não gosto. Foi muito bom para fazer regime... O que eu comia era carne, ragu, que eles misturavam tudo, de músculo a filet mignon, o *chachilik*, era aquele espetinho de carne, cogumelos, excelentes...

ES: E batata.

MV: E batata! Repolho, pepino e batata. Então uma maravilha pra fazer regime. Mas o que mais me incomodava em Moscou era a planície. Nenhuma montanha, nem um morrinho... No Rio, você está sempre amparada pelas montanhas...tem o mar de um lado e as montanhas, qualquer lado que você olhe. Moscou é uma planície, você não vê uma elevação, é uma imensa planície, isso me dava muita agonia. E o frio. No início foi uma maravilha, nunca tinha visto neve na vida, a neve... Mas a primeira neve cai em meados de outubro, cai uma nevasca, as árvores acabam de perder as folhas e para; depois começava a cair mesmo só em novembro e vai até maio! Na parada de 1º de Maio, sempre estava nevando.

MV: Era como se eu estivesse noutro planeta, literalmente noutro planeta. A maioria de nossos professores era de espanhóis, quase todos chegados lá crianças, na época da Guerra Civil espanhola. Não era o caso do Ramon. Fomos uma vez à casa da nossa professora de “pekos” (História do PCUS). Nós a chamávamos “a velhinha do ‘pekos’”, que naquela época devia ter entre em 65 a 67 anos... Ainda havia gente que dividia apartamento, duas ou três famílias num apartamento. Em 1975, quando voltei lá, não tinha mais isso. É engraçado porque eles chamavam os que moravam no mesmo apartamento de vizinho (*sociêda*). Eles falam “meu vizinho” e eu ficava pensando que era vizinho do apartamento do lado. Eles têm, por exemplo, três quartos, cada família mora num quarto. Eles tinham uma coisa que eu acho correto. Construíam num ritmo incrível, para que todos tivessem moradia decente, mas enquanto isso a preferência era para famílias maiores, com crianças. Então se você tem cinco filhos, você está na frente. Quem era solteiro, um cômodo só. E nós fomos à casa dessa senhora que morava ainda, ela e o marido, num cômodo em apartamento coletivo. O marido dela era professor de História e tinha uma biblioteca incrível!... E... não, foi a velhinha do “pekos”, era uma faxineira, o marido dela era

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

professor de História. Porque muitas mulheres, quando se aposentavam e não queriam parar de trabalhar, iam fazer faxina, iam trabalhar desse jeito. Nós ficamos impressionados. E quando se saía de férias no Mar Negro, por exemplo, tanto ia... havia um casal muito nosso amigo, de brasileiros, que estava exilado lá: ela era bioquímica, Olga, e ele biofísico, e ele Sebastião Henrique Baeta. Ele era catedrático da Escola Paulista de Medicina e ela uma das diretoras do Butantã. Eles foram presos, perseguidos nos primeiros dias de abril de 64, eles eram do Partido, mas não tinham praticamente atividade nenhuma... Foram a casa deles roubar. Roubaram quadros, a casa deles era construída pelo Vilanova Artigas, o que roubaram de livros, de livros de arte... eles foram convidados para uns dez países no mundo, para Irlanda, para Inglaterra, para França. Eles resolveram ir para Moscou, ficaram lá. Então, na época de férias, eles que tinham os salários mais altos (os salários mais altos eram dos *professors* (professores titulares), os *dóctors* (professores com doutorado) e dos generais), ele era *professor* e ela *dóctor*. Eles pagavam integralmente a estada deles no balneário e a faxineira ia de graça. Era bem feito isso. Economicamente, era socialismo mesmo. Do ponto de vista, vamos dizer assim, político, humano, não, porque a participação política da população foi castrada. Mas, do ponto de vista econômico, era.

Uma vez, eu fui comprar um remédio, um antibiótico, e dei uma nota de 10 rublos, a mulher quase me botou para fora da farmácia: “tá pensando o quê, que eu vou ter troco pra isso?”... Porque custava 20 *kopeks*, 30 *kopeks*... muito barato. Quanto aos médicos lá, a experiência que eu tive foi muito ruim. Nossa policlínica era ligada ao comitê central, deviam ir para lá por pistolão político; dentista então, nem se fala. Dizíamos que a dentista devia ser amante do Bresnev... Era uma coisa assim... absurda. Eu uma vez tive uma íngua. Isso parece piada... aí eu fui à clínica geral e ela disse: “íngua, vai lá na ginecologista”. Eu cheguei na ginecologista e ela disse: “íngua”, “vai não sei aonde”... Eu corri uns quatro médicos, até que alguém me disse: “isso é cansaço, descansa um pouco, bota uma compressa que fica boa”. Eram muito ruins, muito ruins.

Da segunda vez, tive endometriose, que só se confirma se fizer biópsia, não tem outro jeito de descobrir. Eu cheguei lá, fui falar com a ginecologista, ela não deu a mínima. Depois mandou fazer aplicação de iodo, mandou fazer não sei o quê. Como não passava, mandou fazer uma biópsia. Eu fiz uma biópsia e disseram que não eram nada. Como continuaram os sintomas, fiz um escândalo e eles trouxeram um *doctor*, esse, excelente! Quando me atendeu, ele deu uma bronca na médica como eu nunca vi, essa deu para entender. Ele mandou pedir o resultado da biópsia que eu tinha feito e disseram que tinham perdido... que eu já tinha saído do Instituto, que eu já morava com o Ramón, então eles tinham jogado fora... Mentira, depois confirmamos que era mentira, estavam com vergonha de mostrar que não tinham

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

feito o diagnóstico certo. Eu já tinha alguma intimidade com uma clínica geral e falei isso com ela: “Por que que acontece isso? A maioria dos médicos são mulheres e, em caso um pouquinho mais complicado, tem que chamar um doctos?!”. Ela disse: “Sabe por quê? Porque eles ficam estudando o tempo todo. Eu trabalho oito horas aqui, eu saio daqui cinco horas da tarde, vou buscar meu filho na escola, vou lavar roupa, vou mandar roupa para a lavanderia, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, pensa que eu tenho tempo para sentar para estudar? Nenhum. Agora eles tão estudando lá o tempo todo”. Foi... e era verdade. Isso acontecia. Agora, as médicas de policlínica normal, da cidade, dizem que eram boas. Eu acho que lá no Instituto botavam apaniguados do partido, porque os que eu conheci cada um pior do que o outro.

AR: E você voltou para o Brasil, depois desses dois anos lá.

MV: Voltei para o Brasil em 67, setembro de 67. Fiquei 1968 até novembro de 1974.

AR: Conseguiu entrar normalmente?

MV: Entrei normal... não...; normal, modo de dizer. Eu entrei com meu nome, passamos a fronteira, daí de ônibus até Resende e uns amigos foram nos buscar em Resende e viemos de carro para o Rio.

AR: Então você foi pra Argentina.

MV: Para Argentina, Buenos Aires; de lá entramos de ônibus, fomos até São Paulo de ônibus. Em São Paulo de ônibus até Resende e entramos de carro no Rio. E aí eu já podia ir todo dia a casa da minha mãe. Antes do AI-5, que nós chamávamos da “época do refrigerio”. Havia perseguição e tal, mas eu ia a casa da minha mãe todo dia, encontrar com as crianças. Quando veio o AI-5 é que aí a barra pesou mesmo, tivemos que desaparecer. Foi organizado um grupo para assessorar o comitê central, escrever documentos, essas coisas. Depois de setembro de 1969, depois do sequestro do embaixador americano, depois o sequestro do embaixador alemão.... aí a barra ficou pesada. Eu morava na rua da residência do embaixador alemão, há poucos metros de onde ele foi sequestrado. Um apartamento mínimo, de quarto e sala, mas tinha uma vista divina, para toda a Baía de Guanabara. A garagem que nós alugávamos era a mesma usada por pessoas ligadas ao embaixador. Fiquei três dias sem sair de casa, porque a rua ficou interditada e tal. E aí não dava jeito, sair para ver as crianças era uma operação. Tinha que pegar alguém que sáisse com eles e fosse para outro lugar... e para mais outro lugar. Mas era difícil. Encontrar com eles era toda uma operação para não ser seguida, porque meus filhos eram uma referência que eles tinham para me encontrar.

No final de 1970, nós estávamos querendo ter documento bom... o que chamávamos de um documento tirado a partir de outro legal. Frio era o fabricado por nós, falsificado. Então resolvemos conseguir documentos quentes. Um companheiro

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

do partido, o Acácio, conseguiu duas certidões, uma para mim – Maria Celina Sabóia Gomes – e outro para o Sales, com quem eu era casada, Vicente Cervásio. E nos garantiu que eram pessoas que tinham morrido ainda bebês, há muito tempo, não tinha a menor chance de se descobrir. Tudo bem, para nós nos legalizarmos totalmente. Para tirar todos os documentos, o Sales precisava ter certificado de serviço militar. Pois ainda se meteu num quartel ali da Bartolomeu Mitre e o capitão queria que ele ficasse, ele tinha feito o ITA, o capitão ficou encantado. Para ele ter dispensa do serviço militar, ele precisava ser arrimo de família ou ser casado. Então resolvemos, vamos casar. Naquela época, não sei se ainda hoje, podia casar na Igreja e depois a Igreja fazia correr os proclamas e ia-se lá buscar a certidão civil. Então, sem problema nenhum, vamos casar. Claro que não podíamos nos apresentar na rua Dom Manuel. É até hoje uma coisa que ainda me pesa na consciência... Para casar na Igreja, precisava de certidão de batismo, que nenhum de nós tinha, tínhamos que nos batizar. E para justificar que íamos casar na Igreja, apenas com as testemunhas, eu disse que estava grávida e que só queria que a família soubesse depois do casamento. E para batizar tinha que ter aulas de catecismo., A professora era dona Luizinha, nunca me esqueço, um amor de senhora, super gentil – daí o peso na consciência de ter mentido para ela. Fico com muito sentimento de culpa em relação a ela, que me tratava com o maior carinho. E, no dia do casamento, tomamos todos os sacramentos, só faltou a extrema-unção, que passou perto. Foi na Igreja de Nossa Senhora da Paz...

ES: Mas você estava com a certidão de Maria Sabóia?

MV: Maria Celina Sabóia Gomes. Precisávamos dar um endereço de moradia, conversei com Leandro, Leandro nessa época já “tava” separado da minha irmã, morava com a mãe, dona Yonne, ali na rua Jangadeiros, Jangadeiros 14: “Posso dar o endereço de vocês para Igreja?”... “Pode”, Leandro disse, “Sem problema nenhum, pode dar o endereço”. Os nossos padrinhos foram Carlos Nelson Coutinho, a mulher dele, Amélia Maia e meu irmão. Batizei, crismei, confessei, comunguei, casei.

ES: Mas isso em quanto tempo durou tudo isso?

MV: Foi um dia só.

ES: Não, mas quanto tempo o convívio com a Dona Luizinha?

MV: Quinze dias de estudos de catecismo. Dona Luizinha... Se eu pudesse pedir desculpas a ela, eu pediria. Mesmo por uma necessidade que poderia ser de vida ou morte, é horrível enganar alguém.

ES: Foi muito rápido. Eu levei anos fazendo catecismo, crisma.

MV: Aí... casamos; e agora, daqui a um mês, disseram, vocês vêm buscar a certidão.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti* e *Érica Sarmiento*

AR: Com um mês...

MV: Daqui a um mês, para certidão do casamento civil, da qual a Igreja se encarregava, tem que correr os proclamas. Tenho um bom anjo da guarda porque, passado um mês, eu ia pegar a certidão, mas chovia muito e deixei para depois. Então, nesse período já passado um mês do casamento, eu ligo pra casa da minha mãe, “E aí, tá tudo bem?”... “Tá tudo bem nada, sua irmã desapareceu. Sua irmã saiu ontem para ir à casa de Leandro, e não voltou até agora, será que ela dormiu lá?”. Eu disse: “Mãe, aí tem alguma coisa séria”. Que que aconteceu? Leandro foi preso, Dona Yonne foi presa, minha irmã foi presa, a namorada do Leandro foi presa. E aí, como é que eles foram presos? Por quê? Eu não atinava. Meu irmão, Carlos Nelson e Amélia estavam bem, não podia ser do casamento do qual, aliás, só nós seis sabíamos, porque contei ao Leandro porque precisava do endereço. Como é que o endereço do Leandro caiu? Aí, uma perseguição em cima de nós brutal. Saímos do Rio, fomos para São Paulo.

AR: Sem a certidão?

MV: Claro que sem a certidão. Imagina... Sem coisa nenhuma

AR: Depois disso tudo.

MV: O Leandro foi preso junto com o Vicente Cervásio, coitado, que não tinha a menor ideia de porque o prendiam! Fomos pra casa de uma prima do Sales em São Paulo. E, nesta ocasião, eu estava lendo o livro do Hélio Silva *1938, Terrorismo em Campo Verde*. Estou lá lendo de madrugada, lendo... De repente, eu vejo lá mencionado Stanley Gomes, irmão do brigadeiro Eduardo Gomes. Eu disse: “É o meu pai! Porque na minha certidão, Maria Celina Sabóia Gomes, filha de Stanley Gomes”. No dia seguinte cedinho, fui telefonar para o Rio, para falar com Anita, porque a família do Prestes fora muito amiga da família do brigadeiro. Eu digo “Anita, como é o nome da mãe do brigadeiro e do irmão dele?” “Fulana de tal”. A certidão que Acássio me dera era da neta do brigadeiro Eduardo Gomes. “Maria Celina Sabóia Gomes, filha de Stanley Gomes”. Stanley Gomes é irmão do brigadeiro Eduardo Gomes. E o Vicente Cervásio existia também! O brigadeiro Eduardo Gomes tinha o hábito todo dia acordar cinco horas da manhã, pegar o Diário Oficial e ler de fio a pavio. Aí ele vai lá nos proclamas... lia tudo...e vê: Maria Celina Sabóia Gomes... disse... “Engraçado o nome da minha sobrinha”.

ES: Que faleceu...

MV: Que faleceu... Estava vivíssima!

AR: A menininha...

ES: ...que faleceu criança.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

MV: Mentira! Estavam todos vivos!

AR: Ah... deram uma certidão de gente que estava viva.

ES: E logo a neta de quem... Não era uma pessoa qualquer.

MV: Sobrinha do brigadeiro. “Minha sobrinha”... No início ele disse “Engraçado, o mesmo nome da minha sobrinha”. Aí foi ver o do pai, o nome da mãe, o nome dos avós, ligou para polícia na hora. E a polícia se comunicou com a Igreja e o endereço que tinham era o do Leandro. Eles foram todos presos... Minha irmã, que tinha chegado da Itália, a namorada do Leandro... e dona Yonne Ioni foi quem ficou mais tempo presa, porque a polícia resolveu que o dr. Valério Konder, marido dela, que tinha morrido em 1968, não tinha morrido, estava escondido e queriam saber onde...

ES: Eles fizeram alguma coisa com eles? Bateram neles?

MV: Só Leandro foi torturado. E o Leandro nem sabia direito a história do casamento, que ninguém sabia... Mas Leandro levou muito choque elétrico, também não falou nada sobre isso.

AR: E o tal do Vi... como era o nome do homem? Também era vivo?

MV: E o Vicente Cervásio foi preso junto com o Leandro. E o Leandro conta que... a polícia pegou o Leandro, pegou o Vicente Cervásio... e o rapaz dizia assim “Eu não estou entendendo, eu nunca fiz nada, será que foi quando eu fui do grêmio no ginásio? Mas não fiz nada!”. Até hoje eu acho que o Vicente Cervásio não sabe porque que ele foi preso.

AR: Aí você foi pra São Paulo.

MV: Eu fiquei em São Paulo. Nós passávamos 15 dias em São Paulo, 15 dias no Rio. Foi o ano do casamento, em 1970, foi barra pesada. Depois, prenderam meu irmão, queriam saber onde nós estávamos. Foram à casa da minha mãe, lá onde ela morava com as crianças e aí chegaram lá na Rainha Guilhermina e o meu filho até passou pela perna da polícia e foi correndo avisar o pai que morava perto. Estavam os três com minha mãe ainda. Eles levaram a minha mãe pra PE e meu irmão foi acompanhando minha mãe, não deixou ela ir sozinha. Eles ainda esperaram minha tia chegar lá pra ficar com as crianças. Quando chegaram lá... Tem cenas que se não fossem trágicas seriam cômicas, porque a minha mãe... Até Leandro ser preso e ela saber que Leandro foi torturado, ela não acreditava, não aceitava que o Exército tivesse torturando. Porque meu pai era militar, o Ventura, que foi Comandante da PE, padrinho do meu irmão... Então, para ela, era inconcebível, ela não podia imaginar que um oficial do Exército torturasse ou permitisse a tortura – para mim também, que passei toda a infância e adolescência em volta da vida militar. A primeira coisa minha mãe fez quando chegou lá foi dizer para o oficial que a recebeu:

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

“Na época do meu marido, ninguém escondia nome”... Que eles usavam uma plaquinha com o nome virado para dentro. Queriam saber do Sales e diziam que comigo era só formalidade.... A conversa era assim para meu irmão e para ela.

Meu irmão sumiu lá na PE. Prenderam meu irmão. Minha mãe, depois, deixaram-na sair; meu irmão não. E para ela diziam assim: “A gente não quer nada com a sua filha, com sua filha, a gente só quer fazer umas perguntas a ela e ela sai na mesma hora. A gente quer o Sales”. E minha mãe, era uma pessoa maravilhosa e ingênua, dizia para o oficial: “Vocês precisavam conhecê-lo, uma excelente pessoa!...”. Foi muito engraçado, eles acabaram mandando minha mãe embora e meu irmão ficou. Meu irmão realmente não sabia como me encontrar, era verdade. O Leandro sabia, mas não falou nada. O meu irmão, ele disse o seguinte: “Eu não sei como encontrá-la, ela me liga toda segunda-feira”. Era verdade, toda segunda-feira eu ligava. “O que eu posso fazer é esperar que ela me ligue e marcar um encontro com ela, mais daqui não posso fazer”. Eles aceitaram. Ele saiu de lá, e se meteu na Embaixada do Chile. E... uma figura interessante foi o Ibrahim Sued. O Ibrahim Sued... ele, ainda se teria que pesquisar... Sabe que ele ajudou muita gente? A ditadura proibira que se dissesse quem tinha sido preso, exilado etc.... Pois ele deu, no programa que tinha na TV, a primeira notícia que ele deu “Exilou-se na Embaixada do Chile Pedro Marcos Vianna, e tal”. Antes disso, minha mãe já sabia. E aí ele ficou na Embaixada do Chile e saiu no início de janeiro de 1971. Eles fizeram questão de separar os que saíram para o Chile como os exilados oficiais - meu irmão e duas médicas do Recife que tinham denunciado a tortura – que foram num avião e os banidos em outro. Foram dois aviões, um com os banidos, os quarenta banidos que foram para o Chile, e outro com os exilados oficiais.

ES: Pode reforçar a diferença entre essas duas “categorias”?

MV: A diferença é que as médicas e meu irmão não estavam saindo como banidos, eram exilados.

AR: Banidos, no caso, eram aqueles que estavam envolvidos mesmo na luta armada?

MV: Aqueles que estavam presos; presos políticos decorrentes na luta armada. Saiu o Gregório Bezerra, dessa vez e o Apolônio de Carvalho em outra ocasião. Eles iam para outros países e ficavam livres; os países os tinham aceitados como exilados. Eles foram todos para o Chile. De lá, alguns foram pra Argélia, outros pra...

AR: Foram acordos, né?

MV: Foram. Meu irmão ficou no Chile. Tem... No caso dos banidos, foram feitas as trocas. Pelo embaixador. Foi na troca.

ES: Mas esses foram os que já estavam presos, não é?

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

MV: Já estavam presos, alguns muito torturados. Aquela moça Maria Augusta estava em cadeira de rodas. Os primeiros foram os quinze trocados pelo embaixador americano, em setembro de 1969, dia 4 de setembro. Dia 14 decretaram a pena de morte. Depois foi o embaixador alemão, dia 11 de junho de 1970 – foram libertados 45, e depois, que foi um suspense, quando do sequestro do embaixador suíço, a 7 de dezembro de 1970, fizeram aquela série, “Anos de Chumbo”. É sobre o sequestro desse embaixador suíço. Dessa vez saíram 70, e parte dos militares não queria deixar sair, queria matar a todos, foi um grande suspense. O suíço foi preso na rua que eu morei também, na Conde de Baependi, que liga Laranjeiras ao Largo do Machado. Tem a Casa da Suíça... Então, essa época foi muito pesada, e nós... Aí nem pensar em estar com as crianças, só assim uma vez ou outra. Já estavam grandes, em 1974, Tanya tinha 17, Marcus 16 e Gisela 14. Na época mais pesada eu via meus filhos em casa de Luiza Konder Almeida Braga, irmã do Leandro. Muita coragem dela, a época era terrível e ela já tinha sido detida uma vez. Uma belíssima figura, em todos os sentidos e além da amizade que sempre lhe tive sou-lhe eternamente grata.

Nós ficávamos quinze dias no Rio, quinze dias em São Paulo. Em São Paulo, morávamos num sobradinho em Santo Amaro. Eram cinco sobradinhos assim. Um dia, bateu lá em casa, nós morávamos no primeiro... tinha uma casa da esquina que eu tenho a impressão que o casal desconfiava de alguma coisa, mas gostavam muito do Sales, porque o garoto, filho deles, gostava do Sales. Aí passava um, que eu não lembro quem morava do lado, no terceiro, morava um cara da OBAN²¹. Um dia, ele bateu lá em casa, disse que para fazer uma visita de boa vizinhança. Todos os meus livros estavam na parte de cima. Ele bateu lá em casa: “Sou seu vizinho”. Eu digo “Faça o favor de entrar”. Tomou café, conversamos, a sala era bem direitinha. E era assim, aqui estão os cinco sobradinhos, em cima, tinham dois quartos, um dava para rua, o outro dava para os fundos. Nos fundos, tinha um quintal... cada sobradinho tinha um grande quintal. Grande não muito, mas um quintal assim mais ou menos como essa sala. E, depois, o quarto de empregada, que era bem grande também. Então os quintais todos se comunicavam, não se comunicavam diretamente porque tinha um murinho, mas dá na mesma.

AR: OBAN....

MV: Operação Bandeirante; era o terror em São Paulo!!.

AR: Você nessa época não era mais Maria Celina.

MV: Eu nunca fui Maria Celina.

AR: Eu sei, mas...

ES: Não deu tempo de ser....

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti* e *Érica Sarmiento*

MV: Meu “nome de guerra” era Sônia Gomes. Em início de 1974, 21 de março, houve o episódio dos membros do Comitê Central que foram seguidos e depois, em setembro, o do arquivo do Astrojildo Pereira, mas não vou falar sobre isso que está contado no livro *Luta e Memória*. Depois de transferido o arquivo para o Rio, tinha que entregar a casa de São Paulo e tive uma sorte extraordinária. Eu estava pensando que teria que pagar multa por sair antes do contrato acabar, mas recebi um chamado da imobiliária que o proprietário estava querendo a casa...: “Em quanto tempo a senhora pode dar a casa?”... Eu digo “Dois dias”. Eu já estava de mudança. Aí vim, vim para o Rio, fiquei em casa de uma amiga, e o Salles também já estava no Rio.

Então fomos convocados para fazer um curso de um mês, sobre *O Capital*, em Moscou. Seria o mês de janeiro de 1975. O Salles foi bem antes e eu saí no dia do aniversário do meu filho, 11 de novembro, poucos dias antes das eleições de 1974, que deram uma surra no governo. Ele saiu final de setembro, início de outubro, e foi para Paris e, de lá, para a União Soviética. Fui do Rio de ônibus até Porto Alegre, de lá, fui de ônibus até Montevideú e de avião até Buenos Aires. Apreensiva, porque dessa vez o passaporte era falso e tinha que ficar com a polícia quando se comprava a passagem. Só devolviam ao passar a fronteira. Mas era bem feito o passaporte. Passei pelo Chuí.

AR: Para o Uruguai...

MV: Foi pelo Chuí que a gente passou.

Na fronteira, pararam o ônibus, entrou a polícia... dá aquele frio na barriga...Era uma moça que estava com um menino, uruguaia, estava voltando indo para o Uruguai, esqueceu, perdeu aquele papel de visto, quando você entra, né. Mas foi um susto.

De Montevideú, peguei um avião para Buenos Aires. Eu cheguei a Buenos Aires e havia já muitas ações dos Montoneros. Cheguei a Buenos Aires, fui para o hotel onde o Sales já estava e dormi vinte e quatro horas seguidas! De lá, fomos para Moscou, via Paris. Era para passarmos um mês, tanto que eu me desfiz da casa em São Paulo - do apartamento do Rio não me desfiz -, botei tudo em guarda móvel. Tínhamos alguns móveis bons, uma enorme escrivaninha de jacarandá, que tinha sido do meu irmão... geladeira, televisão, enfim... Não tenho ideia de que fim levaram. Tínhamos uma amiga em São Paulo, uma enfermeira, Neusa Zanqueta, ela que nos ajudava, ela que deu o guarda móvel, mas ela morreu.

AR: E Você perdeu tudo?

MV: Perdi tudo. Nem, nem fui atrás, não fazia sentido. Só não perdi os livros. Do apartamento do Rio, a família do Sales desfez. Ficaram com todos os livros de arte. Os outros livros comuns devolveram, uns então ficaram com a família do Salles, que depois recuperei, e outros com o Braz Araújo, em São Paulo, que ele depois também

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

devolveu – menos os sobre o fascismo que a mulher, de quem ele tinha se separado, não quis devolver.

AR: Então, você foi de novo para Moscou?

MV: Para Moscou, para fazer um curso sobre *O Capital*. Fomos um grupo, todo o grupo da assessoria. Fomos eu, Carlos Nelson Coutinho e Amélia, o José Braz Araújo. Ele não tinha um braço, um cara brilhante. Ele voltou, tinha feito mestrado na França, doutorado de terceiro ciclo que consideravam como doutorado aqui. Ele foi pra USP. Ele quem tinha ficado com boa parte dos meus livros, ainda veio para minha casa no Rio, trouxe os livros. Mas, depois, ele foi se ligando mais ao PPS, cortou relações conosco. Acabou se suicidando de maneira trágica. Quem mais que tinha ido? Era para ficarmos só o mês de janeiro, mas quando chegou no final de janeiro, o pessoal começou a voltar, veio ordem, eu e Sales não voltarmos, foi quando eles começaram a dizimar o partido. O Geisel tinha entrado em março, já tinha havido aquela queda da Direção do Partido em abril, que foram os assassinados, e os desaparecidos, uns oito. Depois, em janeiro, em janeiro... janeiro de 1975 eles prenderam o Jayme Miranda, eles prenderam o Marco Antônio Tavares Coelho. Depois de 1975, prenderam o responsável, foram dizimando partido, veio ordem para gente não voltar. Meu amigo Renato Guimarães esteve preso também um bocadinho de tempo, foi muito torturado.

Alguém que estava sendo solto, não sei quem, mandou dizer para nós, em Moscou que o Fleury mandava um recado: “Manda um recado para o Givaldo, para o Sales e pra Marly, para eles, se eles tiverem coragem que eles voltem para o Brasil”. Aí o Givaldo (Pereira de Siqueira) disse assim...: “Se alguém puder mande um recado a Fleury, se ele tiver coragem que ele venha a Moscou”.

Essa segunda vez foi o período que eu fiquei mais tempo fora, do finalzinho de 1974 até a anistia. Os comunistas gostavam de dizer que jamais tinham se exilado, isso para o Partido era uma coisa de importância. O que no fundo não tem muito a ver, depende muito da circunstância. O Prestes já estava em Moscou desde 1971. E quando a situação aqui piorou muito, porque aí que eles foram em cima do partido mesmo, - segundo Marcelo Godoy conta no livro dele *A Casa da Voró*, a ordem do Geisel era que nenhum membro da direção preso ficasse vivo, matar todos -, chegou-se à conclusão que era melhor mandar uma parte da direção para o exterior. Então, lá já estava o Prestes, estava o Melinho, o traidor, o bandido, agora desmascarado, está mais do que provado, comprovado. Cachorro da Polícia desde 1974. A gráfica do Partido caiu por causa dele e muita gente morreu por causa dele.

AR: A quem você está se referindo?

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

MV: Teodósio de Melo, do partido desde 1935. Está vivo, com noventa e nove anos. Confirmou que era...

AR: Agente duplo.

MV: Agente duplo, agente mesmo, né. Então, estava lá em Moscou, já estava o Prestes, o Melo. E, quem mais? O Sales, que era da Direção. O Malina e o Givaldo estavam em Portugal e, depois, foram para a Itália, havia dirigentes também na Tchecoslováquia,

AR: Malina?

MV: Sim. Salomão Malina. Foi muito meu amigo. Depois... Depois, nos afastamos porque ele ficou com o PPS. Voltamos a nos reencontrar no CEDEM, lá na UNESP. E nos encontrávamos e ele... me pediram um necrológio do Malina que eu fiz. Eu gostava muito do Malina. Foi uma das primeiras... O Malina foi aluno da Filosofia. O Malina, ele... Nesse necrológio, eu conto a história. O Malina queria comer no restaurante da... ele era o assistente da base da Filosofia e queria comer no restaurante. Aí um colega disse para ele assim: “Para comer aqui tem fazer concurso e passar”. E o Malina era uma pessoa tranquila e de uma coragem! Ele foi herói de guerra na Segunda Guerra Mundial, era sapador. Aí o Malina não disse nada. Fez concurso e passou, para o curso de Ciências Sociais. E aí tivemos muito mais convivência com ele. Eu gostava muito dele. E enfim, eu fiquei... ficamos lá em Moscou e me separei do Sales em julho de 75.

AR: Como era o nome completo do Salles?

MV: José de Albuquerque Salles. Está lá no livro. Tem uma entrevista dele.

AR: Livro....

MV: Que Maria Ciavatta que organizou. O Elio Gaspari fez um grande artigo no jornal.

AR: Você dizia...

ES: Que se separou do Sales.

AR: Isso.

MV: Aí eu me separei do Sales, e, no final de 1975, é que eu comecei a namorar o Ramon Peña Castro, e ficamos juntos a partir do início de 76. Eu saí do alojamento e fui morar no apartamento com ele. Nesse período. Lá em Moscou.... Eu conheci o Ramon, nessa época.

Nesse período, durante o segundo semestre de 1975, começou-se a planejar uma reunião do Comitê Central (CC) em Moscou para janeiro de 1976. Mais de dez

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti* e *Érica Sarmiento*

membros do Comitê Central tinham sido assassinados ou estavam presos. Aí se resolveu fazer uma reunião com os membros do CC que estavam no exterior, e já eram a maioria, e cooptar – fora do congresso do partido pode-se cooptar até três membros para o CC. Nessa reunião, fomos para o CC Gregório Bezerra, eu e Anita Prestes. Em oposição a ida do Gregório para o CC ficaram Prestes, Agliberto Vieira de Azevedo e acho que mais um, Anita fez campanha contra Gregório ir para o CC. Perderam. Mas por causa disso ocorreu um dos maiores absurdos da história do partido, eu tive mais votos do que Gregório para o CC. Eu, que vinha do movimento estudantil, e ele, o maior líder camponês do país, ativo militante desde 1917, fez 1935, em 1964, foi um dos presos mais torturados. Isso porque eu tive todos os votos, Gregório não teve o de Prestes e mais uns dois e Anita foi quem teve menos votos. Mas entramos os três. E eu fui para Secretariado.

E ficamos lá, fizemos essa reunião em janeiro de 1976, foi em Moscou, 1977 foi na Bulgária, 1978 foi na Hungria, e 1979 foi na Tchecoslováquia, em Praga. Foi aí que eu saí do Partido. Saí do Partido não, pedi para sair da direção do partido. Foi toda uma história muito complicada. E esse bandido do Melinho marcou um encontro comigo. Eu disse: marcou um encontro comigo em Paris, que nunca se realizou, ele furou. Mas antes disso, tínhamos saído de Moscou, em setembro de 1977, - eu ficaria como membro da direção lá fora, quer dizer, em Paris ou em Madrid. Como o Giocondo Dias estava em Paris, tentamos ficar em Madri, onde Ramon tentou conseguir trabalho. Não consegui e fomos a Paris, onde passamos todo o ano de 1978.

AR: Quando você ficou na França...

MV: Todo ano de 1978 e até abril de 1979. No início de 1979 é que teve a tal reunião do Comitê Central, que, por causa de todos os acontecimentos que tinham ocorrido no final de 78, eu pedi para sair. E aí voltamos em abril de 1979, voltamos para Espanha. Chegamos lá na semana santa, estava tudo fechado, Ramon não conseguia nada.... Enfim, esse ano de 1978 eu passei na França, na mais absoluta clandestinidade, eu não sei como é que você, Érica, chama, como é que você classifica isso... Porque eu estava dizendo para Angela, eu, durante todo o período que eu estive fora... no primeiro período estudando em Moscou: “estou estudando aqui por tal tempo e depois vou embora”. Nunca me senti exilada, “estou aqui estudando fora como qualquer pessoa”. Depois, esse período já de 1975 a 1979, fiquei porque não pude voltar, mas totalmente em função do Brasil, repito, nunca me senti exilada, era um parêntese da minha vida, esperando para voltar para o Brasil a qualquer momento. Então, não tinha... Eu era funcionária do Partido. Se eu tivesse, como o caso de muita gente, que procurar um trabalho “civil” e me estabelecer, talvez fosse diferente, você procura se ligar. Eu não, estava lá morando provisoriamente, nunca me senti pertencente a nenhum desses lugares, nem a

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

Moscou, nem à França, nem à Espanha. Na França, eu disse à Angela, eu passei um ano lá, jamais me liguei a pessoas ou a organizações na França. Aproveitei para cursar um seminário do Pierre Vilar, na Escola de Altos Estudos, mas era uma coisa quase individual. Em Paris pululavam grupos brasileiros, ainda mais grupos feministas. Tinha o da Danda Prado, tinha não sei quantos grupos na França. Mas eu estava clandestina mesmo, ninguém conhecia minha casa e eu não frequentava lugar nenhum. Eu estava ali, provisoriamente, esperando para voltar ao Brasil a qualquer momento. Não tinha, não... mesmo na Espanha. A gente vivia lá ajudando, fazendo documento... A reunião do Comitê Central de janeiro de 1979, quando eu rompi, todos os documentos foram feitos por mim e pelo Ramon. A única exceção foi o documento de agitação e propaganda, que foi o Armênio Guedes que fez.

E aí, a divisão do Comitê Central já andava forte, em 1978 já havia muitas divergências, com a turma que saiu para o PPS. Se alguém tinha dúvida, se tínhamos razão ou não, está aí, a cara do PPS, apoiando a reforma trabalhista... Dois dos maiores líderes sindicais – operários mesmo, não inventados – o Hércules Correia e o Tenório de Lima, um tecelão e o outro metalúrgico, dos maiores opositores nossos – do Prestes, principalmente -, no CC, um acabou no PFL e o outro apoiando o Jânio em São Paulo.

Quando eu cheguei, em setembro de 1979, foram me esperar no aeroporto o Roberto Freire, o Humberto Jansen e o Marcelo Cerqueira. Está bem agora o Marcelo. Está se recuperando. Enfim, o que mais que vocês querem saber?

ES: Eu acho que acabou bem naquela parte que ela falou: “Não pertencem a lugar nenhum”. Acho que podemos acabar por aí.

Notas e referências

- ¹ Astrojildo Pereira atuou como jornalista, escritor e crítico literário. Militou entre os operários, os anarquistas, os sindicalistas, até se tornar comunista e fundar, em 1922, junto com outros companheiros, o Partido Comunista Brasileiro.
- ² Ao longo de sua vida, Astrojildo Pereira preocupou-se em preservar a memória dos movimentos operário, anarquista, sindical e comunista, reunindo uma preciosa coleção. Depois de sua morte, em 1965, o acervo passou para a guarda do PCB.
- ³ Sobre a história da preservação desse acervo, consultar Maria CIAVATTA. (coord.). *Luta e memória: a preservação da memória do Brasil e o resgate de pessoas e de documentos das garras da ditadura. Depoimentos de Dora Henrique da Costa, Marly Viana e Zuleide Faria de Melo*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ⁴ As duas outras companheiras que tiveram a responsabilidade pela guarda do arquivo de Astrojildo Pereira no Rio de Janeiro e sua transferência para Milão, foram, respectivamente, Zuleide Maria de Melo e Dora Henrique da Costa. Conf. CIAVATTA, 2015.

Entrevista

Marly Vianna: uma experiência de luta e clandestinidade além das fronteiras
por *Angela Roberti e Érica Sarmiento*

-
- ⁵ Partes ou cópias desse acervo encontram-se, também, no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), no IFCS/UFRJ e no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), na UNICAMP.
 - ⁶ A entrevista foi realizada em 03/05/2017 e a transcrição foi feita por estagiários do LABIMI: Laura Paiva e Matheus Albuquerque.
 - ⁷ Atual UFRJ.
 - ⁸ Prof. Ciro Flamarion Cardoso.
 - ⁹ Eremildo Luiz Viana foi professor da então FNF; posicionou-se a favor do golpe e denunciou professores da Universidade considerados “subversivos”, antes e depois de 1964. Nota da Editoria.
 - ¹⁰ Departamento de Ordem Política e Social.
 - ¹¹ Atual Consulado Geral da Itália.
 - ¹² Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes.
 - ¹³ O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ foi criado em 1967, agregando o curso de História, entre outros.
 - ¹⁴ Prof^a Maria Yeda Linhares.
 - ¹⁵ Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva.
 - ¹⁶ Universidade Federal de São Carlos.
 - ¹⁷ Associação Nacional de História.
 - ¹⁸ Refere-se à Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), situada em Niterói (RJ).
 - ¹⁹ O quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, situado à Rua Barão de Mesquita, 425, na Tijuca, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, abrigou o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do I Exército-Coordenação de Defesa Interna), órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército, responsável por capturar, manter em cárcere ilegal, torturar e assassinar diversos opositores da ditadura.
 - ²⁰ Rua do bairro de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro.
 - ²¹ A OBAN - Operação Bandeirantes - foi lançada em São Paulo no ano de 1969. Tratava-se de um organismo misto integrado por oficiais das três forças armadas, além de policiais civis e militares. Em suas atividades articulava interrogatórios, análise de informações, repressão e operações de combate aos opositores da ditadura.

Entrevista realizada na Universidade Salgado de Oliveira
Niterói, maio de 2017

Resenha

Sabores, memória e imigração. Galegos e andaluzes (Dolores Corner)
Por Vera Lúcia C. Queiroz Andrade

CORNER, Dolores Martín Rodríguez. *Sabores, memória e imigração*.
Galegos e andaluzes. Curitiba: Prismas, 2017

E/Imigração: processo de longa duração na História, mas que hoje, mais do que nunca, impõe-se na pauta política, midiática e, também, acadêmica. Na dimensão da escrita de História, o tema vem se impondo, abrindo-se em muitas direções, partindo da premissa de que imigração é processo que não está restrito ao simples ato da partida ou chegada. Dessa forma, seu estudo contempla não só o deslocamento em si, como, também, o processo de construção de vida na terra de chegada, incluindo sensibilidades, sociabilidades, cheiros e sabores. Nessas construções, o individual e o coletivo travam diálogo permanente e identidades são preservadas, ressignificadas e construídas.

Nessa perspectiva de buscas e descobertas, insere-se o livro *Sabores, memórias e imigração. Galegos e andaluzes*, de Dolores Martín Rodríguez Corner, ela própria descendente de imigrantes espanhóis, que, desde sua tese de doutorado, defendido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vem tornando a presença espanhola no Brasil o tema principal de suas investigações.

A vertente pela qual ela analisa o processo migratório e as formas de integração dos espanhóis em território brasileiro é a gastronomia, pois os sabores “também migram” (como menciona um dos prefácios do livro) e “a cozinha étnica define a identidade do imigrante”, promovendo identidade na terra de acolhimento. Como vetor de força no estabelecimento dos vínculos entre o “lá” e o “cá”, a comida é parte constituinte do cotidiano imigrante, presente em festas e comemorações que fazem lembrar a terra natal. Nessa perspectiva, a autora convida o/a leitor/a a refletir acerca da importância dos sabores nos processos migratórios, com ele/a compartilhando não só suas reflexões quanto experiências vividas por 40 entrevistados, transformados em protagonistas de sua escrita da História.

O livro estrutura-se em quatro capítulos. Cada um deles apresenta-se subdividido, de

forma a melhor encaminhar o leitor pelos meandros do texto, facilitando, assim, a leitura, que cresce em densidade e apresenta inovadoras reflexões.

No primeiro capítulo a autora discute a relação entre “temperos e temporalidades”, definindo as questões gastronômicas como parte da história cultural. Nesse diálogo, ela discute as razões pelas quais a cozinha étnica é não só memória e representação quanto “importante manifestação cultural e de costumes”.

Segue-se capítulo em que são desvelados os “sabores da cozinha espanhola”, com análises sobre a influência árabe (caso da Andaluzia, que representa a cozinha do sul) e da queca trazida por povos como os celtas (caso da Galícia, que representa a cozinha do norte). Compõe, ainda, esta parte do livro, aportes sobre o cotidiano vivido nas aldeias, bem como o papel exercido pela feira. Com relação a esta, Dolores a define como “momento mágico” vivido pelos que dela participam, explicando como, apesar das diferenças, a feira assume uma determinada conformação, à medida que nela são oferecidos produtos como porcos, coelhos, cabras galinhas e outros animais, além de “frutas, peixes, pães, vinhos, roupas, sapatos, bijuterias, mantas e plásticos”. Momento de festa e conagração, as feiras envolvem, ainda, personagens ligados ao entretenimento, como músicos, adivinhos, etc.

O terceiro capítulo coloca em foco “fome e gastronomia”. Nele, a autora discute a relação entre escassez de ingredientes e alternativas para a alimentação, demonstrando como o pão adquire, então, todo seu valor simbólico. A Guerra Civil tem um espaço destacado em suas análises, por ter agravado “sobremodo a situação alimentar do país”. Nesse caso específico, os relatos são contundentes, demonstrando o que significou, para o cidadão comum, os enfrentamentos em terra espanhola, campo de experimentações para a guerra mundial que se seguiria.

Resenha

CORNER, Dolores M. Rodríguez. Sabores, memória e imigração. Galegos e andaluzes. Vera Lúcia C. Queiroz Andrade

O último capítulo dedica-se a analisar o “cá”. Ou seja o cotidiano dos espanhóis em São Paulo, com sua contribuição para a multiplicidade de sabores que hoje caracterizam a metrópole, considerada centro gastronômico do país. Nesse processo de mudança e adaptações, nada melhor do que do que trazer a voz da própria autora para realçar o caráter dinâmico da gastronomia, que permite sempre e permanentemente o diálogo entre tradição e contemporaneidade: “o sabor original sofre a influência do tempo, das mídias e da modernidade, tanto na Espanha como no Brasil [...], as misturas e as

alterações vão sendo incorporadas e salientadas na formação do gosto étnico, tornando as mudanças inevitáveis, [mas] a busca pelo prato da memória continuará no imaginário do comensal, e será encontrado enquanto houver quem o prepare”.

Tendo em vista que o livro instiga e propõe novas reflexões, além de preencher lacunas na história dos espanhóis em São Paulo, consideramos que sua leitura obrigatória poderá extrapolar o círculo daqueles que se dedicam aos estudos migratórios ou dos espanhóis e seus descendentes, para alcançar o grande público.

Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade

Professora da UERJ e do Colégio Pedro II
Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Sobre os autores

Alexandre Ribeiro Samis - Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É professor do Departamento de História do Colégio Pedro II e autor dos livros: “Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil” (São Paulo/Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002); “Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos” (Lisboa: Letra Livre, 2009) e “*Negras Tormentas*: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris” (São Paulo: Hedra, 2011).
<http://lattes.cnpq.br/0844694480816853>

Amir El Hakim de Paula - Doutor, Pós doutor e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado e Bacharel em Geografia (USP). Atualmente é Professor Assistente Doutor na UNESP, Campus de Ourinhos. Dentre seu livros e artigo mais recentes, destacam-se: “A relação entre os sindicatos e o Estado sob uma perspectiva territorial” (São Paulo: Editora Unesp, 2015); “Território, cultura e educação” (org. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010); “Piotr Kropotkin e o apoio mútuo: A solidariedade enquanto substrato fundamental da Natureza e Sociedade” (*Élisée* - Revista de Geografia da UEG, v. 5, p. 09-26, 2016); “Anarquia e geografia na I Internacional: As presenças de Elisée Reclus e Charles Perron. Elisée” (*Revista de Geografia da UEG*, v. 4, p. 20-34, 2015); “A crítica anarquista de Piotr Kropotkin e Elisée Reclus á Geografia Escolar no Final do Século XIX” (*Interfaces Científicas* - Educação, v. 3, p. 11-21, 2015). <http://lattes.cnpq.br/2860443801753276>

Angela Maria Roberti Martins - Doutora em História Social pela PUC-SP. É professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH/UERJ) e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). É Jovem Cientista do Nosso Estado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (JCNE/FAPERJ) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1B UNIGRANRIO/FUNADESP. Publicou trabalhos decorrentes de pesquisas na área de História que contemplam, sobretudo, os temas: anarquismo, imprensa libertária, literatura anarquista, imagens libertárias, história das mulheres anarquistas, movimento operário, militantes estrangeiros, memória do movimento anarquista, sendo os mais recentes: “Representações da guerra nas páginas libertárias: breve reflexão sobre sete gravuras” (*Concinnitas*. Ano 17, volume 02, número 29, junho de 2017. pp. 13-42); “A experiência libertária de um português na Primeira República. Uma análise da trajetória política e intelectual de Mota

assunção (1899-1910)” (In.: Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sousa (orgs.). *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/ imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. pp. 349-361). <http://lattes.cnpq.br/2602817480691163>

Carlo Maurizio Romani - Doutor em História Cultural (2003) pela Universidade de Campinas, UNICAMP com pós-doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, e estágio pós-doutoral na Universidade de Aix-en-Provence (2006). Foi professor visitante de História Geral na Universidade Federal do Ceará (de 2007 a 2009). Desde 2010 é professor de História Contemporânea no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. O autor publicou livros e dezenas de capítulos e artigos em diferentes países. Dentre suas publicações, na mesma área temática deste volume, destacam-se: “Oreste Ristori. Vita avventurosa di un anarchico tra Toscana e Sudamerica” (Pisa, BFS (2015), obra original publicada em português no ano de 2002); “Le scuole libertarie in Brasile e Argentina nel primo Novecento : l’influenza degli emigrati italiani e iberici. Officina della Storia” (Rivista online di storia del tempo presente, v. 12, p. 1, 2014). <http://lattes.cnpq.br/7238961054810901>

Elena Bignami - Dottore di ricerca in *Scienze Giuridiche, Storiche e Sociali* (Università di Siena) e attualmente collabora con il Dipartimento di Storia, Culture Civiltà dell’Università di Bologna come “cultrice della materia” e come ricercatrice presso l’Istituto per la storia e le memorie del ’900 Parri. Si occupa di storia del movimento operaio e di storia delle migrazioni italiane in Brasile, argomenti sui quali ha scritto due monografie: “Le schiave degli schiavi». La “questione femminile” dal socialismo utopistico all’anarchismo italiano (1825-1917)” (Bologna: Clueb, 2011) e “In viaggio dall’utopia al Brasile. Gli anarchici nella migrazione transoceanica verso il Brasile (1876-1919)” (Bologna: BUP, [in corso di pubblicazione]) – e diversi contributi, tra gli ultimi “Se le guerre le facessero le donne’. L’opposizione delle anarchiche italiane alla guerra (1903-1915)” (*DEP*. 31: 54-85, luglio 2016 e “Per una storia degli anarchici italiani in Brasile da un punto di vista di genere (1890-1932)”. *Giornale di storia contemporanea*. 1, 31-46, 2017).

Érica Sarmiento da Silva - Professora adjunta de História de América (UERJ), professora titular do PPGH Universidade Salgado de Oliveira. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ) e pesquisadora Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Foi pesquisadora visitante em Columbia University, e professora visitante na Universidade do País Basco, Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de La Plata e Instituto Mora (México). Publicou vários artigos e livros dedicados à temática das migrações ibéricas, sendo os mais recentes: *Galegos nos trópicos. Presença e invisibilidade da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)* (Porto Alegre: EdPucRS, 2017) *Migrações atlânticas no mundo*

contemporâneo. Novas abordagens e avanços teóricos (Curitiba: Editora Prismas, 2017 - em coordenação com Alicia Gil Lázaro e Maria José Fernández Vicente); “Estudo comparado da imigração galega no Rio de Janeiro e em Buenos Aires: questões acerca do associativismo e do imaginário (1890-1930)” (*População e Sociedade*, v. 25, p. 64-79, 2016); “Cidade e imigração: a Freguesia de Santo Antonio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas – 1880/1930 – com André Azevedo); “Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano (1880-1930)” (*Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. Impresso, v. 41, p. 164-180, 2015). . <http://lattes.cnpq.br/4609263183087012>

Giovanni Stiffoni - Doutor em História e em Língua Italiana pela Universidade de Bordeaux 3. Atualmente realiza pós-doutorado na UNIRIO sobre a imigração dos anarquistas italianos no Brasil. É autor do livro *Camillo Berneri. Mhites, racines et réalités d'un anarchiste italien* (Editions Europeennes, 2016) e de artigos e capítulos de livros, dentre os quais destacam-se: “La experiencia de los inmigrantes anarquistas de origen italiano en Brasil a través del estudio de La Battaglia, periódico de la comunidad italiana de San Pablo (1904-1913)” (c/ Juan Andrés Bresciano. In: *VI Jornada de investigación da Facultad de Humanidades y Ciencia de la Educación*. Universidad de la Republica. Montevideo, 2017, montevideo. Las migraciones europeas al Cono Sur. Nuevas perspectivas (inter)disciplinaria, 2017); “Valor político y función social de La Battaglia, periódico anarquista de la comunidad italiana de San Pablo (1904-1912)” (In: Juan Andrés Bresciano. (Org.). *Las migraciones europeas a través de sus fuentes. Prospecciones heurísticas en Argentina, Brasil y Uruguay*. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2016); “Una nueva visión de Camillo Berneri” (In: *Asociación de Historia Contemporánea-Universitat de València*, 2015, v. 1, p. 185-190); “Mujeres libres : una questione irrisolta. Pollicino gnus” (*Reggio Emilia*, 01 set. 2007). <http://lattes.cnpq.br/7286562178663328>

José Carlos Sebe Bom Meihy - É professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Culturas e Artes, da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e Professor aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), onde obteve os títulos de Doutor (1975), Livre-docente(1981) e Titular (1982). Atuou como pesquisador visitante em diversas universidades fora do Brasil, como Standford, Miami e Columbia (USA) e Universidade Agostinho Neto (Angola). Pioneiro nos estudos de história oral no Brasil, foi um dos idealizadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Oral, História Moderna e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, teoria e metodologia da história, cultura brasileira, guerra civil espanhola, literatura e movimentos migratórios. Nesse ultimo campo,

desenvolve pesquisas com ênfase no tema dos deslocamentos de brasileiros para fora do Brasil. Na UNIGRANRIO pesquisa grupos migratórios para a Baixada Fluminense, analisando aspectos subjetivos da negociação de identidades regionais. Dentre sua vasta produção, destacam-se, com relação ao tema da e/imigração: ““Árabes no Brasil: aproximações intelectuais” (Almanaque Unigranrio de Pesquisa, v. 1, p. 97-110, 2014); “Dimensões Internacionais da Prostituição Brasileira” (América Latina Hoy”, v. 03, p. 52-55, 2013); “Vidas Putas: Globalização e Prostituição de Mulheres Brasileiras na Europa” (*Diversitas* (Bogotá), v. 1, p. 90-100, 2013). <http://lattes.cnpq.br/3780584722303552>

Lená Medeiros de Menezes - Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é Professora Titular de História Contemporânea da UERJ e Professora do Quadro Permanente dos Programas de Pós-graduação em História (PPGH) e em Relações Internacionais (PPGRI). Criou o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), sendo uma de suas coordenadoras. Exerceu inúmeros cargos na UERJ, tendo sido agraciada com a Medalha e título de Grão-Mestre da Ordem de Mérito José Bonifácio pela instituição. É pesquisadora do CNPq e da FAPERJ. Autora de inúmeros trabalhos, publicados no Brasil, Portugal, França, Espanha, dentre seus livros mais recentes contam-se: “Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a E/Imigração”(c/ Fernando de Sousa - Rio de Janeiro: EdUERJ/FAPERJ, 2017); “Gênero e imigração. Mulheres portuguesas em foco. (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX” (c/ Maria Izilda de Matos - São Paulo: E-manuscrito). É, ainda, autora de dois livros referenciais sobre os temas de que tratam: “Os Indesejáveis. Desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)” (Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996) e “Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)” (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992 – Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2).

Marly de Almeida Gomes Vianna - Doutora em História Social, pela USP; Mestre em Economia Agrária (UFCEG) e Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora aposentada da UFSCar, atualmente professora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – campus de Niterói, RJ. Foi diretora-presidente da Fundação Pró-Memória de São Carlos. Lidera o Grupo de pesquisa do CNPQ “Discurso, representações e práticas sociais”, onde desenvolve atualmente pesquisas sobre a expressão do pensamento anarquista, socialista e comunista através da imprensa da primeira metade do século XX, e sobre integralismo e pensamento de direita no Brasil. Autora de vários capítulos de livro e artigos, destacam-se dentre seus trabalhos: “Revolucionários de 1935 - Sonho e Realidade” (São Paulo: Companhia das Letras, julho de 1992. 2ª e 3ª edições pela

Ed. Expressão Popular, 2007 e 2011 respectivamente); “Política e Rebelião nos anos 30” (São Paulo: Moderna, 1995 - (2ª. ed. ainda em 1995 e 3ª edição em 2002). “Pão, Terra e Liberdade - Memória do Movimento Comunista de 1935, (org.)” (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/São Carlos: EDUFScar dezembro de 1995).

Maria Luiza Ugarte Pinheiro - Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) com o trabalho “A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus: 1899-1920” e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) com a tese “Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas, 1880-1920”. É professora Associada da Universidade Federal do Amazonas, atuando na Graduação em História e no Curso de Pós-Graduação em História. É também Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Desde 2005 coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas da Ufam. Dentre suas publicações, destacam-se: *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925* (3ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - Edua, 2015); *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920* (Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - Edua, 2015); *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, Associações e Greves operárias em Manaus, 1880-1920* (Jundiaí: Paco Editorial, 2017).

Vera Lúcia Cabana de Quirós Andrade – Professora aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Dentre suas publicações mais recentes, destacam-se: *Colégio Pedro II: Polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. Trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade* (Rio de Janeiro: Mauad, 2016); “A Reforma da Instrução Pública de 1850 do Ministro Benjamim Constant” (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, v. 18, p. 395-406, 2011); O Polêmico professor Capistrano de Abreu (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 445, p. 97-112, 2010).

Normas editoriais

A revista publica artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Formatação do texto

1. Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, encaminhados em *word* com a seguinte formatação: tamanho da página: 16,5 X 23,5 cm; fonte GARAMOND 11; espaço simples; sem recuo de parágrafo e espaçamento de 0.6 entre cada parágrafo; margens de 3,0 (superior) e 2,0 (inferior, direita e esquerda).
2. As palavras e expressões escritas em outra língua que não a do texto, devem estar escritas em itálico, bem como títulos (livros, revistas e jornais).
3. Os destaques a palavras ou expressões no corpo do texto devem ser feitos com aspas duplas. Recomenda-se que os destaques sejam apenas aqueles de grande importância, evitando-se excessos.
4. Evitar o uso de conectivos (mas, porém, todavia, contudo, etc.) iniciando frases e, principalmente, parágrafos.
5. As citações até três (3) linhas devem ser estar no corpo do texto, com aspas duplas e mesma fonte. As citações de quatro (4) ou mais linhas devem ser transcritas com recuo de 1.0 cm das duas margens, sem aspas e em fonte Garamon 10, seguida da indicação numérica da nota (de fim). Citações dentro de uma citação devem ser indicadas com aspas simples e os destaques feitos pelo autor devem estar sublinhadas, com a seguinte indicação na nota: Grigo do/a autor/a.
6. Os **artigos** (os do dossiê e os caracterizados como livres) devem ser acompanhados de resumo na língua em que o texto estiver escrito (em primeiro lugar), resumo (quando não estiver em português) e, finalmente, *abstract*. Cada um deles deve ter, no máximo, 10 linhas e estar seguidos por três (3) palavras-chave em cada uma das línguas presentes no resumo.
7. As **resenhas** devem ter extensão mínima de 6.000 e máxima de 10.000 caracteres com espaços, e devem seguir as mesmas normas dos artigos, relativas a livros publicados, no máximo, no ano anterior ao da edição da revista.
8. **Depoimentos e entrevistas** devem ser enviados com título e o/s nome/s do/s entrevistador/es e/ou dos responsáveis pela edição. Devem ser acompanhadas, igualmente, de resumo e abstract, com indicações básicas ao leitor.

Notas e referências

- a) Todas as notas e referências bibliográficas são listadas ao final do artigo (NOTAS DE FIM), em números arábicos que remetam à marcação no texto.
- b) Cada nota ou referência deve, obrigatoriamente, ter, no máximo, 10 linhas (caso contrário, a informação deve estar no corpo do texto).
- c) Cortes nas citações são indicados com parênteses e três pontos (...), evitando-se essa indicação ao início e no final da citação, quando começar ou terminar em início/fim de oração. Inclusões na citação devem vir em colchetes, incluindo mudanças em tempos verbais.
- d) As referências IBID. E CIT. NÃO SÃO ACEITAS. Quando uma determinada obra já tiver sido citada, deve ser repetido o SOBRENOME do autor (caixa alta), seguido do ano da obra e do número da/s página/s. EX: SILVA, 2001, p. 3
- e) As páginas são indicadas com p. (uma página) ou pp. (duas ou mais páginas).
- f) Considerando-se a circulação internacional da revista, a indicação das fontes deve ser, OBRIGATORIAMENTE, antecedidas pelo nome do país e do arquivo onde estão depositadas (Ex: BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Ofícios e Fichas Policiais, Lata 154, Maço 425).

O mesmos e aplica aos jornais (EX: BRASIL. O Paiz, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901).

- g) As referências bibliográficas (notas de fim) devem ser indicadas de forma completa, da seguinte forma:

LIVROS: Nome do autor (sem inversões e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título da obra (em itálico). Local: Editora, ano, página (p.) ou páginas (pp.). Ex: Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 6.

Quando a obra estiver repetida, indicar nome abreviado e SOBRENOME em caixa alta, seguido pelo ano da publicação e da página. EX: MENEZES, 1996, p. 5.

CAPÍTULO DE LIVRO: Nome do autor (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do capítulo (sem aspas). Organizadores do livro (sem inversões no nome). Título do livro (em itálico). Local: editora, ano, páginas. Ex: Maria Izilda S. de MATOS. *Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência*. São Paulo, 1920-1940. In: Maria de Nazaré Sarges e outros (org.). *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010, pp. 195- 206. Idem para as repetições.

ARTIGO DE REVISTA: Nome do autor em (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do artigo (entre aspas). Título da revista (em itálico e sem “in” antes do título da revista). Local, volume (número): páginas do artigo, data, página da citação. Ex: Xosé M. Núñez *SEIXAS*. “O exílio galego na Europa (1939-1975): Um êxodo esquecido”. *Navegar*, 1 (1): 99-121, jul.-dez. 2006.

Envio, aceitação e publicação do trabalho

9. Os textos podem ser encaminhados por Internet (labimi.uerj@gmail.com), para o seguinte endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9 (IFCH/LABIMI). CEP: 20 531-050 ou para o e-mail do organizador do número.
10. Todos os artigos encaminhados fora das normas serão reenviados ao autor antes do encaminhamento para parecer, para as adaptações necessárias.
11. Os artigos são submetidos a pareceristas. Após a aceitação ou rejeição do artigo, o autor será notificado. Qualquer problema observado ou escrita proposta será comunicado ao autor, que será solicitado a rever ou a modificar o texto. Após a diagramação, ele será reencaminhado ao autor para a revisão final, momento no qual será solicitada a permissão para a publicação do artigo.
12. Caso o artigo contenha imagens, é necessário seu encaminhamento em alta resolução, bem como a devida permissão para sua divulgação. Não basta indicar o *site* da Internet, pois algumas imagens têm direitos autorais. A fonte deve vir de forma completa, observando as indicações feitas para citação de documentos de arquivo e jornais.
13. Quando houver transcrição de entrevistas, com a citação do nome do entrevistado, é necessário o envio da permissão para divulgação, feita em formulário especial.
14. São automaticamente cedidos à Revista os direitos de publicação dos originais e das traduções.
15. As informações e conceitos veiculados nos artigos, resenhas, depoimentos e entrevistas são da exclusiva responsabilidade do autor.
16. Caso ocorra a disponibilização posterior de artigo publicado pela revista, por parte do pelo autor, os dados da publicação original na *NAVEGAR* devem estar indicados em pé-de-página na primeira folha. Ex: publicado originalmente em *Navegar*. Revista de e-imigração, vol. 3, nº 4, seguindo-se o número das páginas.